

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO

LAURA FERREIRA GUERRA

**ORGANIZAÇÃO, COMPLEXIDADE E ENCADEAMENTOS
DE ACONTECIMENTOS PÚBLICOS NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM
COMUNICAÇÃO E POLÍTICA DO GRUPO DE TRABALHO DA COMPÓS (2000-2021)**

PORTO ALEGRE
2022

LAURA FERREIRA GUERRA

**ORGANIZAÇÃO, COMPLEXIDADE E ENCADEAMENTOS
DE ACONTECIMENTOS PÚBLICOS NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM
COMUNICAÇÃO E POLÍTICA DO GRUPO DE TRABALHO DA COMPÓS (2000-2021)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Linha de Pesquisa Culturas, Política e Significação, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Comunicação e Informação.
Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena Weber

PORTO ALEGRE
2022

CIP - Catalogação na Publicação

Guerra, Laura Ferreira
Organização, complexidade e encadeamentos de
acontecimentos públicos na produção de conhecimento em
Comunicação e Política do Grupo de Trabalho da Compós
(2000-2021) / Laura Ferreira Guerra. -- 2022.
233 f.
Orientadora: Maria Helena Weber.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação,
Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Acontecimentos públicos. 2. Comunicação e
Política. 3. Práticas científicas. 4. Complexidade. 5.
Hermenêutica. I. Weber, Maria Helena, orient. II.
Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LAURA FERREIRA GUERRA

**ORGANIZAÇÃO, COMPLEXIDADE E ENCADEAMENTOS
DE ACONTECIMENTOS PÚBLICOS NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM
COMUNICAÇÃO E POLÍTICA DO GRUPO DE TRABALHO DA COMPÓS (2000-2021)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Linha de Pesquisa Culturas, Política e Significação, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Comunicação e Informação.
Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena Weber

Aprovada em 31 de maio de 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Helena Weber – Orientadora

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof^a. Dr^a. Ana Regina Rêgo

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Prof. Dr. Luís Mauro Sá Martino

Faculdade Cásper Líbero

Prof^a. Dr^a. Rousiley Celi Moreira Maia

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Prof. Dr. Rudimar Baldissera

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Bruno Leites

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Suplente

AGRADECIMENTOS

“Nada aprendemos com aquele que nos diz: *faça como eu*. Nossos únicos mestres são aqueles que nos dizem ‘*faça comigo*’ e que, em vez de nos propor gestos a serem reproduzidos, sabem emitir signos a serem desenvolvidos no heterogêneo” (DELEUZE, [2011] 2018, p. 43).

Pela paciência, pelo incentivo e, sobretudo, pelo conhecimento compartilhado, agradeço à professora Maria Helena Weber, orientadora desta tese, fonte de inspiração, com quem muito aprendi nos moldes do “faça comigo” deleuziano.

Agradeço aos professores Luís Mauro Sá Martino, Rudimar Baldissera e Bruno Leites e às professoras Ana Regina Rêgo, Rousiley Celi Moreira Maia, Nísia Martins do Rosário pela generosidade com que aceitaram fazer parte do percurso desta tese.

Ao corpo docente e técnico do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e aos colegas do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Pública e Política (Nucop), agradeço imensamente.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, agradeço pelo suporte a esta e muitas outras pesquisas que são desenvolvidas no âmbito da Pós-Graduação.

Aos poucos e bons familiares e amigos, agradeço demais!

RESUMO

Orientada pelo paradigma da complexidade (MORIN, 2005; [1977] 2016) e pela perspectiva hermenêutica (RICOEUR, [1983] 2010a; [1990] 2014; [1991] 2010c), esta tese investiga a organização de acontecimentos públicos nas e pelas pesquisas em Comunicação & Política (C&P). Em acordo com os três princípios da complexidade (dialógico, recursivo e hologramático), propostos por Morin, o estudo é desenvolvido em virtude de práticas científicas que, ao organizarem acontecimentos públicos, se auto-organizam em comunidade e reorganizam o conhecimento da interface em C&P. Sob inspiração do círculo hermenêutico, proposto por Ricoeur, as práticas científicas são aqui entendidas como ações dotadas de significação e, por isso, um poder-agir científico configurado pela escrita e refigurado pela leitura. Ambas as atividades, a escrita e a leitura, são expressividades públicas do conhecimento produzido em comunidade científica, institucionalmente reunida por interesses científicos (MAIA & FRANÇA, 2003), dentre eles, a observação de acontecimentos desde as pesquisas inaugurais da interface entre C&P (RUBIM & AZEVEDO, 1998; GOMES, 2011; WEBER, 2020). Partes singulares com essência de ruptura, os acontecimentos são reveladores do todo social no qual estão inscritos (QUÉRÉ, 2012; FRANÇA & LOPES, 2017), por isso, nesta tese, o seguinte questionamento é proposto: como a organização de acontecimentos públicos nas e pelas pesquisas em Comunicação & Política expressa contextos históricos, sociais, políticos e culturais em que esses emergem?. Modificados pela aceleração técnica, os acontecimentos geram desafios interpretativos para as ciências que buscam analisá-los justamente pela essência de ruptura e pela associação aos contextos (NORA [1974] 1995; SODRÉ, 2014; BARBOSA, 2017; BARBOSA & RÊGO, 2017), o que leva ao segundo problema desta tese: como a organização de acontecimentos públicos nas e pelas pesquisas, enquanto partes singulares de um todo, manifesta um poder-agir científico das práticas científicas em Comunicação & Política?. A análise, realizada a partir de 216 artigos científicos, apresentados no grupo de trabalho de C&P da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), entre 2000 e 2021, é desenvolvida em duas partes. A primeira tem como foco a simulação lógica para identificação de elementos em interação com os acontecimentos organizados. A segunda parte, realizada com leitura cronológica, produz encadeamentos entre artigos científicos apresentados e publicados ao longo de 21 anos de atividades da comunidade científica. Com base nas análises, no lugar de uma progressão qualitativa da democracia, a organização de acontecimentos públicos expressa o dever democrático para o qual se requer uma ética do contemporâneo (AGAMBEN, [2008] 2021; L. M. MARTINO & MARQUES, 2014; 2021) para a superação dos desafios impostos à interpretação de acontecimentos públicos.

Palavras-chave: Acontecimentos públicos; Comunicação e Política; práticas científicas; complexidade; hermenêutica

ABSTRACT

Oriented by the complexity paradigm (MORIN, 2005; [1977] 2016) and by the hermeneutic perspective (RICOEUR, [1983] 2010a; [1990] 2014; [1991] 2010c), this thesis investigates the organization of public events in and through scientific researches from Communication & Politics field (C&P). In accordance with the three principles of complexity (dialogic, recursive and hologrammatic), the study is developed among scientific practices that, by the organization of public events, reorganize themselves and the knowledge of C&P's interface. Scientific practices are actions with meanings and, therefore, configured by writing and refigured by reading. Both writing and reading are activities that make public the knowledge produced by the scientific community, institutionally recognized and gathered by common scientific interests (MAIA & FRANÇA, 2003). Among them is the observation of public events since the inaugural researches of C&P field (RUBIM & AZEVEDO, 1998; GOMES, 2011; WEBER, 2020). Singular parts with an essence of rupture, public events are capable to reveal normalized issues (QUÉRÉ, 2012; FRANÇA & LOPES, 2017). From the singular parts of organized events, it is questioned how the organization of public events in and through researches from Communication & Politics expresses historical, social, political and cultural contexts in which they emerge?. Modified by technical acceleration, events are challenges for the sciences that seek to analyze them (NORA [1974] 1995; SODRÉ, 2014; BARBOSA, 2017; BARBOSA & RÊGO, 2017), which leads to the second problem stated: how does the organization of public events in and through researches, as singular parts of a whole, manifest a form of action from Communication & Politics field?. The analysis, focused on 216 scientific articles presented in the C&P working group of the Brazilian National Association of Graduate Programs in Communication (Compós), between 2000 and 2021, will be developed in two parts. The first part focuses on logical simulation to identify elements in interaction with the organized public events as empirical objects. The second part, made by chronological reading, produces compositions between heterogeneous researches. Based on the analyses, it was concluded that, instead of a qualitative progression of the democratic from the past to the present, organized public events express a society in democratic becoming. It was also concluded that the scientific action can overcome the challenges of interpretation (SODRÉ, 2014; BARBOSA, 2017) based on the ethics of contemporary (AGAMBEN, [2008] 2021; L. M. MARTINO & MARQUES, 2014; 2021).

Keywords: Public events; Communication & Politics; scientific practises; complexity; hermeneutics.

RIASSUNTO

Guidata dal paradigma della complessità (MORIN, 2005; [1977] 2016) e dalla prospettiva ermeneutica (RICOEUR, [1983] 2010a; [1990] 2014; [1991] 2010c), questa tesi si occupa dell'organizzazione di eventi pubblici nella ricerca in Comunicazione e Politica (C&P). In accordo con i tre principi della complessità (dialogico, ricorsivo e ologrammatico), proposti da Morin, lo studio si sviluppa come risultato di pratiche scientifiche che, nell'organizzazione di eventi pubblici, si auto-organizzano in comunità e riorganizzano la conoscenza in C&P. Secondo il circolo ermeneutico, proposto da Ricoeur, le pratiche scientifiche sono intese come azioni dotate di significato, configurato dalla scritta e rfigurato dalla lettura. Entrambe le attività sono espressioni pubbliche di conoscenze prodotte da comunità scientifica, istituzionalmente accomunate da interessi scientifici (MAIA & FRANÇA, 2003), tra cui l'osservazione degli eventi dalla ricerca inaugurale in C&P (RUBIM & AZEVEDO, 1998; GOMES, 2011; WEBER, 2020). Parti singolari con un'essenza di rottura, gli eventi rivelano l'insieme sociale in cui sono iscritti (QUÉRÉ, 2012; FRANÇA & LOPES, 2017), pertanto, questa tesi si propone la domanda: come l'organizzazione di eventi pubblici nella ricerca in Comunicazione e Politica esprime i contesti storici, sociali, politici e culturali in cui emergono?. Modificati dall'accelerazione tecnica, gli eventi generano sfide interpretative per le scienze che cercano di analizzarli (NORA [1974] 1995; SODRÉ, 2014; BARBOSA, 2017; BARBOSA & RÉGO, 2017). Questo porta al secondo problema di questa tesi: in che modo l'organizzazione di eventi pubblici nella ricerca, come parti singolari, manifesta una azione scientifica in Comunicazione & Politica?. L'analisi, realizzata da 216 articoli scientifici, presentati nel gruppo di C&P dell'Associazione Nazionale dei Programmi di Laurea in Comunicazione (Compós), tra 2000 e 2021, si sviluppa in due parti. La prima parte si concentra sulla simulazione logica per identificare elementi in interazione con eventi organizzati; la seconda parte produce collegamenti tra articoli scientifici presentati e pubblicati in 21 anni di attività dalla comunità scientifica. Sulla base delle analisi, invece di una progressione qualitativa della democrazia, l'organizzazione di eventi pubblici esprime una società in divenire democratico in cui il modello scientifico di azione in C&P richiede un'etica del contemporaneo (AGAMBEN, [2008] 2021; L. M. MARTINO & MARQUES, 2014; 2021) per superare le sfide imposte all'interpretazione degli eventi pubblici.

Parole-chiave: Eventi pubblici; Comunicazione e Politica; comunità scientifica; complessità; ermeneutica.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Critérios de submissão e aceitabilidade de artigos científicos em Encontros da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação.....	73
Quadro 2 – Eleições e práticas do jornalismo.....	86
Quadro 3 – Eleições e práticas da propaganda eleitoral.....	91
Quadro 4 – Eleições e práticas do eleitorado.....	94
Quadro 5 – Governos e práticas do jornalismo.....	97
Quadro 6 – Governos e práticas da política.....	99
Quadro 7 – Governos e práticas da política digital.....	102
Quadro 8 – Recessões, planos econômicos e práticas do jornalismo.....	105
Quadro 9 – Atividades legislativas e práticas da política.....	107
Quadro 10 – Atividades legislativas e práticas da participação.....	109
Quadro 11 – Atividades legislativas e práticas do jornalismo.....	110
Quadro 12 – Atividades legislativas e práticas mercadológicas.....	112
Quadro 13 – Escândalos políticos e práticas do jornalismo.....	115
Quadro 14 – Escândalos políticos e práticas da política.....	116
Quadro 15 – Escândalos políticos e práticas sociais.....	117
Quadro 16 – Escândalos políticos e práticas do entretenimento.....	118
Quadro 17 – Manifestações sociais e práticas de ativismo.....	120
Quadro 18 – Manifestações sociais e práticas do jornalismo.....	122
Quadro 19 – Tragédias e práticas do jornalismo	125
Quadro 20 – Tragédias e práticas da política	126
Quadro 21 – Tragédias e práticas sociais.....	127
Quadro 22 – Polêmicas, ofensas públicas e práticas mercadológicas.....	129
Quadro 23 – Polêmicas, ofensas públicas e práticas de celebridades.....	130
Quadro 24 – Polêmicas, ofensas públicas e práticas do jornalismo.....	130
Quadro 25 – Reposicionamentos de imagem e práticas do jornalismo.....	132
Quadro 26 – Reposicionamentos de imagem e práticas da política.....	132
Quadro 27 – Reposicionamentos de imagem e práticas mercadológicas.....	134
Quadro 28 – Exibições culturais e práticas de consumo.....	135
Quadro 29 – Exibições culturais e práticas da política.....	136

LISTA DE FIGURAS

Figura - 1	Levantamento quantitativo dos gêneros textuais da revista Compolítica, periódico de referência da pesquisa em C&P.....	68
Figura - 2	Distribuição de tipologias de acontecimentos públicos da edição de 2011 do GT de C&P Compós.....	147
Figura - 3	Organizações típicas do mesmo acontecimento em interação com elementos diferentes (Compós, 2011).....	148
Figura - 4	Organizações típicas do mesmo acontecimento em interação com elementos diferentes (Compós, 2017).....	150
Figura - 5	Concentração do acontecimento Impeachment/Golpe de 2016, da tipologia Escândalos Políticos, na edição de 2017 (GT de C&P, Compós).....	152
Figura - 6	Encadeamentos de tipologias de acontecimentos públicos, organizações típicas e pesquisas em torno de Antônio Carlos Magalhães.....	168
Figura - 7	Encadeamentos de tipologias de acontecimentos públicos, organizações típicas e pesquisas em torno de Dilma Rousseff	171
Figura - 8	Encadeamentos de tipologias de acontecimentos públicos, organizações típicas e pesquisas em torno de Luiz Inácio Lula da Silva	174

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	COMUNICAÇÃO E ACONTECIMENTO PÚBLICO.....	25
2.1	Experiência e objeto: as duas dimensões do conceito de acontecimento.....	25
2.1.1	<i>Acontecimentos entre paradoxos da visibilidade.....</i>	<i>29</i>
2.2	Intensidade de circulação e desafios da interpretação.....	35
3	AS VIRADAS: COMPLEXIDADE E HERMENÊUTICA.....	40
3.1	A virada complexa.....	40
3.2	A virada hermenêutica.....	47
4	COMUNICAÇÃO & POLÍTICA: INTERFACE E INTERESSES CIENTÍFICOS.....	54
4.1	Práticas científicas em comunidade.....	54
4.2	Constituição da interface Comunicação & Política.....	59
4.3	Comunicação & Política no Brasil.....	61
4.3.1	<i>Interesses científicos.....</i>	<i>62</i>
4.3.2	<i>Espaços de debate.....</i>	<i>67</i>
5	DESENHO TEÓRICO E METODOLÓGICO.....	70
5.1	Construção e justificativa do <i>corpus</i> : GT de C&P da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós).....	71
5.2	Procedimentos metodológicos: análise em duas partes.....	75
6	PARTE I – VIRADA COMPLEXA.....	79
6.1	A construção de acontecimentos como objetos empíricos dos artigos do GT de C&P da Compós (2000-2021).....	80
6.1.1	<i>Eleições.....</i>	<i>85</i>
6.1.2	<i>Governos.....</i>	<i>96</i>
6.1.3	<i>Recessões e planos econômicos.....</i>	<i>104</i>
6.1.4	<i>Atividades legislativas.....</i>	<i>107</i>
6.1.5	<i>Escândalos políticos.....</i>	<i>114</i>
6.1.6	<i>Manifestações sociais.....</i>	<i>119</i>
6.1.7	<i>Tragédias.....</i>	<i>124</i>
6.1.8	<i>Polêmicas e ofensas públicas.....</i>	<i>128</i>
6.1.9	<i>Reposicionamentos de imagem.....</i>	<i>131</i>
6.1.10	<i>Exibições culturais.....</i>	<i>134</i>

6.2	Parte I: acontecimentos públicos como objetos empíricos (GT de C&P, Compós, 2000- 2021).....	137
6.3	Organizações típicas de acontecimentos públicos.....	139
6.3.1	<i>Perspectiva sistêmica: aberturas e fechamentos</i>	145
7	PARTE II: VIRADA HERMENÊUTICA	155
7.1	Prefiguração: as cenas públicas.....	157
7.2	Acontecimentos públicos entre o esperado e o inesperado.....	162
7.2.1	<i>Demonstração A</i>	166
7.2.2	<i>Demonstração B</i>	169
7.2.3	<i>Demonstração C</i>	172
7.3	Parte II: Emergências e permanências dos acontecimentos públicos.....	175
7.4	Leitor imaginado: recomeço do círculo hermenêutico.....	176
7.4.1	<i>Ação de pesquisa e ação pesquisada</i>	180
8	ACONTECIMENTOS PÚBLICOS E CONHECIMENTO CIENTÍFICO DA INTERFACE ENTRE COMUNICAÇÃO & POLÍTICA	183
8.1	A parte científica do acontecimento público.....	184
8.2	Reorganização de si: acontecimentos e práticas científicas em comunidade....	189
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	196
	REFERÊNCIAS	203
	APÊNDICE A – ARTIGOS CIENTÍFICOS APRESENTADOS NO GT DE C&P DA COMPÓS E PUBLICADOS NOS ANAIS DO EVENTO (LISTADOS POR ANO, 2000-2021)	214

1 INTRODUÇÃO

Esta tese investiga a organização de acontecimentos públicos nas e pelas pesquisas em Comunicação e Política (C&P). A presente abordagem é desenvolvida com foco no conceito de acontecimento público em diálogo com as práticas científicas da interface entre C&P, que faz parte da área do conhecimento em Comunicação. O interesse em estudar os acontecimentos públicos é desdobrado com a orientação do paradigma da complexidade (MORIN, 2005; [1977] 2016) e da hermenêutica narrativa e reflexiva (RICOEUR, [1983] 2010a; [1991] 2010c; [1990] 2014), igualmente articulados com as práticas científicas exercidas em comunidade científica (MAIA & FRANÇA, 2003).¹

A interface entre C&P, escolhida para compor esta tese, tem origem simultânea com a formação da grande área da Comunicação, institucionalmente criada entre as descontinuidades do século XX. A admissão de fenômenos da prática política pelo viés da propaganda e da opinião pública fundou, apesar da dispersão inicial, um conjunto de novos interesses de pesquisa (GOMES, 2011). Logo no início da década, em 1901, termos como *multidão* e *público* figuraram as problematizações de Gabriel Tarde na obra *A Opinião e as Massas*, considerada parte fundamental do percurso de compreensão do conceito de opinião pública (WEBER, 2020). “Louvada, desejada ou negada” (WEBER, 2020, p. 32), a opinião pública ainda ganhou fôlego com a publicação da obra *Opinião Pública* (1922) de Walter Lippmann.

A observação das práticas e a posterior reflexão foram, assim, formando novos interesses de pesquisa. Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), segundo Rüdiger (2016), o termo “‘propaganda’ praticamente de imediato, se converteu em termo corrente [...]” (RÜDIGER, 2016, p. 116). Para Gomes (2011), teria sido esse o acontecimento que se inscreveu como ponto de referência inicial das pesquisas da interface na conjuntura internacional. Estudos posteriores acrescentaram problemas em virtude de novos acontecimentos da política, como as eleições democráticas, e das práticas incidentes nesses acontecimentos, como a propaganda, o jornalismo, as pesquisas de opinião e

¹ Nesta **Introdução**, as datas entre colchetes são referentes aos anos originais das publicações e serão mencionadas apenas na primeira citação de cada referência.

a participação eleitoral. Modelos teóricos e metodológicos, como o relatório *The Peoples's Choice* sobre a decisão do voto (Paul F. Lazarsfeld, Bernard Berelson & Hazel Gaudet, 1948); o agendamento jornalístico (*agenda-setting*, Maxwell McCombs e David L. Shaw, 1972); e o clima de opinião com a premissa da espiral do silêncio (Elisabeth Noelle-Neumann, 1974), são apenas alguns exemplos de marcas inaugurais de estudos de interface (GOMES, 2011).

Apesar do início disperso em termos de produção científica, foi ao longo do século XX, a “era dos extremos”, conforme qualifica Hobsbawm (1995), lembrado pelas grandes guerras mundiais e pelos regimes totalitários, que se constata o uso significativo da palavra *comunicação* (FRANÇA, 2011; SODRÉ, 2014). À época, as definições oriundas do inglês *communication* eram voltadas ao fenômeno de transmissão de mensagens. O significado somado às conjunturas extremas da política mundial e ao avanço do capitalismo pós-guerra, de acordo com Sodré (2014), resultaram em significativos impactos epistemológicos, entre eles, o profundo atravessamento das lógicas do mercado no fazer científico.

No Brasil, as eleições de 1989, o primeiro pleito após 21 anos de ditadura militar (1964-1985), foram rearranjadas pela política televisionada, instigando a formação da interface entre C&P. A singularidade da propaganda foi objeto da investigação da comunidade científica que, gradativamente, se formava institucionalmente em espaços legítimos da produção de conhecimento (BOURDIEU, 1983). Não distante do tempo do acontecimento de 1989, firmou-se o grupo de trabalho (GT) de C&P na principal associação de pesquisadores, a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, a Compós, fundada em 1991 (RUBIM & AZEVEDO, 1998; RUBIM, 2004; GUAZINA, 2007; CHAIA, 2007; MARQUES & MIOLA, 2018; WEBER, 2020).

Com as eleições de visibilidade global nos Estados Unidos, em 2008, processo que levou Barack Obama à Presidência do país, as campanhas eleitorais, desta vez *online*, configuraram uma mudança no que se conhecia até então sobre propaganda. No Brasil, a regulação de campanhas eleitorais *online* ocorreu em dezembro de 2009, preparando as condições legais para as primeiras experiências nacionais no ano seguinte, em 2010. De lá para cá, não apenas a propaganda eleitoral, mas o consumo de notícias, as conversações sociais, as relações afetivas, as rotinas de trabalho,

entre outros aspectos da vida cotidiana, ainda estão em processo de arranjo ante o aumento de ofertas de dispositivos por empresas de tecnologia (GOMES, 2016).

É nesse entrecruzamento que esta tese está localizada, sobretudo entre o acúmulo de patrimônio científico da interface entre C&P e as novas possibilidades. A tese, cujo eixo permanente é o vínculo entre acontecimentos públicos e práticas científicas em comunidade da interface em C&P, é rearranjada segundo duas viradas antes mencionadas e, a partir de agora, aprofundadas: a virada complexa e a virada hermenêutica.

O princípio dialógico do paradigma da complexidade (MORIN, 2005) é operador da ideia de que a relação entre acontecimentos públicos e práticas científicas é uma organização que nasce pela desordem. Por vezes isolados e rejeitados pelas ciências devido ao sentido de ruptura, os acontecimentos integrados aos conhecimentos científicos são traços de abertura epistemológica ao tratamento das incertezas. O interesse pelo tema deriva da observação de que, apesar da inerente desordem causada por acontecimentos públicos, esses são organizados nas e pelas pesquisas em C&P, dialogicamente.

Quando se fala em “nas” e “pelas” pesquisas, há aí uma marca do princípio recursivo do mesmo paradigma. Com a organização de acontecimentos públicos nas e pelas pesquisas em C&P, as práticas científicas se auto-organizam e reorganizam o conhecimento da interface. As mesmas práticas desorganizadas por acontecimentos públicos que se impõem ao mundo vivido e ao estado de coisas já estabelecido, organizam acontecimentos públicos e se auto-organizam por eles.

O paradigma também contempla o princípio hologramático, intitulado assim por conta da figura do holograma. Esse operador explica a inscrição do todo nas partes e das partes no todo, produzindo uma organização ao mesmo tempo única e múltipla (MORIN, 2016). A tese destaca o acontecimento, que é próprio da singularidade, como parte que se impõe ao todo social e o todo está nela inscrito. A singularidade ou, nas palavras de Quéré (2011, p. 14), a “individualização do acontecimento” emerge e se apresenta como algo novo capaz de explicar questões normalizadas e assimiladas culturalmente.

A noção de que a singularidade é reveladora de questões normalizadas é explicada pelo poder hermenêutico do acontecimento cuja emergência desorganiza e reorganiza experiências pessoais e coletivas. Onipresentes na história da humanidade, os acontecimentos são pontos de interesse em comum de práticas sociodiscursivas com ações e valores distintos (QUÉRÉ, 2012; FRANÇA, 2012). O caráter público aqui investigado ainda acrescenta camadas de complexidade porque, quando público, são acionados problemas em torno da visibilidade e das condições sociais desiguais em tomar parte desse objeto partilhado. Os sentidos dos acontecimentos públicos estão condicionados entre dinâmicas não livres de paradoxos (WEBER, 2017).

Nesta tese, a organização de acontecimentos públicos nas e pelas pesquisas é resultado de práticas científicas que, ao realizarem essa ação, se auto-organizam em comunidade científica (MORIN, 2016). A auto-organização é validada pelas atividades de escrita e de leitura, por serem consideradas fundamentais para a expressividade pública do conhecimento, e implica na segunda virada desta tese, a hermenêutica narrativa e reflexiva. A segunda virada apresenta as contribuições referentes às práticas científicas que, diferentemente de ações isoladas, são práticas com regras constitutivas e dotadas de significação de um agir (RICOEUR, 2014).

Nas ciências sociais aplicadas, que é a grande área na qual se insere a interface aqui estudada, o fazer científico é traduzido pela escrita e submetido à apreciação de um “leitor desconfiado” (RICOEUR, 2010a, p. 292). Incluso nas instituições, o agir científico é uma prática recuperada pelos textos científicos nos quais estão registradas escolhas teóricas e metodológicas de determinada pesquisa. Com base no círculo hermenêutico entre a prefiguração da ação (mímesis I) e a reconfiguração pela leitura (mímesis III), mediadas pela configuração na narrativa (mímesis II), a compreensão do texto não se esgota nele mesmo, mas avança para a compreensão de si enquanto partícipe de uma comunidade científica (RICOEUR, 2010a; 2010c; 2014).

O diálogo entre a complexidade e a hermenêutica é marcado pela análise de práticas científicas que, ao organizarem acontecimentos públicos, permitem compreender não apenas os objetos das pesquisas, mas também as próprias práticas que os organizaram. Cabe tensionar as práticas científicas com a mudança do

conceito de acontecimento gerada pelo avanço da técnica e das ações midiáticas, pois tornam incessante a produção da novidade (NORA, [1974] 1995).

A literatura de referência sobre a constituição da interface entre C&P indica a onipresença de acontecimentos públicos na história das práticas científicas (RUBIM & AZEVEDO, 1998; RUBIM, 2004; GOMES, 2011, 2016; GUAZINA, 2007; CHAIA, 2007; MARQUES & MIOLA, 2018; WEBER, 2020). As práticas científicas, ao organizarem acontecimentos públicos, estão correlacionadas ao modo com que esses são produzidos por outras práticas sociodiscursivas e, por isso, encaram desafios interpretativos gerados por processos de disputas de sentidos (BALDISSERA, 2008), por paradoxos da visibilidade (WEBER, 2017) e por temporalidades aceleradas (SODRÉ, 2014; BARBOSA, 2017; BARBOSA & RÊGO, 2017). Singulares e com essência de ruptura, os acontecimentos públicos são desordens organizadoras (MORIN, 2005) que se impõe às diversas práticas sociais, entre elas, as práticas científicas exercidas em comunidade (MAIA & FRANÇA, 2003). A organização de acontecimentos públicos por práticas científicas implica na ação de compreender-se em comunidade porque tais práticas são exercidas com significação e nas instituições (RICOEUR, 2010a; 2010c; 2014). Desdobram-se, a partir dessas premissas, os seguintes **problemas de pesquisa**:

1. como a organização de acontecimentos públicos nas e pelas pesquisas em Comunicação & Política expressa contextos históricos, sociais, políticos e culturais em que esses emergem?
2. como a organização de acontecimentos públicos nas e pelas pesquisas, enquanto partes singulares de um todo, manifesta um poder-agir científico das práticas científicas em Comunicação & Política?

As questões são da ordem do singular e do geral, do acontecimento público ao conhecimento em C&P, do conhecimento em C&P ao todo social no qual está incluído. A primeira pergunta parte do conceito de organização como simulação lógica, cujas relações se fazem conceitualmente: o acontecimento público é próprio da desordem, mas, se sua identificação se dá nas e pelas pesquisas, é porque se considera, dialogicamente, a ordenação por operações científicas. Levando em consideração que só existe organização por interação entre elementos, pressupõe-se que há, além de acontecimentos públicos, mais elementos em interação a serem identificados, caso se

aceite a tese de Morin. O paradigma da complexidade leva esse nome por causa das múltiplas inter-relações, correlações, interações, constrições, retroações, transformações, englobantes e englobadas na e pela organização.

A primeira pergunta leva ao segundo questionamento acima proposto, pois o acontecimento público é apenas uma parte do conjunto de interesses científicos da interface estudada. Ao mesmo tempo, cabe responder o quanto essa parte manifesta as práticas científicas de pesquisa realizadas em comunidade. A dinâmica das práticas científicas desenvolvidas em comunidade, para Maia & França (2003), ainda que consideradas as relações de poder, é potencialmente interessante para o conhecimento em termos de ganhos epistêmicos devido ao caráter interacional, como “a circulação de ideias e a exposição ao juízo dos pares”, fazendo com que as próprias instituições se fortaleçam (MAIA & FRANÇA, 2003, p. 193). Por isso, a ação de organização, quando aplicada às práticas científicas, supera as ações básicas e é questionada segundo um agir ético com viés científico, exercido em comunidade e nas instituições (RICOEUR, 2014; MAIA & FRANÇA, 2003).

O conceito de organização será a “simulação lógica” (MORIN, 2016, p. 176) a ser explorada como **hipótese**: as práticas científicas, ao organizarem acontecimentos públicos nas e pelas pesquisas, se auto-organizam em comunidade científica e reorganizam o conhecimento da interface entre C&P. Ambos os prefixos adicionados ao conceito de organização (“auto” e “re”), contidos na hipótese como auto-organização e reorganização, são reflexos da aceitação da complexidade como paradigma. A aceitação da complexidade e dos principais princípios desse paradigma (dialógico, recursivo e hologramático) leva à afirmativa de que a delimitação de acontecimentos públicos, conforme critérios científicos para atender objetivos de pesquisa, é uma forma de organização que deriva de escolhas e operações teóricas e metodológicas. As escolhas e as operações, as quais serão pormenorizadas ao longo desta tese, geram uma organização reconhecida pela comunidade científica. A comunidade científica, por sua vez, se auto-organiza a partir de pesquisas precedentes e produz novas organizações de acontecimentos públicos sucedentes. Nesse ponto, cabe situar as contribuições de Ricoeur (2014) para aprofundar a afirmativa sobre a auto-organização da comunidade científica, pois quando essa é feita nas instituições significa que as práticas científicas com e entre pares estão

associadas a um agir ético. Ademais, com esse autor, são circunscritas as atividades de narrar e refletir pela escrita e pela leitura, dois modos concretos com que as práticas científicas produzem conhecimento e o tornam público aos pares. A organização de acontecimentos públicos, além da auto-organização da comunidade científica, implica na reorganização do conhecimento em C&P, cujo processo é permitido pelas atividades concretas de escrita e de leitura de textos científicos. Remetendo novamente a Ricoeur, esse processo ocorre nas instituições e, por isso, interessa tanto o resultado da organização de acontecimentos públicos nas e pelas pesquisas quanto a significação da ação de organizá-los.

Ambas são derivadas dos acontecimentos públicos que se impõem e, por serem públicos, não emergem nos moldes científicos, nem estão reservados ao conhecimento científico, pelo contrário, a qualidade pública aciona múltiplas práticas que enfrentam desiguais condições de visibilidade. A imposição ante a múltiplas práticas sociais e a produção de sentido que essas práticas fazem do acontecimento, que antes se impôs a elas, condiz com a segunda vida do acontecimento (QUÉRÉ, 2012). Para o autor, a segunda vida do acontecimento é sempre resultado de uma ação cognitiva: “Ao proceder assim, transformamos a qualidade intrínseca e a pressão externa – ou seja, as características de um acontecimento existencial – em um objeto propriamente dito [...]” (QUÉRÉ, 2012, p. 30). O objeto propriamente dito, especifica Quéré (2012), é transformado pelo trabalho de significação. A segunda vida do acontecimento, portanto, depende das lógicas próprias de cada prática social que o dota de sentido. Na hipótese desta tese, as práticas científicas são postas como organizadoras de uma nova vida do acontecimento público – uma vida científica –, logo é uma conformação diferente da mudança existencial primeira do acontecimento (QUÉRÉ, 2012).

A organização que transforma acontecimentos públicos em objetos científicos, conforme a hipótese, gera ainda auto-organização em comunidade científica e reorganização do conhecimento em C&P, isto é, são práticas exercidas coletivamente. Diferente das práticas isoladas, as práticas com significação produzem mais do que a ação em si mesma. As práticas científicas, através das quais o que antes emergiu publicamente passa a ser organizado nos moldes científicos, além da vida científica

do acontecimento, geram auto-organização e reorganização porque são reconhecidos os acontecimentos que se impõem e interessam ao conhecimento em C&P.

Para responder aos problemas da pesquisa, o **objetivo** é compreender as práticas científicas exercidas em comunidade pela interpretação de acontecimentos públicos nas e pelas pesquisas em C&P. São elencados, como **objetivos específicos**, os seguintes:

1. Identificar elementos em interação com acontecimentos públicos nas e pelas pesquisas em C&P;
2. Construir organizações típicas de acontecimentos organizados;
3. Compor encadeamentos de acontecimentos de diferentes organizações entre as pesquisas em C&P.

A **metodologia** de análise projetada para atender esses objetivos inclui, como procedimentos, a seleção do *corpus*, cujo total é de 216 artigos científicos apresentados no GT de C&P da Associação de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) e publicados nos anais do evento, entre 2000 e 2021; a leitura cronológica do material, do ano de 2000 a 2021; a identificação dos objetivos de cada artigo científico; a criação de tipologias temáticas de acontecimentos públicos organizados como objetos empíricos; o agrupamento de artigos científicos condizentes com as tipologias criadas; e o encadeamentos de artigos científicos heterogêneos. Os procedimentos contaram com o auxílio do software *Atlas.ti*, sobretudo, o uso do recurso de arquivos e da ferramenta de busca do *software* por palavras-chaves.

A **justificativa** para a escolha do GT de C&P da Compós (2000-2021) é apoiada na longevidade da comunidade científica, desde o primeiro congresso, realizado em 1992, um ano após a criação da associação (1991), sobrevivendo aos processos de reativagem. A longevidade proporciona a análise de artigos científicos dos últimos 21 anos, disponíveis para acesso *online* no *site* oficial da Compós. Avaliada pelas práticas científicas que se fazem em comunidade, a associação é também escolhida pela legitimidade do espaço de debate entre os pares. Consideram-se práticas científicas aquelas legitimadas e reconhecidas entre pares no espectro das atividades coletivas cujas relações são orientadas por capitais científicos mais e menos desiguais

(BOURDIEU, 1983). O espaço de debate coletivo é acentuado pela concorrência anual para nele ingressar, pois a aceitabilidade é de apenas dez artigos por edição. A aceitabilidade de apenas dez artigos implica, necessariamente, na recusa de outros. A justificativa de escolha é, portanto, baseada na longevidade, na legitimidade, na aceitabilidade e na atividade em comunidade.

Esta tese se insere entre um conjunto de esforços sobre a interface entre C&P constatados por pesquisas antecedentes com diferentes vieses de análise. Segundo a bibliografia mapeada², em que se buscou o conhecimento em C&P como objeto, foram identificados, primeiro, os estudos históricos com foco na originalidade da constituição do campo em diálogo com a literatura que inspirou a pesquisa em C&P. São estudos que apresentam conceitos e teorias norteadoras para a compreensão de fenômenos de comunicação e política (MATOS, 1994; RUBIM & AZEVEDO, 1998; RUBIM, 2004; CHAIA, 2007; GUAZINA, 2007; GOMES, 2011; WEBER, 2020).

Também estão disponíveis estudos de balanço da produção e das agendas de pesquisa no Brasil. Os grupos de trabalho afins à interface entre C&P dos congressos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) e da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) foram analisados segundo dois eixos principais: 1. as instituições a que estão vinculados os autores; 2. os temas de artigos científicos (i.e. comunicação e ativismos; jornalismo político; campanhas eleitorais e propaganda política; governo eletrônico/Estado digital; comunicação institucional/imagem pública; comportamento e opinião pública; economia política da comunicação) (SARMENTO, MASSUCHIN & MENDONÇA, 2021).

A pesquisa em que são analisados os artigos científicos do GT de C&P da Compós (FRANÇA *et al.*, 2018) tem como foco os autores e as autoras mais citados em publicações do grupo, entre 2006 e 2015, contemplando as referências teóricas mais relevantes em termos quantitativos. Sobre outro espaço de debate científico reconhecido, a Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compólítica), foi estudado o Diretório de Teses e Dissertações com foco nas

² Mapeamento realizado com a palavra-chave “comunicação e política” no Diretório de Teses e Dissertações da Capes e no Portal de Periódicos da Capes. Como adendo, destaca-se uma produção caracterizada por textos ensaísticos (SAMPAIO, SARMENTO e CHAGAS, 2021).

instituições a que estão vinculados os autores, os temas de artigos científicos e as especialidades de pesquisadores-orientadores nos cursos de mestrado e doutorado no Brasil (ALDÉ, CHAGAS & SANTOS, 2013).

Dos estudos mapeados, dois são diretamente correlatos com a correspondência empírica de acontecimentos públicos. Em Marques & Miola (2018, p. 108), é apresentada a crítica de que “uma série de leituras continua a tratar agentes e fenômenos como se o cenário político-midiático fosse praticamente o mesmo desde a eleição de Collor, em 1989”. A crítica enfatiza que o olhar analítico predominante há duas décadas seria o mesmo para objetos que se conformaram posteriormente. Outra crítica, que também articula um acontecimento, propõe o seguinte questionamento: “O golpe jurídico-parlamentar de 2016 pegou de surpresa os pesquisadores brasileiros em Comunicação Política. Como e por que isso pôde acontecer?” (ALBUQUERQUE, 2018, p. 171). O autor entende que, a partir do acontecimento citado, impera a “necessidade de uma ampla revisão da agenda da pesquisa no campo da Comunicação Política no Brasil” (ALBUQUERQUE, 2018, p. 174).

Apesar das diferenças, ambos os artigos (ALBUQUERQUE, 2018; MARQUES & MIOLA, 2018) encaixam o acontecimento como uma peça do conhecimento em C&P de acordo com a expectativa de as pesquisas atenderem às urgências do seu próprio tempo. No contraste delineado em Marques & Miola (2018), as eleições de 1989 são acontecimentos qualificados por um passado longínquo, pouco articuláveis com o presente do argumento proposto pelos autores, publicado em artigo do ano de 2018. Já em Albuquerque, artigo também publicado no ano de 2018, é notada a falta de produção científica suficientemente atenta de tal forma que as incertezas não a peguem de surpresa.

Nas duas perspectivas, há uma correlação com esta tese e, ao mesmo tempo, uma diferença. A diferença é marcada pelo interesse na diversidade de acontecimentos organizados nas e pelas pesquisas em C&P, estudadas segundo os artigos científicos apresentados no GT de C&P e publicados nos anais do evento da Compós, de 2000 a 2021. Esse recorte não está contemplado em nenhuma das abordagens mapeadas (MATOS, 1994; RUBIM & AZEVEDO, 1998; RUBIM, 2004; CHAIA, 2007; GUAZINA, 2007; GOMES, 2011; ALDÉ, CHAGAS & SANTOS, 2013;

ALBUQUERQUE, 2018; MARQUES & MIOLA, 2018; FRANÇA *et al.*, 2018; WEBER, 2020; SARMENTO, MASSUCHIN & MENDONÇA, 2021).

Além do conjunto de pesquisas sobre o campo da C&P, as duas viradas desta tese – a da complexidade e a da hermenêutica – também são passíveis de questionamento quanto a suas inserções na área da Comunicação. O paradigma da complexidade é orientador de releituras argumentativas para explicação e compreensão dos processos de Comunicação Organizacional (BALDISSERA, 2009) e esses com as relações públicas (BALDISSERA, 2001; SCROFERNEKER & AMORIM, 2017). A contribuição de Ricoeur também é bem recebida por perspectivas sobre a historicidade da Comunicação (BARBOSA, 2007; BARBOSA & RÊGO, 2017; RÊGO & LEAL, 2019) e como aporte teórico e metodológico para leitura de narrativas jornalísticas (RESENDE, 2009; DALMONTE, 2010; CARVALHO, 2012; RÊGO, 2018; LAGE, 2019). Essas pesquisas, cada uma com estratégias diferentes, são exemplares quanto aos tensionamentos de teorias e conceitos para além dos contextos em que foram forjados, sobretudo a postura epistemológica inventiva diante do texto.

Esta tese será desenvolvida em nove capítulos, incluindo a presente **Introdução**. A sequência deste texto introdutório é projetada com o debate sobre o conceito de acontecimento (NORA, 1995; QUÉRÉ, 2005; 2011; 2012; FRANÇA & LOPES, 2017) e do respectivo caráter público que o qualifica e adiciona nuances sobre as condições de visibilidade e de debate (GOMES, 1994; MAIA, 2008; MARQUES, 2012; WEBER, 2017). Tais nuances relacionadas com as lógicas que tornam acontecimentos *públicos* geram desafios para a interpretação em sociedades complexificadas pela globalização e pelo avanço da técnica (SODRÉ, 2014; BARBOSA, 2017; PRADO, 2020). Assim, no **capítulo 2**, serão apresentados argumentos referentes à intrínseca relação da epistemologia da Comunicação com as transformações dos últimos séculos por meio do conceito de acontecimento.

No **capítulo 3**, as duas viradas, a complexa e a hermenêutica, serão trabalhadas por princípios, conceitos e definições, primeiro, de acordo com conformações originais; segundo, com as releituras em articulação com as problemáticas desta tese, de modo a justificar a pertinência de cada perspectiva para o presente estudo. Será um capítulo desenvolvido a partir das obras de Morin e de Ricoeur, respectivamente.

No **capítulo 4**, o eixo da abordagem é a interface entre C&P e a noção de comunidade científica. Tanto a noção de interface (BRAGA, 2004) quanto de comunidade científica (MAIA & FRANÇA, 2003) serão aprofundadas, pois são especificações válidas aos problemas propostos. Será também um capítulo para retomar a constituição das agendas de pesquisa por causa de acontecimentos de acordo com a literatura de referência e sob os pontos de vista histórico e institucional (MATOS, 1994; RUBIM & AZEVEDO, 1998; CHAIA, 2007; GUAZINA, 2007; GOMES, 2011; 2014; WEBER, 2020).

No **capítulo 5**, o foco é delinear o desenho teórico e metodológico, a construção do *corpus* e os procedimentos da análise desenvolvida em duas partes, cada qual orientada pelas duas viradas desta tese. Embora diferentes em termos de objetivos, as duas partes são complementares, pois os resultados da primeira (**capítulo 6**) balizam a segunda etapa (**capítulo 7**).

No **capítulo 8**, a partir dos resultados das análises, os dois problemas de pesquisa serão respondidos em diálogos retrospectivos e prospectivos. O teor retrospectivo do capítulo retoma os debates dos capítulos precedentes. Já o teor prospectivo contempla as perspectivas necessárias para a compreensão dos resultados da análise, principalmente com as contribuições de Agamben ([2008] 2021) e L. M. Martino³ & Marques (2021) para responder aos problemas de pesquisa desta tese. Por fim, no **capítulo 9**, a conclusão será dedicada a reflexão sobre as experiências deste fazer científico e as possibilidades abertas com ele.

³ As citações referentes ao pesquisador Luís Mauro Sá Martino serão acrescidas pelas iniciais do nome (L. M) para estabelecer distinção com o pesquisador Luiz Cláudio Martino, que também será citado nesta tese com as respectivas iniciais do nome (L. C).

2 COMUNICAÇÃO E ACONTECIMENTO PÚBLICO

Este capítulo reúne o referencial teórico e metodológico segundo o qual esta tese é permanentemente orientada. O primeiro subcapítulo, dedicado à perspectiva comunicacional do acontecimento público, tem como ponto de partida o debate acerca da definição do conceito entre a inerente associação com dispositivos midiáticos (NORA, 1995) e a dimensão existencial que independe deles (QUÉRÉ, 2012).

Conforme será visto, o debate, segundo a distinta visão entre as teses de Quéré e Nora, é particular aos desdobramentos no espaço comum (ARENDDT, [1971] 2019; MARQUES, 2012), ao desenvolvimento das esferas de visibilidade públicas (GOMES, 1994) e dos paradoxos da visibilidade (WEBER, 2017) em sociedades que dependem da ação de tornar público para melhor criar condições de debate (MAIA, 2008). Dessa forma, o público que acompanha o conceito de acontecimento, conforme será trabalhado, instala inflexões necessárias ao debate sobre processos de visibilidade.

O estatuto do conceito de acontecimento muda conforme transformam-se as formas de torná-lo público. O processo entre aparecer e padecer, enraizado em sociedades complexas, adiciona desafios para a interpretação de acontecimentos em intensa circulação. Como será visto, as transformações socioculturais geradas pelo avanço do capitalismo estão no âmago dos desafios das pesquisas em Comunicação, as quais não estão isentas de reproduzir lógicas do mercado. Não apenas muda o estatuto do acontecimento, mas também as condições para analisá-lo. Essas condições serão abordadas, principalmente, com as contribuições de Sodré (2014), Barbosa (2017) e Prado (2020).

2.1 Experiência e objeto: as duas dimensões do conceito de acontecimento

Neste subcapítulo, são estudadas duas dimensões do conceito de acontecimento, cujas definições serão de interesse permanente desta tese. A primeira dimensão é a de acontecimento existencial, enquanto a segunda é a de acontecimento-objeto, ambas conceituadas por Quéré (2012). O autor admite a coexistência das duas dimensões como uma “dupla vida do acontecimento” (2012, p. 21), sem que uma anule a outra. Pelo contrário, o que ocorre é uma transformação do acontecimento a depender de investimentos cognitivos, discursivos, narrativos das

mais diferentes práticas sociais, entre elas, a própria prática científica, que compõe o eixo desta tese. É sobre essa transformação que se dedica este subcapítulo.

Para Quéré (2012), autor filiado ao pragmatismo, o conceito de acontecimento é condizente com a transitoriedade do *vir a ser* de algo que acontece, que se impõe, que irrompe. O delineamento marcado pelo emergir de algo novo provoca reações espontâneas e imediatas ao que acontece na realidade. A noção (“existencial”), que dá nome à primeira vida do acontecimento, é definida pelas “mudanças contingentes que se produzem concretamente no nosso entorno” (QUÉRÉ, 2012, p. 24).

Para que mudanças sejam percebidas como tais, requer-se um estado inicial, que é modificado pelo acontecimento, constituindo-se em um processo, um “devir” direcional, de um ponto a outro. A transitoriedade e a direcionalidade incumbidas no conceito ganham síntese na ideia de temporalidade. Enquanto experiência de mudança contingente, o acontecimento desenvolve-se em um presente vivo no curso em que ele mesmo acontece. Por isso, a incompletude faz parte do acontecimento existencial, sendo inapreensível e intraduzível em totalidade (QUÉRÉ, 2012).

O contrário, isto é, a possibilidade de apreensão, é pertinente apenas à segunda vida do acontecimento, na qual é transformado em objeto “de consciência, de pensamento, de discurso, de investigação e de julgamento” (QUÉRÉ, 2012, p. 24). Segundo Quéré, “a grande diferença entre as duas dimensões é o grau de simbolização” (2012, p. 24), mais acentuado quando construído como objeto do conhecimento. Aqui, o sentido de conhecimento não é restrito ao caráter científico, mas ampliado aos diferentes trabalhos cognitivos que o denotam de sentido por meio do discurso (QUÉRÉ, 2012).

No caso do acontecimento especificamente público, as práticas sociodiscursivas envolvidas se multiplicam, logo, multiplicam-se os sentidos projetados. Ao se incluir o conhecimento científico, organizado para finalidades da pesquisa científica, entende-se que essa é uma entre variadas formas de tomar parte do acontecimento. Significa dizer que o acontecimento, especialmente o público, não é uma propriedade científica. Pelo contrário, talvez as atividades científicas sejam as últimas a torná-lo objeto, levando em consideração que outras práticas – como o jornalismo, a publicidade, a propaganda, a cinematografia, o entretenimento, a política, entre outras – possuem rotinas produtivas que permitem maior agilidade de enunciação.

É contorno específico do acontecimento de caráter público a relação com o mundo das aparências, o espaço público, cuja lei é a pluralidade humana. Importa acentuar a perspectiva de que, para Arendt (2019), as aparências “sempre exigem espectadores e, por isso, sempre implicam um reconhecimento e uma admissão [...]” (ARENDR, 2019, p. 63) de si mesmo, dos outros e do mundo. Dessa maneira, seres percebem e são percebidos transmutando-se em sujeito e objeto, em aparecer e parecer para os outros. Nas palavras da autora: “A mundanidade das coisas vivas significa que não há sujeito que não seja também objeto e que não apareça como tal para alguém que garanta sua realidade ‘objetiva’” (ARENDR, 2019, p. 36).

A pluralidade do espaço público, somada ao sentido disruptivo do acontecimento, isto é, a forma como “põe em marcha uma transformação, uma ruptura e uma resistência à normalidade” (MARQUES, 2012, p. 143), possibilita a criação de “um espaço comunicativo” em torno e por causa de acontecimentos. Reforça-se o caráter público, uma vez que acione o sentido de pluralidade humana (ARENDR, 2019) com todas as diferenças e as fraturas que essa ideia contém (MARQUES, 2012).

O traço é fundamental para a análise do acontecimento público, pois as condições de tomar parte, de construir e de disputar sentidos (BALDISSERA, 2008) são imersas em paradoxos da visibilidade e assujeitadas por relações de poder e desequilíbrios entre interesses públicos e privados na ação de tomar parte dos acontecimentos públicos fazem (WEBER, 2017).

A inserção de práticas na produção de acontecimentos, entre elas, a midiática, na avaliação de Nora (1995), é sintoma da alteração epistemológica do próprio conceito, pois perde-se a essência que o fazia ser conceituado como tal. Antes responsabilidade do ofício historiográfico, a definição do que merece ser conhecido como acontecimento passa a ser responsabilidade dos *mass media*, que os produzem incessantemente a ponto de desrealizá-los.

A discordância interessa ao estudo que se faz nesta tese, especialmente, pelo entendimento de que o acontecimento de caráter público congrega duas dimensões: as mudanças contingentes e as modulações discursivas, incluindo a produção incessante de certos acontecimentos em função de outros (NORA, 1995; QUÉRÉ, 2012). O nível das mudanças que afetam as experiências pessoais encontra-se com

o nível da simbolização do acontecimento enquanto objeto de debate e, segundo o que se busca salientar, é o caráter público que confere tal coexistência.

Não há dúvidas sobre a dimensão da visibilidade pública do atentado ao World Trade Center (Estados Unidos, 2001), por exemplo, e não há dúvidas sobre ter o acontecimento afetado o âmago da vida particular: as pessoas que testemunharam, as pessoas que sobreviveram, as pessoas que morreram, as pessoas que conhecem pessoas dos padeceres anteriores. Para quem exerceu uma função social e profissional, como bombeiros, enfermeiros, médicos. Para quem o noticiou e para quem acompanhou essas notícias pela televisão. São todas essas marcadas, direta e indiretamente, por um acontecimento de impacto público e particular. Há, dessa maneira, aspectos passíveis de reconstrução do acontecimento – o espaço-tempo em que se desenvolve, os agentes que participam da simbolização, o número total de atingidos – e os aspectos inapreensíveis de reconstrução fidelizada do que foi sentido à época, o que “realmente aconteceu”, que são as múltiplas experiências que independem das modulações do discurso. Conforme Quéré (2012, p. 37):

Os acontecimentos não são, em primeiro lugar, representações, mas mudanças existenciais apreendidas sob o aspecto de seu *happening* e experimentadas simultaneamente sob o prisma de suas qualidades imediatas e de seu condicionamento externo. E a experiência do acontecimento é uma experiência de tais mudanças, combinando as dimensões do afeto, do conhecimento e da prática. A percepção imediata dessas mudanças não as representa; elas é que são efetivamente percebidas e experimentadas. Mas a experiência do acontecimento é também uma experiência de acontecimentos-objetos que solicitam nossa atenção em diversos graus. A recepção desses acontecimentos configurados no universo do discurso não deixa de ocorrer no domínio da experiência (QUÉRÉ, 2012, p. 37).

A discordância entre Quéré (2012) e Nora (1995), recém-introduzida, será abordada em diálogo com perspectivas que problematizam os processos que tornam os acontecimentos visíveis. O objetivo é, sob perspectiva das disparidades entre interesses públicos e privados, aproximar os argumentos das dinâmicas em esferas de visibilidade pública (GOMES, 1994) e entre os paradoxos da visibilidade (WEBER, 2017), ambos compreendidos como variáveis explicativas para a questão que anima o debate sobre a perda de significado do acontecimento produzido não mais pela história, mas pelas práticas midiáticas (NORA, 1995). A discordância pode ser lida de acordo com a

problematização dos interesses em jogo para que alguns acontecimentos se destaquem em visibilidade quando outros sucumbem em invisibilidades.

2.1.1 Acontecimentos entre paradoxos da visibilidade

Este subcapítulo é dedicado ao acontecimento midiático, que faz parte do debate sobre o processo de conversão do acontecimento existencial em objeto. Por um lado, Quéré (2012) advoga para a coexistência da dimensão existencial e de objeto. Por outro, pela primazia midiática em produzir atualidades, incessantemente, Nora (1995) defende que há uma banalização do acontecimento. Para esse debate, as perspectivas críticas das mídias oferecem contribuições sobre as condições envolvidas em tornar o acontecimento público (GOMES, 1994; MAIA, 2008; WEBER, 2017).

Primeiro, são recuperadas as duas definições introduzidas no subcapítulo anterior sobre o acontecimento existencial e o acontecimento-objeto (QUÉRÉ, 2012). A qualidade existencial do primeiro é no sentido de existir para alguém, compor experiências e, assim, realizar-se, independentemente do discurso que se faça sobre ele. A segunda qualidade, a de acontecimento-objeto, faz-se pelo discurso capaz de produzir narrativas das mais diferentes naturezas, como a jornalística, a histórica e, conforme o interesse desta tese, a científica. Há, entre as duas definições, diferentes níveis de experiência: desde a mais imediata, com o acontecimento-existencial, à cognitiva, com o acontecimento-objeto, cujo grau de simbolização lhe é característico. Para o autor, a importância está na mudança que o acontecimento gera no mundo social, o “vir a ser” (QUÉRÉ, 2012, p. 22), desde a condição existencial (no sentido de existir) até a emergência de problemas públicos. Problemas públicos são questões que permanecem adormecidas, normalizadas ou naturalizadas até que haja alguma inflexão para movimentá-las como objetos de discussão nas cenas públicas. No caso da tese de Quéré, o acontecimento é a peça que tem a qualidade de revelá-los (QUÉRÉ, 2012).

Mesmo factualmente esperado, o acontecimento tem valor heurístico, contraria expectativas e permite novas interpretações. A passibilidade do acontecimento que acontece a alguém é diferente de passividade, pois alguém ou um coletivo sempre estará em condições de ser afetado; por conseguinte, a afetação permite novas significações e interpretações sobre o acontecimento. Não se trata apenas de uma reação ao que acontece, mas, especialmente, uma apropriação de

modo a compreender, responder e reconfigurar sentidos. A experiência de confronto com o acontecimento abrange tanto um suportar quanto um agir, exceto o agir para o controle, pois nada mudará o fato de que ele aconteceu (QUÉRÉ, 2005).

A conceituação do acontecimento sem que dependa do discurso para se realizar é um ponto de contrariedade da teoria de Quéré comparada ao processo estudado por Nora (1995), para quem a natureza do acontecimento se transformou a ponto de só ser reconhecido como produto midiático. A metamorfose observada é de nível teórico e epistemológico porque o conceito, ora reservado à seleção historiográfica, passa a ser cotidianamente induzido por atualidades que não cessam de acontecer.

Para Nora, as sociedades modernas testemunham a perda do privilégio do historiador em valorar os acontecimentos que merecem ser lembrados. Na tese do autor, os dispositivos midiáticos é que exercem essa função, e certos acontecimentos tornam-se inseparáveis dos dispositivos midiáticos que os produzem, como rádio, televisão e jornal. Ao afirmar que é um fenômeno observado na modernidade, Nora explica que nem todas as sociedades anteriores à industrialização e ao desenvolvimento do capitalismo enxergavam acontecimentos com a mesma trivialidade das sociedades modernas. As sociedades camponesas, por exemplo, “tendiam a eliminar a novidade, a reduzir seu poder corrosivo, a digeri-la através do rito” (NORA, 1995, p. 187), pois “o acontecimento é precisamente a ruptura que colocaria em questão o equilíbrio sobre o qual elas são fundamentadas” (NORA, 1995, p. 187).

Na história das tradições, estabelecer o novo em forma de ruptura desperta certas inseguranças e desequilíbrios, principalmente quando se provocam mudanças profundas em bases institucionais já consolidadas. A massificação e a publicização do acontecimento implicam a mudança da primazia do tempo e do estatuto de algo ser considerado verdadeiramente histórico. Avalia, portanto, as generalizações em transformar novos fatos em fatos históricos antes de o tempo constituir-los enquanto tais (NORA, 1995).

Com o desenvolvimento técnico e capitalista, a permanência dilui-se em virtude da multiplicação e, segundo o autor, os dispositivos midiáticos instauram esse “vulcão de atualidades”. É importante notar as escolhas subsidiárias ao argumento porque todas possuem importância simbólica incontestável, como os casos Watergate e Dreyfus; as duas guerras mundiais; os protestos de Maio de 1968; os discursos de

líderes políticos, como Roosevelt e Nasser. Tais escolhas são pertinentes ao argumento central de que os acontecimentos são inseparáveis das práticas sociodiscursivas que os produzem (NORA, 1995).

Em termos de concordância entre os argumentos de Quéré e Nora, não parece haver dúvida sobre a significativa participação midiática, incluindo os diferentes enquadramentos que conformam o acontecimento na relação com dispositivos específicos. Por outro lado, em termos de discordância, para Quéré isso não significa a perda do que o autor julga ser o principal: “o aspecto do seu happening” (QUÉRÉ, 2012, p. 37) experimentado simultaneamente. A visada pragmatista discorda da relação de dependência com as formas de produção discursivas. Configuram-se, na tese de Quéré, as duas dimensões, a qualidade de existência e de objeto, sem exclusão de uma pela outra.

De fato, a escolha de apenas uma dimensão conceitual, a qual se reserve toda a existência de acontecimentos, parece desconsiderar as implicações políticas e econômicas que estruturam as mídias. Significa correr riscos de desconsiderar o acontecimento que emerge das interações sociais, assim como diminuir a importância de ocorrências que, por vezes, não atraem atenção midiática. Nem por isso as experiências geradas em encontros e interações deixam de existir.

Nesta tese, trabalha-se com o conceito de acontecimento, cujo caráter público é destacado pelo seu delineamento específico. O delineamento citado requer, portanto, uma ação de tornar as coisas públicas. Gomes (1994) explica que, nas sociedades democráticas ocidentais, a busca pelo consentimento da maioria tem relação fundamental com a exposição pública de argumentos por diferentes grupos. O aspecto público é a condição ideal para a democracia.

Se a democracia demanda publicidade, o principal acontecimento que dá forma ao regime democrático, as eleições, é igualmente condicionado pela publicidade. Segundo Gomes, os espaços tradicionais do debate público, como os fóruns políticos, assim como anteriormente foram os cafés e as tabernas (HABERMAS, [1962] 1974), tornaram-se distantes da realidade do cidadão educado não para convivência, mas para televivência (GOMES, 1994, p. 57):

Em suma, as sociedades de massa contemporâneas praticamente anulam o espaço público tradicional, enquanto impedem justamente o seu elemento mais essencial: a clareza das argumentações e a sua acessibilidade a todos

os concernidos para que se tornem, a qualquer momento, participantes (GOMES, 1994, p. 57).

As decisões que competem aos cidadãos representados demandam por publicidade de ideias e de valores defendidos por representantes. A propaganda na televisão amplia, ao menos, em quantidade, as visões de mundo ofertadas ao julgamento social. O noticiário político, formatado com estratégias distintas da propaganda, igualmente amplia o contato social com os projetos e falas públicas, com periodicidade diária de modo a tornar cotidiana a apreciação por parte dos cidadãos dos agentes que os representam.

De acordo com Maia (2008, p. 84), “não há outro espaço para divulgação de informações que se iguale aos meios de comunicação, em termos de amplitude e repercussão”. Isso não significa, no entanto, a isenção crítica sobre as práticas concretas que tanto podem viabilizar a troca de argumentos quanto inibi-la. Ao refletir conceitualmente sobre a possibilidade da deliberação na prática jornalística, Maia (2008, p. 96) avalia o papel ambíguo do jornalismo entre prover razões próprias e agenciar razões de outros, cujo exame empírico contribui para identificar a “qualidade dos debates públicos nas sociedades democráticas”. O papel do jornalismo no debate público é uma variável a ser considerada porque, além das razões providas e das razões agenciadas, o exame permite compreender os sentidos que ressoam mediante o ofício jornalístico de tornar as falas públicas (MAIA, 2008).

A questão de construção e disputa de sentidos é, para Baldissera (2008), o cerne da comunicação. Para o autor, importa perceber a “disputa da significação que é posta em movimento nos e pelos processos comunicacionais” (BALDISSERA, 2008, p. 194) nas relações entre forças e poderes. O eixo da disputa de sentidos insere ao problema da visibilidade elementos culturais, históricos, psíquicos, identitários, particulares e coletivos, de sujeitos que constroem processos de significação sobre acontecimentos públicos, por vezes, criando os próprios fluxos de interação para o exercício da política, da cidadania, da liberdade de expressão. Os acontecimentos públicos instigam esses movimentos de interação porque interferem na vida concreta dos indivíduos e deslocam a normalidade de um problema através do debate público.

Sobre a classificação do acontecimento como possibilitador do debate, a tese de Nora (1995) não é de um todo pessimista. Por um lado, admite o viés democrático

devido à produção midiática, que torna o acontecimento conhecido por todos. De outro, conserva a crítica de que o que será conhecido é inseparável do investimento midiático: “a democracia do acontecimento e a espetacularidade progrediram no mesmo movimento” (NORA, 1995, p. 185). A democratização do acontecimento possibilita que a sociedade acompanhe enquadramentos sobre o mundo não vivenciado, cabendo às mídias fazer coabitar as diferentes formas de se conhecê-lo. A admissão, no entanto, não ameniza a crítica do esvaziamento do acontecimento, a ponto de ele não mais existir, senão midiaticamente.

É um argumento drástico porque não são consideradas as diferentes implicações envolvidas para que um acontecimento seja midiático. Segundo Weber (2017), as sobreposições do interesse privado sobre o público e os paradoxos da visibilidade derivam das relações assimétricas entre Estado, sociedade, mídias, partidos políticos, empresas privadas, em que verdades são disputadas nas dinâmicas entre visibilidade e opacidade. Mesmo midiático, são ainda questionáveis os enquadramentos do acontecimento para que o debate sobre ele se conforme de maneira justa e ideal. Tais questões implicam a identificação não apenas da ascendência de acontecimentos em termos de visibilidade, mas a qualidade do debate capaz de fortalecer as democracias (WEBER, 2017).

Busca-se pontuar que, além da força do acontecimento público, existem estratégias e lógicas inclinadas ao silenciamento e à invisibilidade. A consideração de uma primazia midiática não veria, portanto, sob uma perspectiva crítica, a desrealização do acontecimento, mas as estratégias e as lógicas explicativas para que determinados acontecimentos reverberem com mais ou menos força nas cenas públicas. Tendo em vista a inflexão dos paradoxos da visibilidade, o acontecimento público não perde o caráter público pela medição de apenas uma régua que lhe conferiria mais ou menos importância, pois ambas as observações são significativas e reveladoras das lógicas anteriores que o conformaram assim (WEBER, 2017).

Indagadas nesta tese pela organização de acontecimentos públicos, as práticas científicas, ao escolherem determinado acontecimento para compor o objeto da investigação, indicam com essa ação o que é considerado relevante para o campo de estudos dentro do qual se desenvolvem. Por isso, converter determinado acontecimento público, que antes foi objeto de outras práticas, que não as científicas,

em objeto científico seria também um indicador de relevância do acontecimento público. Escolhê-lo e convertê-lo como objeto da pesquisa são processos condizentes com base nas duas dimensões estudadas ao longo deste e do subcapítulo anterior, a dimensão existencial e a dimensão de objeto (QUÉRÉ, 2012). Com olhar direcionado ao conhecimento em Comunicação, a partir do que sugerem L. M. Martino & Marques (2018), entende-se a dimensão existencial pela ação de escolha do acontecimento público como objeto da investigação científica derivada também da subjetividade:

A atividade de pesquisa decorre da subjetividade do pesquisador: a partir de algo que o perturba, incomoda ou atija sua curiosidade, se desenvolvem os temas e problemáticas da pesquisa. A sensação de incômodo diante de uma questão coloca o pesquisador perante o questionamento de suas certezas no sentido de apontar para algo que não sabe e, justamente por isso, torna-se o tema de sua pesquisa (L. M. MARTINO & MARQUES, 2018, p. 221).

Ativada pela subjetividade, a escolha de acontecimentos públicos é uma forma de atestar a afetação dos acontecimentos no universo particular e coletivo de agentes da comunidade científica. As escolhas dadas a ver e materializadas em artigos científicos são, portanto, representativas de interesses científicos. Além do envolvimento subjetivo, conforme chamam atenção L. M. Martino & Marques (2018), as escolhas também estão enraizadas no “dispositivo de poder com o qual as práticas epistemológicas se relacionam” (L. M. MARTINO & MARQUES, 2018, p. 228). Complementarmente ao “querer pesquisar” tem-se o atravessamento do “poder pesquisar”.

São questões que acionam diferentes problemas ao se relacionarem com o acontecimento público, pois no caráter público está implícita a condição de ser objeto de outras práticas sociodiscursivas nas esferas de visibilidade pública (GOMES, 1994), entre as imersões paradoxais da visibilidade (WEBER, 2017) e as construções de sentido em disputa (BALDISSERA, 2008). Por isso, o acontecimento público não é uma exclusividade científica. Pelo contrário, quando tornado público, é um objeto que está no centro das partilhas e disputas de sentido.

Com objetivo de debater as adversidades do conhecimento referente ao que é comum entre as práticas sociais diversas, o próximo subcapítulo promove a aproximação com as reflexões epistemológicas sobre as condições do conhecimento em Comunicação, calcadas na vida em comum e, por isso, inescapáveis das mesmas contradições e desafios de ser indivíduo e pesquisador no mundo com os outros e dentro das instituições.

2.2 Intensidade de circulação e desafios da interpretação

Imersos e emersos nos paradoxos da visibilidade, entre padecer em opacidade ou trivializar-se por exposições espetaculares, os acontecimentos públicos se impõem ao mundo vivido cotidiano e às práticas científicas que dele fazem parte. Os processos problematizados nos subcapítulos anteriores, como o debate acerca da desrealização do acontecimento (NORA, 1995; QUÉRÉ, 2012), sobre o qual as condições de visibilidade e as disputas de sentido são consideradas variáveis fundamentais do problema (GOMES, 1994; MAIA, 2008; BALDISSERA, 2008; WEBER, 2017), são igualmente projetados como desafios epistemológicos quando se trata do conhecimento que busca entendê-los.

Não há aqui uma distinção entre experiência e ciência, ou seja, para as ciências sociais aplicadas, que é o caso da Comunicação e da subárea C&P, os acontecimentos públicos do mundo vivido são potencialmente acontecimentos públicos a serem transformados e construídos em objetos do conhecimento. Este capítulo, portanto, insere no debate em curso os desafios de interpretação de acontecimentos públicos inscritos na relação com a comunicação enquanto prática social e enquanto conhecimento – a Comunicação.

Não são raras as vezes que pesquisadores e pesquisadoras de referência do campo da Comunicação retomam as raízes etimológicas para fortalecer o tronco epistemológico da ciência da qual fazem parte. A semântica do termo, presente em L. C. Martino (2011) e Sodré (2014), só para citar alguns, evidencia a polissemia da palavra, assim como os usos conceituais do termo por outros saberes científicos para definir os fenômenos os quais estudam.

Do latim *communicatio*, antes de a ciência configurar-se em ciência moderna e campo científico, o sentido principal do termo, explica Sodré (2014, p. 10),   o de “partilha”, “participar de algo” ou “pôr-se em comum”. Ao desmembrar a *communicatio*, L. C. Martino (2011) destaca o sentido de conjunto expresso no prefixo (*co*) e o de atividade expresso na terminação (*tio*) em que a raiz *munis* une o que se pode traduzir como “atividade realizada conjuntamente” (2011, p. 13). Os sentidos anteriores evocados pelos autores remontam   realidade das práticas religiosas antigas em que se chamou de *communicatio* a atividade de rompimento do isolamento, “considerada na época como

uma condição para conhecer Deus” (L. C. MARTINO, 2011, p. 13), em virtude da reunião com os outros após a experiência contemplativa.

O comum implicado no significado de comunicação, enquanto prática comunicativa (se comunicar com os outros), não é novo; pelo contrário, é “o embrião da vida social” (FRANÇA, 2011, p. 41), uma prática primária que remonta ao início das interações humanas. O que mudou são as modulações de significados para definir processos sociais que resultaram, acentua França (2011), na exaustão do uso da palavra comunicação a partir da segunda metade do século XX.

O século XX aparece como período de inflexão para a organização social, econômica e política em um mundo globalizado no qual o sentido de comunicação enquanto prática primária da interação humana dá lugar ao sentido de transmissão de mensagens. De acordo com Sodré (2014), tendo como base o mesmo período, o século XX, instala-se no entendimento geral e global de que se trata de um processo de transmissão da informa o por tecnologias, registrado sob o verbete *communications* nos dicionários de língua inglesa.

Para Prado (2020, p. 6), o século XX marca o início da passagem de um capitalismo da produ o para um capitalismo comunicacional, que se consolidou desde então. O capitalismo comunicacional   definido como uma dupla rela o de dependência entre tecnologias e regimes de intera o que está ancorada no amplo conjunto de mudanças sist micas. Conforme Prado (2020),

[...] a produ o passou a constituir apenas um dos momentos da cultura do consumo; cada vez mais a comunica o passou a depender dos objetos técnicos (não são externos, mas também internos ao corpo) para a circula o dos sentidos, e o capitalismo tornou-se mais enfaticamente uma forma de vida, com força no valor signo ou comunicacional (em termos de produ o de sentidos, cognitivos e sensíveis) (PRADO, 2020, p. 6).

A intensidade da “circula o de sentidos” (PRADO, 2020, p. 6)   derivada não apenas da oferta de dispositivos técnicos, os quais suportam os produtos digitais regulados pelos algoritmos, mas também de uma “pulsão” imersa na cultura do consumo, movida pelas tentativas de satisfa o dos desejos. A pulsão move a circula o de sentidos, excessivos e exagerados, em processos comunicacionais entre interlocutores reunidos por afinidades ou inimizades. A intensidade das interlocu es em circula o   por onde se produz e se extrai “mais-valor”. Produz-se

mais-valor pela “circulação de imagens, textos, vídeos, likes, etc.” (PRADO, 2020, p. 12) e se extrai “mais-valor de todo o signo/sentido que circula” (PRADO, 2020, p. 11).

Como o desenvolvimento técnico e capitalista do mundo coincide com a institucionalização do termo *comunicação* associado aos dispositivos midiáticos, a produção de conhecimento na esteira dessas mudanças não escapa facilmente das lógicas em que esteve e está submersa. Em termos epistemológicos, Sodré (2014) analisa a aderência da lógica do mercado quando, entre preocupações do conhecimento, ganha preponderância a descrição de dispositivos orientada pelo sentido de comunicação como transmissão. Parece, assim, “deixar de lado a potência do indivíduo ou a política (em sentido amplo, como possibilidade de livre agir-humano) na reinterpretação e na reelaboração dos contextos em que acontece o processo da comunicação” (SODRÉ, 2014, p. 191).

A disposição técnica e o sentido de comunicação alinhado com a transmissão, ambos por causa e a serviço do mercado, são as fontes das quais emerge a crítica do conhecimento limitado a ser mais uma reprodução desse fenômeno que, em diálogo direto com o conceito norteador desta tese, consome o próprio acontecimento e a possibilidade de interpretá-lo:

Na mídia eletrônica, os acontecimentos estão sempre à frente da possibilidade de que sejam interpretados pelos indivíduos, assim como o derrame social das tecnologias da comunicação está à frente da sua interpretação pelas formas individuais e coletivas de consciência. O futuro recai tecnologicamente sobre o presente, e este, por meio do tratamento digital das imagens, parece equivaler ao passado. Não há tempo de recuo, nenhuma espessura para refletir ou especular (SODRÉ, 2014, p. 76).

O autor aponta desafios e limitações do conhecimento imerso em um novo espaço comum em que os dispositivos técnicos se tornam uma “espécie de morada permanente da consciência” (SODRÉ, 2014, p. 115) no espaço denominado de *bios midiático*: “revela-se aí não apenas como uma forma de vida entre outras, mas como uma orientação existencial que tenta impor-se em termos universais a reboque do mercado” (2014, p. 297).

Para o conhecimento, esse rearranjo das esferas da vida social também tem consequências significativas. Barbosa (2017), em texto dedicado aos regimes de historicidades das pesquisas em Comunicação, explica que, por vezes, os objetos construídos “se esfacelam no decorrer de análises voltadas de maneira absoluta para um presentismo exacerbado” (BARBOSA, 2017, p. 100). Assim como os objetos, as

interpretações tendem a ser igualmente passageiras. A ponderação, contudo, não implica a defesa do movimento contrário. Para a autora, vieses analíticos e interpretativos sobre o presente que perdura são representativos do olhar comunicacional ao mundo vivido, sobretudo, como um conhecimento do *tempo passando*. Inscrito nos objetos empíricos, o *tempo passando* é o reflexo da organização social em aceleração, resultado de um conjunto de transformações, entre elas, as invenções tecnológicas que aceleram os fluxos de informação ininterrupta, a substituição de acontecimentos por outros, o estreitamento do tempo do trabalho e do lazer, a compressão do tempo e do espaço. Práticas científicas estão situadas na relação com os processos de aceleração e, portanto, não estão imunes a todas as dificuldades que essas geram (BARBOSA, 2017).

O que complexifica o conhecimento em Comunicação é que, além da posição sociocultural de comunidades científicas, os objetos que derivam do mesmo processo são delimitados nas e pelas pesquisas enquanto esses objetos vão se constituindo. Ao mesmo tempo que se coloca como desafio, o aspecto de pertença ao tempo-espaço dos objetos os quais se estuda pode criar vínculos entre observador e observável de modo a configurar uma “autocompreensão do sujeito diante do objeto” (SODRÉ, 2014, p. 302). O comum do nível vincutivo é a realidade imediata em que o objeto assume contornos sensíveis e visíveis à percepção humana contextualmente situada. Sodré alude à primeiridade peirceana no debate sobre “a importância da espontaneidade do ato perceptivo” (SODRÉ, 2014, p. 303). As condições de possibilidade do conhecimento enraizado nas práticas, nas ações, nas culturas e nas experiências condizem com o pensar o mundo vivido (das práticas, das ações, das culturas e das experiências) por um viés ético e político:

Uma argumentação de natureza ético-política poderia ressaltar que não é o simples ser moderno ou eficaz do objeto que lhe agrega valor social, e sim a sua inserção numa trama de relações intersubjetivas e dialéticas capaz de dar-lhe um curso transformador (SODRÉ, 2014, p. 299).

A observação do mundo social faz parte da transformação da experiência de agentes que, além observarem acontecimentos públicos, os interpretam e os traduzem pelo discurso.

O destaque ao caráter público do acontecimento, que constitui o tema desta tese, está implicado em e, ao mesmo tempo, implica práticas, ações, culturas e experiências.

O acontecimento não apenas está situado contextualmente, mas é revelador de contextos. Segundo França & Lopes (2017, p. 75), a força hermenêutica é mostrar “o que somos enquanto sociedade”. A assertiva das autoras sublinha o poder revelador do acontecimento como parte singular em consonância com o todo social. Além de exacerbar tal aspecto da vida coletiva, o acontecimento é também operador conceitual para as ciências que o pesquisam, dentre elas, a Comunicação (FRANÇA & LOPES, 2017; SIMÕES, 2014b). A estreita intimidade do conhecimento em Comunicação com as mudanças contextuais escancaradas pelos acontecimentos, ao longo deste subcapítulo, foi argumentada pelos desafios das ciências sociais aplicadas diante de um laboratório de pesquisa movente.

Como acentuado por Sodré (2014), o conhecimento não está imune de reproduzir as lógicas que, ao mesmo que lhe são externas, são passíveis de observação no resultado final das pesquisas, quando mais se descrevem dispositivos técnicos e tecnológicos operados pelo capitalismo. O capitalismo comunicacional (PRADO, 2020) insere uma tensão que, dialogada com o tema desta tese, ilumina a “pulsão” do consumo do acontecimento pela parte que cabe à ciência.

Os desafios de apreensão do que se move e da interpretação de um tempo passando (BARBOSA, 2017) serão inflexões pertinentes com a análise da organização de acontecimentos públicos nas e pelas pesquisas em C&P, tema problematizado segundo duas viradas, a da complexidade e da hermenêutica, cujas contribuições inserem aportes teóricos e metodológicos para estudarem-se os desafios da interpretação de acontecimentos públicos imersos e emersos em paradoxos da visibilidade e sobrecarregados pela velocidade técnica e velocidade tecnológica, às quais a ciência não é imune. O próximo capítulo é, portanto, dedicado a explicitar os princípios e os conceitos orientadores para a presente perspectiva a partir do paradigma da complexidade e do círculo hermenêutico.

3 AS VIRADAS: COMPLEXIDADE E HERMENÊUTICA

Neste capítulo, serão explicitados os princípios e os conceitos orientadores das duas viradas pelas quais passa esta tese em termos teóricos e metodológicos. Os três princípios do paradigma da complexidade (dialógico, recursivo e hologramático), bem como o conceito de organização e de sistema, serão apresentados conforme propõe Morin e rearranjados em virtude das problemáticas propostas nesta tese.

O mesmo procedimento, a começar com a exposição do argumento original, seguida pela releitura articulada com a presente pesquisa, será realizado com o círculo hermenêutico, elaborado por Ricoeur em três fases: a prefiguração da ação, a configuração em narrativa e refiguração pela leitura.

Ambas as viradas adicionam camadas a serem consideradas na análise da organização de acontecimentos públicos nas e pelas pesquisas, confluindo para problematizar o que é dado a ver pelo discurso. Neste capítulo, a exposição dos argumentos também está correlacionada com os problemas comunicacionais anteriormente trabalhados.

3.1 A virada complexa

Proposta por Edgar Morin, a complexidade que dá nome ao paradigma é “o sentido originário do termo *complexus*”, cuja definição aponta para “o que é tecido junto” (MORIN, [1999] 2006, p. 86). Trata-se do estímulo ao desenvolvimento de uma aptidão voltada à tessitura conjunta de fragmentos que, por vezes, já foram ou continuam sendo desmembrados por conhecimentos ditos rivais. Não à toa, o autor evoca diversas vezes, ao longo dos seis volumes de *O Método*, a imagem do nó górdio que, de acordo com a mitologia, muitos desejavam desatar, porém ninguém foi bem-sucedido, tendo sido dissolvido apenas pelo uso forçado do instrumento, a espada.

De origem mitológica, a história do nó górdio diz muito sobre o argumento de Morin ao refletir sobre disjunções, separações e cortes bruscos, sendo esses sintomas de um pensamento simplificador. O pensamento simplificador manifesta-se com a força de um paradigma, isto é, na definição do autor, não apenas organiza determinada ciência, mas é organizador das sociedades e das culturas, que também

o alimentam. Apesar da possibilidade de coexistências de diferentes paradigmas, há aqueles que se tornam dominantes, entre eles, a disjunção entre homem e natureza, entre sujeito e objeto. Oposições concebidas como paradigmas, apresentados em termos teóricos, são perceptíveis na e pela organização sociocultural, por oposições conhecidas, como razão e emoção; cultura humanista e cultura científica; conhecimento útil e inútil.

As sociedades modernas ocidentais, impregnadas com essas e outras oposições e responsáveis por reforçá-las, são representativas do sentido de paradigma em Morin, que contempla e excede o trabalho científico. Para o autor, a definição de paradigma “caracteriza-se ao mesmo tempo por ser semântica, lógica e ideo-lógica” (MORIN, [1991] 2011, p. 265), conforme o desdobramento seguinte:

Semanticamente, o paradigma determina a inteligibilidade e dá sentido. Logicamente, determina as operações lógicas centrais. Ideo-logicamente, é o princípio primeiro de associação, eliminação, seleção, que determina as condições de organização das ideias. É em virtude desse triplo sentido generativo e organizacional que o paradigma orienta, governa, controla a organização dos raciocínios individuais e dos sistemas de ideias que lhe obedecem (MORIN, 2011, p. 265).

A descrição de que esta tese passou por uma “virada complexa” demarca o valor paradigmático da complexidade para elaboração da perspectiva analítica, isto é, o ponto de vista através do qual esse estudo é inscrito. Assim, o paradigma da complexidade é orientador para as decisões empregadas desde a elaboração do tema com base nos três princípios fundamentais: **1.** princípio dialógico; **2.** princípio recursivo; **3.** princípio hologramático. Esses princípios orientam as formas de interpelar as práticas científicas seguindo a afirmação de que essas, ao organizarem acontecimentos públicos, se auto-organizam e reorganizam o conhecimento em C&P. O objetivo deste subcapítulo é retomar os processos que originaram essa afirmação, primeiro, com a abordagem nos termos de Morin, seguida pela explicitação dos três princípios do paradigma da complexidade, aplicados propriamente ao tema proposto.

Conforme Morin, o princípio **dialógico** é definido pela aptidão de ligar elementos considerados antagônicos, como são ordem, desordem e organização. Esse princípio permite reconhecer que a ordem só existe pela desordem. O fenômeno organizado é, então, formado por interações entre elementos heterogêneos: “Sob as mais diversas formas, a dialógica entre a ordem, a desordem e a organização *via*

inúmeras inter-retroações, está constantemente em ação nos mundos físicos, biológicos e humanos” (MORIN, 2006, p. 96). Ao incluir a ação nos mundos físicos, biológicos e humanos, o autor coloca em vigor o princípio por ele proposto, uma vez que os saberes foram, historicamente, fragmentados para dar lugar às hiperespecializações do conhecimento. Na lógica inversa do princípio dialógico, as humanidades nada aprendem com as outras ciências, assim como as outras ciências nada aprendem com as humanidades. Já para o paradigma da complexidade, há mútuo aprendizado entre as ciências.

Na e pela interação entre elementos ditos antagônicos, a dialógica ensina a não separar noções contraditórias que, segundo a aptidão organizadora, são concomitantemente complementares. Com o argumento, o autor não quer dizer que não há nenhum tipo de estabilidade; pelo contrário, o que está em destaque não é apenas a desordem, mas a complexidade do movimento dialógico de desordem, ordem e organização. É em virtude desse movimento de organização pela interação entre elementos que o sistema (unidade complexa formada por partes heterogêneas que, igualmente, retroage sobre as partes) alcança estabilidade e duração. O significado do termo interação é valorizado no paradigma, pois é o movimento intermediário para que haja organização (MORIN, 2016).

Complementar ao princípio dialógico, o princípio **recursivo** “é um circuito gerador em que os produtos e os efeitos são, eles mesmos, produtores e causadores daquilo que os produz” (MORIN, 2006, p. 95). A ideia de circuito permite incentivar a aptidão de entender processos em função de outros, assim como pontos finais desdobrados em pontos iniciais. Apesar das perdas, das degradações e das dispersões irrecuperáveis, o circuito não cessa de se reformular pela dialógica (em interação) da ordem, da desordem e da organização. Com o princípio recursivo, a própria ideia de organização se complexifica para a possibilidade de uma (re)organização permanente ou ainda uma autoeco-organização. Os prefixos **re** e **auto** marcam a circularidade recursiva e a capacidade de uma organização viva se regenerar à luz da complementaridade entre autonomia e dependência. A causalidade do circuito não é abandonada, mas complexificada: “A causalidade complexa não é linear é circular e inter-relacional; a causa perdeu seu poder soberano e o efeito, sua total dependência” (MORIN, 2016, p. 324). A causalidade complexa revoga a pretensão

de certeza de que determinada ação gera um efeito previsível, portanto, orienta-se não pela certeza, mas reconhece o fundamento da incerteza.

Com o terceiro princípio, o **hologramático**, cujo nome é inspirado no holograma “em que cada ponto contém a quase totalidade da informação do objeto que ele representa” (MORIN, 2006, p. 94), tem-se o delineamento de que as partes que estão inscritas no todo e o todo que está nas partes. Cada indivíduo tem em si inscrito o todo social (a linguagem, a cultura, as normas) e cada indivíduo, enquanto parte, integra esse mesmo todo social. A mudança revelada pelo paradigma da complexidade é que “a organização de um todo produz qualidades ou propriedades novas, em relação às partes consideradas isoladamente: as emergências” (MORIN, 2006, p. 94), em discordância com a ideia de que o todo é a soma das partes. Na tese de Morin, a formação do todo, no lugar de apenas adição, gera uma transformação, que significa mudança de forma.

As emergências como qualidades novas são pontos de encontro da perspectiva sistêmica do paradigma da complexidade. As emergências causam desordens na organização do sistema já constituído. Na perspectiva sistêmica, importa se as emergências “afluem para todo o sistema” (MORIN, 2016, p. 141) ou se, reduzidas ao que é de ordem isolada, são epifenômenos, isto é, apenas um “raio que faísca e logo se apaga, fogo fátuo incapaz de modificar um comportamento comandado” (MORIN, 2016, p. 139). No lugar de ser repelida, a emergência passa a integrar o sistema na medida em que se impõe, causando também problemas e desafios, pois obriga a “situá-la de maneira complexa na relação entre todo e as partes [...]” (MORIN, 2016, p. 141).

O paradigma é, assim, estatuido com os três princípios e empregado para: “1. A promoção/seleção das categorias-mestras da inteligibilidade [...] 2. A determinação das operações lógicas mestras” (MORIN, 2011, p. 266), conformando-se como um núcleo:

[...] o paradigma realiza a seleção, a determinação e o controle da conceitualização, da categorização, da lógica. Designa as categorias fundamentais da inteligibilidade e controla o seu emprego. É a partir dele que se determinam as hierarquias, classes, séries conceituais. Encontra assim no *nucleus* não apenas de qualquer sistema de ideias e de qualquer discurso, mas de qualquer cogitação (MORIN, 2011, p. 267).

Feita a definição geral dos três princípios – dialógico, recursivo e hologramático –, nos termos de Morin, agora, esses serão articulados com a

investigação que aqui se propõe. Nesta tese, a virada complexa proporcionada pelo paradigma da complexidade orientou a seleção do conceito principal, o acontecimento público, e os posteriores tensionamentos do conceito com práticas científicas. O conceito de acontecimento público, uma vez orientado pelo paradigma da complexidade, passa a ser questionado, dialogicamente, com a produção de conhecimento científico. É uma abordagem dialógica porque, historicamente, o acontecimento, definido pela desordem, foi repellido pela ordem e pela estabilidade das estruturas. Convém retomar a definição do conceito calcado no desvio, na incerteza, na ruptura. Apesar da onipresença na história da humanidade, o caráter inesperado dos mais diferentes acontecimentos gera o que se desejava repelir no âmbito das ciências, inclusive nas sociais e humanas: as incertezas.

Para uma história de progresso linear, os acontecimentos são considerados entraves do conhecimento, enquanto, para o paradigma da complexidade, os acontecimentos, próprios da desordem, são integrantes do conhecimento. Nesse sentido, pares antagônicos passam a ser complementares, por isso a desordem tem como par não outra coisa senão a ordem. A ligação entre acontecimento e conhecimento é considerada uma ação de natureza dialógica porque faz confluir dois elementos que, por vezes, já foram separados. Sublinhou-se a recusa do acontecimento por parte das ciências devido ao caráter de ruptura por ele gerado (MORIN, 2016).

O princípio recursivo, também integrante do paradigma, é particularmente importante, pois há um processo de retroação em que o acontecimento é produtor de rupturas, assim como é um produto da atividade cognitiva, quando sobre ele se desenvolvem análises científicas. Recursivamente, o acontecimento que se impõe ao mundo vivido é igualmente conformado e transformado em outro, cujo meio do processo de transformação é dependente dos critérios que regem o fazer científico.

A abrangência do terceiro princípio, o hologramático, é percebida pela pertença do acontecimento a contextos, bem como a inscrição de contextos na irrupção de acontecimentos. Lembra-se que o princípio hologramático evidencia a relação das partes com o todo e do todo com as partes, sendo as partes dotadas de uma dupla identidade, a própria e a compartilhada com o todo. Inesperado, único e singular, o acontecimento é aqui entendido enquanto parte. O contexto, por seu turno, é o todo segundo o qual o conhecimento sobre as partes pode ser alargado e, por isso,

constituir-se em um pensamento “ecologizante”. De acordo com Morin (2006, p. 24-25), significa dizer que todo acontecimento é inseparável de seu “meio ambiente – cultural, social, econômico, político e, é claro, natural”. O sentido evocado pelo uso de “na” e “pela” pesquisa é próprio da teorização de Morin.

Hologramaticamente, o acontecimento é parte relacionada com o todo social do qual o indivíduo observador faz parte e é agente formador. Assim como o acontecimento se impõe e é causa das pesquisas produzidas sobre ele, recursivamente, as pesquisas os organizam em interação com elementos diversos, produzindo transformação do acontecimento antes vivido pela experiência em objeto do conhecimento científico.

Os três princípios são motores para o arranjo desta tese porque o acontecimento público tem incidência concreta na vida social, impõe-se ao mundo vivido e provoca interpretações. Ao organizar acontecimentos públicos, as práticas científicas e o conhecimento em C&P se auto-organizam ante a desordem inerente ao que é da qualidade de algo que se impõe, isto é, o acontecimento público. A emergência pública do acontecimento impõe-se e é ancorada no ecossistema sociopolítico-cultural no qual o sistema das práticas científicas e do conhecimento em C&P também está ancorado.

Neste ponto, cabe esclarecer a operatividade da noção de sistema e das noções que derivam dela (subsistema, suprasistema, ecossistema, metassistema). De acordo com Morin (2016), não existem fronteiras rígidas entre essas noções, cabendo ao observador delimitá-las. O que o autor indica são delineamentos para que essas noções possam ser articuladas em análises, o que as torna modelos heurísticos (MORIN, 2016):

- *sistema*, para todo sistema que manifeste autonomia e emergência com relação ao que lhe é exterior (MORIN, 2016, p. 173);
- *subsistema*, para todo sistema que manifeste subordinação em relação a um sistema no qual ele é integrado como parte (MORIN, 2016, p. 174);
- *suprasistema*, para todo sistema controlando outros sistemas, mas sem integrá-los em si (MORIN, 2016, p. 174);
- *ecossistema*, para o conjunto sistêmico cujas inter-relações e interações constituem o ambiente do sistema que aí está englobado (MORIN, 2016, p. 174);

– *metassistema*, para o sistema que resulta das inter-relações mutuamente transformadoras e englobantes de dois sistemas anteriormente independentes (MORIN, 2016, p. 174).

A definição das práticas científicas e do conhecimento em C&P será estudada como sistema, pois é uma proposta heurística que permite o formalismo dos modelos sem abdicar da concretude dos objetos. Para Morin (2016, p. 177), o conceito de sistema é “uma noção-piloto, mas com a condição de ser pilotada” ao mesmo tempo; é um “conceito-fantasma” por ser imaterial. Sobre a noção-piloto e o conceito-fantasma, Morin explica: “Ele [o conceito de sistema] não diz respeito nem à ‘forma’, nem ao ‘conteúdo’, nem aos elementos concebidos isoladamente, nem unicamente ao todo, mas a tudo isso que se encontra ligado na e pela organização que os transforma (2016, p. 176).

Quando o autor afirma, no excerto acima, que a organização liga e transforma os elementos, além de associá-la ao sistema, define uma simulação lógica que permite pensá-lo. A plausibilidade de ambos os conceitos para a investigação é a implicação referente ao sistema observante e ao sistema observado, relacionados ao delineamento recursivo do conceito de organização:

[...] a organização é a relação das relações, ela forma o que transforma, transforma o que forma, mantém o que mantém, estrutura o que estrutura, fecha sua abertura e abre seu fechamento; ela se organiza organizando e organiza se organizando. Trata-se de um conceito que se fecha sobre si mesmo, mas que também é aberto, pois, nascido de interações anteriores, mantém relações e até estabelece trocas com o exterior (MORIN, 2016, p. 170).

Os três princípios, em síntese relacionada ao tema desta tese, são assim concebidos: o acontecimento é a desordem que se impõe à ordem científica, que faz parte da sociedade, assim como a sociedade faz parte dela. A sociedade, por sua vez, é formada por indivíduos no e pelo ecossistema social ante os acontecimentos mais diversos e em função deles, sendo parte desses indivíduos aqueles que praticam a ciência como um poder-fazer, uma ação. As pesquisas, produzidas por indivíduos igualmente diversos formadores e formados na e pelas sociedades enquanto um todo, por serem assim engendradas, geram a organização da dialógica desordem acontecimental e ordem científica, a qual se busca analisar nesta tese.

No próximo subcapítulo, será ampliado o diálogo com a perspectiva de Paul Ricoeur para aprofundar e compreender as práticas científicas que são desenvolvidas pela escrita e pela leitura. Quando se fala na e pela pesquisa, está implícita a dimensão de observação que se realizará nos e pelos textos científicos, pois é a materialidade

que proporciona o manejo empírico. Esses textos só estão disponíveis devido ao processo de pesquisa traduzido pela escrita e tensionado pela leitura, duas atividades que serão, a seguir, aprofundadas de acordo com as contribuições de Ricoeur na segunda virada da tese.

3.2 A virada hermenêutica

A primeira virada desta tese, impulsionada pelo paradigma da complexidade, proposto por Morin, será aqui dialogada com a segunda virada, a da hermenêutica. Juntas e, sobretudo, confluídas em virtude da organização de acontecimentos públicos nas e pelas pesquisas em C&P, constituem os eixos teóricos e metodológicos em que o presente estudo está alicerçado.

Cabe retomar a definição de acontecimento, conforme Quéré (2012), especialmente a dupla vida, entre a dimensão existencial e a dimensão de objeto, sendo a primeira inapreensível em totalidade e a segunda apreensível devido ao trabalho de sentido investido por diferentes práticas sociodiscursivas. A virada hermenêutica tem como objetivo dotar de inteligibilidade a segunda vida do acontecimento – no caso, uma segunda vida científica.

A hermenêutica proposta por Ricoeur é pertinente, pois considera as atividades de escrita e leitura, ambas necessárias para a manifestação do conhecimento aqui estudado. Assim como foi feito no subcapítulo anterior sobre a virada complexa, no presente texto o foco é apresentar, primeiro, os conceitos principais e, ao final, articulá-los com as questões que norteiam esta tese.

Ao propor o círculo hermenêutico, Ricoeur o faz em três estágios concebidos pelas categorias de *mímesis*: a prefiguração da ação (*mímesis I*), a configuração em narrativa (*mímesis II*) e a refiguração pela leitura (*mímesis III*).

A ***mímesis I*** corresponde aos aspectos estruturais, simbólicos e temporais, sem os quais o agir e o padecer humano seriam inenarráveis. Os aspectos estruturais são definidos em uma rede conceitual da ação formada por *agentes* que fazem ou podem fazer determinada ação sob certas *circunstâncias*, com *objetivos* e *motivos*, em *interação* com os outros. As ações sempre possuem, enfim, *desfechos*. Cada termo demanda respostas diferentes, finitas ou infinitas. Segundo Ricoeur, identificar um

agente que exerce tal ação é uma regressão finita quando comparada com a identificação dos motivos pelos quais esse agente a realizou, que é uma regressão infinita. Assim, os termos da rede são complementares, demandam operações condizentes a cada um e, principalmente, estão em relação de intersignificação. De acordo com Ricoeur,

[...] esses termos ou outros afins aparecem em respostas a perguntas que podem ser classificadas em perguntas sobre 'o quê', o 'por que', o 'quem', o 'como', o 'com' ou 'contra quem' da ação. Mas o fato decisivo é que empregar de modo significativo um ou outro desses termos, numa situação de pergunta e resposta, é ser capaz de ligá-lo a qualquer outro membro do mesmo conjunto (RICOEUR, 2010a, p. 98).

Agentes, objetivos, motivos, circunstâncias, interações e desfechos estão em condição prefigurada e a identificação deles, ou outros afins, são competências herdadas, principalmente nas culturas ocidentais, de modo que se tenha uma compreensão prática de uma frase de ação e das sequências criadas. Apesar de a narrativa estar ancorada na compreensão prática da frase de ação, essa compreensão prática ainda não é uma compreensão narrativa sobre a qual se aprofunda na explicação da mimesis II. Antes, porém, cabe pontuar os aspectos simbólicos e temporais da mimesis I.

Ainda em mimesis I, o segundo aspecto, o das mediações ou recursos simbólicos, também diz respeito ao mundo prático prefigurado no qual a condição narrativa está enraizada: "Se, como efeito, a ação pode ser narrada, é porque ela já está articulada em signos, regras, normas: está, desde sempre, simbolicamente mediatizada" (RICOEUR, 2010a, p. 101). O significado de *mediatizada* em Ricoeur é trabalhado como mediação simbólica da cultura, envolvendo ritos, convenções, crenças, instituições, reconhecidas publicamente pela "significação incorporada à ação e passível de ser decifrada nela pelos outros atores do jogo social" (RICOEUR, 2010a, p. 102). Assim, nenhuma ação, por mais particular que seja, está isolada do contexto cultural que a dota de significação, que "confere à ação uma primeira *legibilidade*" (grifo do autor, RICOEUR, 2010a, p. 102).

Ainda na prefiguração, o último elemento, os caracteres temporais, são definidos pelas apreensões intuitivas e espontâneas do tempo, sem as quais não há uma narrativa, pois a percepção de que algo ocorre antes ou depois permite afirmar que algum acontecimento é uma emergência nova diante de um estado de coisas já

estabelecido e, ao mesmo tempo, associá-lo como causa de outro acontecimento ou, então, como ponto inicial deste ou daquele fenômeno.

Essa forma de orientar-se em temporalidade assume outros contornos em mimesis II. Originalmente definida como “agenciamento dos fatos” (*mythos*) na *Poética* aristotélica (2010a, p. 113), a ideia de composição da intriga é requalificada para entender outras formas narrativas. Ao revisar a *Poética* aristotélica, na qual a intriga é definida como imitação, Ricoeur sugere dotar o conceito de contornos da criação, da imaginação e da transformação. A tese do autor se direciona para a associação do tempo em narrativa, não sendo, assim, nem a revisão da mimesis aristotélica isolada nem apenas a temporalidade agostiniana, mas as duas juntas o inspiram a elaborar a tese de que “o mundo exposto por toda obra narrativa é sempre um mundo temporal” (RICOEUR, 2010a, p. 9).

Passa-se, portanto, da prefiguração (mimesis I) à configuração (mimesis II), pois ao segundo estágio da atividade mimética confere-se a função dinâmica de mediar e compor. A mediação promovida pela mimesis é entre os acontecimentos e o todo histórico segundo a transformação de partes dispersas e diversas em história. A partir da mediação da mimesis II, pode-se atribuir à composição de fatores heterogêneos um tema compreensível. A composição é condição para que “se possa sempre perguntar qual é o ‘tema’ da história” (RICOEUR, 2010a, p. 114).

A dinâmica de encadeamento diferencia-se de uma enumeração ou uma sucessão de acontecimentos porque a configuração pressupõe uma maneira inteligível de organizar os acontecimentos do mundo prático. Engendrar as partes é uma tarefa de configuração que admite recuperar o ponto de vista sobre o qual se apoia a condução da narrativa. Por conta disso, a característica da verossimilhança permanece vetor importante na teoria de Ricoeur, pois garante a harmonia entre episódios agenciados antes e depois, entre causas e efeitos verossímeis.

Resultado da operação de configuração, a intriga como síntese do heterogêneo, argumenta Ricoeur, é a resolução das aporias do tempo abordadas por Agostinho. Autor da conhecida interrogação paradoxal sobre o que é o tempo e como medi-lo, Agostinho propôs um triplo presente, isto é, o passado e o futuro só existem no presente. Para Ricoeur, é uma solução insuficiente, assim como entende ser o conceito de intriga proposto na *Poética*, por não contar com a temporalidade. Segundo

ambas as críticas, o autor então afirma que o “tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência temporal” (RICOEUR, 2010a, p. 93). Em narrativa, os acontecimentos heterogêneos são configurados não apenas na totalidade de uma história, mas também em uma totalidade temporal:

Acompanhar uma história é avançar em meio a contingências e peripécias sob a condução de uma expectativa que encontra satisfação na conclusão. Essa conclusão não está logicamente implicada por qualquer premissa anterior. Dá à história um ‘ponto final’, que, por sua vez, fornece o ponto de vista de onde a história pode ser percebida, como um todo (RICOEUR, 2010a, p. 116).

O ponto final da história é resultado da operação configurante em que se reúnem os acontecimentos em narrativa com um final aceitável. Para o autor, essas características geram um novo conceito de tempo e de uma forma de experienciá-lo. Uma ordem “natural” do tempo, com aspas do autor, obedece à metáfora da “flecha do tempo”, ou seja, do passado ao futuro, de um ponto a outro (RICOEUR, 2010a, p. 118). A narrativa, por outro lado, oferece uma legibilidade alternativa em que o início do texto pode transmitir o fim de uma história, a retrospectiva, alterando, assim, a experiência temporal pela leitura: “toda a configuração narrativa culmina em uma refiguração da experiência temporal” (RICOEUR, 2010a, p. 3)

A experiência temporal que se coloca pela prática da leitura é prevista no terceiro estágio do círculo hermenêutico: a mimesis III. Ao ser lido, o texto produzido por atos configurantes (mimesis II) convida o leitor a experienciar o tempo não pela ordem natural, mas pela ordem configurada na e pela narrativa, de modo que seja possível ler o fim de uma trama pelo início da obra. A operação de mimesis III corresponde à leitura ativa e define a fusão dos horizontes do mundo do texto e do mundo do leitor. A refiguração corresponde ao terceiro estágio do círculo hermenêutico no qual a função da leitura ativa e as expectativas que a envolvem importam ao sentido. Significa que “acompanhar uma história” é “atualizá-la pela leitura” (RICOEUR, 2010a, p. 131). Nas culturas herdeiras de grandes narrativas, formas, tipos e gêneros de textos são conhecidos e esperados; ao mesmo tempo, suportam subversões e inovações da tradição. Por isso, devido aos desvios dos paradigmas já estabelecidos e das próprias lacunas dos textos, é creditada ao leitor e à leitura a transição bem-sucedida entre mimesis II e III.

O ato da leitura, por meio do qual a transição entre a mimesis II e III pode ser bem-sucedida, é um problema de comunicação porque se misturam referências e horizontes de mundo. A ideia de fusão de horizonte de Gadamer é o eixo a partir do qual Ricoeur diferencia a abertura de sentido para além do que está posto no texto. O horizonte interno corresponde aos delineamentos do texto, os detalhes descritos, as precisões do que se narra. Pela leitura, o horizonte interno encontra sentido extralinguístico que se relaciona com o que não está posto como objeto do discurso: “Porque estamos no mundo e somos afetados por situações tentamos nos orientar nele pela compreensão e temos algo a dizer, uma experiência para trazer para a linguagem e compartilhar” (RICOEUR, 2010a, p. 133).

Reconhecer os dois horizontes, sendo um extralinguístico, é uma tomada de posição epistemológica da hermenêutica porque, no lugar de questionar as intencionalidades do autor, questiona-se o mundo aberto pelo texto, um mundo no qual se pode entender a si mesmo:

O que é comunicado é, em última instância, para além do sentido de uma obra, o mundo que ela projeta e que constitui seu horizonte. Nesse sentido, o ouvinte ou o leitor o recebem de acordo com a sua própria capacidade de acolhimento que, também ela, se define por uma situação ao mesmo tempo limitada e aberta para um horizonte de mundo. O termo horizonte e aquele, correlativo, de mundo aparecem, assim, duas vezes na definição de mimesis III sugerida acima: intersecção entre o mundo do texto e o mundo do ouvinte ou do leitor (RICOEUR, 2010a, p. 132).

Dessa forma, se a mimesis I é qualificada pela prefiguração e a mimesis II pela configuração, é o prefixo **(re)** que qualifica a mimesis III, a refiguração. A refiguração, por sua vez, remete à prefiguração justamente porque “o que é re-significado pela narrativa é o que já foi pré-significado no nível do agir humano” (RICOEUR, 2010a, p. 138).

É necessário, desde já, apresentar ponderações acerca do conhecimento científico com os cortes epistemológicos previstos pelo autor, sem que isso implique considerar o empréstimo por parte da historiografia dos princípios narrativos existentes nas culturas. As ordens de empréstimos são dos procedimentos, das entidades e das temporalidades (RICOEUR, 2010a). O primeiro, da ordem dos procedimentos, parte da incorporação de explicações causais de verossimilhança, as quais as narrativas empregam como critério de *followability*, que significa a condição de se acompanhar uma estória (*story*, no sentido não científico). Quando em termos científicos, as explicações causais tomam forma, inicialmente, com a negação do

princípio de causalidade baseada em uma lei geral explicativa, seguida pela adesão de um método preocupado com “conexões causais singulares cuja força explicativa não dependa de uma lei” (RICOEUR, 2010a, p. 208).

Outro fator de derivação é da ordem das entidades historiográficas e dos personagens da composição da intriga da narrativa. O autor examina a aproximação que entidades históricas têm da noção de personagem como sujeito de uma ação. As “sociedades”, por exemplo, nas pesquisas científicas, são colocadas em posição de um sujeito que faz ou que sofre uma ação. A elas são atribuídas determinadas facetas e conceitos, de modo a singularizá-las como um personagem nos moldes da narrativa. A ideia de sociedade também evoca o entendimento prévio de que esta é formada por indivíduos, fortalecendo a noção de personagem. O êxito do termo é de viés metodológico porque, ao falar-se de sociedade, fala-se também dos indivíduos que a compõem, sem que seja necessário individualizar a análise.

Depois da derivação dos procedimentos e das entidades, Ricoeur argumenta com indícios sobre o acontecimento histórico derivado do acontecimento da intriga e, por isso, recebe inteligibilidade e temporalidade próprias quando operado pela ciência. Os acontecimentos, quando em uma mesma unidade de texto, ampliam as coexistências temporais – presente, passado e futuro –, ordens cronológicas e não cronológicas. Com a afirmativa de que a historiografia tem vínculo indireto com a narrativa tradicional, o autor compreende a função dos acontecimentos pela ação de fazer progredir a intriga.

Em termos analíticos, são os acontecimentos a marcar a mudança dos tempos históricos. Porém, diferentemente da narrativa, a explicação de base científica deriva de processos de autenticação e de justificação por meio de prova documental e está intimamente ligada ao “trabalho de conceituação” (RICOEUR, 2010a, p. 291). É um trabalho que exige uma tomada de partido conceitual a partir do conjunto de conceitos considerados universais, atitude essa não cobrada em uma narrativa não científica. Conforme o autor, “o historiador não é um mero narrador: fornece as razões pelas quais considera um fator e não outro a causa suficiente de determinado curso de acontecimentos” (RICOEUR, 2010a, p. 307).

Não se trata de afirmar, portanto, que a historiografia é uma história narrada como um conto ou outro gênero literário. É, de forma menos drástica, uma preservação

de certas formas narrativas, implicando também a extensão dessa noção àquela das tragédias gregas. São quase intrigas, quase personagens e quase acontecimentos o que se observa na produção científica historiográfica: “Essa analogia exprime ao menos o vínculo tênue e dissimulado que mantém a história do campo da narrativa e assim preserva a própria dimensão histórica” (RICOEUR, 2010a, p. 379).

Apesar de não ser esse o conhecimento em questão nesta tese, as formulações de Ricoeur são orientadoras como perspectiva teórica e metodológica a ser desdobrada nos capítulos de análise. O desdobramento analítico será também realizado com o paradigma da complexidade. Ambas as viradas serão ainda mobilizadas para atender aos problemas, cujo cerne são os acontecimentos públicos organizados nas e pelas pesquisas em C&P que, ao organizá-los, se auto-organizam e reorganizam o conhecimento da interface.

O próximo capítulo é, então, pensado para elucidar as características próprias do conhecimento da interface entre C&P, que faz parte da Comunicação, uma ciência social aplicada. Serão questões abordadas, a seguir, os processos de institucionalização da comunidade científica, que é criada a partir do interesse científico desenvolvido entre duas áreas distintas, a Comunicação e a Ciência Política, interface aqui estudada pela constituição de um novo conhecimento de interface.

4 COMUNICAÇÃO & POLÍTICA: INTERFACE E INTERESSES CIENTÍFICOS

O presente capítulo trata da constituição da interface entre duas áreas distintas do conhecimento, a Comunicação e a Ciência Política, que foram concebidas em conjunto quando são observados fenômenos indicativos de uma dinâmica cujas fronteiras se embaralham. A noção de interface será estudada conforme o entendimento de Braga (2004), pois o autor correlaciona as interfaces com o conhecimento em Comunicação. Importa adicionar, desde a definição das atividades aqui estudadas, as comunidades científicas, como pensadas por Maia & França (2003), que apresentam a ligação de práticas científicas com as instituições. As práticas científicas em ligação com as instituições são, por outra abordagem, conceituadas pela teoria dos campos de Bourdieu (1983; [1997] 2004a), também incluída no presente capítulo.

Os aspectos históricos e epistemológicos da interface entre C&P serão referidos conforme a literatura de referência, desde os interesses científicos até os espaços de debate hoje reconhecidos e legitimados pelos pares. Para a exposição dos interesses científicos, serão destacados os acontecimentos que se desenvolveram como objetos empíricos de relevância para a comunidade científica (RUBIM & AZEVEDO, 1998; MIGUEL, 2002; RUBIM, 2004; CHAIA, 2007; GUAZINA, 2007; GOMES, 2011; 2014; WEBER, 2020).

4.1 Práticas científicas em comunidade

Nesta tese, as práticas científicas são tomadas pelas atividades em comunidade, no caso, da comunidade científica reunida pelo interesse científico na interface entre Comunicação & Política. O interesse científico que se desenvolve em comunidade é marcado pela exposição do conhecimento aos pares que a constituem. De acordo com Maia & França (2003, p. 189), as práticas científicas desenvolvidas em comunidade possibilitam: “i) os compartilhamentos práticos no campo observacional e no campo analítico; ii) a negociação inter-subjetiva da validade do conhecimento, diante da tensão insuprimível do autoconvencimento e do convencimento dos pares”.

Os dois motivos realçados pela importância das práticas científicas em comunidade são balizadores do caráter público e social do conhecimento.

Se, por um lado, tornam-se autônomas as escolhas teóricas e metodológicas das pesquisas, por outro, garantem que tais escolhas sejam aperfeiçoadas pelo crivo dos pares. A ideia de crivo é convertida em aceitabilidade do conhecimento que é produzido sob certas condições, principalmente, institucionais. Para as autoras, as instituições não são, necessariamente, obstáculos ao desenvolvimento intelectual. Pelo contrário, garantem que o conhecimento produzido será compartilhado e, segundo dinâmicas que com essa partilha se constroem, aperfeiçoado pelas apreciações coletivas dos pares. A partir desses processos, as próprias instituições aperfeiçoam-se a si mesmas:

[...] adquire-se um aumento de publicidade não só pela reformulação das estruturas epistêmicas, mas também pelo fortalecimento e aperfeiçoamento dos dispositivos institucionais destinados à circulação das ideias e à exposição ao juízo dos pares (MAIA & FRANÇA, 2003, p. 193).

A especial atenção ao duplo processo em que, ao ofertarem condições para aperfeiçoar o conhecimento, as instituições aperfeiçoam a própria ação, não anula as estruturas formais de poder, mas entende que as resumir ao que é da ordem da disciplina e do controle impede que sejam concebidas pelo conjunto de eixos que as compõem.

A crítica de que a ciência institucionalmente exercida é um “campo de lutas” e “campo de forças” tem papel importante na teoria dos campos sociais de Bourdieu (2004a). Também é uma questão debatida por Lopes (2006), cujo olhar especial dado aos arranjos da Comunicação compreende a heurística envolvida no conceito de campo, proposto por Bourdieu. Para esse autor, no campo científico são travadas relações entre agentes com níveis desiguais de capitais científicos e entre outros campos, como o político e o econômico, cujas leis são diferentes. Nas palavras de Bourdieu,

A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa às imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada (BOURDIEU, 2004a, p. 20-21).

O conceito versa sobre os diversos mundos sociais responsáveis pelo tratamento e pelo regramento de saberes e práticas. A elaboração do conceito, conforme defende o Bourdieu, é uma alternativa aos estatutos totalitários da distinção atribuída ao conhecimento científico puro, pretensiosamente deslocado da realidade

e inerte em relação às demandas sociais. Discorda também da total submissão às pressões sociais, políticas e econômicas, o que indicaria uma fragilidade significativa de autonomia. É, portanto, um espaço intermediário ou, como no excerto acima, “relativamente autônomo”, dependendo da capacidade investida por outros campos em permeá-lo e da própria capacidade de refração (BOURDIEU, 2004a; [2001] 2004b).

Nas relações sociais travadas no campo, o capital científico é decidido pela competência e pela autoridade de agentes envolvidos. Diz respeito ao reconhecimento simbólico, sem que haja o determinismo econômico o qual o conceito de “capital” evoca comumente, pois as disposições de poder não são reflexo única e exclusivamente do capital dito econômico. Se a posição ocupada por diferentes agentes varia em possibilidades e impossibilidades de atuação dependente do capital científico acumulado, logo, torna-se fundamental compreender o funcionamento do campo a partir das relações de poder. São duas as espécies de capital científico – o puro e o institucional (BOURDIEU, 2004a).

O primeiro, o capital científico “puro”, com aspas do próprio autor, é particularmente interessante, pois aciona uma dimensão pessoal e carismática da figura do sujeito-inventor, aquele que atua em detrimento da inovação e, assim, é reconhecido e prestigiado pelos pares. Esse capital é oriundo de prestígio e reconhecimento, a exemplo dos vencedores de prêmios Nobel, quando está em questão a contribuição ao campo cancelada por outros cientistas (BOURDIEU, 2004a; 2004b).

A outra dimensão, a do capital científico da instituição, denota o estatuto burocrático que, diferentemente do carismático, é responsável por hierarquizar funções, estabelecer critérios e organizar procedimentos para a inserção de novos agentes. Em muitos casos, por meio do capital científico institucional, os agentes passam a ser administradores científicos cuja atuação pode influenciar a própria sobrevivência de certas disciplinas. Diferencia-se do primeiro na medida em que acumula poder político de decisão (BOURDIEU, 2004a).

Ao comentar a obra de Bourdieu, Lopes (2006) sugere a fórmula associada entre conflitos políticos e epistemológicos, pois a preocupação sobre as condições e os estatutos do conhecimento é, invariavelmente, política. No debate, Prado (2003) também chama a atenção ao que propõe Bourdieu, mas reconhece as limitações, especialmente com olhar estendido à Comunicação. A teoria dos campos, na

apreciação de Prado (2003, p. 135), seria mais apropriada aos campos “com fronteiras relativamente demarcadas, o que ainda não é tipicamente o caso da Comunicação”.

Segundo o autor, campo e área são assim diferenciados:

O ‘campo’ caracteriza-se pelas contribuições de pesquisadores e profissionais dedicados aos assuntos comunicacionais. A ‘área’ é o campo reduzido para as atividades de avaliação institucional, principalmente quando as agências se preocupam em delimitar se pesquisas específicas estão ‘dentro’ da área, fora dela ou em suas bordas. O campo científico é, portanto, reduzido, segundo recortes mais ou menos precisos, à área sistêmica pelos pesquisadores-avaliadores quando prestam seus serviços burocráticos às agências governamentais de avaliação (PRADO, 2003, p. 136).

A diferenciação entre campo e área insere no problema as decisões de agências de fomento que, como instituições ligadas aos governos hábeis de financiamento da pesquisa científica, interferem nas capacidades materiais e, novamente, epistemológicas.

As tentativas ou efetivas interferências tornam inerente ao conhecimento os imperativos de outras ordens. Por causa de todos os impasses, muitos deles que fogem ao controle e escapam às soluções simples, a ideia de comunidade científica crítica é o caminho encontrado por Maia & França (2003) para problematizar o processo de constituição do campo da Comunicação (o termo campo, nesta colocação, não segue a definição de campo científico já citada). Por essa ideia, a vitalidade da comunidade científica demanda um “olhar próprio da Comunicação” para que se reafirme relevante para si e para os outros:

A vitalidade da própria comunidade científica é contingencial: são os seus membros mediante a própria prática que a tornam efetiva. Nesse sentido, o sucesso mais amplo da comunidade não depende dela mesma, mas do reconhecimento que só pode ser conferido pelos outros (MAIA & FRANÇA, 2003, p. 197).

Entre o olhar próprio da Comunicação e as diferentes disciplinaridades, ambas complexificadas por interferências de outras ordens, que as afetam por completo, mas que fogem de qualquer controle, é coerente com o conhecimento estudado nesta tese a discussão realizada por Braga (2004) sobre as interfaces. Por serem originadas de tipos de conhecimento diferentes, as interfaces são elaboradas justamente para superar ou enfatizar alguma insuficiência das abordagens vizinhas. A percepção de que algo soa insuficiente é uma forma de problematizar, de “desentranhar o que é propriamente comunicacional” (BRAGA, 2004, p. 228).

A noção de interface, sendo resultado de um problema que é posto a partir de conhecimentos existentes, superando-o de alguma forma, é também pensada quando se configuram novos arranjos societários drasticamente diferentes dos arranjos a partir dos quais as teorias e os conceitos precedentes foram forjados. Particularmente interessante para esta tese, Braga (2004) exemplifica com a noção de interface construída por Gomes ao questionar “*O que há de Comunicação na Comunicação Política?*”, título do primeiro capítulo da obra *Transformações da política na era da comunicação de massa*. No caso exposto, a tensão entre comunicação e política dá espaço à emergência da interface.

As práticas científicas empregadas no processo de percepção de que algo das teorias e dos conceitos vizinhos parece insuficiente estão arroladas em dificuldades, desde a compreensão desses aportes até a reelaboração em virtude das problematizações as quais se deseja operar (BRAGA, 2004).

Além das dificuldades epistemológicas, recuperam-se as questões institucionais aplicadas aos desdobramentos na construção de uma interface na busca por legitimidade. As práticas científicas desenvolvidas institucionalmente, tanto por permitir o aperfeiçoamento do conhecimento em diálogos contingentes entre pares da comunidade científica (MAIA & FRANÇA, 2003) quanto pelos percalços das estruturas (BOURDIEU, 2004a; LOPES, 2006; PRADO, 2003), são questões que acrescentam interrogações ao se buscar uma categoria para elucidar as práticas científicas aqui investigadas: campo científico, área, subárea, disciplina, pós-disciplina e, por fim, interface entre C&P. Nos próximos subcapítulos, as duas vias históricas, do conhecimento e do conhecimento legitimado pela construção dessa comunidade científica, serão recuperadas tendo em vista as práticas marcadas por interesses científicos e criações de espaços de debate, com particular atenção para a trajetória das pesquisas no Brasil.

4.2 Constituição da interface Comunicação & Política

A interface entre Comunicação & Política teve início, ainda que remoto, com a emergência de um acontecimento histórico, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), desenvolvendo-se mais substancialmente com a eclosão de outros fenômenos de ruptura, como foram os regimes totalitários no século XX. Apesar da importância da obra *Public Opinion*, de Walter Lippmann (1922), Gomes (2011, p. 337) desconsidera a figura de um “pai fundador” e sustenta o argumento de que foi “um evento, e não um autor, o que inicia o campo de pesquisa da comunicação e política como o conhecemos hoje”. A realidade social transfigurada pela guerra, bem como a posterior ascensão de regimes totalitários no ocidente e no oriente, sucumbindo na Segunda Guerra Mundial, são lidos como momentos-chave para o desenvolvimento da literatura que, além da propaganda política, tratou do conceito de opinião pública, de autoria do já citado Lippmann. Os conflitos mundiais do século XX impactaram a vida e as ciências – não apenas aquelas que deram corpo às bombas atômicas – e também as áreas do conhecimento interessadas nos processos sociais, políticos, midiáticos, culturais, etc. (GOMES, 2011; 2014; RÜDIGER, 2016).

Às grandes guerras, junta-se o interesse sobre o acontecimento eleitoral como problema de pesquisa, com o lançamento do relatório estadunidense *The Peoples's Choice*, que divulgou os efeitos de influência de agentes políticos no comportamento eleitoral e na decisão do voto. Essa referência, assim como os modelos propostos pelo pesquisador Harold Lasswell, destaca-se não apenas no interior da interface, mas também em coletâneas especializadas sobre as teorias formadoras da Comunicação enquanto grande área. Cabe, portanto, considerar a origem mútua de ambas (GOMES, 2011).

No entanto, as teorias formadoras não necessariamente representam a síntese apropriada de dada corrente do pensamento, uma vez que a ciência passa por etapas de reformulação e geração de novos problemas. No caso das interfaces, que unem categorias distintas para formular outra especialidade, existe a tendência de cada comunidade científica ao atribuir mais ou menos importância às categorias da expertise vizinha – algo que diz respeito às relações de poder no interior do campo científico, pontuadas no capítulo anterior (MIGUEL, 2002; GOMES, 2014).

Especificamente sobre a C&P, na avaliação de Gomes (2014), ocorreu uma redução dos *mass media* e seus possíveis efeitos ao papel de instrumentos mediadores entre os campos políticos e sociais, tratados de forma prioritária. No campo dos especialistas da Comunicação, enfatizou-se a centralidade da comunicação de massa e o impacto na natureza das atividades políticas de maneira deliberada; em contrapartida, especialistas das Ciências Políticas detiveram-se nos bastidores das regras políticas, esquecendo-se da “esfera de visibilidade controlada pelos agentes do campo da comunicação [...]” (GOMES, 2014, p. 334).

O termo *mídia*, por exemplo, encontrado em incontáveis textos de diferentes áreas do conhecimento, explica Guazina (2007), é trabalhado na interlocução com a opinião pública, opinião política, comportamento eleitoral, escolhas políticas e cultura política, sendo definido apenas como um canal de transmissão de informação sobre política. Logo, dissertar sobre produtos midiáticos por si só, enquanto objetos de estudo, não se converterá, necessariamente, em um estudo de interface. O que será decisivo é a forma da análise, não a escolha do objeto.

Nas duas revisões citadas (GUAZINA, 2007; GOMES, 2014), parece predominar a crítica quanto à delegação de maior importância para apenas uma das categorias formadoras da interface. Sobre essa tendência, Miguel (2002) considera mais produtiva a ótica de perceber as disputas e as tensões entre os campos da Comunicação e da Política do que medir o controle de um sobre o outro.

Por isso, o início de uma tradição não corresponde, necessariamente, à síntese de uma interface propriamente dita. Lidar com uma interface é destravar as relações e as afetações entre as partes (ainda que conflituosas). Para Weber (2020), a interface é um tipo de associação resistente à arbitrariedade da dissociação disciplinar. Resistir à dissociação não quer dizer alinhar-se às concepções teóricas e metodológicas das pesquisas formadoras, mas atualizar problemáticas mediante o curso da história e do próprio desenvolvimento interno da ciência à qual se filia.

A atualização da interface, sobretudo a constituição da agenda de estudos no Brasil, será o tema do próximo subcapítulo, que visa introduzir aspectos contextuais da formação do campo e das condições para seu surgimento no início da década de 1990. A discussão terá seguimento com a abordagem sobre os interesses científicos cujo diálogo se apoia na observação destacada no presente subcapítulo sobre o

significado de interface, principalmente quando interagem disciplinas de naturezas diferentes.

4.3 Comunicação & Política no Brasil

Setenta anos depois das primeiras pesquisas sobre a propaganda de guerra, mencionadas no subcapítulo anterior, intensificou-se a agenda de estudos no Brasil com a formação do campo científico cujo interesse inicial, coerentemente com o que foi realizado pela literatura estrangeira, foi o acontecimento eleitoral. É consenso o fato de que as eleições de 1989, que deram início ao governo de Fernando Collor, fizeram parte do momento “turning point” do campo científico brasileiro. Essa virada é justificada, em parte, pela abertura política e pela importância do primeiro acontecimento eleitoral de nível nacional, após os anos de ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). A promulgação da Constituição Federal de 1988, seguida pelas eleições mencionadas, instalou um conjunto de possibilidades para atuação de pesquisadores(as) no Brasil (RUBIM & AZEVEDO, 1998; CHAIA, 2007; GUAZINA, 2007; MARQUES & MIOLA, 2018; WEBER, 2020).

Entretanto, ressaltam Rubim & Azevedo (1998), mesmo antes do período de democratização, já havia pesquisas lançadas e pesquisadores qualificados ou em fase de qualificação. O contexto ditatorial não permitiu o desenvolvimento amplo da C&P – marca empírica da dinâmica de afetação entre os campos político e científico, à qual se refere Bourdieu (2004a), especialmente ao qualificar a autonomia como um dado em constante negociação. Existiu o que Weber chama de “resistência intelectual” (WEBER, 2020, p. 5), consolidada pela atuação da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, que, desde 1977, estimula a produção de conhecimento na área. O levantamento de Rubim & Azevedo (1998) mostra também que, entre 1970 e 1980, pelo menos 21 pesquisadores publicaram sobre temas relacionados à interface, como Gabriel Cohn, José Marques de Melo, Sérgio Caparelli e Ciro Marcondes Filho.

Outro fator explicativo sobre o crescimento do campo da C&P é derivado da abertura de cursos de graduação e pós-graduação, bem como as experiências travadas no mercado profissional da comunicação, especialmente entre as décadas de 1960 e 1970. Os cursos de graduação e, mais tardiamente, de pós-graduação proporcionaram

combinar o aprendizado da prática profissional da comunicação com reflexões críticas, teóricas e metodológicas (FERREIRA, HOHLFELDT, MARTINO & MORAIS, 2010).

Ambos os fatores – a abertura política e a oferta de cursos – são complementares e tornaram viável a posterior consolidação da interface a partir da década de 1990. O processo de institucionalização depende, sobretudo, de agentes aptos a criar associações de pesquisa, delinear interfaces, promover eventos de debate, fundar periódicos de difusão da produção, publicar livros e artigos, orientar novos ingressantes, entre outras dinâmicas que, juntas, conformam a noção de comunidade científica⁴ com interesses mútuos de pesquisa.

Entre os papéis de agentes do campo científico, destaca-se a orientação de novos ingressantes, uma dinâmica movida pela diferença de capital científico. Conforme a teorização de Bourdieu, o capital científico acumulado instaura relações mais ou menos desiguais. Ademais, além do capital científico, em uma mesma comunidade científica, existem diferentes interesses científicos. De acordo com Weber (2020), são de interesse científico do campo da C&P os mais variados fenômenos, inclusive os opostos entre si, como são as democracias e as ditaduras. Por esse motivo, no próximo subcapítulo, o conjunto de interesses científicos será abordado como agregador em torno dos quais agentes reúnem-se a comunidade científica.

4.3.1 *Interesses científicos*

A constituição do campo científico da C&P no Brasil desenvolveu-se com a própria realidade política. Já mencionada, a eleição vitoriosa de Fernando Collor (1989), sucedida pelo *impeachment* do presidente, logo em 1992, gerou, assim, no espaço de dois anos, análises científicas sobre o sucesso e o fracasso do então governo. São dois processos correlacionados, porém demandam inteligibilidades, primeiro, para compreender as estratégias de um marketing político vitorioso e,

⁴ No caso da C&P, são nomes relevantes da etapa de constituição inicial do campo: Afonso de Albuquerque; Alessandra Aldé; Antonio Albino Canelas Rubim; Antonio Fausto Neto; Fernando Antônio Azevedo; Fernando Latmann-Weltman; Heloiza Helena Matos e Nobre; Jorge Almeida; Luciana Veiga; Luis Felipe Miguel; Márcia Vidal; Marcus Figueiredo; Maria Ceres Castro; Maria Helena Weber; Mauro Porto; Murilo César Soares; Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho; Rousiley Maia; Venício Arthur de Lima; Vera Chaia; Wilson Gomes (RUBIM & AZEVEDO, 1998; ALDÉ, CHAGAS & SANTOS, 2013; FRANÇA *et al.*, 2018; MASSUCHIN, SARMENTO & MENDONÇA, 2021).

segundo, para desvelar aspectos referentes ao fracasso do então representante. Ambos os acontecimentos compuseram as tensões da complexa relação entre política e comunicação no início da década de 1990 no país.

Pesquisar acontecimentos políticos apenas no sentido fenomênico não constitui por si só um estudo de C&P, mas se constituirá quando a dimensão epistemológica for marcada pela apreciação das categorias da comunicação e da política em correlação. Veja-se pelo viés da propaganda, a chave analítica da década de 1940, pontuada no início deste texto, que persiste desde então como um objeto empírico do campo. Como mostra Azevedo (2004), há contrastes entre a abordagem do relatório *The Peoples's Choice* e os modelos teóricos e metodológicos lançados anos depois, na década de 1960, como a teoria do agendamento, mesmo quando tomam o semelhante fenômeno de investigação.

Pode-se constatar que, embora as eleições sejam programadas para ocorrer em países democráticos, há sempre algo novo a ser observado devido às mudanças sociais. No período citado acima, houve aumento da produção e do consumo de cultura, entretenimento e informação, incluídos na lógica do capitalismo, assim como a invenção da televisão, um objeto sociotécnico de relevância a ser notado por pesquisadores (AZEVEDO, 2004).

Inclusive, ainda tendo em mente o acontecimento eleitoral, a análise científica pode tomá-lo por lentes em que os princípios em voga são, de partida, conflitantes. O marketing eleitoral e o enquadramento jornalístico de uma campanha demandam inteligibilidades diferentes e suscitam perguntas próprias a cada condição de produção. Dessa forma, princípios conflitantes não são excluídos, mas agregados no núcleo de interesses científicos do campo da C&P, conforme a síntese de Weber:

Do registro impresso à ubiquidade da informação digital, o campo abriga questões sobre a amplitude e os limites do poder da comunicação num Estado republicano ou ditatorial; da formação de opiniões individuais à opinião pública; dos pactos entre mídias e governos à censura da imprensa; da visibilidade planejada ou fortuita à formação da imagem pública; da liberdade de manifestações sociais à sua repressão (WEBER, 2020, p. 8).

De acordo com os interesses pontuados, o acontecimento em si não determina a proximidade com o campo da C&P, mas o ponto de vista através do qual se analisa. Ademais, conforme o excerto, somam-se aos interesses científicos as invenções de objetos sociotécnicos, igualmente integrantes das questões de pesquisa da interface

e formadores de impasses entre visões otimistas e pessimistas sobre tais criações. Miguel (2002) aborda-os a partir da crítica quanto ao pretense estado puro em que, no discurso geral, se creditava à televisão a causa da depreciação da política:

Antes do advento da televisão, outros fatores “viciavam” o discurso político. Se hoje é importante que o candidato tenha um rosto atraente, antes pesavam mais a técnica retórica, o timbre de voz ou mesmo o talhe do corpo, já que indivíduos altos e corpulentos se destacavam mais em meio à multidão ou no palanque. Em suma, mesmo que se possa lamentar a atual banalização do discurso político, nunca houve nada parecido a um debate “puro” de idéias, desligadas daqueles que as enunciam (MIGUEL, 2002, p. 158).

O impasse não é restrito à televisão porque se acompanha significativamente a complexificação crescente que é acrescida pela internet, especialmente, pelos seus usos sociais. A criação de linhas de pesquisa para dar conta de perguntas referentes aos ambientes eletrônicos e, posteriormente, *online*, desde o enunciado, já deixam rastros do interesse acadêmico-científico voltado às tecnologias – percebidos pela inserção do “e” em conceitos já existentes (*e-democracy*, por exemplo, derivado do termo *eletronic* em inglês) até a chamada Web 2.0, proporcionada pela popularização da internet (1990) e, sobretudo, pelos usos sociais. São localizados diferentes temas, como participação, deliberação, transparência, campanhas políticas *online*, eleições, *smart cities*, *crowdsourcing*, entre outros. Todos, impreterivelmente, compõem experiências, projetos e iniciativas *online* sobre os quais o campo científico produz novos modelos teóricos e metodológicos (GOMES, 2016).

A campanha eleitoral de Barack Obama (2008) e a onda de protestos globais de 2011, como a Primavera Árabe, o M-15 ou Movimento dos Indignados e o Inverno Chileno, são avaliados enquanto significativos para a nova fase da literatura científica atenta ao digital. São desdobramentos que fizeram uso social da internet, aludido anteriormente, escancarando formas de expressão e organização política diferentes daquelas compiladas até então. Sintoma nacional das manifestações contemporâneas, as jornadas de junho de 2013 colocam um ponto de inflexão também no Brasil, em especial, na literatura sobre movimentos sociais (GOMES, 2016; PINTO, 2016; MENDONÇA, 2017).

As lógicas de usos e apropriações sociais e políticas das tecnologias para debater, deliberar, opinar, participar, conversar ou, até mesmo, forjar, detratar e depreciar compõem, assim, as inflexões dos últimos anos. A literatura especializada, ao recuperar a recepção das iniciativas digitais no interior do campo científico, avalia o significativo otimismo no diagnóstico da época com base nos seguintes indicadores:

Como se tratariam de meios de comunicação, potencialmente com acesso universal, descentralizados, sem filtros ou controle direto dos atores políticos tradicionais, poderiam, em tese, diminuir a mediação realizada por partidos políticos e pelo jornalismo, ampliando a pluralidade e a diversidade das fontes de informações (SAMPAIO, BRAGATTO & NICOLÁS, 2016, p. 289).

A interpretação de Sampaio, Bragatto & Nicolás (2016) é referente aos primeiros diagnósticos da área cujo interesse é voltado aos usos sociais e políticos da internet. Contudo, tal diagnóstico não perdurou, conforme também argumentam os autores:

Com o amadurecimento das análises, a questão inicial “o que a internet pode fazer pela democracia” passa a ser substituída por perguntas sobre como os diferentes meios, canais e ferramentas digitais que compõem a internet podem ser utilizados por indivíduos, organizações e instituições para fins políticos ou para incrementar valores democráticos. (SAMPAIO, BRAGATTO & NICOLÁS, 2016, p. 289).

Os dois excertos são significativos sobre o processo de recepção e formulação das ideias próprias ao campo científico e podem ser combinados com a tese de Gomes, que, em 2014, ao constatar essa tensão, detectou a tendência em que o pesquisador da área passa “a se tornar um especialista em mudanças, muito sensível às conjunturas e às suas alterações” (GOMES, 2014, p. 333). Para o autor, a atenção às mudanças e às discontinuidades torna-se, em parte, um obstáculo quando, em detrimento delas, as continuidades são relevadas.

Em busca de evidências, o autor está de acordo com o fato de que a comunicação interfere na esfera política eleitoral e governamental. Contudo, observa que os próprios agentes da esfera política “se tornaram em grande parte astutos gestores da comunicação de massa e não apenas suas vítimas [...]” (2014, p. 335) e permanecem enquanto concentradores do poder político, manifestado pelo funcionamento do Estado, do Legislativo e do Judiciário. Isso significa que o sistema midiático não substituiu outros sistemas de práticas, como aqueles impregnados no interior da política, a exemplo das barganhas e das negociações. Para o autor, “novos fenômenos aparecem, tendências

que pareciam claras não se realizaram, outras, que pareciam pouco importantes, tornam-se alternativas importantes” (GOMES, 2014, p. 333).

Em termos do conhecimento científico, especialmente das ciências humanas e sociais, lidar com o descontínuo significa “produzir conhecimento sobre fatos sociais e tecnológicos que ainda estão se processando” (GOMES, 2016, p. 54).

Os diagnósticos de Gomes (2014; 2016), por exemplo, sobre as continuidades e as discontinuidades, interpretadas no âmbito da pesquisa em C&P, não são indiferentes ao problema da temporalidade, pois circunscrevem a posição singular de produção de conhecimento em C&P compartilhada com o observável analisado. Como destacado ao longo deste subcapítulo, são apresentados dois lados: primeiro, o da supervalorização do descontínuo em detrimento do contínuo no qual o agente da pesquisa se torna um “especialista em mudanças, muito sensível às conjunturas e às suas alterações” (GOMES, 2014, p. 333); segundo, a valorização do descontínuo, com base nos fenômenos da democracia digital, devido à produção de “conhecimento sobre fatos sociais e tecnológicos que ainda estão se processando” (GOMES, 2016, p. 54).

Ambos os delineamentos da especificidade da interface importam e dialogam com as duas viradas desta tese, a virada complexa e a virada hermenêutica. Com o paradigma da complexidade, Morin advoga para a união do observador e do observável, uma vez que quem pesquisa não apenas existe no mundo, mas o coproduz recursivamente. Pesquisar as mudanças que estão se processando, de acordo com a colocação de Gomes (2016), acima citada, requer uma ação de tradução, que ganha forma pela escrita de artigos científicos, relatórios de pesquisa, teses, dissertações, livros, coletâneas, assim como pela oralidade em aulas, seminários, congressos, palestras. A tradução que será analisada nos próximos capítulos é a que ganha forma de artigos científicos, isto é, pela escrita. Assim, importa a definição de Ricoeur sobre o texto ser sempre revelador de um mundo temporal, pois os dois eixos desta tese, a saber, o acontecimento público e o conhecimento científico em C&P, evocam o problema da temporalidade de viver as mudanças que se processam, de pesquisá-las, mas também de transformá-las em texto inteligível a ser submetido aos pares, como condição de aceitabilidade do conhecimento.

Por isso, no próximo subcapítulo, o objetivo é mapear os espaços de debate em que o conhecimento em C&P é legitimado por dinâmicas coletivas da comunidade

científica, importando situar os espaços institucionalizados do debate que regulam o processo de tornar público o conhecimento produzido.

4.3.2 *Espaços de debate*

Este subcapítulo é dedicado ao mapeamento dos espaços de debate em C&P no Brasil. Tem como objetivo identificar diferentes práticas científicas por meio das quais se torna público o conhecimento e apto à avaliação dos pares. De acordo com as considerações de Bourdieu, as relações travadas nos campos são concorrenciais e, entre tais relações de poder, é considerado legítimo o conhecimento que é submetido, aceito e autorizado socialmente entre e pelos pares. Afirma-se, desde o início desta tese, que a escrita é, por excelência, uma prática de expressão do conhecimento científico em artigos, relatórios de pesquisa, teses, dissertações e livros. Cada produção exige certo fôlego, orienta-se por certos processos de aceitabilidade e a cada uma são atribuídos valores simbólicos diferentes. Cada produção também está relacionada com o espaço em que se desenvolve: instituições universitárias, institutos e grupos de pesquisa, associações e científicas.

No que diz respeito ao campo da C&P, destacam-se as seguintes associações e institutos de pesquisa, listados em ordem cronológica pela data de fundação: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (**Intercom**, 1977); Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (**Anpocs**, 1977); Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (**Compós**, 1991); Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (**Alcar**, 2001); Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (**SBPJor**, 2003); Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (**Compolítica**, 2006); Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e Relações Públicas (**Abrapcorp**, 2006); Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura (**ABCiber**, 2006); Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (**Socicom**, 2008); Associação Brasileira de Pesquisadores de Publicidade (**ABP2**, 2010); Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (**INCT-DD**, 2017) (WEBER, 2020).

Associações científicas promovem atividades variadas, como a execução de congressos, simpósios, seminários e/ou colóquios em nível internacional, nacional,

regional e/ou local. São eventos de reunião de grupos de trabalho para debater *in loco* pesquisas previamente selecionadas, incluindo a viabilidade de publicação em anais de evento em forma de resumo, resumo expandido e/ou artigo científico. Além de eventos, são promovidas outras atividades, como a publicação de periódicos científicos e livros; a premiação de artigos, teses e/ou dissertações; o desenvolvimento de cursos, entre outras.

São também espaços de debate os periódicos científicos que, diferentemente dos eventos, têm como foco apenas a publicação escrita. De acordo com o levantamento da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), 83 periódicos científicos estão ativos na área da Comunicação⁵. Entre os citados, serão destacados os números da revista *Compólítica*, publicada pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (**Compólítica**, 2006), pois concentra, especificamente, a interface estudada nesta tese. Entre 2011 e o primeiro semestre de 2022, foram publicados 233 textos científicos subdivididos nos seguintes gêneros: artigos científicos (134); artigos científicos de autor(a) convidado(a) (13); editoriais (24); entrevistas (21); e resenhas (17) (Figura 1).

Figura - 1 Levantamento quantitativo dos gêneros textuais da revista *Compólítica*, periódico de referência da pesquisa em C&P



Fonte: Elaboração própria.

⁵ Disponível em: [Lista de periódicos da Área – COMPÓS \(compos.org.br\)](https://compos.org.br/lista-de-periodicos-da-area/).

Na revista, são aceitos artigos científicos, resenhas e entrevistas, assim como são produzidos textos de apresentação a cada edição. Os eixos temáticos contemplados são: **1.** comunicação e democracia; **2.** mídia e eleições; **3.** comunicação institucional e imagem pública; **4.** internet e política; **5.** comunicação e sociedade civil; **6.** cultura política, comportamento e opinião pública; **7.** políticas de comunicação; **9.** jornalismo político; **10.** propaganda e marketing político. Além do total de textos científicos, mostram-se relevantes outros gêneros textuais, como entrevistas, resenhas e editoriais, entre as atividades mapeadas (COMPOLÍTICA, 2022).

Todas as formas de expressão até então citadas são complementares e atreladas. Teses e dissertações, produzidas em instituições universitárias, podem gerar artigos científicos submetidos a congressos ou a revistas científicas ou apresentadas a editoras para publicação de livros. Pode-se afirmar que existem oportunidades da expressão pública do conhecimento pela escrita que são igualmente complementares com a expressão pública do conhecimento pela oralidade. Os ritos de defesas de teses e dissertações, as apresentações de artigos em congressos, as palestras, as aulas magnas, as entrevistas, entre outras práticas, fazem parte do repertório de expressões públicas do conhecimento.

Tendo em vista esse amplo cenário e os diferentes espaços de debate, o próximo capítulo, o primeiro dedicado ao preâmbulo da análise, é orientado para justificar a escolha de estudar os artigos científicos apresentados no GT de C&P da Compós e publicados nos anais do evento, entre 2000 e 2021. Assim, serão recuperados aspectos históricos da formação do grupo e as características específicas do funcionamento das práticas científicas para construir e justificar o *corpus* de análise. Também no próximo capítulo, serão descritos os procedimentos de análise contornados pelas duas viradas desta tese referentes ao paradigma da complexidade e ao círculo hermenêutico.

5 DESENHO TEÓRICO E METODOLÓGICO

Neste capítulo, explicita-se o desenho teórico e metodológico da análise, que será desenvolvida em duas partes condizentes com as duas viradas desta tese: a complexa e a hermenêutica, cada qual com objetivos distintos, mas complementares, sendo a primeira condição da segunda. O *corpus* de análise é composto por 216 artigos científicos apresentados no grupo de trabalho (GT) em Comunicação & Política (C&P) da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) e publicados nos anais do evento, entre 2000 e 2021. O mesmo *corpus* será analisado em ambas as partes e, por isso, no primeiro subcapítulo, serão apresentados aspectos históricos da formação do grupo e as características específicas do funcionamento das práticas científicas de modo a justificar a escolha.

As duas análises, como mencionado, serão focadas no mesmo conjunto empírico, mas com objetivos diferentes e complementares, por isso, serão operadas em capítulos únicos a elas dedicados (capítulos **6** e **7**).

A **Parte I** da análise, dedicada à virada complexa, busca cumprir dois objetivos: **1.** identificar elementos em interação com acontecimentos públicos na e pela pesquisa em C&P; **2.** construir organizações típicas de acontecimentos públicos na e pela pesquisa em C&P. Nos objetivos, constam as ideias de interação e organização, que são orientadoras para uma simulação lógica a partir do material selecionado, que consiste na identificação de acontecimentos públicos como objetos empíricos organizados. Segundo o paradigma da complexidade, a organização apenas existe pela interação entre elementos. Retoma-se aqui a operação da complexidade como paradigma orientador, por isso a simulação lógica apoia-se nessa condição para identificar elementos que interagem nas e pelas pesquisas e geram objetos empíricos organizados com acontecimentos públicos. O detalhamento do procedimento será demonstrado no **capítulo 6**.

A **Parte II** da análise, dedicada à virada hermenêutica, tem como objetivo **1.** compor encadeamentos de acontecimentos públicos entre as pesquisas em C&P. A ideia de composição deriva do círculo hermenêutico, desenvolvido em três fases: as mimesis I, II e III. Pela leitura do material, serão recompostas as condições públicas em que emergem os acontecimentos públicos organizados nas e pelas pesquisas em

C&P e, diferentemente da recomposição, serão compostos encadeamentos de início, meio e fim entre pesquisas heterogêneas dos 21 anos de atividades do GT de C&P da Compós. O detalhamento do procedimento será demonstrado **capítulo 7**.

A diferença entre duas partes é que a primeira tem como objetivo trabalhar com a composição organizada na e pela pesquisa a partir da simulação lógica de que o acontecimento, para ser organizado, requer interação com outros elementos, os quais serão identificados. Proporcionada pelo conceito de organização, a simulação lógica visa reconstruir as operações segundo as quais os acontecimentos são organizados e dados a ver de uma certa forma por certas interações nas e pelas pesquisas. A partir da heterogeneidade das abordagens, será trabalhada a plausibilidade de encadeamentos de acontecimentos públicos entre pesquisas diferentes, de autores diferentes e publicadas ao longo do recorte analisado. Antes, contudo, conforme já mencionado, o *corpus* e os procedimentos gerais de análise serão justificados e explicados a seguir.

5.1 Construção e justificativa do *corpus*: GT de C&P da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós)

Fundada em 16 de julho de 1991, a Compós é a principal associação de Programas de Pós-Graduação (PPGs) em Comunicação *stricto sensu* em funcionamento nas Instituições de Ensino Superior (IES), públicas ou privadas, com nível de mestrado ou doutorado. A criação da associação como sociedade civil sem fins lucrativos foi realizada mediante o encontro de coordenadores dos PPGs das seguintes universidades: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Instituto Metodista de Ensino Superior (IMS). Em trinta anos de existência (1991-2021), constatou-se a filiação de 50 Programas de Pós-Graduação, igualmente reconhecidos e avaliados por entidades superiores, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Entre os projetos da Compós, destacam-se, desde 1992, os Encontros Anuais, onde são oportunizadas interlocuções entre pares da comunidade científica mediante o funcionamento de Grupos de Trabalho (GTs), segundo interesses científicos específicos. Além do debate entre a comunidade científica, são atividades os lançamentos de livros por pesquisadores da grande da área da Comunicação, palestras de abertura e a entrega do Prêmio Compós de Teses e Dissertações Eduardo Peñuela Canizal, cujo nome homenageia um dos fundadores da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP).

Em levantamento realizado no ano de 2021, foram constatados 20 GTs em funcionamento: Comunicação e Cibercultura; Comunicação e Cidadania; Comunicação e Cultura; Comunicação e Experiência Estética; Comunicação e Política; Comunicação e Sociabilidade; Comunicação, Arte e Tecnologias da Imagem; Comunicação, Gêneros e Sexualidades; Consumos e Processos de Comunicação; Cultura das Mídias; Epistemologia da Comunicação; Estudos de Cinema, Fotografia e Audiovisual; Estudos de Comunicação Organizacional; Estudos de Jornalismo; Estudos de Som e Música; Estudos de Televisão; Imagem e Imaginários Midiáticos; Memória nas Mídias; Práticas Interacionais, Linguagens e Produção de sentido na Comunicação; Recepção, Circulação e Usos sociais das mídias (ASSOCIAÇÃO..., 2022, documento eletrônico).

O **GT de Comunicação & Política (C&P)**, que funda a associação e nela permanece, apesar de reativagens bienais, é objeto de interesse direto desta tese. Enquanto eixos temáticos, o GT de C&P abrange as seguintes relações: **1.** comunicação empreendida por agentes do campo político e da sociedade civil; **2.** mídia e eleições; **3.** regimes políticos e suas relações com o campo da comunicação; **4.** teoria política, opinião pública e espaço público; **5.** propaganda política; **6.** cobertura midiática sobre os agentes e as instituições da política; **7.** o acontecimento político e a mídia; **8.** formas de uso político das tecnologias de comunicação; **9.** comunicação pública (ASSOCIAÇÃO..., 2022a, documento eletrônico).

Os estudos submetidos aos congressos anuais assumem forma de artigo científico desenvolvido no *template* oficial de cada evento com título, subtítulo (quando houver), resumo em português e inglês, palavras-chave; corpo do texto e referências bibliográficas. As etapas de avaliação de artigos submetidos às lógicas

internas do evento da Compós são de responsabilidade da coordenação e da vice-coordenação de cada GT, sob as diretrizes gerais da associação (ASSOCIAÇÃO..., 2022, documento eletrônico).

A cada ano, são aceitos até dez artigos com base nas seguintes diretrizes: **1)** pertinência do texto em relação à ementa do GT e à área da Comunicação; **2)** relevância da contribuição para a área e para os debates do GT; **3)** perspectiva metodológica claramente explicitada; **4)** qualidade das reflexões apresentadas no texto, da argumentação, da estrutura lógica, e uma formalização conforme normas bibliográficas. Segundo o mesmo documento, deve-se assegurar “um equilíbrio entre continuidade e renovação, assegurando um mínimo de 30% e um máximo de 70% de artigos em cada uma destas duas posições”. Os artigos, uma vez aceitos, são submetidos à relatoria previamente estabelecida e proferida em forma de comentário crítico *in loco* por pares (Quadro 1) (ASSOCIAÇÃO..., 2022a, documento eletrônico).

Quadro 1 – Critérios de submissão e aceitabilidade de artigos científicos em Encontros da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação

Normas de funcionamento dos Grupos de Trabalho (GTs)	
Gênero textual	artigo científico inédito;
Submissão por	docentes de PPGs, doutores(as), mestres(as), doutorandos(as), mestrandos(as);
Avaliação	coordenador(a) e vice-coordenador(a) do Grupo de Trabalho;
Relatoria	comentário crítico <i>in loco</i> realizado por relator(a) determinado(a);
Índice de continuidade	artigos de autores que tenham sido selecionados em metade ou mais do número de anos desde a primeira participação nos últimos seis anos;
Índice de renovação	artigos de autores que não tenham participado do GT; ou tenham sido selecionados em menos da metade dos anos desde sua primeira participação nos últimos seis anos.

Fonte: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (ASSOCIAÇÃO..., 2022, documento eletrônico).

As normas, descritas no Quadro 1, seguem o calendário oficial do evento, definido pelo Conselho Geral, até o segundo semestre anterior à realização do

congresso, contendo as datas para submissão, avaliação e divulgação de artigos científicos aceitos, bem como as datas de realização do evento (ASSOCIAÇÃO..., 2022a, documento eletrônico).

Em termos de práticas, a existência do grupo desde os primórdios da associação é avaliada como uma certa resistência aos processos de reativagens. Por sobreviver sem modificações significativas, o GT de C&P pode ser considerado tradicional na produção e na divulgação de pesquisas nesse espaço de debate. Integrar uma associação reconhecida, a Compós, em um grupo tradicional e de vanguarda pelos anos de existência e resistência aos processos de reativagens é justificativa para a escolha do GT supracitado (FRANÇA *et al.*, 2018).

Além do caráter de vanguarda (FRANÇA *et al.*, 2018), é também uma justificativa para a escolha do GT o fato de que, anualmente, são aceitos até dez artigos, sem obrigatoriedade de preenchimento do número máximo. Por ter um número reduzido de artigos aceitos, o espaço de debate é construído por fatores de distinção e de concorrência entre pares. No espaço, convivem agentes diferenciados em termos de capital científico e burocrático, assim como ocorre nos Programas de Pós-Graduação. Para caracterizar o espaço de debate da Compós, é plausível o argumento de Bourdieu (1983) sobre as diferenças de capitais simbólicos entre pesquisadores:

[...] os julgamentos sobre a capacidade científica de um estudante ou de um pesquisador estão sempre contaminados, no transcurso de sua carreira, pelo conhecimento da posição que ele ocupa nas hierarquias instituídas [...] (BOURDIEU, 1983, p. 124).

O espaço de debate é legitimado pela noção de autoridade científica, marcada pelo que se chama de **Índice de continuidade**. Também prevê o ingresso de novos agentes pelo **Índice de renovação**, ambos descritos no Quadro anterior. Os índices proporcionam o convívio de agentes com diferentes posições, experiências, expertises de capital simbólico.

Outro motivo para a escolha do GT de C&P da Compós é a possibilidade de análise a longo prazo. A longevidade do GT de C&P da Compós, estudado ao longo de 21 anos de atividades, permite indagar sobre os acontecimentos públicos organizados na e pela pesquisa em perspectiva temporal.

Os aspectos anteriormente explicados são resumidos e listados em cinco justificativas para a escolha do GT de C&P da Compós:

1. adequação aos termos definidores de campos científicos: autoridade e legitimidade de fala; reconhecimento pelos pares; relativa autonomia para gerir as próprias regras;
2. distinção aplicada ao caráter qualitativo dos processos de aceitabilidade de fatos científicos com o estabelecimento do número total de dez artigos por GT ao ano;
3. avaliação por pares e relatoria *in loco*;
4. caracterização tradicional e de vanguarda do GT de C&P, com possibilidade de análise a longo prazo (2000 a 2021);
5. neutralidade temática, pois o evento não propõe temas concentradores a cada edição;

Os artigos científicos apresentados no GT de C&P da Compós (2000-2021) e publicados nos anais do evento serão mobilizados em duas partes correspondentes às duas viradas desta tese, a da complexidade e da hermenêutica. A análise será iniciada com a mobilização do conceito de organização para identificar os elementos em interação com acontecimentos públicos na e pela pesquisa em C&P. A segunda parte será apoiada no círculo hermenêutico para compor encadeamentos entre pesquisas de anos e autores diferentes dentro do intervalo entre 2000 e 2021.

5.2 Procedimentos metodológicos: análise em duas partes

Construído e justificado no subcapítulo anterior, o *corpus* desta tese, formado por 216 artigos científicos apresentados no GT de C&P da Compós (2000-2021) e publicados nos anais do evento, serão analisados em duas partes. Neste subcapítulo, serão feitas considerações sobre os procedimentos de análise alusivos a ambas as viradas. As características particulares a cada uma serão tratadas nos respectivos capítulos (**Parte I** – Virada complexa; **Parte II** – Virada hermenêutica).

Em ambas as partes, cabe reforçar, o mesmo *corpus* será analisado. Coletados no acervo da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em

Comunicação⁶, os artigos científicos foram subdivididos pelos anos do recorte temporal e reunidos em pastas armazenadas no software *Atlas.ti*. A leitura do material foi realizada em ordem cronológica, do ano 2000 a 2021, para apreender as mudanças, a começar pelo que é temporalmente afastado do contexto no qual esta tese é produzida. Antes de apresentar os dados da análise, serão declaradas dificuldades enfrentadas nesse processo.

Com a primeira leitura, foi constatada a padronização sistemática das normas de submissão de artigos científicos no âmbito do evento da Compós, apenas a partir do ano 2006. Entre 2000 e 2005, pelo contrário, foram observadas aplicações apenas parciais, o que significa que nem todos os artigos possuem resumos, palavras-chaves, título em língua estrangeira, resumo em língua estrangeira, palavras-chaves em língua estrangeira. A primeira dificuldade, portanto, é a falta de um ou mais itens de padronização, especialmente, a falta de resumos, tendo em vista a ausência da síntese julgada pela própria autoria do que, a seu próprio modo de avaliação, há de mais importante em determinada pesquisa.

A segunda dificuldade é derivada do conceito de acontecimento em relação aos respectivos referentes empíricos. A título de uso da palavra *acontecimento* (incluindo a forma flexionada “acontecimentos”), são contabilizadas 345 ocorrências⁷. Assim, a palavra é recorrente em uso e em correspondência empírica. Quer dizer que foram percebidas operações do que conceitualmente corresponde a acontecimentos públicos, de acordo com o que aponta a literatura de referência (QUERÉ, 2012; FRANÇA & LOPES, 2017; WEBER, 2013) sem que a discussão conceitual esteja, necessariamente, posta em artigos científicos. As construções empíricas são, portanto, correspondentes ao conceito, sem que necessariamente o definam, mas são capazes de atribuir novas configurações. Neste sentido, a relação entre política e interesse público permite conceituar um acontecimento público.

Para trabalhar com essa dificuldade, em que acontecimentos são correspondentes empíricos, mas não necessariamente lidos conceitualmente, além da identificação de elementos empíricos, serão referenciados conceitos e teorias que acompanham a organização empírica dos acontecimentos públicos nas e pelas

⁶ Disponível em: <[Série de proceedings | Galoá Proceedings](#)>.

⁷ O dado foi extraído com a ferramenta **Pesquisa de Texto**, do software *Atlas.ti*.

pesquisas. Ademais, segundo a preocupação com os objetos empíricos e com os objetos do conhecimento, serão buscados referenciais teóricos adicionais para auxiliar a compreensão dos resultados.

Os referenciais teóricos adicionais cabem a justificação do porquê determinada escolha empírica, realizada nos artigos científicos que formam o corpus desta tese, foi considerada nos termos desta análise. Essa estratégia metodológica deriva do debate acerca da definição do acontecimento quando imerso em paradoxos da visibilidade, que causam diferentes graus de simbolização. Por vezes, determinado acontecimento dimensiona-se em visibilidade de modo incomparável com outra ocorrência que é invisibilidade e, portanto, menos conhecida e simbolizada por práticas sociodiscursivas. Assim, nesta análise, não será feita uma medição do que é ou não um acontecimento público. Serão apresentadas tipologias de acontecimentos públicos e elementos em interação nas e pelas pesquisas, ambos compreendidos por conceitos e teorias auxiliares que servirão como justificativa do porquê são contemplados nesta análise.

Portanto, para a **Parte I** da análise, que tem o objetivo de identificar elementos em interação com acontecimentos públicos nas e pelas pesquisas, sendo esse um objetivo de sistematização, foram estipulados critérios de seleção de artigos científicos cujas delimitações empíricas permitem apresentar a sistematização desejada. São os seguintes os critérios complementares aplicados para a primeira incursão empírica nos artigos científicos: **1)** se o acontecimento público é enunciado no título ou no subtítulo de artigos científicos; **2)** se o acontecimento público é enunciado no objetivo da pesquisa; **3)** se o acontecimento público é concebido empiricamente com recorte temporal e espacial; **4)** se o acontecimento público é delimitado por práticas sociodiscursivas, agentes e/ou dispositivos.

Quanto mais específica a delimitação do acontecimento por objetivos da pesquisa (enunciados formados com verbos de ação em que se declara a razão de ser de determinada pesquisa), mais identificável é a natureza de acontecimento como observável estudado. Quanto mais espaço na superfície discursiva do artigo científico for dedicado ao acontecimento (incluindo títulos, subtítulos, resumos, palavras-chave, corpo do texto), mais sabe-se com precisão que determinado acontecimento público é base fundamental para a razão de ser de determinada pesquisa. Para elucidar esses

critérios, abaixo é reproduzido um enunciado representativo de pesquisas em que o acontecimento público é organizado como objeto empírico delimitado.

. **(+)** Enunciado representativo do acontecimento delimitado:

Neste artigo, comparamos as colunas políticas de Merval Pereira (O Globo) e Joaquín Morales Solá (La Nación) **[agentes e dispositivos]** publicadas durante as campanhas eleitorais de Brasil (2014) e Argentina (2015) **[acontecimentos públicos com delimitação espaço-temporal]**, respectivamente, com o objetivo de identificar como esses colunistas utilizaram os resultados das pesquisas eleitorais em suas análises (grifos, FONTENELLE & GUAZINA, 2016, p. 1)⁸.

Esse enunciado é exemplar da organização dos acontecimentos públicos como objeto empírico das pesquisas em que, por serem organizados dessa forma, são considerados na etapa de sistematização dos dados, a ser realizada a seguir. Contudo, cabe desde já mencionar que a presente tese não está restrita ao objeto empírico das pesquisas. Portanto, após a primeira etapa da análise de incursão empírica nos objetos empíricos de artigos apresentados e publicados no GT de C&P (Compós, 2000-2021), a análise será ampliada para a criação de outras organizações de acontecimentos públicos nas e pelas pesquisas, fundamentais para a **Parte II**.

Os conceitos norteadores e a visada a partir deles para o conjunto empírico, específicos da **Parte I**, serão definidos no próximo capítulo. Quanto aos conceitos norteadores da **Parte II**, serão definidos no capítulo 6, dedicado à segunda virada, a hermenêutica.

⁸ Ver **Apêndice A** – (FONTENELLE & GUAZINA, 2016).

6 PARTE I – VIRADA COMPLEXA

A primeira parte da análise tem como foco os elementos em interação com acontecimentos públicos organizados nas e pelas pesquisas da interface entre C&P, apresentadas no GT de C&P da Compós (2000-2021) e publicadas nos anais do evento. O conceito de organização é orientador para a identificação do que será sempre referenciado como *organização de acontecimentos públicos nas e pelas pesquisas em C&P*. A ideia de organização de acontecimentos públicos é orientada pelo conceito de organização, formulado por Morin (2016), e nela está implícita a interação entre elementos, pois é a organização que produz a ligação de elementos heterogêneos. O objetivo aqui é identificá-los em interação com acontecimentos públicos, entendendo-os como operadores de sentido (CHARAUDEAU, 2007), isto é, elementos cujas interações ligadas pela organização transformam o acontecimento público em objeto empírico. Dedicar-se o primeiro subcapítulo para explicitar o ponto de vista de que o acontecimento público organizado é, necessariamente, transformado (MORIN, 2016).

Para balizar a análise, além das orientações sobre processos organizacionais de acontecimentos e dos operadores de sentido que com eles interagem nas e pelas pesquisas (MORIN, 2016; CHARAUDEAU, 2007), será referenciada a literatura de referência do campo da C&P no Brasil (GOMES, 2011; RUBIM & AZEVEDO, 1998; GUAZINA, 2007; CHAIA, 2007; WEBER, 2020), com a qual se recuperam as construções de acontecimentos públicos como objetos empíricos dos artigos científicos selecionados. Como reiterado no **Desenho teórico e metodológico**, os resultados a serem apresentados nas páginas seguintes são desenvolvidos com a seleção de 216⁹ artigos científicos apresentados no GT de C&P da Compós e publicados nos anais do evento.

Orientadoras da análise, as categorias de organização, interação e sistema serão definidas a partir das contribuições de Morin e articuladas segundo a observação do conjunto empírico selecionado. O primeiro subcapítulo é destinado a retomar as definições das três categorias citadas, sob orientação do paradigma da

⁹ Do total de 219 artigos científicos apresentados e publicados nos anais do GT de C&P (Compós), entre 2000 e 2021, foram desconsiderados três textos com pedidos de não citação.

complexidade. Sequencialmente, serão apresentados os dados e demonstradas as operações com os conceitos de organização, interação e sistema.

6.1 A construção de acontecimentos como objetos empíricos dos artigos do GT de C&P da Compós (2000-2021)

A análise de 216 artigos científicos apresentados no GT de C&P da Compós (2000-2021) e publicados nos anais do evento, cuja escolha se justifica por ser um espaço de fala autorizada, legitimada e reconhecida pelos pares (BOURDIEU, 1983), será orientada pelo conceito de organização que, por sua vez, aciona as categorias de interação e sistema, que serão aqui conceituadas com base em Morin (2016), e é acionado por elas.

O primeiro destaque a ser feito é sobre a simulação lógica à qual se permite pelo conceito de organização e sobre o modelo heurístico pertinente ao conceito de sistema (MORIN, 2016). Ambas as colocações, de simulação e de modelo heurístico, serão dialogadas com o conjunto empírico, o que as torna operativas, e não apenas formais. Retoma-se o princípio dialógico do paradigma da complexidade, que permite considerar a organização originada pela relação entre pares antagônicos, esclarecedor das definições de Morin em que ambos os conceitos têm uma dupla entrada:

O sistema é um modelo que também se deixa modelar pelas qualidades próprias da fenomenalidade. A ideia de organização é uma simulação lógica, mas como ela contém elementos alógicos (antagonismo, emergências), ela também é reflexo daquilo que ela simula e que a estimula (MORIN, 2016, p. 176).

A operatividade das noções de organização e de sistema implica uma atitude criativa quanto aos procedimentos de observação. Em cada uma, estão alocados outros conceitos que explicam o que antecede a organização. Dessa maneira, ao se afirmar que acontecimentos públicos são organizados na e pela pesquisa em C&P, sob orientação do paradigma da complexidade, requer-se questionar *como* são organizados.

A organização é a ligação das diferenças que, por sua vez, pressupõe interação. Por interação, o autor entende as “ações recíprocas que modificam o comportamento ou a natureza de elementos, corpos, objetos, fenômenos em presença ou em influência” (MORIN, 2016, p. 72). Ao ligar elementos diversos, que interagem uns com os outros, a organização produz um sistema, assegura “solidariedade e solidez

relativa a essas ligações” e garante “ao sistema certa possibilidade de duração apesar das perturbações aleatórias” (MORIN, 2016, p. 133).

Pela definição de organização, Morin também conceitua o sistema. Ambos são associados porque a organização de elementos diversos produz uma unidade global, um sistema. Mantém-se mobilizado ao sistema o paradoxo da unidade múltipla, isto é, contemplam-se as partes diversas e o todo, sendo as partes sempre diferentes do que eram antes da organização sistêmica, pois a organização que liga também transforma, assim como o sistema é uno e diverso. Ambas as concepções são pensadas em circuito.

Entende-se a pertinência do conceito de organização por ser definido como uma “simulação lógica” em que são elucidadas certas condições para a existência do fenômeno organizado: não há organização sem interação e só há interação pelo encontro entre elementos causado pela desordem (MORIN, 2016).

Se aplicadas ao tema desta tese: a desordem causada pelo acontecimento público é, dialogicamente, ordenada pela organização que liga elementos heterogêneos nas e pelas pesquisas em C&P. Recursivamente, as práticas científicas se auto-organizam, reorganizando o conhecimento em C&P. Hologramaticamente, o acontecimento público que emerge em desordem é uma parte envolvida no todo social, cultural, político, econômico. A concepção deriva dos três princípios do paradigma da complexidade – recursivo, dialógico e hologramático – como pressuposições para traçar os procedimentos de análise. Parte-se da ideia de que não há organização sem interação entre elementos, mas ainda não se sabe quais elementos interagem com acontecimentos público nas e pelas pesquisas em C&P.

Cabe, portanto, como objetivo deste capítulo, identificar os elementos em interação com acontecimentos públicos e, a partir deles, criar organizações típicas por meio das quais o acontecimento que emerge no mundo prático como desordem é transformado em fenômeno organizado nas e pelas pesquisas. Esse objetivo será buscado segundo a descrição de elementos em interação com acontecimentos públicos e, ao final do procedimento, explicam-se as partes na relação com o todo de acordo com a proposta de leitura sistêmica da organização de acontecimentos públicos nas e pelas pesquisas, a ser completada ao final da análise.

Ao conceito de organização é somada a literatura de referência do campo da C&P, abordada nos capítulos anteriores, especialmente, sobre os interesses científicos. Retoma-se o *turn point* das agendas de pesquisa nacionais, atribuído a um acontecimento público, as eleições de 1989, associado ao objeto sociotécnico (a televisão), às práticas sociodiscursivas (a propaganda) e aos agentes que as exercem. O segundo *turn point* também se concretizou com as práticas da propaganda, desta vez, com os usos políticos e sociais de dispositivos digitais durante as eleições de 2008, nos Estados Unidos (GOMES, 2016; RUBIM & AZEVEDO, 1998; GUAZINA, 2007; CHAIA, 2007; WEBER, 2020).

Pesquisas anteriores do e sobre o campo científico da C&P, como as citadas acima, são referências para o desenvolvimento do presente capítulo com foco nos elementos em interação com acontecimentos públicos nas e pelas pesquisas, tendo em vista que, junto ao acontecimento, somam-se práticas, dispositivos e agentes, delimitados por recortes espaço-temporais, orientados por objetivos (a meta) de cada pesquisa e traduzidos por perspectivas de análise. Dessa maneira, o acontecimento público, mediante operações teóricas e metodológicas, associado a elementos, é transformado em outro acontecimento quando comparado com a emergência ao nível de fenômeno existencial (QUÉRE, 2012; CHARAUDEAU, 2007).

Se o acontecimento é comentado em uma conversa informal, na mesa de bar, ou na fila do ônibus ou, então, se é produto jornalístico produzido por critérios específicos, seja transmitido ao vivo pela televisão, seja publicado no dia seguinte pelo jornal, serão todos esses elementos que implicarão o sentido. Segundo Charaudeau (2007), uma situação de comunicação altera-se se for interpessoal ou mediada, diretamente testemunhada ou indiretamente conhecida, constituída ou enquadrada por dispositivos. Apoia-se na obra do autor, que é próximo dos estudos políticos-midiáticos, para a consideração de operadores de sentido no processo de construção do acontecimento, chamados aqui de *elementos* em interação: as práticas sociodiscursivas, os dispositivos sociotécnicos e os agentes.

Definem-se como práticas sociodiscursivas as ações do saber-fazer humano em situação de troca social, que são processos de transformação do “mundo a significar em mundo significado, estruturando-o segundo um certo número de categorias” (CHARAUDEAU, 2007, p. 41). Além da transformação, são processos de

transação, pois o mundo significado, para assim ser, é sempre construído em relação com os outros na situação específica da troca social. São práticas sociodiscursivas as inteligibilidades que envolvem a apreensão e a interpretação do mundo vivido, cada qual com variáveis próprias da situação de agentes que exercem tais atividades. São exemplos de práticas sociodiscursivas apreendidos na e pela pesquisa em C&P: a produção de coberturas jornalísticas, a projeção de anúncios publicitários, a publicização de projetos políticos, a formação de opinião e de argumentação, a manifestação por causas públicas, a criação de comunidades, entre outras que serão comentadas nas próximas páginas.

Por agentes, definem-se aqueles que exercem as práticas sociodiscursivas, sendo tanto singulares coletivos (e.g. a sociedade, os sujeitos, os eleitores) quanto agentes específicos (e.g. o candidato X). Por vezes, são também agentes as combinações com o dispositivo sociotécnico (e.g. o telejornal Y), pois se sabe que são atividades humanas, mas os enunciados formalizam a ação do objeto (e.g. o jornal Z cobriu as manifestações), e inserções do nome do jornal, da emissora de televisão e rádio ou da empresa de tecnologia estão culturalmente assimiladas.

O mundo significado, apresentado por Charaudeau (2007), fruto das práticas sociodiscursivas, ganha materialidade em dispositivos sociotécnicos. É tangível devido ao maquinário técnico e tecnológico em relação com sistemas significantes, como o rádio e a voz; a televisão e a imagem; a imprensa e a escrita (CHARAUDEAU, 2007, p. 105). O jornal impresso, os aparelhos de rádio, as telas do cinema, da televisão, do celular e do computador são dispositivos sociotécnicos inventados pela ação humana para certos fins e adaptados de acordo com usos diferentes que deles são feitos. Todos esses elementos empíricos remontam, originalmente, o *turn point* das agendas da pesquisa em C&P no início da década de 1990 e, posteriormente, o *turn point* digital em que se marcam as práticas desenvolvidas com usos políticos e sociais da internet, sobretudo, a partir da campanha *online* de Barack Obama (Estados Unidos, 2008).

Para o procedimento de análise bibliográfica, levam-se em consideração os traços específicos da constituição de objetos empíricos, como os contornos que marcaram os dois *turn points* da área, em que o acontecimento está posto em interação com práticas, agentes e dispositivos. Assim, o histórico de interesses científicos analisados pela literatura antecedente é fundamental para os

procedimentos da presente análise, pois registra uma organização *típica* de objetos empíricos, que significaram viradas para o conhecimento em C&P, sendo justamente os acontecimentos públicos elementos dessas construções. Junto com a definição dos elementos em interação, orienta-se pelo conjunto de acontecimentos públicos já identificados pela literatura, a saber:

Os acontecimentos políticos, em geral planejados, abrangem cerimônias de posse de dirigentes políticos, eleições, inquéritos, plebiscitos, mudanças na política econômica, mudanças de moeda, acordos nacionais e internacionais, desfiles cívicos, eventos diplomáticos, comemorações de efemérides, inaugurações e outros (WEBER, 2011, p. 191).

Além dos acontecimentos políticos, acima citados, são definidos os acontecimentos sociais:

[...] os acontecimentos sociais são determinados pelo movimento da sociedade organizada e, como resposta ao campo político, assumem o formato de reivindicação, ataque ou apoio. Na rua, perto aos palácios governamentais ou nas galerias dos parlamentos, diariamente, algum meio registra, em algum lugar do mundo, invasões, manifestações com a presença de centenas de pessoas em busca de igualdade, qualidade de vida, paz, comida, terra, justiça, enfim, direito à vida (WEBER, 2011, p. 191).

Na leitura e na análise da bibliografia, além dos direcionamentos no nível temático, avalia-se o espaço dedicado aos acontecimentos públicos nos artigos científicos, especialmente, considerando os objetivos enunciados, pois esses são construídos com verbos de ação e sinalizam a meta a ser cumprida em cada pesquisa.

Antes da apresentação dos resultados, apontam-se algumas dificuldades encontradas, como a falta de resumos de artigos científicos publicados nos primeiros anos do evento e, principalmente, a diferença entre o que seriam acontecimentos organizados como objetos empíricos e os citados como ilustração, exemplo ou contexto. A percepção de que, além da forma de objeto enunciado por objetivos da pesquisa, os acontecimentos são organizados por outras formas nas e pelas pesquisas resultará na criação de organizações típicas como procedimento de análise, a ser realizado ao final deste capítulo. Por ora, no entanto, trabalha-se apenas com acontecimentos públicos organizados como objeto empírico, que oferecem mais precisão para a análise em questão, cujo propósito é de identificação de elementos e apresentação do material.

Essa identificação não leva em consideração a intencionalidade de autores, mas o que é apreensível na e pela pesquisa. Por isso, a análise parte das definições prévias constatadas pela literatura e avalia os espaços dedicados ao acontecimento público na materialidade discursiva investigada, os artigos científicos, com os seguintes critérios: **1)** se é enunciado no título ou subtítulo de artigos científicos; **2)** se é enunciado no objetivo da pesquisa; **3)** se é concebido empiricamente com recorte temporal e espacial; **4)** se é elemento de interação com práticas sociodiscursivas. Quanto mais específico é o delineamento empírico do objeto, mais identificável é a natureza de acontecimento do observável estudado. Essas observações serão a fonte para a construção das organizações típicas de acontecimentos públicos na e pela pesquisa.

Assim, direciona-se para a apresentação de resultados referentes às interações entre elementos com acontecimentos públicos como objeto empírico, que é a organização mais evidente tendo em vista as dificuldades acima citadas. A apresentação se dá por dez tipologias, a saber: **1)** Eleições; **2)** Governos; **3)** Recessões e planos econômicos; **4)** Atividades legislativas; **5)** Escândalos políticos; **6)** Manifestações sociais; **7)** Tragédias; **8)** Polêmicas e ofensas públicas; **9)** Reposicionamentos de imagem; **10)** Exibições culturais. Cada tipologia será desenvolvida em um subcapítulo e, portanto, serão dez subcapítulos reservados às observações acerca do material empírico, sequenciados a seguir.

6.1.1 Eleições

Nesta tipologia, intitulada **Eleições**, são considerados os acontecimentos públicos eleitorais dos níveis municipal, estadual e federal. As eleições são acontecimentos políticos, realizados sazonalmente, esperados com expectativa e visibilizados por diferentes práticas. Nas e pelas pesquisas em C&P, os acontecimentos da tipologia são organizados em interação com as seguintes práticas principais: **1)** práticas do jornalismo; **2)** práticas da propaganda eleitoral; **3)** práticas do eleitorado.

Em interação com as práticas do jornalismo, são identificados os seguintes acontecimentos dos âmbitos municipal, estadual e nacional, com os respectivos dispositivos e agentes (Quadro 2):

Quadro 2 – Eleições e práticas do jornalismo (GT de C&P, Compós, 2000-2021)

ELEIÇÕES E PRÁTICAS DO JORNALISMO		
Eleições municipais	Dispositivos	Agentes
• São Paulo (2000)	<i>JORNAL</i> notícias, reportagens, editoriais	Folha de S. Paulo; O Estado de São Paulo; Agora
• Porto Alegre (2000)	<i>JORNAL</i> caderno especial	Zero Hora
• Curitiba (2000; 2004)	<i>JORNAL</i> capa, reportagens, editoriais, colunas, artigos, imagens	Gazeta do Povo; Estado do Paraná
• São Paulo (2008)	<i>BLOGS</i> posts opinativos e informativos	jornalistas Reinaldo Azevedo; Ricardo Noblat; Campanha no Ar da Folha de S. Paulo
Eleições estaduais	Dispositivos	Agentes
• Rio Grande do Sul (1998; 2002)	<i>JORNAL</i> pesquisas eleitorais	Zero Hora
Eleições federais	Dispositivos	Agentes
• Brasil (1989)	<i>TELEJORNAL</i> comentário	Boris Casoy, Telejornal Brasil (SBT)
• Brasil (1994)	<i>JORNAL</i> declarações entre aspás	Folha de S. Paulo
• Brasil (1998)	<i>JORNAL</i> capas, editoriais, colunas, declarações oficiais	Folha de S. Paulo; O Estado de São Paulo
	<i>TELEJORNAL</i> notícias e reportagens	Jornal Nacional (Grupo Globo)
	<i>REVISTA</i> títulos de notícias e reportagens	Veja
• Brasil (2002)	<i>JORNAL</i> notícias, editoriais, colunas, artigos	Folha de S. Paulo; O Estado de São Paulo; O Globo
	<i>REVISTA</i> declarações entre aspás	Carta Capital; IstoÉ; Veja
	<i>TELEJORNAL</i> notícias e reportagens	Jornal Nacional

• Brasil (2006)	<i>JORNAL</i> notícias, editoriais, colunas, artigos	Folha de S. Paulo; O Estado de São Paulo; O Globo
	<i>REVISTA</i>	Carta Capital; IstoÉ; Veja
• Brasil (2010)	<i>TELEJORNAL</i> entrevistas ao vivo	Jornal Nacional; Jornal da Globo; Bom Dia Brasil
	<i>JORNAL</i> capas, editoriais, colunas, artigos	Folha de S. Paulo; O Estado de São Paulo; O Globo
• Brasil (2014)	<i>RADIOJORNAL</i> notícias	Repórter Nacional (Nacional Brasília AM); Cidade 980 (Nacional FM Brasília); MEC Notícias (MEC AM Brasília)
	<i>TELEJORNAL</i> reportagens e entrevistas	Jornal Nacional
	<i>JORNAL</i> pesquisas eleitorais, colunas	Merval Pereira, O Globo
	<i>FACEBOOK</i> fanpage dos jornais	Folha de S. Paulo; O Estado de São Paulo; O Globo
• Argentina (2015)	<i>JORNAL</i> pesquisas eleitorais, colunas	Joaquín Morales Solá, La Nación
• Espanha (2015)	<i>FACEBOOK</i> fanpage dos jornais	El Confidencial; El mundo; El País
• Brasil (2018)	<i>REVISTA</i> capas	Veja; IstoÉ; Época; Carta Capital
	<i>JORNAL</i> capas	Folha de S. Paulo; O Estado de São Paulo; O Globo
	<i>FACEBOOK</i> fanpage de jornais	Folha de S. Paulo; O Estado de São Paulo; O Globo

Fonte: Elaboração própria com base em 20 artigos científicos¹⁰ publicados nos anais do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação & Política da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (GT de C&P, Compós, 2000-2021) (**APÊNDICE A**).

O Quadro 2 reúne dados referentes aos recortes empíricos de 20 artigos científicos em que as eleições dos respectivos anos e localidades foram organizadas

¹⁰ Ver **Apêndice A** – (ALBUQUERQUE & GOMES, 2004); (ALBUQUERQUE, 2011); (ALDÉ, MENDES & FIGUEIREDO, 2007); (AZEVEDO, 2000); (AZEVEDO, 2001); (AZEVEDO, 2008); (CERVI, MASSUCHIN & CAMPOS, 2016); (CHIMENTO, 2009); (HAUBRICH, 2019); (FERES JÚNIOR, MIGUEL, BARBABELA, MAFRA, PEREGRINI & SILVA, 2013); (FONTENELLE & GUAZINA, 2016); (GOMES & PEREIRA, 2013); (GUAZINA & PAULINO, 2015); (MACHADO, 2006); (MANTOVANI, 2015); (SANTOS JUNIOR, 2020); (MIGUEL, 2003); (MOTA & BIROLI, 2014); (SOARES, 2000); (SOUZA & PAULA, 2007).

em interação com as práticas do jornalismo. De acordo com o levantamento, aponta-se a significativa diversidade de dispositivos (rádio, televisão, jornal impresso, *fanpages* dos jornais, blogs de jornalistas) em que gêneros do discurso jornalístico, tanto informativo quanto opinativo, ganham forma: notícias, reportagens, capas de jornais e revistas, editoriais, artigos, colunas, entrevistas ao vivo, editoriais, *posts*. Os principais agentes escolhidos são representantes do que se pode considerar como jornalismo tradicional, sobretudo, de alcance nacional, como os jornais Folha de S. Paulo, O Estado de São Paulo, O Globo; o telejornal Jornal Nacional; as revistas Veja, IstoÉ, Época e CartaCapital. Os representantes do jornalismo local estão em interação com os acontecimentos também de nível local ou regional e o mesmo ocorre com os acontecimentos de nível internacional, sendo esses, em menor quantidade, observados pelas eleições da Argentina e da Espanha (2015) em interação com as práticas do jornalismo.

Em interação com os elementos descritos no Quadro acima, ao longo dos 21 anos pesquisados, todas as eleições presidenciais da história recente brasileira, desde 1989, foram ligadas aos elementos das práticas, dos agentes e dos dispositivos sociotécnicos, organizados como objeto teórico-empírico. Com o mesmo viés, constata-se dois pleitos internacionais, dois estaduais e cinco municipais, também indicados acima. São acontecimentos que se integram à “trajetória histórica do jornalismo na democracia” (TRAQUINA, 2005a, p. 33), em que o primeiro é imprescindível para a qualificação da prática democrática que o criou.

Os agentes jornalísticos são questionados quanto às práticas que exercem ao longo das coberturas eleitorais, traduzidas, principalmente, pelos conceitos e pelas teorias do enquadramento, do agendamento e dos cenários de representação.

Investigar o *papel* do jornalismo, defende Lima (1996), autor que cunhou o conceito de cenários de representação da política (CR-P), é articular as representações sobre realidade segundo variáveis da cultura, da ideologia e da hegemonia. Apesar das traduções plurais a partir do conceito, não restritivas ao acontecimento eleitoral, Lima (1996) formula duas hipóteses – sendo uma especificamente pensada para as eleições –, reproduzidas abaixo:

(1º) o CR-P dominante, embora não prescreva os conteúdos da prática política, demarca os limites dentro dos quais as ideias e os conflitos políticos se desenrolam e são resolvidos, podendo neutralizar, modificar ou incorporar

iniciativas opostas ou alternativas; e (2º) um candidato em eleições nacionais e majoritárias, dificilmente vencerá as eleições se não ajustar a sua imagem pública ao CR-P dominante. A alternativa é a construção de CR-P contra-hegemônico ou alternativo (LIMA, 1996, p. 254).

Enquanto a primeira hipótese contempla outros processos políticos, a segunda apresenta uma proposição diretamente voltada ao acontecimento eleitoral e, por isso, esta tese se foca nela, embora se reconheça a possibilidade de outras abordagens do conceito, que não apenas para a tradução das eleições. Assim, cabe destacar que a segunda hipótese do autor é desenvolvida com a inserção de outros conceitos, como imagem pública e hegemonia – sendo este último trabalhado em diálogo com Antonio Gramsci. Para Lima (1996), interessa observar as eleições pelas simbolizações da política em dado cenário no qual a mídia ocupa lugar central na construção do que é hegemônico e do que será consentido como hegemônico por outros agentes. Ou, em termos gramscianos, por “blocos históricos no poder”, que asseguram a manutenção de determinada hegemonia. A instalação da hegemonia pressupõe o seu modelo contrário, a contra-hegemonia, e ambas estão em relação direta com a cultura política de uma sociedade e com as conjunturas econômica, social e política (LIMA, 1996).

Considera-se que um ponto de vista de análise formulado para as eleições, assim como fez Lima (1996), é um aspecto que ajuda a consolidar acontecimentos públicos sazonais como objetos empíricos recorrentes de uma comunidade científica. Isso ajuda a explicar o dado já apresentado de que todas as eleições presidenciais, de 1989 a 2018 (o último pleito realizado no Brasil até a finalização desta tese), foram estudadas. O mesmo se observa com a elaboração da perspectiva do agendamento por Maxwell McCombs, autor que, junto com Donald Shaw, delimitou o acontecimento eleitoral como objeto empírico inaugural da teoria:

O primeiro teste empírico dessa teoria foi levado a cabo durante a eleição presidencial de 1968, em Chapell Hill, onde fica a Universidade da Carolina do Norte. A teoria é uma metáfora utilizando a idéia simbólica de agenda. E se preocupa com a agenda dos meios de notícia e a agenda da sociedade, e como são colocadas as notícias em termos de idéias e opiniões que tentam persuadir o público (McCOMBS, 2008, p. 206)¹¹.

Apesar da menção genérica do termo mídia no excerto acima, que também ocorre no material aqui analisado, nesta seção trabalha-se, especificamente, com o

¹¹ Em entrevista para SILVA JUNIOR, PROCÓPIO & SANTOS, 2008.

termo *jornalismo* porque há uma conformação de valores normativos próprios à prática. Os autores da perspectiva do agendamento alicerçaram-se no conceito de opinião pública, produzido anos antes por Walter Lippmann (1922), para questionar os fenômenos políticos eleitorais da própria época, cujo marco inicial foi o ano 1968. Mais de quarenta anos separam as duas abordagens, sendo a segunda possível por conta das contribuições de Lippmann (McCOMBS, 2008).

As eleições em interação com as práticas do jornalismo são organizadas pela condição da fala autorizada em agendar, tematizar e enquadrar o principal acontecimento das democracias. A partir de Erving Goffman e William Gamson, Robert Entman (1993) propõe analisar as seleções da realidade em que certa parte de uma informação jornalística reverbera mais do que outras, ganha saliência, sendo um ponto de vista que observa a intensa exploração do detalhe ou de um fragmento significado. Entman (1993) traça quatro instâncias envolvidas: o comunicador, a mensagem, o receptor e a cultura. O enquadramento, no caso das eleições, diferentemente do agendamento, busca a síntese da cobertura jornalística, enquanto o agendamento busca a pluralidade de temas que podem interferir na atenção pública sobre o acontecimento eleitoral.

Quando se trata da cobertura jornalística, sinaliza-se para o conjunto valores normativos, como a imparcialidade e a objetividade, que são tensionados por questões referentes ao papel do jornal X ou Y no resultado do pleito Z. De acordo com a análise do material, esses valores, a cada eleição, são postos à prova nas e pelas pesquisas. Forjado com a democracia, a começar pelo direito de liberdade de imprensa, o papel do jornalismo é constantemente discutido em tensão com o que se observa na prática (TRAQUINA, 2005a; 2005b).

Com a consolidação do capitalismo, o jornalismo rege-se não apenas orientado por valores, mas implicado por lógicas econômicas. O estreitamento de vínculos entre poderes, Berger (grifo nosso, 1997, p. 273), em alusão ao título do célebre capítulo de Robert Darnton, sugere um adendo significativo: “toda notícia que couber, o leitor apreciar e o *anunciante aprovar*, a gente publica”. Assim, os elementos das práticas sociodiscursivas (do jornalismo), dos agentes (as empresas jornalísticas) e dos dispositivos sociotécnicos (a materialidade em que tais práticas se desenvolvem), são

ligados na e pela organização das pesquisas, em que as eleições como objeto teórico e empírico são enredadas nos vínculos dos poderes jornalísticos, políticos e econômicos.

Sazonais e marcadas para acontecer, as eleições acionam o comum, que é próprio ao acontecimento decisivo das democracias representativas, organizadas em interação com práticas sociodiscursivas que, conforme esta análise, são divididas em **1)** práticas do jornalismo; **2)** práticas da propaganda eleitoral; e **3)** práticas do eleitorado. Tendo apresentado a primeira, direciona-se para a segunda: as práticas da propaganda.

Também elementos de interação com as eleições, as práticas da propaganda eleitoral manifestam-se por campanhas eleitorais geradas pelo *marketing* político que, desde os palanques e santinhos, assumiram incomparável visibilidade com a televisão, com o rádio e com a infraestrutura da *internet*. Os dois primeiros são dispositivos nos quais se desenvolve o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) e na *internet*, por sua vez, desenvolvem-se as campanhas *online*. De acordo com a análise, os seguintes acontecimentos eleitorais são ligados em interação com os respectivos agentes e dispositivos (Quadro 3):

Quadro 3 – Eleições e práticas da propaganda eleitoral (GT de C&P, Compós, 2000-2021)

ELEIÇÕES E PRÁTICAS DA PROPAGANDA ELEITORAL		
Eleições municipais	Dispositivos	Agentes
• Fortaleza (2000)	<i>RÁDIOS COMUNITÁRIAS</i> declarações em programas	Portugal FM; Mandacaru FM
• Curitiba (2016)	<i>FACEBOOK</i> <i>fanpages</i> de candidatos	Rafael Greca; Ney Leprevost; Gustavo Fruet; Maria Victoria; Requião Filho; Tadeu Veneri; Ademar Pereira; Xênia Mello
• São Paulo (2016)	<i>FACEBOOK</i> <i>fanpage</i> de candidato	João Doria
Eleições estaduais	Dispositivos	Agentes
• Ceará (1986)	<i>TELEVISÃO</i> HGPE	Tasso Jereissati
• Ceará (1998)	<i>RÁDIOS COMUNITÁRIAS</i> declarações em programas	Rádio Sal da Terra; Rádio Emoção FM; Rádio Juazeiro FM
	<i>TELEVISÃO</i> HGPE	Tasso Jereissati
• Todos os estados (Brasil, 2014)	<i>FACEBOOK</i> <i>fanpage</i> de candidatos	140 candidatos a governador de estados brasileiros

• Rio Grande do Sul (2014)	TELEVISÃO HGPE	José Ivo Sartori; Tarso Genro
Eleições senatoriais	Dispositivos	Agentes
• Rio de Janeiro (2010)	TELEVISÃO HGPE	Lindberg Faria; Jorge Picciani; Marcelo Crivella; Cesar Maia; Marcelo Cerqueira; Milton Temer; Waguinho.
Eleições presidenciais	Dispositivos	Agentes
• Brasil (1989)	TELEVISÃO HGPE	Luiz Inácio Lula da Silva; Fernando Collor de Mello
• Brasil (1994)	TELEVISÃO HGPE	Luiz Inácio Lula da Silva; Fernando Henrique Cardoso
• Brasil (1998)	TELEVISÃO HGPE	Luiz Inácio Lula da Silva; Fernando Henrique Cardoso
• Brasil (2002)	TELEVISÃO HGPE	Luiz Inácio Lula da Silva; José Serra
• Estados Unidos (2008)	MÍDIAS SOCIAIS site oficial, Facebook, Twitter, Youtube+	Barack Obama
• Brasil (2010)	SITE Proposta Serra	José Serra
	TELEVISÃO HGPE	Dilma Rousseff; José Serra; Marina Silva
	TELEVISÃO entrevistas ao vivo	Dilma Rousseff; José Serra; Marina Silva; Plínio de Arruda Sampaio
	CARTA PÚBLICA pronunciamento oficial	Dilma Rousseff; Carta ao Povo de Deus
• Estados Unidos (2016)	MÍDIAS SOCIAIS Facebook; Twitter	Donald Trump
• Brasil (2018)	MÍDIAS SOCIAIS Instagram	Fernando Haddad; Jair Messias Bolsonaro
	MÍDIAS SOCIAIS WhatsApp, Facebook+	Profissionais de campanhas eleitorais

Fonte: Elaboração própria com base em 20 artigos científicos¹² publicados nos anais do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação & Política da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (GT de C&P, Compós, 2000-2021).

¹² Ver **Apêndice A** – (ALBUQUERQUE & GOMES, 2004); (ALMEIDA, 2003); (BARRERAS & WEBER, 2014); (BRAGA & CARLOMAGNO, 2015); (CARVALHO, 2001); (GOMES, FERNANDES, REIS & SILVA, 2009); (GOMES & PEREIRA, 2013); (GOMES, OLIVEIRA & CAMPOS, 2020); (ITUASSU, LIFSCHITZ, CAPONE & MANNHEIMER, 2018); (ITUASSU, LEO, CAPONE, MANNHEIMER & PECORARO, 2021); (MIGUEL, 2003);

No Quadro, elaborado com base em 20 artigos científicos (Apêndice A), são projetados os elementos em interação com acontecimentos públicos eleitorais e com as práticas da propaganda, e é visível a predominância da televisão e do HGPE como dispositivo sociotécnico até que as mídias sociais passam a ser igualmente percebidas em objetos empíricos construídos na e pela pesquisa em C&P. Com a regulação das campanhas eleitorais *online* no Brasil, em dezembro de 2009, seguida pela prática efetuada, pela primeira vez, no ano eleitoral seguinte, em 2010, são construídas as primeiras experiências nacionais de propaganda eleitoral nas plataformas de mídias sociais. No material analisado, foram identificadas interações com a propaganda eleitoral no *Facebook*, no *Twitter*, no *Youtube*, no *Instagram* e no *WhatsApp*, assim como elementos especialmente criados para interação entre eleitores e candidatos, como o caso do site *Proposta Serra*.

As eleições em interação com as práticas da propaganda são transformadas por investigações de estratégias retóricas e persuasivas para a consolidação de uma imagem pública favorável dos candidatos. A transformação guiada por esses conceitos, que são definidores de estratégias, é acrescida pela invenção da televisão e, posteriormente, com a regulação do HGPE, porque são condições que adicionam camadas de sentido ao que é expresso pela fala. Conforme Panke e Cervi (2011), são elementos lúdicos, emocionais e não racionais com proporção intensificada pela televisão: “o uso de recursos como áudio, edição, mudança de luz e câmera, vozes e outros reconfiguram a realidade e induzem sentimentos que são capazes de afetar as avaliações dos eleitores” (PANKE & CERVI, 2011, p. 394).

Elementos lúdicos e emocionais são intervenientes nos processos estratégicos não sozinhos, mas em relação de adição com outras sínteses, que formam juntas a Equação da Política Provisória. A hipótese relacional de três sínteses – a política, a afetiva e a comunicativa – é pensada para a sazonalidade e a intensidade provocada pelo acontecimento eleitoral, uma vez que é o período em que a política da governabilidade é dominada pelas estéticas da propaganda (WEBER, LUZ & BARRERAS, 2018).

(MIGUEL, 2005); (MIOLA & MARQUES, 2018); (MOTA & BIROLI, 2014); (NUNES, 2003); (PAULA, 2012); (SOARES, 2002); (RUBIM, 2003); (SCHIAFFARINO & GUAZINA, 2021); (WEBER, LUZ & BARRERAS, 2015).

A inserção das mídias sociais digitais, além da afetação no escopo da propaganda, afetou também as pesquisas sobre a participação eleitoral, terceira prática identificada na análise. Na prática de participação eleitoral, são assumidas as perspectivas e as apreciações do eleitorado ante o acontecimento no processo de decisão do voto. Para Figueiredo (2014), a decisão do voto é, sobretudo, uma participação oriunda das motivações pessoais e sociais. O voto, analisa o autor, tem em si a referência quantitativa cujo resultado é a regra para assegurar a constituição de um governo, porém “esse mesmo voto traz embutida uma declaração de vontade, de aspiração ou desejo de ver realizar-se alguma coisa” (FIGUEIREDO, 2014, p. 211). Para além da contagem de votos válidos, a participação eleitoral é, assim, uma ação que revela anseios sociais. A decisão do voto por parte do eleitorado ou a apreciação do eleitorado na relação com os partidos e os candidatos políticos é uma perspectiva alterada mediante a observação das invenções de dispositivos sociotécnicos digitais. A possibilidade de contato com os candidatos, antes telemediada ou mediada pelas práticas do jornalismo, é uma mudança identificada a partir das eleições de 2010, conforme os seguintes dados:

Quadro 4 – Eleições e práticas do eleitorado (GT de C&P, Compós, 2000-2021)

ELEIÇÕES E PRÁTICAS DO ELEITORADO		
Eleições municipais	Dispositivos	Agentes
• Batatais (2000)	<i>TELEVISÃO</i> surveys, HGPE, TV Educadora	eleitores
Eleições estaduais	Dispositivos	Agentes
• Todos os estados (Brasil, 2014)	<i>MÍDIAS SOCIAIS</i> Facebook; likes, comentários, compartilhamentos	eleitores
Eleições presidenciais	Dispositivos	Agentes
• Brasil (1998)	<i>TELEVISÃO</i> grupos de discussão, HGPE	eleitores
• Brasil (2006)	<i>JORNAL</i> Barômetro das Américas, notícias	eleitores
	<i>TELEVISÃO</i> Barômetro das Américas, notícias	eleitores
	<i>RÁDIO</i> Barômetro das Américas, notícias	eleitores

	<i>INTERNET</i> Barômetro das Américas, notícias	eleitores
• Brasil (2010)	<i>FÓRUM ONLINE</i> Proposta Serra	eleitores
	<i>MÍDIAS SOCIAIS</i> Youtube	eleitores
• Brasil (2014)	<i>MÍDIAS SOCIAIS</i> hashtag, #Eleições2014, Twitter	eleitores
	<i>MÍDIAS SOCIAIS</i> fanpages antipetistas, Facebook	apoiadores
	<i>MÍDIAS SOCIAIS</i> memes, Twitter	eleitores
• Brasil (2018)	<i>MÍDIAS SOCIAIS</i> hashtag #EleNãO, Twitter, WhatsApp, fanpages, Facebook, Instagram, Youtube	eleitores
	<i>CONSULTAS PÚBLICAS</i> WhatsApp, Portal e-Cidadania	eleitores

Fonte: Elaboração própria com base em 14 artigos científicos¹³ publicados nos anais do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação & Política da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (GT de C&P, Compós, 2000-2021).

O Quadro acima, elaborado com base em 14 artigos científicos em que são organizadas práticas do eleitorado no processo de decisão do voto, expõe singulares coletivos como agentes em interação (“os eleitores”). Singulares coletivos são figuras que incorporam a coletividade social, muito embora a coletividade seja sempre formada por indivíduos singulares. Assim, não há importância nominal de cada indivíduo que forma a coletividade, mas as ações que, juntos, consagram a escolha da maioria.

Nos primeiros dez anos (2000-2010) do recorte temporal desta análise, apenas três eleições foram organizadas em interação com as práticas da participação eleitoral, sendo duas presidenciais (Brasil, 1998 e 2006) e uma municipal (Batatais, 2000). Após a regulação de campanhas *online*, todas as eleições presidenciais seguintes (Brasil, 2010, 2014 e 2018) foram organizadas em interação com as práticas de participação dos eleitores. As práticas da participação são aquelas geradas pela

¹³ Ver **Apêndice A** – (AGGIO, 2011); (BARRERAS & WEBER, 2014); (BRAGA & CARLOMAGNO, 2015); (CHAGAS, 2016); (CHAGAS, MITOZO, SANTOS, BARROS & AZEVEDO, 2019); (ITUASSU & LIFSCHITZ, 2015); (JARDIM, 2004); (MUNDIM, 2010); (RIZZOTTO, SARAIVA & NASCIMENTO, 2019); (SANTANA, 2019); (SANTOS JUNIOR, 2016); (SANTOS JUNIOR, 2020); (SILVEIRA & MAIA, 2020); (VEIGA, 2002).

sociedade em processos de decisão do voto, de conversação, de formação de opinião política, de brincadeiras políticas e de articulação de grupos amadores em prol de um ou outro candidato. Por essas práticas, confrontam-se a apreciação do eleitor ante a propaganda eleitoral e a ação do mesmo de modo a produzi-la segundo lógicas próprias dos dispositivos que tem à disposição.

Segundo Gomes (2016), os novos arranjos demandam o rearranjo do ponto de vista da própria observação e tradução conceitual:

O uso de recursos web numa campanha não podia ser caracterizado como mera estratégia política, mas como uma forma de se resolver o déficit de interação entre eleitores e candidatos, considerado um desafio à democracia (GOMES, 2016, p. 48).

A partir das eleições brasileiras de 2010, na esteira do que ocorreu nos Estados Unidos dois anos antes, com a vitória de Barack Obama (2008), as campanhas *online* atualizam as problemáticas referentes aos agentes políticos e aos eleitores. Os dispositivos são determinantes, uma vez que se busca interrogar a capacidade de interação entre candidatos e eleitores proporcionada por essas inovações sociotécnicas que acrescentaram possibilidades até então inéditas (GOMES, 2016).

Os resultados recém-apresentados correspondem às pesquisas que escolhem investigar as eleições por práticas, agentes e dispositivos em interação, transformando-os em acontecimentos organizados nas e pelas pesquisas. Em pesquisas sobre as eleições, o interesse é dividido, sobretudo, entre as práticas do jornalismo, da propaganda e do eleitorado e as formas com que essas tomam parte no acontecimento. Significa que, a partir de determinado desfecho eleitoral (os candidatos vitoriosos e derrotados), essas pesquisas são situadas no *durante* do processo para explicar como cada prática se posicionou no principal acontecimento das democracias. As eleições são, assim, condições para o reinício de um novo ciclo das democracias representativas e o início de novos **Governos**, a tipologia a ser trabalhada a seguir.

6.1.2 Governos

Nesta tipologia, intitulada **Governos**, são considerados os acontecimentos públicos vinculados aos governos federais, estaduais e municipais, reconhecidos e legitimados por meio do processo eleitoral. A diferença entre a presente tipologia e a anterior é que se tratam de acontecimentos públicos vinculados aos governos já no

exercício de mandatos políticos, reconhecidos institucionalmente pelas funções que cabem aos poderes. Em interação com os acontecimentos públicos desta tipologia, são identificadas as seguintes práticas: **1)** práticas do jornalismo; **2)** práticas da política; **3)** práticas da política digital.

Em interação com as práticas do jornalismo, são identificados os seguintes acontecimentos públicos com os respectivos dispositivos e agentes:

Quadro 5 – Governos e práticas do jornalismo (GT de C&P, Compós, 2000-2021)

GOVERNOS E PRÁTICAS DO JORNALISMO		
ACONTECIMENTOS	Dispositivo	Agente
• Governo Olívio Dutra (Porto Alegre, 1989-1993);	<i>JORNAL</i> capas	Zero Hora
• Governo Tarso Genro (Porto Alegre, 1993-1996; 2001-2002)		
• Governo Raul Pont (Porto Alegre, 1997-2001)		
• Governo João Verle (Porto Alegre, 2002-2004)		
• Governo Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil, 2003-2006)	<i>REVISTA</i> capas	Veja
• 52ª Legislatura (Brasil, 2003 -2004 [...])	<i>JORNAL</i> editoriais	Folha de S. Paulo

Fonte: Elaboração própria com base em três¹⁴ artigos científicos publicados nos anais do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação & Política da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (GT de C&P, Compós, 2000-2021).

No Quadro acima, elaborado com base em três artigos científicos, os acontecimentos públicos vinculados aos governos democraticamente eleitos são organizados em interação com as práticas do jornalismo, sendo os mandatos políticos diretamente implicados na vida coletiva das cidades, dos estados e dos países, conformando-se em pontos iniciais e finais entre os quais se desenvolvem políticas públicas. Agentes políticos que ocupam espaços de poder nas democracias representativas também os ocupam nas hierarquias topográficas das publicações impressas, como se observa pelas escolhas de dispositivos sociotécnicos, descritos

¹⁴ Ver **Apêndice A** – (AZEVEDO, 2005); (WEBER & ALMEIDA, 2009); (WEBER, 2006).

no Quadro anterior: as capas de jornais e revistas, assim como os editoriais, em que constam a opinião da instituição jornalística. São ambos espaços topográficos reservados ao que há de mais importante na totalidade das edições impressas.

Conceitualmente, a imagem pública é definida como o “resultado de disputas simbólicas” (WEBER, 2009, p. 12), que envolvem poderes políticos, econômicos, midiáticos e sociais. Parte dessa disputa quem encampa é o jornalismo na relação com os governos estabelecidos e entre interesses, por vezes, antagônicos, ressoando o caráter empresarial e mercadológico dos grupos editoriais e das emissoras de televisão e rádio. Os poderes políticos estão “sob a vigilância do olhar midiático, expostos na forma como desejam quando obedecem a pactos político-econômicos, ou expostos do modo como exige a ética da cobertura jornalística” (WEBER, 2011, p. 193). A ideia de vigilância é coerente com a atribuição social do jornalismo de interpelar o campo político e tornar-se “cão de guarda que protege os cidadãos contra o poder” (TRAQUINA, 2005a, p. 162).

O conceito de representação é igualmente tradutor das práticas jornalística ao construir mandatos e atores políticos, mobilizando conceitualmente o agendamento e o enquadramento, introduzidos na seção anterior. As representações da realidade são sutilezas construídas discursivamente, apreendidas “como vestígios de matrizes doutrinárias” (SOARES, 2009, p. 48). Na relação com a política, especialmente, nas democracias representativas, as representações do jornalismo tornam-se uma representação da própria representação (política).

A representação da representação política por parte do jornalismo participa diretamente da representação por parte de agentes políticos que, conforme Bourdieu ([1999] 2011), se tornam conhecidos pela condição de serem vistos:

Daí o papel muito importante da televisão, que introduziu algo extraordinário, pois as pessoas que só eram conhecidas pelas reuniões eleitorais nos pátios das escolas não têm mais nada a ver com esses subministros que, suficientemente poderosos em seus partidos para aparecerem na televisão, têm seus rostos conhecidos por todo mundo. O capital político é, portanto, uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido (BOURDIEU, 2011, p. 204).

Com base nas colocações, no próximo Quadro, indica-se a interação de acontecimentos públicos vinculados aos governos e às práticas da política institucional, em que, diferentemente das representações do jornalismo, os agentes

políticos são eles mesmos produtores de acontecimentos que visam à publicidade das ações que realizam e à propaganda não eleitoral. São identificados os seguintes acontecimentos públicos em interação com as práticas que compõem as próximas observações:

Quadro 6 – Governos e práticas da política (GT de C&P, Compós, 2000-2021)

GOVERNOS E PRÁTICAS DA POLÍTICA		
ACONTECIMENTOS	Dispositivos	Agente
• Governos Tasso Jereissati (Ceará, 1995 [...] 1998)	<i>TELEVISÃO</i> peças publicitárias audiovisuais, <i>slogans</i>	Tasso Jereissati; Marketing e Comunicação Institucional
• Governos Antônio Carlos Magalhães (Brasil, Bahia, Salvador, 1954 [...])	<i>TELEVISÃO</i> concessão pública, TV Bahia	Antônio Carlos Magalhães
• Governo Olívio Dutra (Porto Alegre, 1989-1993)	<i>TELEVISÃO</i> propaganda, peças publicitárias audiovisuais, <i>slogans</i>	Olívio Dutra; Conselhos e Coordenações de Comunicação da Prefeitura Municipal de Porto Alegre
• Governo Tarso Genro (Porto Alegre, 1993-1996; 2001-2002);	<i>RÁDIO</i> propaganda, peças publicitárias audiovisuais, <i>slogans</i>	Tarso Genro; Conselhos e Coordenações de Comunicação da Prefeitura Municipal de Porto Alegre
• Governo Raul Pont (Porto Alegre, 1997-2001);	<i>JORNAL</i> propaganda, peças publicitárias audiovisuais, <i>slogans</i>	Raul Pont; Conselhos e Coordenações de Comunicação da Prefeitura Municipal de Porto Alegre
• Governo João Verle (Porto Alegre, 2002-2004);		João Verle; Conselhos e Coordenações de Comunicação da Prefeitura Municipal de Porto Alegre
• Governo Fernando Collor de Mello (Brasil, 1ª semestre de 1992)	<i>JORNAL</i> pronunciamentos oficiais, entrevistas e artigos	Fernando Collor de Mello; Folha de S. Paulo; O Estado de São Paulo
• Governo Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil, 1º ano, 2003-2004)	<i>TELEVISÃO</i> propaganda partidária gratuita	Luiz Inácio Lula da Silva
• Discursos de posse de Dilma Rousseff (Brasil, 2011 e 2015)	<i>CONGRESSO NACIONAL</i> pronunciamento oficial	Dilma Rousseff

Fonte: Elaboração própria com base em **seis**¹⁵ artigos científicos publicados nos anais do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação & Política da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (GT de C&P, Compós, 2000-2021).

¹⁵ Ver **Apêndice A** – (ALMEIDA, 2005); (CARVALHO, 2001); (CERVI & GANDIN, 2015); (CUNHA, QUEIROZ & LAGAZZI, 2011); (RUBIM, 2001); (WEBER, 2006).

No Quadro acima, destacam-se aqueles cujos enunciados são construídos por nomes próprios de agentes políticos, transformados na e pela pesquisa em C&P, a partir de conceitos afins aos problemas da retórica e da persuasão. Segundo Halliday (1994), atos retóricos são “as maneiras pelas quais definimos a realidade de acordo com nossas percepções, crenças e interesses para exercer alguma influência ao nosso redor” (HALLIDAY, 1994, p. 92-93). É preciso aproximar a máxima do “dizer é fazer” e considerar o que dizem os agentes políticos como ações deles mesmos na esfera pública.

Além da retórica e da persuasão, cabe pontuar as categorias de poder, imagem pública e imagem-marca. A última, inclusive, desde o enunciado, já é indicativa de fenômenos em que se colocam à venda, nas sociedades de consumo e das mídias de massa, os signos políticos (GOMES, 1994). São relacionáveis com o dispositivo sociotécnico da televisão, assim como operadores de sentido com efeitos publicitários, a exemplo dos *slogans*. Dispositivos de inserção social massificados são pertinentes às “transformações da política na era da comunicação de massa”, em alusão ao título da obra de Gomes. Em interação com dispositivos e agentes, os acontecimentos mapeados são marcas empíricas do imbricamento entre lógicas da propaganda, da publicidade e do consumo, isto é, “o *marketing* ou venda da imagem de um político ou candidato” (GOMES, 1994, p. 63).

Nesta seção, por ser focada em acontecimentos públicos da tipologia **Governos**, a figura do político já eleito é um aspecto responsável por adicionar outras problemáticas, entre elas, o fato de ser governante e, ao mesmo tempo, proprietário de emissoras de rádio e televisão ou de grupos editoriais, remontando o contexto político brasileiro imerso na polêmica entre concessões públicas e empresas privadas. As concessões públicas para as empresas privadas, especialmente quando se trabalha o agente político em condição de poder por ser governante e dono de empresas do tipo, ocasionam, segundo Gomes (1994, p. 63-64), “a indução propositada da confusão entre a imagem do político e a imagem da coisa pública”. O autor complementa: “[...] as propagandas dos Estados da Federação, das cidades, dos departamentos e ministérios, em que o *nomeimagem* dos políticos deve aparecer, são muito mais uma propaganda de pessoas e grupos de interesse” (GOMES, 1994, p. 63-64).

A propaganda governamental, devido à indução propositada, “redunda em marketing político para os indivíduos políticos” (GOMES, 1994, p. 64).

As definições pontuadas são reconhecidas na análise, da qual resultam os acontecimentos públicos listados no Quadro anterior. São percebidas escolhas e delimitações empíricas de acontecimentos públicos que envolvem governos e governantes com trajetórias de reeleição, como foram os governos de Tasso Jereissati, no Ceará; de Antônio Carlos Magalhães, na Bahia, um governante também proprietário de conglomerados empresariais, incluindo emissoras de televisão; e a gestão de 16 anos do Partido dos Trabalhadores, em Porto Alegre. Acontecimentos do tipo são balizados pelo fator simbólico de trajetórias de governos e das respectivas manutenções do poder a médio ou a longo prazo e, por isso, alargam recortes temporais da pesquisa empírica.

A exceção de acontecimentos com recortes empíricos alargados pelo tempo dos governos são os rituais de discurso de posse, a exemplo, da organização dos discursos de Dilma Rousseff (2011 e 2015) como objeto empírico, igualmente listados no Quadro anterior. Os momentos inaugurais são particularizados pelo elevado grau de visibilidade sobre os governos que se iniciam. Desde o vestuário até o poder da oratória, os discursos de posse exacerbam os ditos, os não ditos, em nome de quem, para quem e com quem se dialoga no ritual de posse. Além de televisionados, são considerados documentos oficiais de governos, resguardados pelas instituições e reproduzidos integralmente por jornais.

Antes do uso social e político da *internet* por agentes e instituições políticas, o contato em nível massificado entre governantes e sociedade prevaleceu mediado pelos jornais, pela televisão e pelo rádio, sendo os dois últimos marcado pelo adjetivo *eletrônico*.

Após o uso social e político da *internet*, é notado um conjunto relevante de pesquisas com o ponto de intersecção na democracia digital. Observadas individualmente, talvez, essas presenças digitais não teriam a qualidade de um acontecimento público; porém, observadas juntas são significativas para a compreensão das mudanças no fazer político cotidiano. As práticas da política digital são agrupadas da seguinte forma:

Quadro 7 – Governos e práticas da política digital (GT de C&P, Compós, 2000-2021)

GOVERNOS E PRÁTICAS DA POLÍTICA DIGITAL		
ACONTECIMENTOS	Dispositivos	Agentes
• Presença digital de senadores (Brasil, 2006)	<i>SITES OFICIAIS</i> ferramentas e informações oferecidas aos cidadãos	Renan Calheiros; Ney Suassuna; José Jorge
• Presença digital de senadores (Estados Unidos, 2006)	<i>SITES OFICIAIS</i> ferramentas e informações oferecidas aos cidadãos	Theodore Stevens; William Frist; Harry Reid
• Presença digital da Presidência da República (Brasil, [...] 2009)	<i>SITE OFICIAL</i> ferramentas e informações oferecidas aos cidadãos	Presidência da República
• Presença digital de José Serra (São Paulo, 2009)	<i>MÍDIAS SOCIAIS</i> Twitter, blog	José Serra
• Presença digital de Yeda Crusius (Rio Grande do Sul, 2009)	<i>MÍDIAS SOCIAIS</i> blog	Yeda Crusius
• Presença digital de presidentes (América Latina, [...] 2011)	<i>MÍDIAS SOCIAIS</i> Twitter	Hugo Chávez, Rafael Correa, Sebastián Piñera, Juan Manuel Santos
• Presença digital de deputados federais (Brasil, 2011 [...] 2013)	<i>MÍDIAS SOCIAIS</i> Twitter	Deputados federais da 54ª legislatura
• Presença digital do Ministério do Meio Ambiente (Brasil, 2014)	<i>SITES OFICIAIS</i> ferramentas e informações oferecidas aos cidadãos	Estados brasileiros, Distrito Federal e Ministério do Meio Ambiente
• Presença digital das prefeituras de capitais (Brasil, 2009 [...] 2016)	<i>SITES OFICIAIS</i> ferramentas e informações oferecidas aos cidadãos	governos municipais
• Presença digital do Governo Federal (Brasil [...] 2017)	<i>SITES OFICIAIS</i> ferramentas e informações oferecidas aos cidadãos	Presidência da República e ministérios
• Presença digital da prefeitura do Rio de Janeiro (Brasil [...] 2017)	<i>MÍDIAS SOCIAIS</i> Facebook	Prefeitura do Rio de Janeiro; Marcelo Crivella (2017)
• Presença digital da prefeitura de São Paulo (Brasil [...] 2017)	<i>MÍDIAS SOCIAIS</i> Facebook	Prefeitura de São Paulo; João Doria (2017)
• Presença digital de vereadoras (Belém, 2017 [...] 2020)	<i>MÍDIAS SOCIAIS</i> Facebook	Marinor Brito; Simone Kahwage; Blenda Quaresma
• Presença digital de vereadoras (Manaus, 2017 [...] 2020)	<i>MÍDIAS SOCIAIS</i> Facebook	Glória Carratte; Joana D'arc; Professora Jacqueline; Professora Therezinha

Fonte: Elaboração própria com base em dez¹⁶ artigos científicos publicados nos anais do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação & Política da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (GT de C&P, Compós, 2000-2021).

No Quadro acima, são considerados os sentidos estrito e lato da política, diferenciados por Gomes (2016) à luz das práticas e dos projetos de democracia digital: “o estudo sobre a conformação digital das instituições da democracia em sentido estrito (cidades e governos digitais, parlamentos online) ou lato (partidos políticos online)” (GOMES, 2016, p. 20-21). A perspectiva normativa da democracia digital, afirma o autor, é nutrida pela teoria democrática cujas bases se lançam para o aperfeiçoamento da democracia. O ponto de vista fenomenológico não deixa de se apoiar nos valores democráticos, mas o faz em relação ao conjunto empírico dos projetos:

De um ponto de vista fenomenológico, ou sociológico, temos três linhas que examinam como se comportam experiências e projetos baseados em meios digitais e seus impactos e consequência sobre a vida das pessoas, grupos e instituições da comunidade política. Uma delas interessada em examinar o alcance e sentido de práticas, experiências, modos de vida e iniciativas digitais para a democracia, duas delas interessadas no impacto do uso de tecnologias para governos, Legislativos, práticas e instituições da política (GOMES, 2016, p. 51).

Entre as práticas e os valores da democracia digital, os estudos relacionados cresceram nos últimos anos 20 anos. As problemáticas referentes às retóricas e às persuasões não estão no centro do debate, pois as indagações sobre a democracia são inclinadas às interações entre as instituições, o sistema político e a sociedade (GOMES, 2016).

Das iniciativas em interação com as práticas da política, tendo essa uma nova presença digital, estão em voga questões como a transparência dos governos, *accountability*, a participação da população, a memória dos governos, o direito à informação, a comunicação pública e a deliberação. Os conceitos recém-citados estão calcados no ideal democrático e problematizam iniciativas empíricas de democracia digital porquanto podem aperfeiçoá-la, melhorá-la ou fortalecê-la, sem abandonar a tradição normativa do conceito. Gomes (2016, p. 67) trabalha a hipótese de que “o domínio da democracia digital oferece justamente a fundamentação democrática para que se justifique o emprego de energias, recursos e atenção às várias aplicações no campo”.

¹⁶ Ver **Apêndice A** – (BARRERAS, 2010); (ALMADA, CARREIRO, BARROS & GOMES, 2018); (CAL & KAHWAGE, 2020); (LEAL & ROSSINI, 2012); (LUZ & WEBER, 2017); (MARQUES, 2007); (MARQUES & AQUINO, 2013); (PECORARO, ITUASSU, CAPONE & MANNHEIMER, 2019); (ROTHBERG, 2017); (SILVA, 2009).

Os governos em presenças digitais, agrupados neste subcapítulo como acontecimentos públicos, em conjunto, são assim entendidos, pois há uma reformulação da noção de Estado e do fazer político. Chama-se a atenção, principalmente, devido às afetações temporais entre conceitos com tradição clássica, a exemplo do conceito de democracia, conceitos com tradição moderna, como é o Estado, ambos rearranjados permanentemente e, desta vez, em detrimento de práticas digitais que vão de encontro à tradição anterior, uma vez que o horizonte normativo é a medida dessas análises.

Tanto nas práticas do jornalismo quanto nas práticas da política institucional, os acontecimentos da tipologia **Governos** são complementares aos acontecimentos eleitorais, apresentados na seção anterior. Antes candidatos, os governantes democraticamente eleitos, do primeiro ao último dia de gestão, têm os projetos políticos, antes prometidos, postos à prova na realidade dos governos.

A próxima seção dedica-se a outra tipologia temática de acontecimentos públicos, igualmente relacionada aos governos democraticamente eleitos, mas especificamente contornada pelas lógicas econômicas que imperam em sociedades capitalistas: as **Recessões e planos econômicos**.

6.1.3 Recessões e planos econômicos

Na presente tipologia, intitulada **Recessões e planos econômicos**, são incluídos acontecimentos públicos em interação com as **1)** práticas do jornalismo. Capaz de fortalecer ou enfraquecer mandatos políticos, a economia é um ponto de atenção e tensão em sociedades capitalistas nas quais novas políticas públicas, projetadas por governantes, convertem-se em variáveis de imagem pública. As apostas são lançadas sem a certeza de que darão certo e por elas se exacerbam pressões empresariais e mercadológicas sobre os poderes públicos instituídos.

Por serem acontecimentos especializados, envolvidos em linguagens técnicas, as práticas do jornalismo são demarcadas pelas funções de explicação sobre os meandros dos números e das porcentagens, mas também pela qualidade de emitir opinião sobre as decisões públicas. Abaixo, no Quadro dedicado aos acontecimentos públicos em interação com as práticas do jornalismo, são identificados dispositivos próprios do gênero do discurso opinativo por meio dos quais os respectivos agentes tomam parte dos acontecimentos de ordem econômica.

Quadro 8 – Recessões, planos econômicos e práticas do jornalismo (GT de C&P, Compós, 2000-2021)

RECESSÕES, PLANOS ECONÔMICOS E PRÁTICAS DO JORNALISMO		
ACONTECIMENTOS	Dispositivo	Agente
• Plano Cruzado (Brasil, 1986)	<i>REVISTA</i> caderno especial, notícias, reportagens, editoriais, carta ao leitor	IstoÉ; Veja
• Recessão econômica de 1989 (Brasil)	<i>JORNAL</i> artigos de opinião e editoriais	Folha de S. Paulo; O Globo
• Recessão econômica de 1998 (Brasil)	<i>JORNAL</i> editoriais	Folha de S. Paulo; O Estado de São Paulo
	<i>TELEJORNAL</i> notícias	Jornal Nacional

Fonte: Elaboração própria com base em **três**¹⁷ artigos científicos publicados nos anais do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação & Política da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (GT de C&P, Compós, 2000-2021).

No Quadro acima, com destaque para o discurso opinativo de editoriais e para o informativo das notícias, as coberturas jornalísticas sobre os acontecimentos públicos citados são, além de econômicas, ligadas aos governos instituídos, pois são capazes de afetar imagens públicas. As avaliações por parte do jornalismo sobre planos propostos por governos ou ações dos governos para mitigar recessões econômicas são práticas desses agentes que buscam ingressar em debates sobre as gestões em curso ou instaurá-los.

¹⁷ Ver **Apêndice A** – (FORTES, 2005); (ITUASSU, 2010); (SOARES, 2000).

Considerando a particularidade da sociedade brasileira, Marques de Melo (1994) defende a hipótese de que o editorial, por exemplo, considerado como um espaço de prestígio do jornalismo, apesar do direcionamento em nome da opinião pública, na verdade, busca expressar o que querem as próprias instituições jornalísticas ao se incumbirem da função de orientação do poder público:

E não se trata de uma atitude voltada para perceber as reivindicações da coletividade e expressá-las a quem de direito. Significa muito mais um trabalho de “coação” ao Estado para a defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam” (MARQUES DE MELO, 1994, p. 97).

A hipótese do autor circunda a experiência brasileira e a consideração de que a sociedade civil não seria forte o suficiente para contrapor o Estado. O jornalismo, enquanto empresa, mais do que ser um porta-voz da sociedade, defende os próprios interesses ao interpelar os poderes públicos, ao questionar as medidas tomadas e ao orientá-los para melhor fazê-las. Onipresente em promessas desde as eleições e guia de políticas públicas de governos eleitos, a economia é um vetor de impacto da imagem pública de agentes políticos porque dos governos são cobradas e avaliadas atitudes por outros agentes, entre eles, as práticas do jornalismo (MARQUES DE MELO, 1994).

A presente tipologia temática de acontecimentos públicos organizados na e pela pesquisa em C&P, intitulada **Recessões e planos econômicos**, foi apresentada em interação com as práticas do jornalismo e os respectivos agentes. O material analisado permite relacioná-la com as tipologias anteriores (**Eleições e Governos**), pois as recessões e os planos econômicos em sociedades capitalistas são elementos argumentativos para o convencimento de que determinado candidato é pertinente ou impertinente ao cargo que deseja ocupar e, conseqüentemente, de que determinado governante é adequado ou inadequado para a gestão de um país. Os números, os dados e as porcentagens, próprios das linguagens especializadas, são apropriados como argumentos para a construção de acontecimentos indicadores de inflexões no curso das decisões políticas.

Na próxima seção, as decisões políticas serão apresentadas pelo viés de outra tipologia temática de acontecimentos públicos, intitulada **Atividades legislativas**, cujo diferencial é o processo de tomada de decisão no qual estão em voga as condições sociais, políticas, culturais e, sobretudo, democráticas para o desenrolar dos acontecimentos.

6.1.4 Atividades legislativas

Esta seção é dedicada aos acontecimentos públicos organizados nas e pelas pesquisas em interação com quatro práticas: **1)** práticas da política; **2)** práticas do jornalismo; **3)** práticas sociais; **4)** práticas mercadológicas. Em comparação com as tipologias até então analisadas, desde já, cabe comentar o maior número de práticas em interação com acontecimentos públicos. Intitulada **Atividades legislativas**, a tipologia temática é dedicada aos acontecimentos em que a possibilidade de mudança na legislação instaura interações entre diferentes agentes: da convocação do poder público ao engajamento da sociedade em participar, da função do jornalismo em informar a sociedade aos reflexos dos posicionamentos privados que emergem com assuntos públicos. Nesta tipologia, são considerados acontecimentos os projetos de lei, os referendos e os plebiscitos, as consultas e as audiências públicas. Apesar da convocação de atividades legislativas por parte dos governos, a variável fundamental é a participação de outros agentes interessados.

Primeiro, são apresentados os resultados referentes aos acontecimentos em interação com as práticas da política, isto é, as ações por parte do poder público político e de organizações intragovernamentais em iniciar, fomentar ou desestimular, ao menos institucionalmente, debates públicos acerca dos temas de interesse público. No que diz respeito ao escopo recém-mencionado, são organizados os seguintes acontecimentos:

Quadro 9 – Atividades legislativas e práticas da política (GT de C&P, Compós, 2000-2021)

ATIVIDADES LEGISLATIVAS E PRÁTICAS DA POLÍTICA		
ACONTECIMENTOS	Dispositivo	Agente
• Criação da Empresa Brasil de Comunicação (Brasil, 2007)	<i>CÂMARA DOS DEPUTADOS</i> pronunciamentos oficiais	Comissões parlamentares
• Proposta de fechamento do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Brasil, 2011)	<i>AUDIÊNCIA PÚBLICA</i> pronunciamentos oficiais	Gestores, assessores, procuradores, conselheiros de órgãos públicos
• Rio+20 (Rio de Janeiro, 2012)	<i>RELATÓRIOS OFICIAIS</i>	Organização das Nações Unidas
• PEC 352/2013 da Reforma Política (Brasil, 2013)	<i>FÓRUM DIGITAL</i> site; E-democracia	Comunidades legislativas

<ul style="list-style-type: none"> • Construção da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó (2007-2010) 	<p><i>DOCUMENTOS PÚBLICOS</i> relatórios, contratos, pareceres, legislação</p>	<p>Prefeituras municipais; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação do PL do Estatuto do Nascituro (Brasil, 2013) 	<p><i>DOCUMENTO PÚBLICO</i> projeto de lei</p>	<p>Comissões parlamentares</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Consulta pública sobre Pontal do Estaleiro (Porto Alegre, 2009) 	<p><i>SITE OFICIAL</i> notícias</p>	<p>Câmara de Vereadores de Porto Alegre; Prefeitura Municipal de Porto Alegre</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Instalação e atuação da Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2012 [...] 2014) 	<p><i>MÍDIA DIGITAL</i> Facebook; posts</p>	<p>Gestores e assessores da Comissão Nacional da Verdade</p>

Fonte: Elaboração própria com base em **oito**¹⁸ artigos científicos publicados nos anais do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação & Política da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (GT de C&P, Compós, 2000-2021).

Os acontecimentos citados acima são identificados pelas práticas da política, pois são ações tomadas pelo poder público e por organizações intragovernamentais, criando iniciativas de debate público em audiências públicas, comissões especializadas, sessões parlamentares, eventos, contemplando também as iniciativas digitais, em que agentes se manifestam publicamente alinhados ou não com as propostas em questão. São acontecimentos que, diferentemente da tipologia **Governos**, expõe menos a dinâmica dos governos a longo prazo e mais a concentração das atividades em determinados debates.

O próximo Quadro é focado no outro lado da relação dos acontecimentos vinculados às atividades legislativas, que é o da participação da sociedade nas decisões públicas. Segundo a análise, a pesquisa em C&P organiza acontecimentos públicos de acordo com a observação de práticas sociais, como são as articulações de grupos de afinidade, petições públicas, protestos contra decisões legislativas e formação de opinião sobre questões discutidas nos âmbitos do poder, sobre as quais as sociedades buscam formar opinião e participar. De acordo com a análise, os seguintes acontecimentos públicos são identificados:

¹⁸ Ver **Apêndice A** – (BARRERAS & WEBER, 2014); (GARCÊZ & MAIA, 2016); (LOCATELLI & WEBER, 2011); (MIOLA & MAIA, 2013); (QUEVEDO & WEBER, 2010); (VILLELA, 2013); (ROSSINI & OLIVEIRA, 2016); (SANGLARD, 2017).

Quadro 10 – Atividades legislativas e práticas da participação (GT de C&P, Compós, 2000-2021)

ATIVIDADES LEGISLATIVAS E PRÁTICAS SOCIAIS		
ACONTECIMENTOS	Dispositivos	Agentes
<ul style="list-style-type: none"> PL 122/2006 – Criminalização da homofobia (Brasil, 2006 [...] 2011) 	<i>PETIÇÕES ONLINE</i> Avaaz, Petição Pública Brasil	Assinantes ou signatários
	<i>TWITTER</i> tweets	@ContraPL122; seguidores
<ul style="list-style-type: none"> Atuação do Morhan para aprovação da Lei 11.520 – Indeniza pessoas que foram compulsoriamente segregadas em hospitais-colônia até o ano de 1986 (Brasil, 2007) 	<i>JORNAL</i>	Jornal do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan)
	<i>GRUPOS DE CONVERSAÇÃO</i>	Membros do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan)
<ul style="list-style-type: none"> PEC 33/2012 – Redução da maioria penal (Brasil, 2012) 	<i>GRUPOS DE CONVERSAÇÃO</i> <i>vídeo argumentativo</i>	Adolescentes, adultos e policiais militares Moradores de Belém (PA) e Belo Horizonte (MG)
<ul style="list-style-type: none"> PEC 115/2015 – Redução da maioria penal (Brasil, 2015) 	<i>MÍDIAS SOCIAIS</i> comentários, <i>fanpages</i> ; Facebook	Leitores; Uol; G1
<ul style="list-style-type: none"> Proposta de fechamento do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Brasil, 2011) 	<i>MÍDIAS SOCIAIS</i> Facebook	Movimento Surdo em Favor da Educação e Cultura Surda
<ul style="list-style-type: none"> Plebiscito sobre a divisão do estado do Pará (Brasil, 2011) 	<i>MÍDIAS SOCIAIS</i> Facebook	Membros do grupo Diga Não à Divisão do Pará
<ul style="list-style-type: none"> Primeira consulta pública sobre Marco Civil da Internet (Brasil, 2009) 	<i>MÍDIAS SOCIAIS</i> <i>hashtag #marcocivil</i> , Twitter	Participantes
<ul style="list-style-type: none"> Lei do Feminicídio (Brasil, 2015) 	<i>MÍDIAS SOCIAIS</i> comentários, <i>fanpages</i> ; Facebook	Leitores; Uol; G1

Fonte: Elaboração própria com base em **oito**¹⁹ artigos científicos publicados nos anais do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação & Política da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (GT de C&P, Compós, 2000-2021).

¹⁹ Ver **Apêndice A** – (ALDÉ & SANTOS, 2012); (MENDONÇA & MAIA, 2009); (ROSSINI & OLIVEIRA, 2016); (HAUBER & MAIA, 2021); (MAIA, CAL, HAUBER, OLIVEIRA, ROSSINI & SAMPAIO, 2015); (GARCÊZ & MAIA, 2016); (MENDONÇA & CAL, 2012); (CAPONE, ITUASSU, LIFSCHITZ & MANNHEIMER, 2016).

Os acontecimentos projetados no Quadro acima tornam-se visíveis pelas práticas da sociedade em manifestar opinião e argumentos sobre os temas de interesse público, articulando-se por dispositivos que têm à disposição, especialmente, os usos sociais da *internet*, conforme os dados recém-apresentados. Além da articulação por dispositivos, a sociedade civil quando se associa em comunidades, grupos e coletivos, cria possibilidades de ações cívicas com maiores chances de eficácia. São práticas realizadas em grupos de afinidades, em que os indivíduos cooperam para formar razões sobre os assuntos públicos que os sensibilizam. Importa destacar a dimensão sensível e o uso de razões, pois a primeira não exclui a segunda, sendo um ponto de incentivo para participação no debate público, para elaboração e negociação de posicionamentos (MAIA, 2007; MAIA *et al.*, 2017). Nesses casos, marca-se não a unilateralidade de acontecimentos públicos da tipologia, mas a participação e a argumentação da sociedade nas iniciativas viabilizadas pelo poder público, pois, sem a participação, essas iniciativas perdem razão de ser.

A terceira prática em interação com acontecimentos de atividades legislativas envolve o jornalismo cujo foco é a visibilidade dos assuntos e o exercício da função explicativa dos meandros das linguagens especializadas das leis, dos referendos, das comissões e das convenções. Pela visibilidade e pela explicação ofertadas, os agentes jornalísticos são integrantes do debate público. Com a interação citada, são organizados os seguintes acontecimentos públicos:

Quadro 11 – Atividades legislativas e práticas do jornalismo (GT de C&P, Compós, 2000-2021)

ATIVIDADES LEGISLATIVAS E PRÁTICAS DO JORNALISMO		
ACONTECIMENTOS	Dispositivos	Agentes
<ul style="list-style-type: none"> • Criação da Empresa Brasil de Comunicação (2007) 	<p><i>JORNAIS</i> editoriais, colunas e artigos</p>	Folha de S. Paulo; O Globo
	<p><i>REVISTAS</i> editoriais, colunas e artigos</p>	Veja; CartaCapital
<ul style="list-style-type: none"> • Referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições (Paraná, 2005) 	<p><i>JORNAIS</i> capa, reportagens, editoriais, colunas, artigos, imagens</p>	O Estado do Paraná; Gazeta do Povo

<ul style="list-style-type: none"> Lei 11.520 – Indeniza pessoas que foram compulsoriamente segregadas em hospitais-colônia até o ano de 1986 (Brasil, 2007) 	<p><i>JORNAIS</i> notícias</p>	<p>Folha de S. Paulo; O Globo</p>
<ul style="list-style-type: none"> Tramitação da Lei Antitabagista (Brasil, 2000 [...]) 	<p><i>JORNAIS</i> notícias, editoriais</p>	<p>Folha de S. Paulo; Estado de Minas; Jornal do Brasil</p>
<ul style="list-style-type: none"> Instalação e atuação da Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2012 [...] 2014) 	<p><i>JORNAIS</i></p>	<p>Folha de S. Paulo; O Estado de São Paulo; O Globo;</p>
	<p><i>REVISTAS</i></p>	<p>CartaCapital</p>
<ul style="list-style-type: none"> Convenção-Quadro do Controle do Tabaco (Brasil, 2015) 	<p><i>JORNAL</i> reportagem</p>	<p>A Gazeta do Sul</p>

Fonte: Elaboração própria com base em **sete**²⁰ artigos científicos publicados nos anais do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação & Política da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (GT de C&P, Compós, 2000-2021).

De acordo com a análise, as práticas do jornalismo são interações com acontecimentos públicos vinculados às atividades legislativas quando os agentes tomam parte no debate público. Reconhecem-se investigações sobre visibilidade, enquadramento, estratégias discursivas e argumentativas, condizentes com as práticas do jornalismo. Ao propor uma conceituação de síntese entre deliberação e jornalismo, Maia (2008, p. 85) sugere o conceito de deliberação mediada e define quatro propriedades: “(a) acessibilidade, identificação e caracterização dos participantes; (b) uso de argumentos; (c) reciprocidade e responsividade; (d) reflexividade e revisibilidade de opiniões”.

A quarta prática em interação com atividades legislativas é a mercadológica, classificada pelas ações de empresas privadas (não jornalísticas) sobre temas de interesse público, em que estão diretamente implicadas por interesses privados. Essas ações constituem-se na relação das empresas com seus públicos ou com a sociedade, que cobra ações e posicionamentos quando estão envolvidos temas de interesse público. De acordo com Baldissera (2009), além das formas tangíveis e mensuráveis que dizem respeito às práticas por parte das organizações, deve-se considerar as realizações incontrolláveis geradas no e pelo encontro com a alteridade. Entende-se uma abordagem pertinente quando estão em voga temas de interesse

²⁰ Ver **Apêndice A** – (MAIA & SANTIAGO, 2005); (MENDONÇA & MAIA, 2009); (MIOLA & MAIA, 2013); (RUDNICKI, 2015); (SANGLARD, 2017); (SOUZA & PAULA, 2007); (OLIVEIRA & MAIA, 2018).

público em que empresas privadas estão implicadas. São, assim, organizados os seguintes acontecimentos em interações com as práticas mercadológicas:

Quadro 12 – Atividades legislativas e práticas mercadológicas (GT de C&P, Compós, 2000-2021)

ATIVIDADES LEGISLATIVAS E PRÁTICAS MERCADOLÓGICAS		
ACONTECIMENTOS	Dispositivos	Agentes
• Tramitação da Lei Antitabagista (Brasil, 2000 [...])	<i>SITE</i> pronunciamentos oficiais	Empresa Souza Cruz
• Convenção-Quadro do Controle do Tabaco (Brasil, 2015)	<i>GRUPO DE DISCUSSÃO</i> documentos oficiais	Produtores de tabaco do Vale do Rio Pardo/RS
• Construção da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó (2007-2010)	<i>SITE</i> documentos oficiais	Foz do Chapecó Energia

Fonte: Elaboração própria com base em três²¹ artigos científicos publicados nos anais do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação & Política da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (GT de C&P, Compós, 2000-2021).

A posição que agentes empresariais articulam sobre temas de interesse público em debate é mais uma inserção de agentes envolvidos em decisões legislativas que gera desequilíbrios entre interesses públicos e privados. Além do desequilíbrio, a interação de acontecimentos dessa tipologia com as práticas empresariais é pertinente para descortinar as posições sociais sobre assuntos que lhes dizem respeito e dizem respeito ao todo social.

A presente tipologia envolve interações com práticas diversas, como a do jornalismo, da participação, da política e do mercado. A amplitude do acontecimento é manifestada por constituírem-se em decisões que têm implicações na vida de todos ou de grupos sociais, que participam do debate público junto de outras práticas e com interlocutores hábeis na exposição pública do argumento. Uma decisão favorável para alguns pode ferir os direitos de outros, o que complexifica o acontecimento. Ainda assim, as experiências de vida, as vivências cotidianas e a direta relação com os problemas em voga são motivadoras da participação e do aprendizado das associações cívicas, fundamentais para o exercício da democracia.

Os conceitos identificados, como o de participação, deliberação, debate público, alinham-se pela tradução da discutibilidade, da conversação política, das trocas de

²¹ Ver **Apêndice A** – (LOCATELLI & WEBER, 2011); (MAIA & SANTIAGO, 2005); (RUDNICKI, 2015).

razões e argumentos em arenas discursivas na esfera pública, para elucidar as relações que se constroem para e em torno de acontecimentos públicos. Os conceitos apontam para um ideal democrático que não se faça unilateralmente pelo Estado, mas com a inclusão das múltiplas posições na esfera pública. Segundo Maia (2007):

As trocas argumentativas que ocorrem na esfera pública podem influenciar o entendimento que os indivíduos têm sobre os problemas sociais e alterar as relações que eles estabelecem com as instituições do Estado e do mercado. A discussão crítica na esfera pública pode conferir ou minar a legitimidade das próprias ações dos representantes e afetar diretamente o modo pelo qual eles tomam decisões (MAIA, 2007, p. 52).

Desde a proposição do debate pela prática política nas instituições, passando pelo jornalismo na qualidade de informar para que a sociedade possa melhor tomar decisões, como a participação de agentes sociais e mercadológicos no processo de formação de argumentos sobre as possíveis decisões, são todas ações de práticas mapeadas em interação com acontecimentos públicos vinculados às atividades legislativas. Os acontecimentos públicos trabalhados neste capítulo possuem o eixo em comum de que a existência em si de projetos é insuficiente para aperfeiçoar a democracia. Sem a igual oferta de condições para que se construa um debate por razões e argumentos, sem a iniciativa social em participar, sem a função social do jornalismo, sem o reconhecimento do público pelo privado, revelam-se as dificuldades e os desafios culturais, econômicos e políticos por acontecimentos públicos desta tipologia.

Buscou-se, nesta seção, apresentar os acontecimentos públicos identificados e reunidos pela tipologia **Atividades legislativas**, em que a dimensão do *durante* das decisões é igualmente marcada. Novamente, mais do que o desfecho – se foi ou não aprovado determinado projeto de lei, por exemplo –, interessa organizar o meio do processo, isto é, as condições, as participações e as argumentações do debate para que determinado desfecho, enfim, possa ser constatado.

Segundo as pesquisas analisadas, além da convocação ao debate, é preciso questionar se as condições mínimas estão sendo ofertadas para que se efetive, qualitativamente, um debate público. As iniciativas digitais, incluindo as de responsabilidade do poder público, integram o propósito de viabilizar o aprimoramento da participação civil, mas sozinhas não garantem, necessariamente, uma “esfera de discussão pública justa, representativa, relevante, efetiva e igualitária” (GOMES, 2005, p. 221). Segundo o autor, são alguns os motivos para as limitações quanto à plena atividade

de uma esfera de discussão na *internet*, tais como as desigualdades sociais, de tempo, de habilidade, de acesso, mas também a própria cultura política de cada sociedade. Para Gomes (2005), apesar das citadas limitações, é um processo em curso e, portanto, explorá-lo é uma forma de conhecer suas possibilidades.

Na tipologia, é expressa uma simbolização do acontecimento público já pelo título que ele recebe: se hoje se pode chamar a Lei Federal 13.104/15 de Lei do Feminicídio, é porque atingiu a simbolização, desde o nome que define o acontecimento. Ao mesmo tempo, cabe sempre problematizar a disparidades da atenção pública sobre acontecimentos públicos e temas de interesse público, não sendo o acontecimento de menor atenção simplesmente desrealizado (QUÉRÉ, 2012). Exemplarmente, os acontecimentos públicos trabalhados na presente tipologia são aqueles que se realizam em processos imersos nos paradoxos da visibilidade (WEBER, 2017).

Nesta tipologia, em que diferentes mudanças na legislação estão em questão, a visibilidade é tentativa entre paradoxos e entre interesses, diferentemente do que é exacerbado na tipologia a ser apresentada a seguir. Ao contrário da visibilidade tentativa, na próxima seção o que caracteriza os acontecimentos é a indiscutível visibilidade, a ponto de o acontecimento público se tornar um escândalo (THOMPSON, 2008) e um espetáculo político-midiático (WEBER, 2011), conforme o detalhamento dos próximos resultados.

6.1.5 *Escândalos políticos*

Nesta tipologia, são definidos como **Escândalos políticos** os acontecimentos públicos cujas condições de visibilidade transformam denúncias políticas em escândalos e espetáculos político-midiáticos. Em interação com os acontecimentos, estão as seguintes práticas sociodiscursivas: **1)** práticas do jornalismo; **2)** práticas da política; **3)** práticas sociais; **4)** práticas do entretenimento. No material analisado, são identificadas as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), as quebras de decoro, as cassações de mandatos, as operações policiais, os julgamentos e os golpes políticos.

Na era da visibilidade midiática, “a gafe, o vazamento de informações, a revelação e o escândalo”, explica Thompson (2008), são acontecimentos que ofuscam as fronteiras entre o público e o privado, principalmente, devido à combinação de três fatores: a mutabilidade das tecnologias de vigilância, a

profissionalização do jornalismo investigativo e a instabilidade política. Os diferentes tipos de escândalos constituem-se como testes de credibilidade política de agentes em exercício da função pública, como foi o caso Watergate (Estados Unidos, 1972), assim como testes morais quando se envolvem questões privadas, como o episódio entre Bill Clinton e Monica Lewinsky, que resultou no processo de *impeachment* do então presidente. Segundo Thompson (2008), esses são acontecimentos cujas repercussões se devem às condições de visibilidade.

Os mandatos políticos que ascendem nas cenas públicas podem declinar por vias não naturais. Na especificidade do declínio, o jornalismo noticia, comenta e, até mesmo, denuncia os escândalos políticos, participando da circulação de sentidos e assumindo-se um agente sentenciador. A partir do jornalismo, escândalos políticos são também revelados por meio das relações entre fontes e jornalistas, em que os segredos de gabinete se tornam públicos. No mapeamento realizado, são acontecimentos públicos em interação com os seguintes elementos:

Quadro 13 – Escândalos políticos e práticas do jornalismo (GT de C&P, Compós, 2000-2021)

ESCÂNDALOS POLÍTICOS E PRÁTICAS DO JORNALISMO		
ACONTECIMENTOS	Dispositivos	Agente
• CPI do Preço do Leite (Rio Grande do Sul, 2001)	<i>JORNAL</i> capas, reportagens, editoriais, artigos, colunas	Zero Hora
• CPI da Segurança Pública (Rio Grande do Sul, 2001)	<i>JORNAIS</i> denúncia, capas, reportagens, editoriais, artigos, colunas	Zero Hora; Diário Gaúcho
• Violação do sigilo do painel eletrônico do Senado Federal (Brasil, 2001)	<i>REVISTAS</i> denúncia, edição especial, reportagens	IstoÉ; Veja
	<i>JORNAIS</i> capas, reportagens, editoriais, artigos	Folha de S. Paulo; O Globo
• Cassação do mandato de Luiz Estevão de Oliveira (Brasil, 2000)	<i>REVISTAS</i> denúncia, edição especial, reportagens	IstoÉ; Veja
	<i>JORNAIS</i> capas, reportagens, editoriais, artigos	Folha de S. Paulo; O Globo
• Renúncia de Antônio Carlos Magalhães (Brasil, 2001)	<i>REVISTA</i> denúncia, edição especial, reportagens	IstoÉ

• CPI do Mensalão (Brasil, 2005)	<i>BLOGS</i> postagens	Ricardo Noblat, Jorge Bastos Moreno, Tereza Cruvinel, Helena Chagas, Ilimar Franco, Josias de Souza, Fernando Rodrigues
• Julgamento da Ação Penal 470 (Brasil, 2012)	<i>JORNAL</i> cadernos especiais, reportagens, editoriais, colunas, artigos, entrevistas	Folha de S. Paulo
• Caso JBS e Michel Temer (Brasil, 2017)	<i>TELEJORNAL</i> notícias e reportagens	Jornal Nacional
• Operação Lava Jato (Brasil, [...] 2017-2018)	<i>REVISTAS</i> capas	Veja; IstoÉ; Época
• Prisão de Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil, 2018)	<i>REVISTAS</i> capas	Veja; IstoÉ; Época
• Golpe de 2016 (Brasil, 2016)	<i>JORNAIS</i> editoriais e notícias	Folha de S. Paulo; O Estado de São Paulo; O Globo

Fonte: Elaboração própria com base em **nove**²² artigos científicos publicados nos anais do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação & Política da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (GT de C&P, Compós, 2000-2021).

A segunda prática envolve agentes políticos ao recorrerem a defesas públicas por pronunciamentos oficiais ou informais, constituem-se em tentativas, por vezes, tardias quando comparadas com a velocidade e com o impacto das revelações por parte do jornalismo. As práticas da política por posicionamentos de agentes políticos buscam reconstruir a credibilidade e a imagem pública fragilizadas por escândalos políticos. São identificados os seguintes acontecimentos:

Quadro 14 – Escândalos políticos e práticas da política (GT de C&P, Compós, 2000-2021)

ESCÂNDALOS POLÍTICOS E PRÁTICAS DA POLÍTICA		
ACONTECIMENTOS	Dispositivos	Agentes
• CPI do Preço do Leite (Rio Grande do Sul, 2001)	<i>SITE</i> pronunciamentos oficiais	Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul
• CPI da Segurança Pública (Rio Grande do Sul, 2001)		
• Golpe de 2016	<i>MÍDIAS SOCIAIS</i> pronunciamentos, tweets, Twitter	Dilma Rousseff

Fonte: Elaboração própria com base em **dois**²³ artigos científicos publicados nos anais do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação & Política da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (GT de C&P, Compós, 2000-2021).

²² Ver **Apêndice A** – (ALMEIDA, 2002); (ABREU, 2002); (ALDÉ, ESCOBAR & CHAGAS, 2006); (BIROLI & MANTOVANI, 2013); (CESAR & WEBER, 2019); (COELHO, 2005); (FERNANDES, OLIVEIRA & CORREIA, 2018); (MARQUES, MONT'ALVERNE & MITOZO, 2017); (SAMPAIO, RIZZOTTO & PRUDENCIO, 2017).

²³ Ver **Apêndice A** – (COELHO, 2005); (MATOS NETO, DOURADO e ROCHA, 2017).

Casos de corrupção são acontecimentos que instauram reviravoltas nas trajetórias políticas de agentes e na credibilidade de instituições reconhecidas das democracias. Além dos fatos em denúncia, são acontecimentos que envolvem sentimentos, como o desejo por justiça e repulsa à política. A passionalidade do acontecimento é característica daqueles que são transformados em espetáculos políticos e midiáticos (WEBER, 2011). A sociedade opina, critica, defende e acusa, por razões e emoções, participando do debate público por expressões de aprovação e desaprovação quantos aos rumos dos acontecimentos. Comentários políticos, protestos em mídias digitais e a apreciação de leitores sobre as coberturas jornalísticas de escândalos políticos são práticas sociais em interação com escândalos políticos.

Quadro 15 – Escândalos políticos e práticas sociais (GT de C&P, Compós, 2000-2021)

ESCÂNDALOS POLÍTICOS E PRÁTICAS PARTICIPAÇÃO		
ACONTECIMENTOS	Dispositivos	Agentes
• CPI do Mensalão (Brasil, 2005)	<i>BLOGS</i> posts e comentários	Idelber Avelar, Nemo Nox, Alexandre Soares Silva, Giovani McDonald, Erik M Virgulino de Souza, Leo Pinto, Augusto César e Emanuel Grilo
• Golpe de 2016/Impeachment de Dilma Rousseff (Brasil, 2016)	<i>MÍDIAS DIGITAIS</i> Facebook; fanpage	Movimento Brasil Livre
• Vomitação contra o Golpe de 2016/Impeachment de Dilma Rousseff (Brasil, 2016)	<i>MÍDIAS DIGITAIS</i> Facebook, stickers	Participantes do Vomitação contra o Golpe de 2016
• Operação Marquês (Coimbra, 2014 [...] 2018)	<i>JORNAIS</i> Jornal de Notícias; Público, Observador, Expresso	Estudantes, pesquisadores e moradores de Coimbra, Portugal
	<i>REVISTA</i> Sábado	

Fonte: Elaboração própria com base em **quatro**²⁴ artigos científicos publicados nos anais do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação & Política da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (GT de C&P, Compós, 2000-2021).

No Quadro acima, os agentes das práticas são distintos em níveis de associação, profissionalização das ações, posição ideológica e estratégias. Exceto pelo acontecimento Operação Marquês, que é ligado pela organização da recepção do

²⁴ Ver **Apêndice A** – (ALDÉ, ESCOBAR & CHAGAS, 2006); (CHAGAS & SANTOS, 2017); (LUVIZOTTO & ZANETTI, 2019); (SANTOS JUNIOR, 2020).

noticiário político sobre o acontecimento, os outros resultados estão em interação com estratégias e criam fatos políticos nas mídias sociais. Escândalos políticos por acionarem problemas públicos, como a corrupção, ainda que essa seja universalmente condenável, são escalonados de acordo com posicionamentos ideológicos, tornando um problema estrutural fragmentado em agentes políticos ou partidos políticos.

Também em interação com os acontecimentos da presente tipologia, as práticas do entretenimento são organizadas nas e pelas pesquisas de modo que, no lugar da preservação de possíveis pudores ou comedimentos discursivos, são as críticas jocosas, irônicas e humorísticas que constroem o seguinte acontecimento público:

Quadro 16 – Escândalos políticos e práticas do entretenimento (GT de C&P, Compós, 2000-2021)

ESCÂNDALOS POLÍTICOS E PRÁTICAS DO ENTRETENIMENTO		
ACONTECIMENTO	Dispositivo	Agente
• CPI da Máfia dos Fiscais e o Troféu Cara de Pau (São Paulo, 1999-2000)	RÁDIO programação	Eldorado

Fonte: Elaboração própria com base em **um**²⁵ artigos científicos publicados nos anais do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação & Política da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (GT de C&P, Compós, 2000-2021).

No entretenimento, alargam-se as possibilidades de crítica pelo viés da crítica em tom jocoso e irônico, direcionada aos agentes em situação de poder e envolvidos em escândalos. No Quadro acima, em referência ao acontecimento mapeado, vê-se a possibilidade do entretenimento de premiar aqueles políticos que, para protagonizar escândalos, mais se desviaram das atividades que deveriam cumprir.

Todas as práticas citadas, do jornalismo, da política, da participação e do entretenimento, enquanto condições para que denúncias políticas se tornem casos célebres e geradores de consequências políticas reais, são traduzidas pelos conceitos de escândalo, conforme visto em Thompson (2008), mas também de espetáculo e midiaticização. Em diálogo com Guy Debord, autor que cunhou a ideia de sociedade do espetáculo, Weber (2011, p. 195) trabalha a ideia da espetacularização pela dependência da “participação e dos investimentos passionais, comunicacionais e financeiros de todos aqueles que dele se apropriaram, nas esferas política, midiática,

²⁵ Ver **Apêndice A** – (CHAIA, 2001).

pública e privada”. As apropriações mudam a forma, e essa mudança só se identifica pela tomada da proporção espetacular.

De acordo com Chaia e Teixeira (2001), casos escandalosos sempre existiram, mas alteram-se em termos de visibilidade quando considerados em virtude da midiaticização, conceito também identificado nas pesquisas. Comissões Parlamentares de Inquérito, ações de improbidade administrativa e ações penais são denúncias que podem ou não tomar proporções públicas: “a articulação pública do discurso é a condição final para que uma corrupção se transforme em um escândalo” (2001, p. 64).

O conceito de midiaticização é notado como uma das traduções conceituais da dinâmica. Nas sociedades em midiaticização, as formas de vínculos, os contatos e as afetações entre práticas e agentes, segundo operações de produção e interpretação de sentidos, são intensificadas pelo histórico crescente de arranjo e rearranjo de dispositivos pela humanidade (VERÓN, 2014; FAUSTO NETO, 2008). No lugar das fronteiras entre campos e práticas dos saberes especializados, passa-se a observar “a emergência de «zonas de pregnâncias» cujo trabalho enunciativo pode apontar para novas «políticas de sentido»” (FAUSTO NETO, 2008, p. 102).

As cooperações entre poderes, exemplar em acontecimentos da tipologia **Escândalos políticos**, exacerbam o desvio do protocolo das denúncias para engendrá-las em lógicas midiáticas, produzindo-se, assim, um ritmo singular ao acontecimento público em que a denúncia e a sentença parecem não apresentar fronteiras claras.

A próxima tipologia de acontecimentos públicos organizados nas e pelas pesquisas em C&P é intitulada **Manifestações sociais**, cujo cerne é delinear as práticas que se fazem nos espaços urbanos e virtuais em torno de demandas sociais.

6.1.6 *Manifestações sociais*

Nesta tipologia, intitulada **Manifestações sociais**, são apresentados os resultados da organização de acontecimentos públicos vinculados às manifestações da sociedade civil no espaço urbano, rural e digital em interação com as seguintes práticas: **1)** práticas de ativismo; **2)** práticas do jornalismo. Na primeira, são organizadas as lógicas dos movimentos, as suas estruturas, coesões ou contradições, enquanto a segunda prática é investigada pelo que produz o jornalismo sobre as manifestações sociais.

As práticas de ativismo são ações que derivam das estratégias de grupos, coletivos e movimentos sociais em prol de causas, valores e ideais defendidos, em que os agentes são singulares coletivos, ou seja, são reconhecidos pelos nomes dos movimentos que criam e participam:

Quadro 17 – Manifestações sociais e práticas de ativismo (GT de C&P, Compós, 2000-2021)

MANIFESTAÇÕES SOCIAIS E PRÁTICAS DE ATIVISMO		
ACONTECIMENTOS	Dispositivos	Agentes
• Ações do Movimento Brasil Livre (Brasil, 2016 [...] 2018)	<i>MÍDIAS DIGITAIS</i> Youtube, WhatsApp, Facebook, blog, memes	Movimento Brasil Livre
• Movimento Tarifa Zero (Belo Horizonte, 2015)	<i>MÍDIAS DIGITAIS</i> Facebook	Integrantes do movimento Tarifa Zero
	<i>ASSEMBLEIAS</i>	
• Ocupações universitárias (Porto Alegre, 2016)	<i>MÍDIAS DIGITAIS</i> Facebook	Integrantes da ocupação universitária na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS
	<i>ASSEMBLEIAS</i>	
• Quero Rap na Virada Cultural (Curitiba, 2013)	<i>ABAIXO-ASSINADO</i>	Integrantes do Quero Rap na Virada Cultural
• Ato contra a aprovação do Estatuto do Nascituro (São Paulo, 2013)	<i>MÍDIAS SOCIAIS</i> Facebook	Participantes do Ato contra a aprovação do Estatuto do Nascituro
• Manifestações de Junho de 2013 (Rio de Janeiro, 2013)	<i>ESPAÇO URBANO</i>	Grupos <i>black blocs</i>
	<i>MÍDIAS DIGITAIS</i> Facebook	MBL; Vem Pra Rua; UNE; Nas Ruas; Conversa Afiada; Brasil 247; Folha Política, Mídia Ninja
• Vomitação contra o Golpe de 2016 (Brasil, 2016)	<i>MÍDIAS DIGITAIS</i> Facebook, <i>stickers</i>	Participantes do Vomitação contra o Golpe de 2016
• Protesto #EleNão (Brasil, 2018)	<i>MÍDIAS DIGITAIS</i> Twitter, <i>hashtag</i>	Participantes da <i>hashtag</i> #EleNão
• Primavera Latina (América Latina, 2019)	<i>MÍDIAS DIGITAIS</i> Instagram, <i>hashtag</i>	Participantes de 22 <i>hashtags</i>
• Apoio ao governo Jair Bolsonaro (Brasil, 1º ano, 2019-2020 [...])	<i>APLICATIVO DE MENSAGEM</i> WhatsApp	Apoiadores do governo Jair Bolsonaro
• Ações de <i>thinks tanks</i> (EUA, 1971 [...])	MANIFESTOS	Memorando Powell
• Caso Mariana Ferrer e a <i>hashtag</i> #NaoExisteEstuproCulposo (Brasil, 2020-2021)	<i>MÍDIAS DIGITAIS</i> Instagram, <i>hashtag</i>	Participantes da <i>hashtag</i> #NaoExisteEstuproCulposo

Fonte: Elaboração própria com base em 13 artigos científicos²⁶ publicados nos anais do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação & Política da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (GT de C&P, Compós, 2000-2021).

²⁶ Ver **Apêndice A** – (ALDÉ & SANTOS, 2014); (BARRERAS & WEBER, 2014); (SANTOS & CHAGAS, 2017); (SANTOS & CHAGAS, 2018); (MAIA & ARANTES, 2017); (PRUDENCIO & SILVA JUNIOR, 2014); (RIZZOTTO, SARAIVA &

Neste primeiro conjunto de acontecimentos, são projetados aqueles cujas interações são organizadas pelas perspectivas de agentes sociais, ou seja, as práticas por eles desenvolvidas no âmbito das manifestações sociais. Observa-se também um conjunto de dispositivos, digitais e não digitais, apropriados pelas práticas de ativismos para publicizar causas, ideias e bandeiras as quais defendem. Quanto às práticas de ativismo, os resultados apontam para acontecimentos que se desenvolvem com usos sociais da *internet* e aqueles com ações nos espaços públicos urbanos. Nos primeiros, são percebidos recursos e linguagens próprias da *internet* e, por isso, indicativos da natureza do acontecimento, como são as *hashtags* para indexar discursos ou os *stickers* para expressar sentimentos com adesivos digitais.

Já as atuações não digitais são identificadas nas criações de manifestos sobre os princípios que regem os grupos ativistas, indicando a tentativa de projetar coesão entre participantes. Entre os acontecimentos apresentados no Quadro anterior, um deles data da década de 1970, quando havia menos recursos técnicos e tecnológicos. Ainda, cabe pontuar a ligação de ambas as dimensões, digital e não digital, com a organização de acontecimentos pesquisados tanto pelas práticas que desenvolvem *online* quanto pelas assembleias, pelas reuniões e pelos protestos no espaço público.

Os conceitos de ação coletiva e ação conectiva refletem as perspectivas diferenciadas de manifestações sociais, sendo o primeiro calcado em movimentos sociais com estratégias de construção da identidade coletiva em comum. No segundo – ação conectiva – diferentemente da construção de um “nós” coletivo e singular, há correlações fluidas entre participantes. O “nós” seria o denominador comum da ação coletiva e responsável por potencializá-la. O contrário seria a junção de participantes que se movem a partir de uma solidariedade temporária, sem que haja, necessariamente, a construção de uma identidade coletiva (BENNETT & SEGERBERG, 2012; TARROW, 2009). As perspectivas apontam para uma mudança no paradigma da identidade coletiva, o que não significa a perda total da noção de coletivo, pois permanecem relevantes as ações exercidas por grupos. Ocorre, por outro lado, a diluição do pressuposto da identidade para o que McDonald (2002) define por grupos de afinidades.

NASCIMENTO, 2019); (PRUDENCIO, RIZZOTTO, BELIN & SARAIVA, 2020); (RATIER, 2020); (SILVA, 2018); (SANTOS JUNIOR, 2020); (RIZZOTTO, BELIN & SARAIVA, 2021); (WEBER & PARKER, 2018).

Além da interação do acontecimento público com práticas de ativismo, as pesquisas em C&P organizam manifestações sociais em interação com as práticas do jornalismo. Protestos e manifestações sociais de diferentes grupos por diferentes causas são exemplares de acontecimentos que podem padecer na invisibilidade, sucumbir em estereótipos ou, por outro lado, ganhar a visibilidade que desejam. Entre o jornalismo e as variadas formas de práticas sociais, há questões referentes à orientação, aos valores e aos princípios empresariais e editoriais de grupos e emissoras de televisão. Quanto aos resultados da análise, em interação com as práticas do jornalismo, são identificados os seguintes acontecimentos:

Quadro 18 – Manifestações sociais e práticas do jornalismo (GT de C&P, Compós, 2000-2021)

MANIFESTAÇÕES SOCIAIS E PRÁTICAS DO JORNALISMO		
ACONTECIMENTOS	Dispositivos	Agentes
• Ações do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) (Brasil, 1997)	<i>TELEJORNALISMO</i> notícias	Jornal Nacional; TJ Brasil
• Protesto contra o governo Antônio Carlos Magalhães (Salvador, 2001)	<i>TELEVISÃO</i> transmissão ao vivo	Cidade Alerta
• Movimento da Blogosfera Progressista (Brasil, [...] 2013)	<i>BLOGS</i> jornalistas independentes	Luís Nassif; Paulo Henrique Amorim; Luiz Carlos Azenha; Rodrigo Vianna; Conceição Lemes; Cynara Menezes
• Movimento Tarifa Zero (Belo Horizonte, 2015)	<i>PORTAIS DE NOTÍCIAS</i> notícias	Estado de Minas; O Tempo
• Marcha das Vadias (Brasil, 2013)	<i>PORTAIS DE NOTÍCIAS</i> notícias	Folha de S. Paulo; O Estado de São Paulo, G1
• Primavera Latina (América Latina, 2019)	<i>FOTOJORNALISMO</i> jornal, revista, agência de notícias, portal de notícias	O Globo; Folha de S. Paulo; Exame; Agência Pública; Agência Senado; G1
• Criação do Nzinga Informativo (1985 [...] 1989)	<i>JORNAL</i>	Nzinga Informativo
• Criação do site Nós, Mulheres da Periferia (2012 [...])	<i>SITE</i>	Nós, Mulheres da Periferia

Fonte: Elaboração própria com base em **sete** artigos científicos²⁷ publicados nos anais do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação & Política da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (GT de C&P, Compós, 2000-2021).

²⁷ Ver **Apêndice A** – (ALDÉ & LATTMAN-WELTMAN, 2000); (ALMEIDA, 2002); (MAGALHÃES & ALBUQUERQUE, 2014); (MAIA & ARANTES, 2017); (RIZZOTTO, PRUDENCIO & SILVA, 2015); (GARCÊZ, LAUDARES, LOPES, GERMAN & SILVA, 2020); (FREITAS, 2018).

A interação do jornalismo com movimentos da sociedade não é isenta de tensões, conforme pesquisas de diferentes contextos sociais já destacaram (CHINEM, 1995; BERGER, 2008). São evidenciados acontecimentos em interação com o jornalismo, ou seja, os acontecimentos são organizados na e pela pesquisa a partir da cobertura jornalística que, pelos resultados obtidos, se desenvolvem em diferentes dispositivos. Cabe ressaltar os agentes do Quadro anterior, que são, principalmente, nomes do jornalismo tradicional em comparação com o que se pode classificar como uma imprensa alternativa. Como dito, questões referentes às linhas editoriais e empresariais influem em critérios de noticiabilidade (BERGER, 1997).

As manifestações sociais, tanto as criadas em dinâmicas *online* quanto as que se mobilizam nos espaços urbanos, são transformadas pelos conceitos de ação coletiva e ação conectiva, já citados, bem como são identificadas referências conceituais de conversação e brincadeira políticas, de interseccionalidade, de debate público, de deliberação, de repertórios de ação, de mobilização de quadros e de enquadramentos pessoais e jornalísticos.

Sobre a mobilização de quadros ou *frames*, Erving Goffman ([1974] 1986) contribui ao desenvolver uma sociologia do cotidiano. Apesar das tensões pelos enquadramentos dos movimentos sociais sobre si e pelos enquadramentos do jornalismo sobre os movimentos sociais, Prudencio & Santos (2011) convocam uma reflexão sobre os usos estratégicos da visibilidade midiática por parte dos grupos e dos coletivos: “os ativistas assimilam essa lógica e a subvertem em favor dos seus interesses” (PRUDENCIO & SANTOS, 2011, p. 8). Em assimilações de lógicas midiáticas, as autoras entendem que, apesar do conflito instalado pela oposição de valores entre mídias tradicionais ou hegemônicas e grupos ativistas, ocorre essa subversão em busca de visibilidade para as causas defendidas (PRUDENCIO & SANTOS, 2011).

As diferentes manifestações e movimentos sociais são pertinentes ao diálogo entre singularidade e coletividade. A partir da configuração de debates e da circulação de sentidos, Mendonça (2007, p. 115) entende os movimentos sociais como acontecimentos, que “vão desde os chamados processos de massificação até as lutas emancipatórias, passando por aglomerações episódicas casuais”. Nas palavras do autor, “[...] ao reconfigurar, interpretativamente, fragmentos da realidade social, tais agências coletivas

afetam o contexto em que se situam e os próprios sujeitos que as constituem, ao mesmo tempo em que são por eles edificadas” (MENDONÇA, 2007, p. 116).

No presente subcapítulo, foi apresentada a tipologia intitulada **Manifestações sociais**, em que os acontecimentos públicos estão em interação com as práticas do jornalismo e com as práticas de ativismo. A primeira interação revela uma situação de fala do outro (o jornalismo) sobre as manifestações sociais. Já a segunda, é uma interação em que os grupos falam sobre si e agem segundo estratégias por eles criadas. Na próxima tipologia, intitulada **Tragédias**, serão apresentados acontecimentos públicos em interação com práticas, dispositivos e agentes, organizados nas e pelas pesquisas em C&P.

6.1.7 *Tragédias*

A presente seção é focada em acontecimentos públicos trágicos em interação com três práticas principais: **1)** práticas do jornalismo; **2)** práticas da política; **3)** práticas sociais. O trágico é o ponto comum dos acontecimentos públicos a serem apresentados, pois é a marca da ruptura causada por guerras, epidemias, sequestros e crimes urbanos ou rurais, em que se trata da vida e da morte.

Sobre as práticas sociodiscursivas do jornalismo, cabe delinear as coberturas jornalísticas em que a enunciação da morte exhibe a humanidade no que há de mais “valoroso ou vergonhoso, de deliciado ou estarrecedor” (BENETTI, 2012, p. 153). Segundo Benetti, a morte é “um evento fascinante para o jornalismo especialmente quando reúne o embate entre o homem e a natureza” (BENETTI, 2012, p. 154). Os traços descritos pela autora, em especial, o que faz o discurso jornalístico diante do trágico, são observados no material analisado devido à ênfase nesse tipo de construção do acontecimento pelas narrativas e pelos enquadramentos.

Na interação com as práticas do jornalismo, o dispositivo é igualmente importante porque, lembrando Charaudeau (2007), casos de comoção nacional são aqueles cujas imagens provocam diferentes sentimentos, como revolta, empatia, choque, entre outros. São, assim, identificados os seguintes acontecimentos trágicos em interação com as práticas jornalísticas:

Quadro 19 – Tragédias e práticas do jornalismo (GT de C&P, Compós, 2000-2021)

TRAGÉDIAS E PRÁTICAS DO JORNALISMO		
ACONTECIMENTOS	Dispositivos	Agentes
• Invasão do Iraque pelos Estados Unidos (2003)	<i>JORNAIS</i> notícias e reportagens	Folha de S. Paulo; O Globo; Wall Street Journal; Los Angeles Times; Washington Post
	<i>TELEJORNAIS</i> notícias e reportagens	Jornal Nacional; Globo News; Fox News; CNN; BBC; Al Jazeera; Jornal da Globo
	<i>REVISTA</i> notícias e reportagens	Veja
• Epidemia de dengue (Rio de Janeiro, 2008, 1986)	<i>TELEJORNAL</i> notícias e reportagem	Jornal Nacional
• Surto virótico (Feira de Santana, 1984)		
• Surto virótico de enterite (Pernambuco, 1984)		
• Sequestro do ônibus 174 (Rio de Janeiro, 2000)	<i>JORNAIS</i> notícias	Estado de Minas; Folha de S. Paulo
	<i>REVISTAS</i> capas	Veja; IstoÉ; Época
• Caso Villeneuve (França, 2010)	<i>JORNAIS</i> artigos	Le Monde; Le Figaro; Libération; Le Dauphiné Libéré; Le Nouvel Observateur
• Chacina de Felisburgo (Minas Gerais, 2004)	<i>JORNAL</i> notícias, reportagens, artigos, editoriais	O Globo

Fonte: Elaboração própria com base em **cinco** artigos científicos²⁸ publicados nos anais do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação & Política da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (GT de C&P, Compós, 2000-2021).

No Quadro anterior, tragédias que envolvem violência (*Sequestro do ônibus 174; Caso Villeneuve; Chacina de Felisburgo*) e tragédias que envolvem saúde pública (*Epidemia de dengue; Surto virótico em Feira de Santana; Surto virótico de enterite em Pernambuco*), como dito, têm o ponto comum manifestado pela categoria de morte. Agentes jornalísticos são reconhecidos pelos discursos que

²⁸ Ver **Apêndice A** – (ALDÉ, 2004); (MAIA, 2004); (MENDONÇA, 2006); (VAZ & CARDOSO, 2011); (PAES, 2016).

produzem sobre acontecimentos de comoção, pois também provocam a modalidade testemunhal, uma espécie de “ter estado lá”, conforme explica Lage (2018, p. 33).

Percebe-se a predominância do jornalismo tradicional e isso se explica também pelo fato de que, somada a dimensão política institucional, esses são responsáveis por interpelar governos e instituições. As tragédias acionam debates sobre problemas públicos, sobre os quais o poder político deve responder e se pronunciar. A pressão social por respostas ganha dimensões públicas e visíveis quando os acontecimentos repercutem. Assim, além das práticas do jornalismo, são identificadas as práticas da política institucional em interação com acontecimentos públicos trágicos segundo os pronunciamentos de agentes políticos em situação de poder quando são cobrados pelo jornalismo e pela sociedade.

Quadro 20 – Tragédias e práticas da política (GT de C&P, Compós, 2000-2021)

TRAGÉDIAS E PRÁTICAS DA POLÍTICA		
ACONTECIMENTOS	Dispositivos	Agentes
• Sequestro do ônibus 174 (Rio de Janeiro, 2000)	PRONUNCIAMENTOS OFICIAIS	Fernando Henrique Cardoso; Anthony Garotinho; Polícia Militar; Ministério da Justiça
• Caso Villeneuve (França, 2010)	PRONUNCIAMENTOS OFICIAIS	Nicolas Sarkozy; Ministério do Interior da França
• Pandemia de covid-19 (Brasil, 2020)	PRONUNCIAMENTOS OFICIAIS	Jair Messias Bolsonaro

Fonte: Elaboração própria com base em **três** artigos científicos²⁹ publicados nos anais do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação & Política da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (GT de C&P, Compós, 2000-2021).

Para os três acontecimentos, organizados na e pela pesquisa em interação com as práticas da política, os conceitos de *accountability*, transparência, comunicação pública e deliberação servem ao contorno das ações e dos posicionamentos públicos derivados das pressões e das demandas sociais. As tragédias, apesar de evocarem a passionalidade, são acontecimentos que revelam campos problemáticos históricos e estruturais que permanecem normalizados até que as interações os coloquem em debate (QUÉRÉ, 2012).

²⁹ Ver **Apêndice A** – (FERREIRA, 2021); (MAIA, 2004); (PAES, 2016).

Mesmo que a vida não seja recuperável, acontecimentos públicos que envolvem a morte não natural, seja por violência urbana e abuso de poder policial, seja por falta de políticas públicas de saúde, em referências aos acontecimentos do Quadro anterior, geram pressões sociais que fazem líderes políticos prestarem contas de suas ações. Os conceitos citados, como *accountability*, transparência, comunicação pública e deliberação, são mobilizados pelo traço normativo pensado para as sociedades democráticas, a partir do qual as práticas políticas são avaliadas não em si mesmas, mas naquilo que significam para a qualidade da democracia (WEBER, 2017).

Quanto à última prática em interação com acontecimentos públicos trágicos, as práticas de participação envolvem conversações sociais e as homenagens públicas de iniciativa da sociedade civil, que resultam na partilha de sentidos sobre os acontecimentos públicos. Indicam-se, a seguir, os resultados dessa interação:

Quadro 21 – Tragédias e práticas sociais (GT de C&P, Compós, 2000-2021)

TRAGÉDIAS E PRÁTICAS SOCIAIS		
ACONTECIMENTOS	Dispositivos	Agentes
• Caso Victor Hugo Deppman (São Paulo, 2013)	AUDIÊNCIAS PÚBLICAS transmissão, E-cidadania	cidadãos
	GRUPO DE CONVERSAÇÃO Facebook	ativistas contra a redução da maioridade penal
• Morte do ativista Bradley Roland Will (México, 2006)	DOCUMENTÁRIOS Compromiso Cumplido; Uma noite mais nas barricadas	Midiativistas; Videohackers; Comité de Liberación 25 de Noviembre

Fonte: Elaboração própria com base em **dois** artigos científicos³⁰ publicados nos anais do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação & Política da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (GT de C&P, Compós, 2000-2021).

Por práticas da participação em interação com acontecimentos trágicos, definem-se as argumentações por parte da sociedade que, provocada pelo acontecimento público, compartilha razões e emoções em situação de troca social com outros agentes.

³⁰ Ver **Apêndice A** – (HAUBER & MAIA, 2019); (TEDESCO, 2010).

Em acontecimentos trágicos, sobretudo quando a morte atravessa a vida individual, o título dos acontecimentos é construído em lembrança e homenagem das vítimas com seus nomes em destaque ou com as coordenadas geográficas e temporais do dia e lugar em que ocorreu tal acontecimento.

Recém-apresentadas, as interações das práticas do jornalismo, da política e da participação com acontecimentos públicos trágicos produzem o encontro entre as ordens do sensível e da política. A passionalidade inerente às tragédias e às comoções, gerada por conhecidos e desconhecidos em solidariedade ao momento, torna-se também argumentativa em prol de soluções concretas cobradas dos governos. Esses argumentos encontram outros que são, por vezes, contrários a determinadas medidas públicas para se resolver problemas já normalizados socialmente. O encontro de argumentos de lados discordantes instala debates públicos através dos quais os interessados tomam parte e, conseqüentemente, tomam parte do acontecimento.

Tendo sido recém apresentada a tipologia **Tragédias**, o próximo subcapítulo dá andamento a análise com a tipologia temática **Polêmicas e ofensas públicas** e as respectivas interações organizadas nas e pelas pesquisas em C&P, que ligam pessoas célebres em situação de visibilidade a acontecimentos públicos.

6.1.8 Polêmicas e ofensas públicas

Nesta seção, são apresentados acontecimentos públicos da tipologia **Polêmicas e ofensas públicas**, em interação com as seguintes práticas: **1)** práticas mercadológicas; **2)** práticas de celebridades; **3)** práticas do jornalismo. São acontecimentos que envolvem grandes marcas, empresas, celebridades e jornalistas, que possuem espaços de fala privilegiados nos quais são amplificados discursos polêmicos e considerados ofensivos por outros grupos sociais.

Em interação com práticas mercadológicas, é identificado o seguinte acontecimento público em que, além do produto, são publicizados valores, ideias e visões de mundo:

Quadro 22 – Polêmicas, ofensas públicas e práticas mercadológicas (GT de C&P, Compós, 2000-2021)

POLÊMICAS, OFENSAS PÚBLICAS E PRÁTICAS MERCADOLÓGICAS		
ACONTECIMENTOS	Dispositivos	Agentes
• Caso Hope & Gisele Bündchen (2011)	<i>TELEVISÃO</i> anúncio publicitário	Empresa Hope

Fonte: Elaboração própria com base em **um** artigo científico³¹ publicado nos anais do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação & Política da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (GT de C&P, Compós, 2000-2021).

Quando as intenções de um anúncio publicitário não correspondem ao esperado, isto é, a boa aceitação dos públicos, as divergências de sentidos entre o que espera a empresa e o que pensam os públicos se instalam publicamente, constituindo-se em um acontecimento. Essas divergências são, sobretudo, caracterizadas por discursos considerados polêmicos ou ofensivos a grupos, especialmente minoritários, que não se sentem representados por determinada estratégia publicitária.

Certos indivíduos com funções profissionais públicas e em interlocução com fãs, leitores ou consumidores de determinado produto ou serviço, estão em situação de visibilidade amplificada, conseqüentemente as opiniões que emitem recebem destaque. Com Simões (2014a), as celebridades são especificadas pela geração de “reconhecimentos, projeções, identificações e também contraidentificações” (SIMÕES, 2014a, p. 46-47) por parte de agentes sociais que as acompanham por admiração ou desafeição.

³¹ Ver **Apêndice A** – (MIGUEL, 2012).

Em interação com acontecimentos públicos construídos por trocas sociais, que ocorrem a partir de discursos polêmicos ou ofensivos, os destacados abaixo em interação com os respectivos elementos:

Quadro 23 – Polêmicas, ofensas públicas e práticas de celebridades (GT de C&P, Compós, 2000-2021)

POLÊMICAS, OFENSAS PÚBLICAS E PRÁTICAS DE CELEBRIDADES		
ACONTECIMENTO	Dispositivo	Agente
• Caso Rafinha Bastos (Brasil, 2011)	<i>TELEVISÃO</i> <i>Programa de humor</i>	Rafinha Bastos; CQC; Band

Fonte: Elaboração própria com base em **um** artigo científico³² publicado nos anais do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação & Política da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (GT de C&P, Compós, 2000-2021).

Os programas de humor, elemento em interação com o acontecimento mostrado no Quadro acima, são elaborados nos departamentos de entretenimento, que possuem lógicas flexíveis e permitem o discurso informal. Comentários com teor humorístico, no entanto, revelam-se acontecimentos ao reverberarem como polêmicas e ofensas públicas em que o agente do discurso é avaliado moralmente pelos públicos.

Similares no que diz respeito às divergências citadas por práticas das celebridades, são acontecimentos em interação com práticas do jornalismo os discursos proferidos em exercício da profissão, no qual, em uma situação de fala pública, agentes jornalísticos ferem alteridades cuja visibilidade é amplificada pela empresa editorial em que determinado texto é publicado.

Quadro 24 – Polêmicas, ofensas públicas e práticas do jornalismo (GT de C&P, Compós, 2000-2021)

POLÊMICAS, OFENSAS PÚBLICAS E PRÁTICAS DO JORNALISMO		
ACONTECIMENTOS	Dispositivos	Agentes
• Caso J.R. Guzzo (Brasil, 2012)	<i>REVISTA</i> coluna	Jornalista José Roberto Guzzo; Veja
• Caso Walter Navarro (Brasil, 2012)	<i>JORNAL</i> coluna	Jornalista Walter Navarro; O Tempo

Fonte: Elaboração própria com base em **um** artigo científico³³ publicado nos anais do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação & Política da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (GT de C&P, Compós, 2000-2021).

³² Ver **Apêndice A** – (MIGUEL, 2012).

³³ Ver **Apêndice A** – (GARCÉZ & CAL, 2013).

Os acontecimentos públicos apontam para problemáticas quanto aos limites da liberdade de expressão e à falta de reconhecimento das múltiplas alteridades expressadas em falas públicas por agentes em situação de visibilidade. Trabalhado por Honneth ([1992] 2003), o conceito de reconhecimento, em especial a luta por reconhecimento por parte de grupos sociais, é pertinente às respostas sociais aos discursos ofensivos nas cenas públicas:

[...] trata-se do processo prático no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento (HONNETH, 2003, p. 257).

A noção de que determinado discurso ofensivo não é uma ocorrência isolada, mas exemplar e representativa de situações comuns do convívio social, é o eixo articulador da dimensão dos acontecimentos públicos como reveladores de processos normalizados que, por meio da visibilidade, geram novas interpretações sobre problemas sociais recorrentes. Essas novas interpretações desnormalizam, assim, problemas públicos adormecidos e enraizados nas sociedades.

Ao longo deste subcapítulo, foram apresentados os acontecimentos públicos da tipologia **Polêmicas e ofensas públicas** em interação com as práticas mercadológicas, com as práticas de celebridades e com as práticas do jornalismo, organizadas nas e pelas pesquisas em C&P. No próximo subcapítulo, será apresentada a tipologia **Reposicionamentos de imagem**, conforme os procedimentos até então adotados, em torno dos elementos em interação.

6.1.9 *Reposicionamentos de imagem*

Esta seção é dedicada aos acontecimentos da tipologia **Reposicionamentos de imagem** em interação com as seguintes práticas: **1)** práticas da política; **2)** práticas do jornalismo; **3)** práticas mercadológicas. Os reposicionamentos envolvem agentes cujas trajetórias estabeleceram um certo tipo de imagem, mas que, em determinado momento, se reposicionam por ações intencionais ou são reposicionados pelos sentidos atribuídos pelos públicos. Reposicionamentos de imagem são acontecimentos públicos vinculados a agentes conhecidos e

assimilados em dadas culturas, cujas ações são desenvolvidas em prol de uma política de imagem, que tem a ver com o papel social desejado ou esperado por determinada empresa ou instituição pública.

Em interação com as práticas do jornalismo, os reposicionamentos de imagem propostos por instituições públicas são comentados por organizações jornalísticas, cuja opinião forma outras em apreciação de projetos propostos pelo poder público. Com esse molde, é identificado o seguinte acontecimento em interação com os respectivos elementos:

Quadro 25 – Reposicionamentos de imagem e práticas do jornalismo (GT de C&P, Compós, 2000-2021)

REPOSICIONAMENTOS DE IMAGEM E PRÁTICAS DO JORNALISMO		
ACONTECIMENTOS	Dispositivos	Agentes
<ul style="list-style-type: none"> Projeto Pacto Pelo Rio Grande – Responsabilidade de Todos (Rio Grande do Sul, 2006) 	<i>JORNAL</i> editoriais	Zero Hora

Fonte: Elaboração própria com base em **um** artigo científico³⁴ publicado nos anais do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação & Política da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (GT de C&P, Compós, 2000-2021).

No Quadro acima, são projetados acontecimentos vinculados aos reposicionamentos de imagem nas cenas públicas pelas práticas do jornalismo que repercutem e comentam as ações das instituições públicas ao lançarem campanhas públicas. O outro lado também é identificado, isto é, a organização de acontecimentos públicos em interação com as práticas da política que enunciam a si mesmas em processos de reposicionamento de imagem.

Quadro 26 – Reposicionamentos de imagem e práticas da política (GT de C&P, Compós, 2000-2021)

REPOSICIONAMENTOS DE IMAGEM E PRÁTICAS DA POLÍTICA		
ACONTECIMENTOS	Dispositivos	Agentes
<ul style="list-style-type: none"> Campanhas militares (Brasil, 1986 [...] 1997) 	<i>TELEVISÃO</i> spots, filmes publicitários	Instituições militares; Ministério do Exército, Estado Maior Conjunto das Forças Armadas; Marinha; Aeronáutica
<ul style="list-style-type: none"> Projeto Pacto Pelo Rio Grande – Responsabilidade de Todos (Rio Grande do Sul, 2006) 	<i>PRONUNCIAMENTOS OFICIAIS</i> site	Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul

³⁴ Ver **Apêndice A** – (SILVA, 2008).

<ul style="list-style-type: none"> • Criação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública (Minas Gerais, 1999 [...] 2007); 	<i>PROJETO</i> Plano de Polícia de Resultados	Polícia Militar (MG)
--	--	----------------------

Fonte: Elaboração própria com base em **três** artigos científicos³⁵ publicados nos anais do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação & Política da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (GT de C&P, Compós, 2000-2021).

São ações intencionais aquelas autorizadas e estratégicas sobre e pela “organização comunicada”, conceito trabalhado por Baldissera (2009) para definir os processos de visibilidade de si por práticas que estão sob controle da parte que deseja publicizar as próprias ações. Por outro lado e complementarmente, são ações dos públicos aquelas que reposicionam a organização comunicada por atravessamentos entre os sentidos desejados por ela e os atribuídos pelos públicos. De acordo com o autor, as práticas resultantes de processos estratégicos da organização comunicada (controlada e estratégica) são desequilibradas pelos processos informais de atribuição de sentido por parte dos públicos (BALDISSERA, 2009).

No Quadro abaixo, são evidenciadas as práticas mercadológicas em que o discurso publicitário da organização midiática sobre si mesma é proposto ante a apreciação dos leitores. Misturam-se gêneros do discurso da publicidade, do mercado e da propaganda, tornando-se acontecimentos as novas posições sociais no prisma da organização comunicada (BALDISSERA, 2009).

³⁵ Ver **Apêndice A** – (HENRIQUES, 2008); (MATOS, 2000); (SILVA, 2008).

No caso do material analisado, o hibridismo é um processo identificado quando campanhas e anúncios publicitários são de autoria de empresas que também exercem atividades jornalísticas. Na análise realizada, são identificados os seguintes acontecimentos públicos em interação com as práticas mercadológicas:

Quadro 27 – Reposicionamentos de imagem e práticas mercadológicas (GT de C&P, Compós, 2000-2021)

REPOSICIONAMENTOS DE IMAGEM E PRÁTICAS MERCADOLÓGICAS		
ACONTECIMENTOS	Dispositivos	Agentes
<ul style="list-style-type: none"> • Campanha Compromisso com a inteligência do leitor (Rio Grande do Sul, 1999) 	ANÚNCIO PUBLICITÁRIO	Grupo Rede Brasil Sul (RBS)
<ul style="list-style-type: none"> • Campanha Espaço para todas as opiniões (Rio Grande do Sul, 1999) 	ANÚNCIO PUBLICITÁRIO	Grupo Rede Brasil Sul (RBS)

Fonte: Elaboração própria com base em **dois** artigos científicos³⁶ publicados nos anais do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação & Política da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (GT de C&P, Compós, 2000-2021).

As duas funções incumbidas em um mesmo agente, como o agente do Quadro acima, que é empresa e é empresa jornalística, são modalidades discursivas em hibridação, marca das sobreposições entre interesses públicos e privados, uma vez que tais práticas são marcadas por lógicas diferentes, apesar de ser o mesmo agente reconhecido culturalmente por ambas. As empresas privadas se reposicionam diante dos públicos, de modo abrangente, ao buscar demarcar funções sociais as quais acreditam cumprir.

6.1.10 Exibições culturais

Enfim, a última tipologia temática de acontecimentos públicos é apresentada nesta seção, intitulada **Exibições culturais**. Organizados na e pela pesquisa, os acontecimentos vinculados estão em interação com as seguintes práticas: **1)** práticas de consumo; **2)** práticas da política.

Nas práticas sociais, está agregado o consumo de produtos culturais que, alavancado pela televisão, ganha significativa popularidade. Para Lopes, essa popularidade torna-se paradoxal, pois a partir de uma novela é possível “identificar o

³⁶ Ver **Apêndice A** – (WEBER, 2000); (MACHADO, 2006).

Brasil mais numa narrativa ficcional do que no telejornal” (LOPES, 2002, p. 6). O argumento da autora, subscrito ao contexto nacional, leva em consideração os problemas reais que são motores das tramas ficcionais e as interpretações dos públicos para entender a si e aos outros. De acordo com esta análise, são duas as exposições de produtos culturais, a telenovela *Terra Nostra* e a série televisiva *Cidade dos Homens*, que são organizadas em interação com as práticas sociais de consumo.

Quadro 28 – Exposições culturais e práticas de consumo (GT de C&P, Compós, 2000-2021)

EXIBIÇÕES CULTURAIS E PRÁTICAS DE CONSUMO		
ACONTECIMENTO	Dispositivos	Agentes
• Exposição da telenovela Terra Nostra (Brasil, 1999-2000)	TELEVISÃO telenovela, Rede Globo	Telespectadores; moradores do Distrito Federal
		Telespectadores; moradores de Sobradinho, Rio Grande do Sul]
• Exposição da série Cidade dos Homens (Brasil, 2002)	TELEVISÃO série, Rede Globo	Telespectadores; moradores de Belo Horizonte

Fonte: Elaboração própria com base em três artigos científicos³⁷ publicados nos anais do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação & Política da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (GT de C&P, Compós, 2000-2021).

As exposições culturais, mostradas no Quadro acima, são traduzidas por conceitos de enquadramento, memória coletiva e identidade. Os acontecimentos identificados são organizados em interação com as perspectivas do público sobre a criação de laços com o produto cultural de ficção que reflete as realidades sociais e políticas. As identificações com personagens cujas características são familiares ou as conversações sobre problemas públicos transformam cenários montados pela dramaturgia em contextos reconhecidos.

Além da interação com as práticas sociais, os acontecimentos vinculados às exposições culturais estão em interação com as práticas da política institucional, pois o direito à cultura é previsto em lei e conta com incentivos públicos para ampliar esse acesso. Contudo, historicamente, a cultura e arte também foram interpeladas por governos autoritários por meio de aparatos legais, a exemplo da Lei da Imprensa (1967) seguida pelo Ato Institucional nº5 (1968), durante a ditadura civil-militar brasileira. No material analisado, constatam-se acontecimentos públicos em sociedades

³⁷ Ver Apêndice A – (PORTO, 2002); (ROCHA, 2007); (STROHSCHOEN, 2004).

democráticas, porém que sinalizam restrições e coerções às exposições culturais por parte de representantes da política em cargos públicos, conforme o Quadro abaixo:

Quadro 29 – Exposições culturais e práticas da política (GT de C&P, Compós 2000-2021)

EXIBIÇÕES CULTURAIS E PRÁTICAS DA POLÍTICA		
ACONTECIMENTOS	Dispositivos	Agentes
<ul style="list-style-type: none"> Exibição das performances artísticas A voz do ralo é a voz de Deus; Não Matarás; DNA de Dan, La Bête; O evangelho segundo Jesus, rainha do céu; e outras (Brasil, 2017-2020) 	<p><i>ESPAÇOS CULTURAIS</i> museus, peças teatrais, festivais de arte</p>	<p>Frente Parlamentar Evangélica; Roberto Alvim; Funarte; Pastor Marco Feliciano.</p>

Fonte: Elaboração própria com base em **um** artigo científico³⁸ publicado nos anais do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação & Política da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (GT de C&P, Compós, 2000-2021).

Traduzem-se as práticas pelo próprio conceito de censura e autoritarismo por meio de desinformação e linchamento virtual. São organizados acontecimentos que quase (des)acontecimentalizam a democracia, isto é, conforme Zizek (2017), aqueles que são deliberadamente anulados. As exposições culturais interrompidas pela política em democracias representativas parecem pertinentes ao conceito do autor porque é da ordem do impensável, isto é, as coerções e as censuras em Estados democráticos que, muito embora não existam, acontecem publicamente.

Os acontecimentos da tipologia **Exposições culturais** traduzidos pelos conceitos de identidade e memória coletiva datam do início dos anos 2000, enquanto a tradução pelos conceitos de censura e autoritarismo datam os anos 2017 a 2020. Nota-se, com esse dado, em vias de conclusão sobre a última tipologia, uma diferença significativa das interações expostas nos Quadros, segundo as práticas sociais e as práticas da política. Enquanto as primeiras sublinham a cultura que aciona a política por peças audiovisuais ficcionais, as segundas denotam a política que anula cultura.

Com esta última tipologia temática apresentada, os próximos subcapítulos passam para uma fase mais propositiva, permanecendo, conceitualmente, relacionados ao paradigma da complexidade, a perspectiva adotada para analisar o *corpus* desta tese ao longo da **Parte I**.

³⁸ Ver **Apêndice A** – (SANGLARD, OLIVEIRA & ORLANDINI, 2021).

6.2 Parte I: acontecimentos públicos como objetos empíricos (GT de C&P, Compós, 2000-2021)

Afirmar que os acontecimentos públicos são organizados nas e pelas pesquisas em C&P significa dizer que os elementos diversos (práticas sociodiscursivas, agentes e dispositivos sociotécnicos) são ligados pela organização. Se existe o fenômeno organizado é porque esse foi gerado por interações. Os acontecimentos, portanto, nas e pelas pesquisas em C&P, organizados como objetos empíricos, estão em interação com elementos operadores de sentido, que transformam um “mundo a significar” em “mundo significado” (CHARAUDEAU, 2007). O sentido de interações é também utilizado com base em Morin (2016), especialmente, por contemplar a ideia de ação recíproca entre os elementos em interação cuja ligação é dada pela organização.

Nos subcapítulos anteriores, foram descritos os principais elementos empíricos em interação com acontecimentos públicos como objetos empíricos. Estes objetos empíricos organizados são também teóricos, pois resultam da interação com os conceitos, que transformam a singularidade de cada recorte empírico por processos de tradução conceitual, conferindo-lhes uma nova inteligibilidade. As interações dos acontecimentos públicos com agentes, práticas e dispositivos, elementos ligados na e pela organização das pesquisas, são transformadas pela leitura científica dessas correlações, que envolve a tradução conceitual.

Transformação é aqui entendida como sinônimo de fabricação ou criação e “significa mudança de forma”, que inclui o construir, mas também o destruir (MORIN, 2016, p. 198). Reconhecer a transformação significa também indicar, desde já, as limitações das práticas de pesquisa, conformadas em artigos científicos, submetidos às dinâmicas do âmbito da esfera específica de produção de conhecimento.

Apresentados nos subcapítulos anteriores, os resultados são correspondentes ao primeiro objetivo específico desta tese: identificar elementos em interação com acontecimentos públicos nas e pelas pesquisas em C&P. As pesquisas foram analisadas com base nos artigos científicos apresentados no GT de C&P da Compós (2000-2021) e publicados nos anais do evento. Os três principais elementos em interação com acontecimentos públicos são as práticas sociodiscursivas, os dispositivos e os agentes.

Juntos, são delimitados como objetos empíricos, sendo a organização mais evidente e sistematizável de acontecimentos públicos nas e pelas pesquisas. O conceito de organização é orientador da afirmação de que acontecimentos organizados nas e pelas pesquisas estão em interação com outros elementos, cujas inserções são escolhas teóricas e metodológicas apoiadas na observação da realidade.

O conjunto plural de dados referentes ao *corpus* da análise foi apresentado em dez tipologias para fins de sistematização, criadas com base nos tipos de acontecimentos públicos organizados como objetos empíricos: **1)** Eleições; **2)** Governos; **3)** Recessões e planos econômicos; **4)** Atividades legislativas; **5)** Escândalos políticos; **6)** Manifestações sociais; **7)** Tragédias; **8)** Polêmicas e ofensas públicas; **9)** Reposicionamentos de imagem; **10)** Exibições culturais. Essas tipologias foram acompanhadas por Quadros nos quais foram dispostos os elementos em interação que, como operadores de sentido (CHARAUDEAU, 2007), transformam o acontecimento em ocorrência delimitada no espaço-tempo em certos dispositivos e por certos agentes.

Dos resultados referentes às práticas, são mapeadas interações com as **1)** práticas do jornalismo; **2)** práticas da política; **3)** práticas da propaganda eleitoral; **4)** práticas do eleitorado; **5)** práticas da política digital; **6)** práticas de ativismo; **7)** práticas mercadológicas; **8)** práticas de entretenimento; **9)** práticas de consumo; **10)** práticas de celebridades.

A diversidade das práticas reverbera nas escolhas de agentes, como os singulares coletivos (i.e. “os eleitores”, “os apoiadores”, “os cidadãos”), as instituições (i.e. secretarias, órgãos de governo, comissões parlamentares, frentes parlamentares, assembleias), os agentes políticos reconhecidos pelo nome próprio (i.e. “Luiz Inácio Lula da Silva”; “Dilma Rousseff”; “Jair Bolsonaro”), os movimentos sociais com identidade coletiva (i.e. “Movimento dos Trabalhadores Sem Terra”; i.e. “Movimento Tarifa Zero”) e aqueles com identidade diluída, que as linguagens das *hashtags* permitem perceber como práticas que tomam parte dos acontecimentos (i.e. #EleNão; #NaoExisteEstuproCulposo; #MarcoCivil).

Conforme os resultados da análise, antes de ser construído como objeto da pesquisa, o acontecimento público foi engendrado por práticas diversas, como as do jornalismo, da propaganda, da publicidade, do ativismo, do entretenimento, do

mercado, das celebridades, por meio de ação de agentes que tomam parte do que emerge no mundo das aparências públicas. Aos acontecimentos públicos organizados nas e pelas pesquisas são adicionadas camadas de sentido por meio das interações com outros elementos, tais como as práticas, os dispositivos e os agentes.

Contudo, além do conjunto de dados apresentados, outra percepção da análise deve ser reforçada. O mesmo procedimento de análise, que visou identificar acontecimentos em interação com elementos como objetos empíricos, suscitou na observação de que, apesar de ser a mais evidente, essa não é a única organização de acontecimentos públicos. É a mais evidente, pois quando organizados como objetos empíricos, os acontecimentos públicos são enunciados nos objetivos e são constituídos nos moldes de pesquisas de estudos de caso. Contudo, a leitura integral dos artigos evidenciou que, além da organização mais evidente como objetos empíricos, acontecimentos públicos são, sistemicamente, organizados e reorganizados com outros objetivos, que não apenas empíricos. Por esse motivo, no próximo subcapítulo, serão criadas organizações típicas que incluam formas mais e menos delimitadas para, assim, viabilizar a leitura sistêmica dos resultados da **Parte I**.

6.3 Organizações típicas de acontecimentos públicos

O conceito de organização, proposto por Morin (2016), seguirá como orientador esta análise, cujo objetivo é criar organizações típicas de acontecimentos públicos. A presente perspectiva valoriza o conceito de organização como “simulação lógica” (MORIN, 2016, p. 176), contorno com o qual também se desenvolveram os subcapítulos anteriores. Os resultados mostrados, como dito, são delimitações empíricas de acontecimentos públicos ligados pelos objetivos das pesquisas e, assim, ganham inteligibilidades teóricas e conceituais.

Além do aspecto pontuado, na leitura do conjunto dos 216 artigos selecionados, percebeu-se que a forma empírica não é a única por meio da qual acontecimentos públicos são organizados nas e pelas pesquisas. A leitura permite dizer que não se tem uma organização pura, apenas uma organização mais evidente devido à ligação com o objetivo final da pesquisa. Isso significa que, além das interações citadas ao longo dos dez subcapítulos anteriores acerca das tipologias

temáticas, os mesmos e/ou outros acontecimentos são organizados por outras interações, não apenas em forma de objeto empírico.

A delimitação do acontecimento público em interação com os elementos das práticas sociodiscursivas, agentes e dispositivos, é a organização típica mais evidente porque estão ligados pelos objetivos finais das pesquisas. Mesmo com a identificação de uma organização principal, neste subcapítulo, serão trabalhadas as outras organizações, as quais serão diferenciadas como **organizações típicas 1, 2 e 3**. O motivo pelo qual se entende ser um procedimento necessário diz respeito à atribuição de qualidade para a organização de acontecimentos públicos segundo processos de aberturas e fechamentos organizacionais, que serão explicados nas próximas páginas.

Primeiro, cabe pontuar a baixa aceitabilidade de artigos científicos submetidos a avaliação coletiva no âmbito da Compós. A contribuição de Bourdieu (1983) é importante para inserir essa variável, pois a aceitação do conhecimento indica ganhos no mercado simbólico das concorrências linguísticas. No caso da Compós, essa dinâmica é acentuada devido à baixa aceitabilidade particular ao evento no qual são aceitos até dez artigos por edição anual, sem obrigatoriedade de alcançar o número. Sob a perspectiva simbólica, o *corpus* desta tese é formado por artigos que, necessariamente, superaram outros no mercado desigual entre capitais científicos.

Com a análise do material e a apresentação dos resultados anteriores, sobretudo com a observação de que não há apenas uma organização pura de acontecimentos públicos; neste texto, serão propostas mais duas organizações típicas. Essas serão apresentadas em ordem de delimitação de acontecimentos públicos, a começar pela organização correspondente aos dados já apresentados, isto é, que se chamará a partir de agora de **organização típica 1 (OT-1)**. A **organização típica 2 (OT-2)** e a **organização típica 3 (OT-3)**, por outro lado, não delimitam o acontecimento público como objeto empírico. Enquanto a OT-2 liga o acontecimento público como variável do argumento teórico, a OT-3 liga o acontecimento público como contexto do tema da pesquisa em C&P. As três são listadas e exemplificadas a seguir:

- o acontecimento público é objeto teórico-empírico (organização típica 1, **OT-1**);
- o acontecimento público é variável do argumento teórico (organização típica 2, **OT-2**);
- o acontecimento público é contexto do tema (organização típica 3, **OT-3**).

Abaixo, as organizações típicas são definidas e exemplificadas:

1. Organização típica 1 (**OT-1** = *acontecimento público é objeto teórico-empírico*): é gerada por interações do acontecimento público com práticas sociodiscursivas, agentes e dispositivos sociotécnicos na e pela pesquisa em C&P. Nesta organização, liga-se o acontecimento público com o objetivo da pesquisa. Os elementos conferem sentido uns aos outros e são transformados (mudança de forma) por perspectivas de análise (conceitos, teorias, metodologias). **Enunciado típico**: “[...] este trabalho analisa tweets publicados por usuários-cidadãos com a hashtag #Eleições2014 entre 19 e 25 de outubro, isto é, na última semana do segundo turno daquele pleito” (ITUASSU & LIFSCHITZ, 2015, p. 1). No enunciado típico da OT-1, o objetivo da pesquisa delimita o acontecimento público [Eleições federais, 2014], os agentes [usuários-cidadão] e os dispositivos sociotécnicos [hashtag #Eleições2014];
2. Organização típica 2 (**OT-2** = *acontecimento público é variável do argumento teórico*): é gerada por interações em que os acontecimentos públicos são variáveis de argumentos teóricos. Nesta organização, o acontecimento público *não* tende a formar o objetivo enunciado da pesquisa, exceto pelo correspondente empírico geral. **Enunciado típico**: “Este artigo trata do jogo político em eleições e no processo político regular que se estabelece pela relação entre governo e congresso e no interior dos partidos” (GOMES, 2003, p. 1). No enunciado típico da OT-2, o objetivo da pesquisa refere-se ao correspondente empírico do acontecimento [em eleições] em relação com modelos explicativos em que o acontecimento público é uma variável do argumento;
3. Organização típica 3 (**OT-3** = *acontecimento público é contexto do tema*): é gerada por interações entre elementos de permanência com acontecimentos públicos ligados para fins contextuais do tema da pesquisa. Na organização típica 3, o acontecimento público *não* tende a formar o objetivo enunciado da pesquisa. **Enunciado típico**: “[**objetivo da pesquisa**] O presente artigo discute o

funcionamento das rádios comunitárias brasileiras e suas relações com o Estado a partir da problemática do espaço. [**acontecimento-contexto**] “Na época da discussão do Projeto de Lei 1.532/96 que deu origem à Lei 9.612/98, uma das propostas era de que a rádio comunitária cobrisse um raio de, no máximo, mil metros” (MALERBA, 2008, p. 1 e 4).

Cada enunciado típico, a título de exemplo, foi extraído de pesquisas diferentes, autônomas entre si e de autores diferentes, para que se sinalizassem os respectivos traços das três organizações típicas pela diferença.

O mesmo exercício pode ser realizado a partir de um mesmo acontecimento que, por diferentes pesquisas, é organizado como objeto teórico empírico (OT-1), como variável do argumento teórico (OT-2) e como contexto (OT-3). Para demonstrar, escolhe-se, primeiro, o acontecimento público *Plano Cruzado* (Brasil, 1986) nas organizações típicas definidas (OT-1, OT-2, OT-3). Veem-se, abaixo, as transações materializadas em três pesquisas autônomas, cada uma com temas próprios, publicados por autores diferentes, em edições diferentes, mas no mesmo âmbito da atividade científica (GT de C&P, Compós). Em cada uma, o acontecimento tende a ser organizado com fins distintos:

- **OT-1, acontecimento público é objeto teórico-empírico:**

A proposta deste artigo, portanto, é analisar a forma como a política aparece na cobertura do Plano Cruzado realizada por *Istoé* e *Veja*, especialmente discutindo o papel legado pelas revistas ao Executivo (FORTES, 2005, p. 2).

No enunciado demonstrativo da **OT-1**, como visto, o acontecimento público é organizado como objeto teórico e empírico em interação com práticas sociodiscursivas (*as práticas sociodiscursivas do jornalismo*), dispositivos sociotécnicos (*as revistas*) e os agentes que exercem as práticas materializadas pelo dispositivo (*Veja* e *IstoÉ*). O acontecimento público assim organizado, quando comparado ao que foi o Plano Cruzado, em nível de fenômeno objetivo, transforma-se não apenas pelas interações com outros elementos, mas por perspectivas teóricas e metodológicas. As práticas sociodiscursivas do jornalismo produzem *enquadramentos*, e o jornalismo é analisado por ser produtor do consenso sobre o Plano Cruzado. No caso da organização típica (1), tende-se a construir enunciados

com o acontecimento público desde o título e, mais importante, no objetivo da pesquisa em que se indica o propósito assumido. Nesta organização, o acontecimento público é delimitado pela pesquisa, tornando-se a precondição das escolhas da análise propriamente científica.

A organização típica (2) será exemplificada com o mesmo acontecimento (Plano Cruzado, Brasil, 1986), organizado de outra forma, conforme o enunciado abaixo:

• **OT-2, acontecimento público é variável para o argumento teórico:**

Por outro lado a transição democrática em curso na década de 80, e de modo especial a esperança nacional festejada como a Nova República e o Plano Cruzado ofereciam o contexto ideal para uma simbólica da ruptura (CARVALHO, 2001, s/p).

Na **OT-2**, o enunciado acima demonstra duas categorias abstratas (*simbólica da ruptura e esperança*), organizadas pelo acontecimento público e, portanto, transforma-se o Plano Cruzado em correspondência empírica de ambas as abstrações. Na organização típica (3), os acontecimentos públicos são variáveis para o argumento teórico. Além dessa característica típica, que é estruturalmente observada ao longo do corpo do texto de artigos, observa-se também a condição genérica do acontecimento em forma de objetivo da pesquisa. A ocorrência se dá, sobretudo, quando se denota a eles o estatuto de instituição genérica (“as eleições”), dada como uma categoria singular coletiva, assim como ocorre, comumente, com os termos “sociedade” ou “mídia”. Enunciados assim são típicos da OT-2, pois aludem referencialmente ao acontecimento, mas não o singularizam como objeto empírico.

Por fim, o mesmo acontecimento (Plano Cruzado, Brasil, 1986) será explicado pela organização típica 3:

OT-3, acontecimento público é contexto do tema:

A luta por anistia, por diretas, a própria expectativa que se gerou com a eleição de Tancredo Neves no colégio eleitoral, a mobilização gerada pelo Plano Cruzado durante o governo Sarney, a eleição presidencial de 89 (quando os três principais candidatos - Collor, Lula e Brizola - apareciam como oposição a tudo e encarnavam o desejo de mudanças), a campanha pelo impeachment de Collor, a primeira eleição de FHC (quando o Plano Real e sua nova moeda apareciam como a mudança já em curso) (ALMEIDA, 2003, p. 6).

No enunciado demonstrativo da **OT-3**, por fim, o mesmo acontecimento público, em nível de fenômeno (o *Plano Cruzado*), contextualiza outro tema da pesquisa que, no

caso, é a propaganda eleitoral nas eleições de 2002, no Brasil. No texto analisado, buscou-se descrever uma certa conjuntura, a saber, o Brasil redemocratizado, cuja descrição é organizada pela fatualidade do acontecimento. No caso da organização típica (2), tende-se a construir enunciados com acontecimentos públicos com alto grau de simbolização, chancelados pela história e imediatamente reconhecidos quando lidos, para contextualizar o tema da pesquisa. Nesse tipo de organização, os acontecimentos públicos são auxiliares do objetivo final da pesquisa, mas não o formam.

Demonstram-se, acima, as transações não cronológicas em que o acontecimento público é organizado com fins diferentes, condizentes com as organizações típicas, em pesquisas apresentadas e publicadas em anos igualmente diferentes. Intitulam-se organizações típicas, pois funcionam como núcleos de inter-relação entre elementos. Em Morin (2016), o conceito de organização é nuclear e gerador porquanto combina diversidade em um todo organizado. É, assim, unidade e diversidade combinadas. Embora a dinâmica inerente a sua definição, é por meio da organização que se mantém uma identidade pela permanência.

Assim, consideram-se três organizações típicas de acontecimentos públicos porque são as ligações objetivas (como objetos teórico e empíricos, como variáveis de argumentos ou como contextos) que multiplicam acontecimentos públicos nas e pelas pesquisas em C&P; ao mesmo tempo, dividem-se em determinações mais e menos significativas para a produção de conhecimento.

Outro motivo pelo qual se considera a ideia de organização típica é baseado na possibilidade de qualificá-la por aberturas e fechamentos, um aspecto que ainda será reconhecido na próxima análise. Nas palavras de Morin, “a organização viva abre-se para se fechar (assegurar a sua autonomia, preservar a sua complexidade) e fecha-se para se abrir (trocar, comunicar, regozijar-se...)” (2016, p. 169). Ambos os processos são, para Morin, organizacionais.

Entender as atividades do grupo pelas organizações típicas de acontecimentos públicos tem a ver com a identificação de quais acontecimentos, entre todos os apresentados nos subcapítulos anteriores, julgados aqui pela marcação de uma diversidade de temas, provocam fechamentos e aberturas organizacionais da atividade científica escolhida que funciona, prioritariamente, por dinâmicas coletivas. O caráter coletivo do espaço de debate é o fio condutor para a proposição sobre aberturas e fechamentos organizacionais porque, nos textos científicos, os acontecimentos públicos aqui analisados ganham uma segunda vida, em alusão ao termo utilizado por Quéré.

O caráter coletivo do espaço de debate é o fio condutor para a proposição sobre aberturas e fechamentos organizacionais porque, nos textos científicos, os acontecimentos públicos ganham uma segunda vida (QUÉRÉ, 2012). A partir da simulação lógica, os acontecimentos públicos e as três organizações típicas serão questionados em detrimento das práticas científicas do GT de C&P da Compós (2000-2021) sob os seguintes critérios: 1) o ano da apresentação e publicação de artigos científicos ao longo do recorte estipulado; 2) as organizações típicas associadas aos acontecimentos públicos; 3) as tipologias temáticas atribuídas aos acontecimentos públicos. Diferentemente dos subcapítulos anteriores, nos quais foram identificados os acontecimentos ligados aos objetivos da pesquisa, correspondentes da OT-1, serão consideradas também as outras organizações (OT-2 e OT-3).

6.3.1 Perspectiva sistêmica: aberturas e fechamentos

A partir dos resultados anteriores, derivados da análise de artigos científicos apresentados e publicados nos anais do GT de C&P (Compós, 2000-2021), será explicada a perspectiva sistêmica das práticas científicas do GT ao organizar acontecimentos públicos de três formas típicas (organizações típicas: **OT-1, OT-2, OT-3**). Todos os artigos aceitos no GT de C&P compõem um sistema formado por

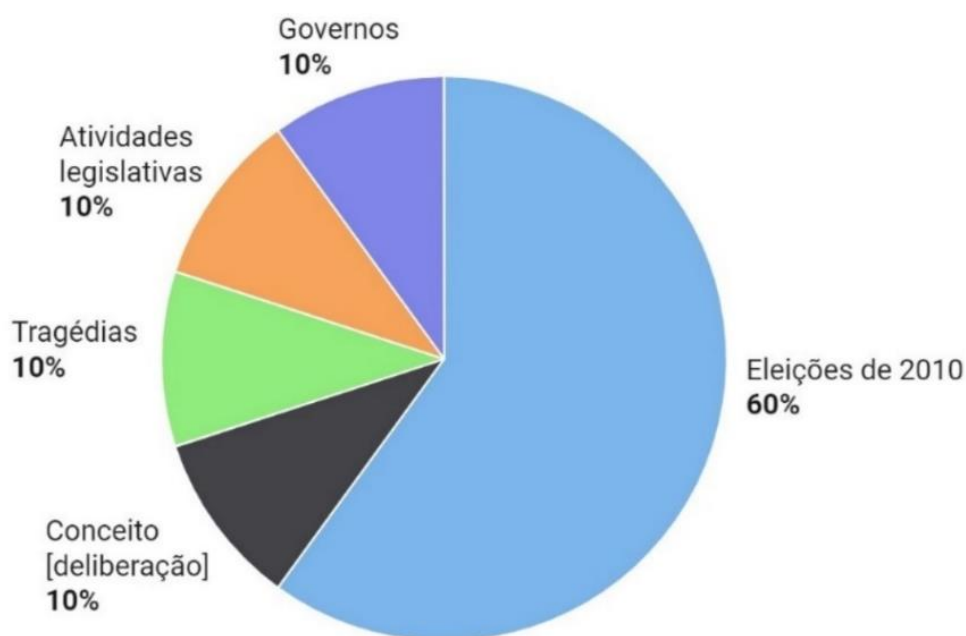
subsistemas, que são as edições anuais do evento, de 2000 a 2021. A leitura sistêmica almeja colocá-los em relação com as organizações típicas de acontecimentos públicos, a ser demonstrada neste subcapítulo.

Em termos de tipologias temáticas, considera-se uma abertura organizacional a diversidade de temáticas de acontecimentos públicos, reunidos em dez temas: **1) Eleições; 2) Governos; 3) Recessões e planos econômicos; 4) Atividades legislativas; 5) Escândalos políticos; 6) Manifestações sociais; 7) Tragédias; 8) Polêmicas e ofensas públicas; 9) Reposicionamentos de imagem; 10) Exibições culturais.** Por temas diversos, a própria noção da política que dá nome à interface comunicação e política é ampliada para a diversidade dos processos sociais e culturais. Por isso, a diversidade de acontecimentos é aqui avaliada pela abertura aos temas.

Assim como a abertura organizacional pode ser identificada pela diversidade de tipologias temáticas, são observados processos de fechamento organizacional, pois se percebeu a concentração de certos acontecimentos públicos com quantitativo superior a outros. A concentração é observada quando, em uma mesma edição do evento analisado, o mesmo acontecimento público é concentrado em, pelo menos, mais da metade de pesquisas aceitas no GT. A ideia de fechamento é baseada no número restrito de artigos aceitos nessa esfera específica das práticas científicas, cujo total é de até dez artigos por ano. Tem-se em mente o fato de que uma análise de textos considerados científicos pressupõe a aceitabilidade desses em face às regras do campo ao qual estão submetidos. A aceitabilidade, por sua vez, deixa subentendida a rejeição de outros temas de pesquisa.

A partir da ideia de que uma *organização viva* contempla processos de abertura e fechamento, sugere-se que a concentração elevada do mesmo acontecimento público representa um fechamento nele mesmo. No ano de 2011, constatou-se em 60% das pesquisas apresentadas e publicadas nos anais do GT de C&P (Compós, 2011) a ligação das *Eleições de 2010* por duas organizações típicas (OT-1 e OT-2). A correspondência quantitativa ocorre em 2011, isto é, no ano imediatamente posterior à ocorrência do acontecimento público. Na próxima Figura, projeta-se a totalidade das pesquisas apresentadas no GT de C&P e publicadas nos anais da edição de 2011 da Compós, sendo a parte de significativo valor quantitativo formada pelo mesmo acontecimento, as *Eleições de 2010*.

Figura - 2 Distribuição de tipologias de acontecimentos públicos da edição de 2011 do GT de C&P Compós



Fonte: Elaboração própria com base em **dez** artigos científicos³⁹ publicados nos anais do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação & Política da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação no ano 2011.

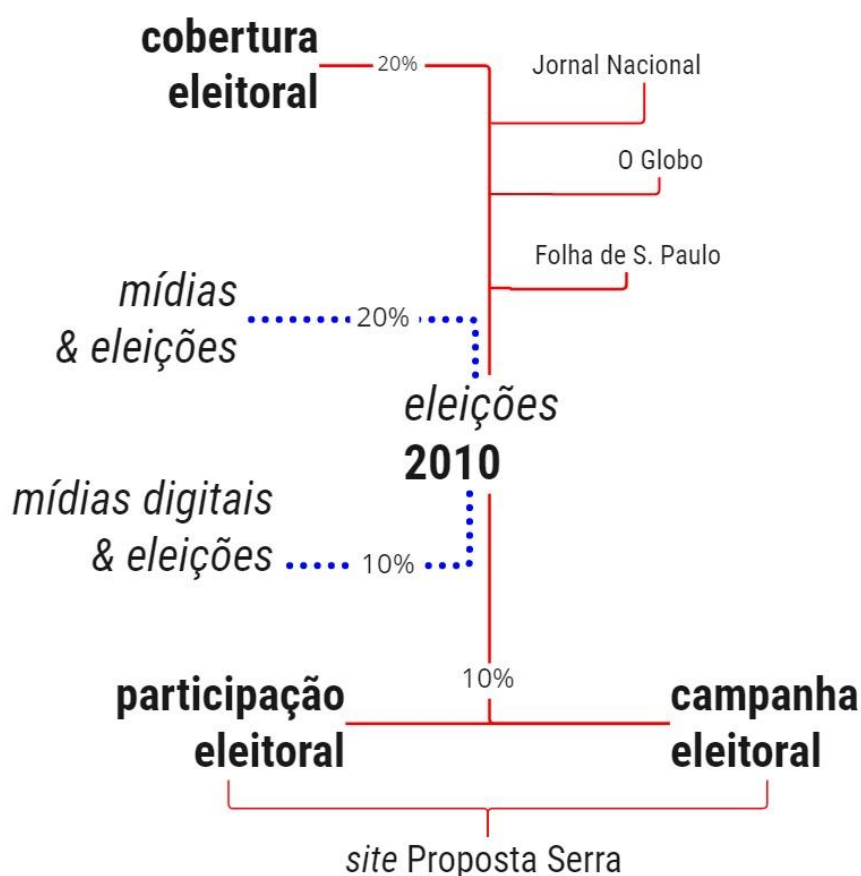
Com o total de 60% de concentração do acontecimento público *Eleições de 2010*, na edição de 2011 dos debates do GT de C&P (Compós), o acontecimento é organizado como objeto empírico (OT-1) e variável do argumento teórico (OT-2),

³⁹ Ver **Apêndice A** – (AGGIO, 2011); (ALBUQUERQUE, 2011); (MIGUEL & BIROLI, 2011); (CUNHA, QUEIROZ & LAGAZZI, 2011); (ITUASSU, 2011); (LATTMAN-WELTMAN, 2011); (LOCATELLI & WEBER, 2011); (MARQUES & SAMPAIO, 2011); (MENDONÇA, 2011); (VAZ & CARDOSO, 2011).

sendo o primeiro mais delimitado e o segundo menos delimitado. Por um lado, identificam-se práticas específicas em interação com acontecimentos públicos (em OT-1); por outro, as interações são ampliadas (e menos delimitadas) porque são variáveis (OT-2) de que algo mudou no estado de coisas que se conhecia até então sobre as eleições. Especificam-se as seguintes interações na Figura abaixo, seguida pela explicação da noção de fechamento:

Figura - 3 Organizações típicas do mesmo acontecimento em interação com elementos diferentes (Compós, 2011)

- (OT-1) acontecimento = objeto teórico e empírico (+)
- (OT-2) acontecimento = variável do argumento teórico (+-)



Fonte: Elaboração própria com base em seis artigos científicos⁴⁰ publicados nos anais do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação & Política da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação no ano 2011.

⁴⁰ Ver **Apêndice A** – (AGGIO, 2011); (ALBUQUERQUE, 2011); (MIGUEL & BIROLI, 2011); (ITUASSU, 2011); (LATTMAN-WELTMAN, 2011); (MARQUES & SAMPAIO, 2011).

A ideia de fechamento, lida nesta análise pela concentração do mesmo acontecimento público em mais da metade das pesquisas, significa um fechamento em que alta concentração de um mesmo acontecimento fecha as possibilidades para que outros ingressem, sobretudo, com o baixo número de aceitabilidade da esfera da prática aqui estudada (GT de C&P, Compós). Ao mesmo tempo, como visto na Figura, a organização do acontecimento em interação com elementos diversos em termos de práticas, agentes e dispositivos, significa também uma nova abertura qualitativa mediante o fechamento quantitativo. A concentração de 60% do acontecimento *Eleições de 2010* é, portanto, um processo de fechamento organizacional pela repetição do acontecimento que, nas atividades do GT de C&P da Compós, é marca de superação de outros possíveis concorrentes. Retroativamente, em referência ao princípio do paradigma da complexidade, sobretudo por ser ativa a organização de acontecimentos públicos, o fechamento gera abertura pelas diferentes práticas, agentes e dispositivos, detalhados na Figura anterior, segundo pontos de vista de tradução do acontecimento.

De acordo com o levantamento, entende-se que os elementos em interação com acontecimentos públicos corroboram a ideia de abertura organizacional, pois a delimitação produz a diferença. Se colocado em interação com as práticas do jornalismo ou com as práticas da participação, por exemplo, o mesmo acontecimento será lido, conceitual e empiricamente, segundo categorias próprias a cada prática. Assim, na edição de mesmo ano (2011), o GT de C&P fecha-se pelo mesmo acontecimento público organizado na e pela pesquisa, mas abre-se pelos diferentes recortes e objetivos, ora mais empírico, ora mais teórico, ora mais inferencial ou exploratório.

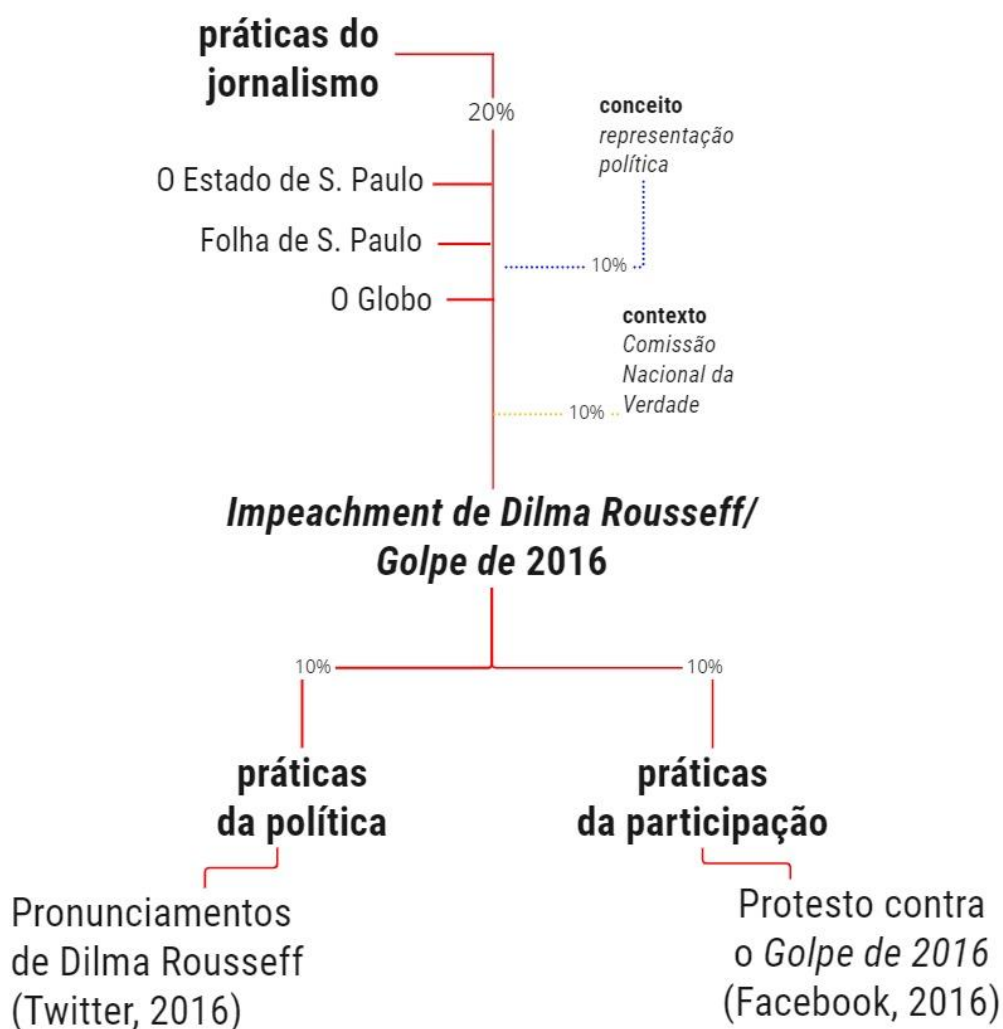
O procedimento de análise com o objetivo de identificar fechamentos e aberturas organizacionais, realizado a partir de artigos científicos apresentados e publicados nos anais do GT de C&P (2000-2021), será repetido a fim de demonstrar, desta vez, as três organizações típicas segundo o mesmo acontecimento público de um mesmo ano.

Na edição de 2017, a tipologia com maior concentração foi a de **Escândalos políticos** com o acontecimento público *Impeachment de Dilma Rousseff/Golpe de 2016*, segundo três organizações típicas: como objeto teórico e empírico (**OT-1**); como variável do argumento teórico (**OT-2**), no caso, o conceito de representação política; e como contexto de outro tema de pesquisa (**OT-3**), no caso, a comunicação da

Comissão Nacional da Verdade (CNV). Na Figura abaixo, são descritos os outros elementos em interação com o acontecimento.

Figura - 4 Organizações típicas do mesmo acontecimento em interação com elementos diferentes (Compós, 2017)

- + ● OT-1 = acontecimento como objeto teórico e empírico
- + - ● OT-2 = acontecimento como variável do argumento teórico
- ● OT-3 = acontecimento como contexto de outro tema da pesquisa



Fonte: Elaboração própria com base em **seis** artigos científicos⁴¹ publicados nos anais do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação & Política da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação no ano 2017.

⁴¹ Ver **Apêndice A** – (MATOS NETO, DOURADO & ROCHA, 2017); (GARCÊZ, 2017); (SANGLARD, 2017); (MARQUES, MONT'ALVERNE & MITOZO, 2017); (SAMPAIO, RIZZOTTO & PRUDENCIO, 2017); (SANTOS & CHAGAS, 2017).

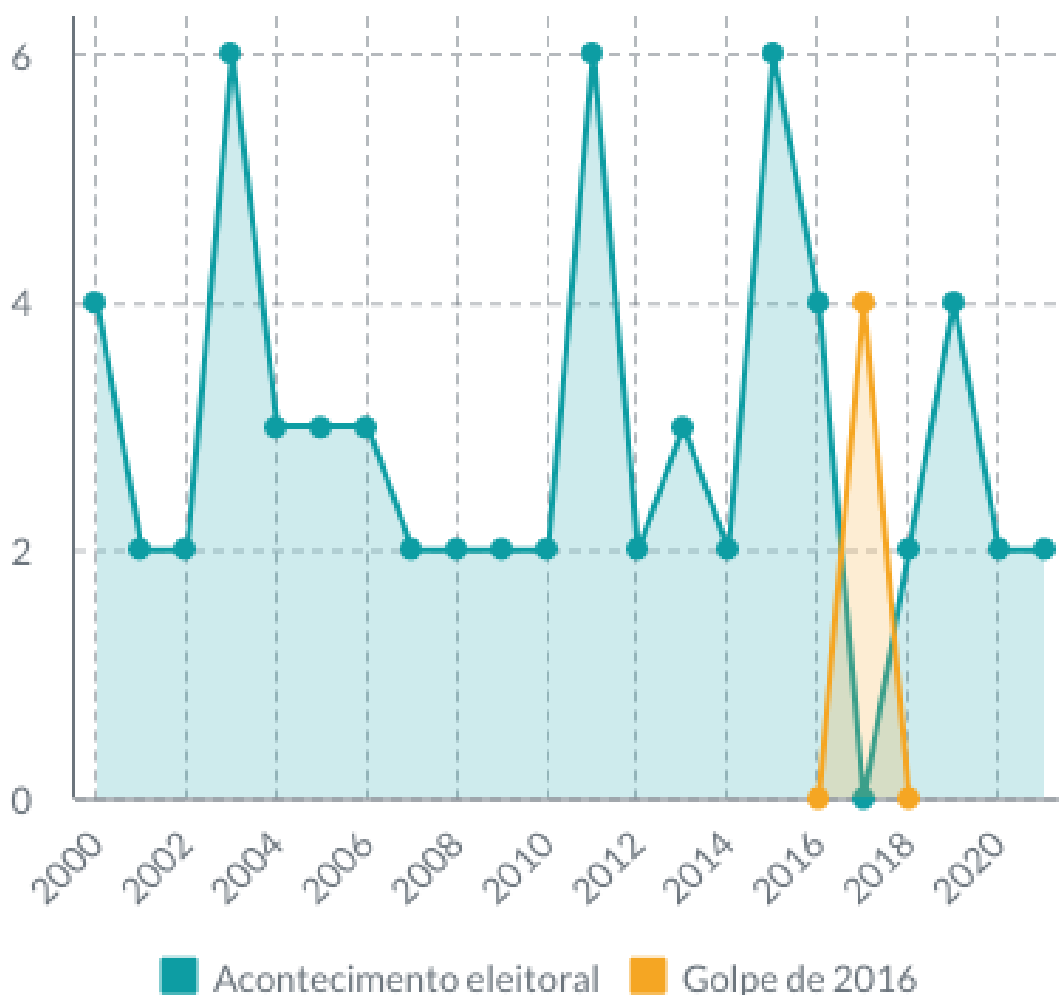
Na Figura, o mesmo acontecimento público é, novamente, diferenciado pelas interações entre elementos, que singularizam cada abordagem empírica. Nos moldes da **OT-1**, o acontecimento *Golpe de 2016* é organizado em interação com as práticas da política, do jornalismo e da participação política; sendo assim, emergem agentes que exercem essas práticas e dispositivos próprios a cada ação, conforme sinaliza-se, em vermelho, na Figura acima.

Na pesquisa de **OT-2**, o conceito de representação, forjado autonomamente ao acontecimento *Golpe de 2016*, atualiza-se pela organização da pesquisa em que há referência à realidade comum observada e mobilizada como variável no estado de coisas sobre a representação política que, como dito, é uma elaboração conceitual independente. Já na pesquisa da **OT-3**, a ligação é contextual e particular a outro tema de pesquisa, que não o *Golpe de 2016*, mas a *Comissão Nacional da Verdade*, na qual o primeiro é enunciado como descrição do cenário do segundo.

Apesar de o acontecimento gerar, assim como as *Eleições de 2010*, uma concentração significativa, deve-se notar que, entre 2000 e 2021, o ano 2017 é o único em que o acontecimento eleitoral não é organizado nos moldes da **OT-1**, isto é, como objeto teórico e empírico. Dessa maneira, mesmo com a prevalência quantitativa, há traços de abertura em que o acontecimento que se impõe temporal, social e politicamente, cuja força é marcada pela tipologia do **Escândalos políticos**, deslocando a tradição das pesquisas em C&P com foco eleitoral.

Por ser o evento da Compós um mercado linguístico concorrido (BOURDIEU, 2003), em que apenas dez artigos são aceitos por edição anual, a análise dos acontecimentos *Eleições de 2010* e *Golpe de 2016* foi estipulada pelo critério quantitativo de concentração de cada acontecimento em um mesmo ano do evento, sendo o ano imediatamente seguinte da emergência do acontecimento como fato político da realidade social, nos anos 2011 e 2017.

Figura - 5 Concentração do acontecimento Impeachment/Golpe de 2016, da tipologia **Escândalos Políticos**, na edição de 2017 (GT de C&P, Compós)



Fonte: Elaboração própria com base em artigos científicos apresentados e publicados no GT de C&P (Compós, 2000-2021).

A Figura é uma visualização do que se entende como uma abertura gerada pela organização do acontecimento público. Os anos dispostos na linha horizontal correspondem ao recorte temporal da análise, de 2000 a 2021, intervalo no qual a

tipologia **Eleições** (municipal, estadual e/ou nacional) foi objeto das pesquisas em C&P. Na edição do GT de C&P, no ano 2017, o acontecimento Impeachment/Golpe de 2016 (em amarelo) provoca uma abertura porque é organizado como objeto empírico (OT-1) de quatro trabalhos. A abertura é avaliada pelo caráter concentrador do mesmo acontecimento, o Impeachment/Golpe de 2016, da tipologia **Escândalos políticos**, no lugar da concentração habitual de acontecimentos públicos da tipologia **Eleições**. De 2000 a 2021, o ano 2017 foi a única vez em que esse movimento foi constatado. Nas edições, ocorre a inserção de acontecimentos de outras tipologias, mas sem a concentração quantitativa de 40% ou mais.

Com esta análise, são percebidos diferentes contornos de acontecimentos públicos organizados nas e pelas pesquisas cujas delimitações singulares em práticas, dispositivos e agentes permitem diferentes olhares científicos.

Ainda que a diversidade temática seja qualitativamente relevante em termos de abertura, o fechamento na tipologia **Eleições** é lido aqui pelo processo de assegurar e manter o interesse científico em um acontecimento tradicionalmente reconhecido como representativo do conhecimento em C&P. O fechamento garante, assim, a identidade pela qual o grupo é reconhecido pelos pares como vozes legítimas que expressam o conhecimento sobre acontecimentos sazonais, como são as eleições em sociedades democráticas.

A abertura do sistema é, então, constatada quando um acontecimento público de nível nacional, em que estava em jogo a destituição do segundo governo de Dilma Rousseff (2016), se impõe espacial e temporalmente, sendo organizado como objeto empírico nas e pelas pesquisas no ano seguinte da ocorrência factual, na edição de 2017. Há, nesse movimento, uma abertura desse mesmo sistema.

Em vias conclusivas da **Parte I** da análise, dedicada à virada complexa, pode-se afirmar que não são todos nem quaisquer acontecimentos que provocam aberturas e fechamentos, mas aqueles que se impõem temporalmente ao observador, que compartilha essa temporalidade com o acontecimento público, organizando-o como objeto empírico na edição imediatamente posterior.

A desordem do acontecimento público que se impõe temporalmente, ao ser organizada nas e pelas pesquisas, gera auto-organização das práticas científicas e do conhecimento em C&P. O objetivo da **Parte II** da análise faz a transição entre a virada complexa e a hermenêutica para aprofundar a problemática referente ao auto-organizar-se pela organização de acontecimentos públicos. Questiona-se: como a organização de acontecimentos públicos nas e pelas pesquisas manifesta um poder-agir científico em Comunicação & Política? Problema a ser investigado no próximo capítulo.

7 PARTE II: VIRADA HERMENÊUTICA

No capítulo anterior, a análise dos artigos apresentados GT de C&P da Compós (2000-2021) e publicados nos anais do evento foi realizada em virtude da identificação de elementos em interação com acontecimentos públicos organizados nas e pelas pesquisas e da construção de organizações típicas. As organizações típicas também serão retomadas ao longo do presente texto, dedicado à virada hermenêutica cujo objetivo é compor encadeamentos de acontecimentos públicos entre pesquisas ao longo dos 21 anos do recorte temporal estipulado.

Entre os resultados da primeira análise, apresentados no capítulo anterior, foram identificados certos acontecimentos públicos organizados nas e pelas pesquisas em C&P com maior concentração do que outros, sendo esses analisados em termos da abertura e do fechamento sistêmicos. A partir de agora, na **Parte II**, a ser apresentada neste capítulo, o mesmo *corpus* será analisado pelos termos dos encadeamentos entre artigos científicos e autores ao longo de 21 anos das atividades do GT de C&P da Compós (2000-2021). A emergência do acontecimento público organizado será investigada na condição de permanecer e afluir no sistema.

As observações de que não são todos, nem quaisquer acontecimentos que provocam aberturas e fechamentos no sistema constituído, serão aprofundadas ao longo deste capítulo porque, de acordo com as contribuições de Ricoeur (2010a), a configuração narrativa revela uma outra experiência temporal pelas atividades de escrita e de leitura. Ambas são constituintes de práticas científicas e, por isso, dedica-se um novo capítulo para a composição entre pesquisas heterogêneas, publicadas por autores e em anos diferentes do GT. O processo de criação dos encadeamentos leva em consideração a atividade mimética, proposta por Ricoeur (2010a), em que o agir humano é compreendido desde a prefiguração (mímesis I) até a refiguração pela leitura (mímesis III), mediado pela configuração da narrativa (mímesis II).

Os encadeamentos serão criados com base nas três mímesis porque essas permitem analisar os artigos científicos pelo conjunto, que é resultante de práticas científicas exercidas em comunidade. O exercício das práticas em comunidade permite conjugar os artigos científicos de autores e datas diversas, cujo

encadeamento produzirá, conforme a análise que segue, uma composição inteligível entre tipologias de acontecimentos esperados e inesperados.

A obra de Ricoeur é igualmente basilar, pois o diálogo entre narrativa e temporalidade, duas categorias por ele investigadas, é orientador para a composição dos encadeamentos entre acontecimentos esperados e inesperados porque apenas em narrativa se reconstitui a temporalidade dos acontecimentos. Os acontecimentos, tanto os esperados quanto os inesperados, são comuns aos problemas da temporalidade porque a emergência e a permanência, quando analisadas nas e pelas pesquisas, se dão em um certo espaço-temporal do debate científico exercitado pela comunidade do GT de C&P da Compós, entre 2000 e 2021. A temporalidade do acontecimento é indissociável com a temporalidade do discurso que o enuncia, como afirma Ricoeur. Portanto, a análise parte da constatação de que a prefiguração do agir, a configuração da narrativa e a refiguração pela leitura de acontecimentos públicos organizados nas e pelas pesquisas são etapas associadas com o espaço de debate em que o conhecimento é tornado público.

Pelo viés do texto, o acontecimento é definido por Ricoeur pela dialética entre discordância e concordância: “é fonte de discordância, quando surge, e fonte de concordância porque faz a história avançar” (2014, p. 148). A discordância e a concordância, emprestadas do modelo aristotélico, é mediada pela ação de compor a “síntese do heterogêneo” (2014, p. 147), em que a rede conceitual do agir humano é ligada a uma história inteligível. Estão postas, no modelo aristotélico, mantido em Ricoeur, a necessidade e a verossimilhança em que determinada ação é possível de ser realizada em dada cultura.

Para Ricoeur, compor é uma operação de criação da qual se estabelece um antes e um depois pelo próprio texto e para fora do texto, quando se inclui o leitor nessa atividade. Não são as sucessões ou as ocorrências ininterruptas, mas os encadeamentos necessários e verosímeis que permitem uma composição inteligível, constituindo-se em narrativa. São, assim, três estágios: a mimesis I, II e III, que, em seguida, serão trabalhadas com a análise dos artigos científicos apresentados no GT de C&P da Compós (2000-2021), formadores do *corpus* desta tese.

7.1 Prefiguração: as cenas públicas

Determinante para o desenvolvimento desta tese, o caráter público do acontecimento pressupõe a ação de torná-lo público mediante práticas sociodiscursivas exercidas por agentes na relação com usos sociais e políticos de dispositivos sociotécnicos. Segundo o conjunto de acontecimentos públicos das dez tipologias temáticas⁴², os quais também geram fechamentos e aberturas, busca-se produzir encadeamentos entre artigos científicos de autores diferentes, publicados em anos diferentes, no âmbito das atividades do GT de C&P da Compós, entre 2000 e 2021. O objetivo é compor encadeamentos entre artigos científicos de temas autônomos, entre organizações típicas de acontecimentos públicos e entre tipologias de acontecimentos públicos na e pela pesquisa em C&P, publicados em anos distintos ao longo do recorte temporal selecionado.

As práticas sociodiscursivas são aqui compreendidas pelo poder-fazer e pelo poder-saber-fazer, explicadas por Ricoeur (2014) na síntese de *poder-agir*. Tais ações são sempre interações com os outros, sem que essas denotem de antemão uma qualidade, isto é, segundo Ricoeur, adotam formas “da cooperação, da competição ou da luta” (RICOEUR, 2010a, p. 98). Por isso, ao se ter a emergência de acontecimentos públicos nas cenas públicas, têm-se interações amistosas e conflitivas em torno da significação primeira desses acontecimentos. O fato de que, em interação com acontecimentos públicos, constam tais práticas sociodiscursivas, organizadas nas e

⁴² 1) Eleições; 2) Governos; 3) Recessões e planos econômicos; 4) Atividades legislativas; 5) Escândalos políticos; 6) Manifestações sociais; 7) Tragédias; 8) Polêmicas e ofensas públicas; 9) Reposicionamentos de imagem; 10) Exibições culturais. Ver Parte I – **Virada Complexa**.

pelas pesquisas, significa que são práticas que se desenvolvem com regras constitutivas, “em vistas de algo”, com causas e finalidades.

Com base na mimesis I, delinea-se, neste subcapítulo, o cenário de acontecimentos públicos. Na sociedade brasileira dos últimos 21 anos, limite em que está imersa a maioria dos acontecimentos públicos organizados na e pela pesquisa como objetos empíricos (GT de C&P, Compós, 2000-2021), o agir humano envolve agentes em relação com diferentes redes de comunicação, motivados por interesses públicos ou privados, antagônicos e conflitivos, atravessados por dinâmicas dos poderes políticos, econômicos e midiáticos. O impacto concreto de acontecimentos públicos na vida em sociedade é elemento estimulante e motivador para o ingresso de agentes em espaços de discutibilidade. Na metáfora das redes, elaborada por Weber (2017), são pontuadas dez redes compostas por nós, conexões e extensões de agentes reunidos por interesses comuns e distanciados pela rejeição do interesse do outro.

Um acontecimento pode se impor às redes mobilizando informações e opiniões “que fortalecem determinados arranjos sociais [...]” e exibem “agregação, união, proximidade para que os públicos se façam ouvir, se façam ver como defensores, críticos ou contrários” (WEBER, 2017, p. 45). Intensificam-se, assim, os contatos entre divergentes visões de mundo evocadas pela emergência do acontecimento público. As experiências e os modelos democráticos possibilitam maior participação social, e as invenções tecnológicas viabilizam externalizar opiniões diversas sem mediações especializadas. Entretanto, conforme Weber (2017), apesar das condições contextuais favoráveis, entre elas, a manutenção do exercício da liberdade de opinar, oriundo dessas invenções, a voz da sociedade “não rompe a impermeabilidade dos poderes se estes não estiverem realizando um debate verdadeiro” (2017, p. 31).

A qualificação de debate verdadeiro torna o conceito um operador de análise. Para que determinado fenômeno seja assim qualificado, requer-se, como premissa necessária, a configuração de argumentos racionais. Se efetuada, elevam-se a visibilidade e a discutibilidade, sendo a segunda criada, necessariamente, por processos argumentativos com qualidade racional (GOMES, 2008). Sobre a condição de configurar o debate público, Gomes (2008) atribui às mídias uma função fundamental, a ponto de atualizar o conceito habermasiano de esfera pública com a

formulação da esfera de visibilidade pública, cuja definição abrange a cena de visibilidade criada pelas mídias:

É justamente o sistema expressivo formado pelo conjunto de emissão dos meios de comunicação que constitui a esfera da visibilidade pública, tornando disponível ao público, ou ao sistema dos seus apreciadores, uma espécie de quadro do mundo (GOMES, 2008, p. 143).

Não será a possibilidade de mais visibilidade midiática, nem a possibilidade de mais participação dos indivíduos por meio de tecnologias, que, conseqüentemente, gerará mais debates verdadeiros. Conceituada pela noção de “paradoxo da visibilidade” (WEBER, 2017), a tensão se traduz nas dinâmicas complexas entre interesses defendidos por diferentes agentes, cujas práticas remontam diferentes campos, como o jornalístico, o político-partidário, o publicitário, o propagandístico, o econômico, entre outros. Em certos casos, não se inibem os interesses privados na ação de tomar parte para si das discussões públicas.

Imersos nos paradoxos da visibilidade, os acontecimentos públicos agem e padecem entre interesses. No viés pragmatista, afirmar que o acontecimento age significa indicar a afetação a um coletivo de pessoas e o padecimento do acontecimento ao ser transformado em objeto por práticas sociodiscursivas (QUÉRÉ, 2012). Lembra-se, novamente, o argumento de Quéré (2012), pois não se trata da desrealização do acontecimento caso não ganhe a proporção pública de visibilidade. Independentemente da visibilidade, o que acontece *acontece* a alguém e marca experiências pessoais e coletivas. A variável pública aqui estudada não desconsidera o acontecimento existencial, apenas admite a diferença imposta pelo caráter público, integrante do tema desta tese, que emerge e imerge entre paradoxos da visibilidade. Acontecimentos públicos, portanto, assim conformados, relacionam-se com as esferas de visibilidade pública, das quais dependem para se dimensionarem no debate público.

Levando em consideração desníveis e paradoxos da visibilidade, ser visto e ser ouvido, na qualidade de tomar parte de acontecimentos públicos nas cenas públicas, é uma ação que ganha estatuto de prática dotada de significação. Práticas, para Ricoeur (2014), diferenciam-se de ações isoladas por estarem inclusas em uma cadeia longa com outras ações que as significam em uma unidade de configuração. Mover um peão sobre o tabuleiro, exemplifica o autor, deixa de ser apenas um gesto quando é considerada a prática do jogo de xadrez em que o gesto significa um lance na

partida: “O lance não existiria, com essa significação e esse efeito na partida, sem a regra que ‘constituiu’ o lance como fase da partida de xadrez” (RICOEUR, 2014, p. 163).

Ofícios dos mais diversos, como é o xadrez, exemplificado acima, ou como são as práticas identificadas em interação com acontecimentos públicos, organizadas na e pela pesquisa em C&P (as práticas do jornalismo, da propaganda, da política, da participação social, das celebridades, do mercado), incluem-se nas cenas públicas por cadeias de ações com sentidos particulares e derivam de regras constitutivas ao mesmo tempo que essas podem ser quebradas.

Candidatos políticos no exercício da prática de propaganda eleitoral não apenas falam em público, mas prometem, se comprometem, asseveram. Jornalistas no exercício da prática não apenas relatam, mas noticiam, enquadram, entrevistam, testemunham. Governantes no exercício da prática política não apenas gerenciam, mas representam, convocam, deliberam. Eleitores no exercício da participação não apenas votam, mas argumentam, decidem, defendem.

Além de agentes, são igualmente padecentes e interagentes uns com os outros. Candidatos políticos no exercício da prática de propaganda eleitoral prometem algo aos singulares coletivos, ao mesmo tempo, são contestados, interpelados, credibilizados ou descredibilizados por jornalistas e adversários políticos. Recebem e oferecem apoio; criam alianças com e contra os outros; são denunciados por desafetos, orientados por profissionais de campanha, regulados por práticas da justiça. Vendem-se e são comprados em imagem e valores. Defendem-se, mas também acusam.

Jornalistas no exercício da prática selecionam e hierarquizam as agendas sociais e políticas, ao mesmo tempo, são agendados por elas. Trabalham em nome do interesse público, mas também do interesse privado que move as empresas a que estão subordinados. Questionam agentes políticos e têm seus valores de imparcialidade e objetividade questionados por esses e pela sociedade. Isentam-se, mas votam como todo cidadão. Cumprem função social, mas também de competição por audiência.

Governantes engradem-se pela oratória, a qual pode também causar interpretações não imaginadas. Exibem-se a si mesmo e têm exibidos seus segredos. Dependem das mídias externas, mas criam e financiam os próprios meios. São salvos

por parceiros políticos, mas traídos pelos mesmos que os salvaram. São elegidos pela sociedade e criticados por ela. Promovem políticas públicas, porém atendem aos desejos do mercado.

A sociedade participa da política institucional, ao mesmo tempo é excluída das decisões que lhe dizem respeito. Manifesta-se contra mandos de gestores e sofre pelos desmandos destes. Informa-se pelo jornalismo, mas julga a parcialidade das notícias que lê. Cria novas formas de expressão online, mas é subordinada às lógicas de algoritmos e empresas de tecnologia.

Todas as ações e padecimentos acima citados, quando são realizadas no âmbito das práticas, só são compreendidas devido ao prévio conhecimento de regras constitutivas, que são sempre coletivas e sociais. A identificação de que, ao agir de certo modo, determinado agente público está em interação com situações que o precedem e o procedem, por exemplo, faz parte do que Ricoeur define como prefiguração da ação, a mimesis I. Ações com significação tornam-se práticas prefiguradas das quais se espera um certo tipo de postura. A quebra de decoro; assumir-se parcial em uma cobertura noticiosa; ofender o eleitor; atentar contra a vida de um candidato; são exemplares de ações que só são significadas porque desses mesmos agentes se espera um tipo de agir condizente com determinada prática.

Assim como no caso do xadrez, exemplificado por Ricoeur (2014), em que o jogador não apenas move uma peça, mas produz um lance em uma partida, as práticas de tomar parte do acontecimento público, antes de serem configuradas em texto, são prefiguradas (logo, são pré-narrativas) com base nas regras constitutivas de cada uma delas, que as elevam em nome de uma prática realizada “em vista” de algum objetivo: do jornalismo, da política institucional, da participação social, da propaganda política, das celebridades, do mercado.

O agente X que faz Y assim o faz em interação com outros agentes e isso provoca, especialmente nas cenas públicas, uma “competição entre programas narrativos” (RICOEUR, 2014, p. 167). Por isso, com destaque às interações diversas, visões de mundo complementares e antagônicas estão em condição de visibilidade e de debate público mediante o ímpeto de tomar parte de acontecimentos públicos, cujas emergências instauram pontos de referência no tempo e no espaço para que diferentes programas narrativos *apareçam*. O aparecimento não é de outra forma, senão pelas práticas que se podem reconhecer pelas regras constituintes (RICOEUR, 2014).

Por ser público, o acontecimento possibilita múltiplas interações, apesar das condições desiguais entre práticas e agentes. As posições sociais entre as dinâmicas de poder resultam em mais e menos visibilidade de visões de mundo nas cenas públicas, gerando interações desiguais no debate público. Considerada a disparidade, cabe afirmar a dimensão do acontecimento que resguarda a ideia do inesperado a partir da qual o curso esperado é desnivelado e desequilibrado, constituindo-se em mais interferências que desafiam as permanências. Tais interações nas cenas públicas são marcas de encadeamentos entre o esperado e o inesperado, pelos quais as práticas científicas são afetadas antes da ação de organização que transforma os acontecimentos em objetos científicos. É em vias de apresentar e aprofundar encadeamentos recuperáveis nas e pelas pesquisas em C&P que se origina o próximo subcapítulo, no qual serão retomadas as tipologias de acontecimentos públicos e as organizações típicas para gerar uma nova composição.

7.2 Acontecimentos públicos entre o esperado e o inesperado

Neste subcapítulo, será realizada a composição conjunta de organizações típicas de acontecimentos públicos entre pesquisas apresentadas no GT de C&P da Compós, ao longo dos 21 anos. Para esta composição, as tipologias de acontecimentos públicos da **Parte I** da análise, dedicada à virada complexa, serão igualmente retomadas: **1)** Eleições; **2)** Governos; **3)** Recessões e planos econômicos; **4)** Atividades legislativas; **5)** Escândalos políticos; **6)** Manifestações sociais; **7)** Tragédias; **8)** Polêmicas e ofensas públicas; **9)** Reposicionamentos de imagem; **10)** Exibições culturais.

A análise, que será empreendida neste subcapítulo, parte dos resultados com o objetivo de compor conjuntamente as partes que constituem as atividades do GT de C&P (Compós, 2000-2021). Os artigos científicos, lidos separadamente, possuem temas autônomos, são produzidos por autores autônomos e neles são preponderantes uma ou outra tipologia. No entanto, conforme o exercício que será evidenciado, os temas de autores diferentes se complementam entre diferentes edições do evento. A proposta de composição das partes será apresentada segundo o detalhamento de quatro tipologias de acontecimentos públicos: **Eleições – Governos – Escândalos políticos – Manifestações sociais**. São escolhidas essas tipologias porque servem ao objetivo dos encadeamentos complementares entre acontecimentos esperados e inesperados.

No encadeamento geral das quatro tipologias, as **Eleições** são pontos iniciais em que começam ciclos de novos governos cujos fins naturais são, retroativamente, novos recomeços, ou pela reeleição ou pelo ingresso de um novo agente político nos espaços institucionais da democracia representativa. Marcados para acontecer oficialmente no calendário das nações, os pleitos são da ordem dos acontecimentos esperados, mas que podem tomar rumos inesperados por outros acontecimentos neles encadeados. As eleições são etapas precedentes de acontecimentos públicos vinculados aos governos democraticamente eleitos, que exercem mandatos políticos por períodos com início e fim formalizados, por isso são também acontecimentos da ordem do esperado.

Tanto as **Eleições** quanto os **Governos** possuem datas marcadas de início e de fim, são antecipados pelas pré-candidaturas de agentes políticos que prometem uma ação nas cenas públicas e causam expectativa em relação ao desenrolar dos acontecimentos, o durante que os encadeia. Portanto, o inesperado sempre interfere no desenvolvimento planejado. Eis a inflexão de que, mesmo se tratando de acontecimentos planejados da prática política, as tramas que os formam não são conhecidas antes que se realizem (QUÉRÉ, 2005).

Historicamente, testemunharam-se e testemunham-se incontáveis frustrações de certezas quanto aos acontecimentos esperados. Aos governos não são evitadas rupturas causadas por **Escândalos políticos**, uma das tipologias que marca o inesperado entre a vitória nas eleições e o declínio de mandatos políticos antes do termo oficial.

Essa tipologia, apresentada segundo a conceituação de Thompson (2008), provoca desvios no curso esperado de mandatos de governantes cujas tensões culminam em renúncias, *impeachments*, cassações, golpes políticos e prisões. Na história recente brasileira, inclusive, de acordo com o desenvolvimento das pesquisas em C&P, o *impeachment* de Fernando Collor (1992), anos depois do fim da ditadura militar (1964-1985); a primeira renúncia de um senador, Antônio Carlos Magalhães (2001); o golpe de 2016 que destituiu Dilma Rousseff; e a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva, são acontecimentos são acontecimentos da política nacional em que os escândalos políticos interferem no curso esperado dos governos e, por essa tipologia, aumentam em visibilidade as ações de outros poderes nas cenas públicas, como o Poder Judiciário.

Ainda cabe unir ao encadeamento geral a tipologia **Manifestações sociais**, que marca a entrada da sociedade civil, mais e menos organizada, por protestos e manifestações no espaço público ou digital, apta a causar impactos concretos e mudar o rumo das coisas. Os possíveis desvios da política institucional, ora resguardados aos bastidores do poder, deslocam-se para os espaços das aparências pelas ações da sociedade, mais especificamente, de grupos ativistas formados esporadicamente ou tradicionalmente. Por diferentes bandeiras, com identidades mais e menos concordadas e com repertórios de ação dos mais diversos, as **Manifestações sociais** inserem personagens que também acentuam as incertezas quantos aos rumos dos acontecimentos esperados.

Acontecimentos das tipologias citadas (**Eleições – Governos – Escândalos políticos – Manifestações sociais**), em interação com agentes, práticas e dispositivos, geram afetações que ampliam as possibilidades de significações e interpretações. Assim, a experiência de confronto com o acontecimento abrange tanto um suportar quanto um agir. O acontecimento acontece a alguém e, assim, instaura uma provação aos sujeitos ou aos coletivos. Não se trata apenas de uma reação ao que acontece, mas especialmente uma apropriação de modo a compreender, responder e reconfigurar sentidos em relação à experiência pessoal ou coletiva (QUÉRÉ, 2005).

Acontecimentos públicos vinculados às tipologias citadas estão em condição de intriga revelada nas partes heterogêneas do todo das pesquisas. Trata-se aqui de demonstrar e defender a plausibilidade de uma leitura entre tipologias e entre pesquisas de autoria diferentes. Parte-se da ideia de uma leitura sistêmica do conjunto de artigos, produzidos para uma esfera determinada da atividade científica, em reflexividade temporal orientada pela organização de acontecimentos públicos. Diferentemente da primeira análise (Parte I – A virada complexa), na qual foram evidenciados acontecimentos de abertura e fechamento, marcados pela emergência temporal exatamente em um mesmo e único ano, a presente análise é projetada para recompor as relações entre os diferentes anos do recorte estipulado, isto é, de 2000 a 2021.

Nas próximas páginas, serão demonstrados três encadeamentos de acontecimentos públicos das quatro tipologias selecionadas (**Eleições – Governos – Escândalos políticos – Manifestações sociais**) em virtude das ações e dos padecimentos de três agentes políticos (Antônio Carlos Magalhães; Dilma Rousseff; Luiz Inácio Lula da Silva). A partir de encadeamentos entre pesquisas com autorias diferentes, entre anos diferentes e entre organizações típicas de acontecimentos públicos igualmente diferentes se buscará compor um início, meio e fim. As três demonstrações propostas a seguir serão ordenadas com três níveis quantitativos. A primeira demonstração (**A**) será focada em Antônio Carlos Magalhães, com o total de 15 pesquisas. A segunda demonstração (**B**) será focada em Dilma Rousseff, com 46 pesquisas. Por fim, a demonstração (**C**) será focada em Luiz Inácio Lula da Silva, com 76 pesquisas. Assim, com as três demonstrações, será possível analisar desde o encadeamento mais simples ao mais complexo.

7.2.1 Demonstração A

O primeiro encadeamento de tipologias de acontecimentos públicos, organizações típicas e pesquisas em C&P é composto em torno do agente político Antônio Carlos Magalhães (1927-2007). A vida política de Magalhães foi marcada por mandatos de deputado federal, de deputado estadual, de senador, de prefeito e, por três vezes, de governador do estado da Bahia⁴³.

A vida científica dos acontecimentos públicos que envolvem o agente político, desenvolvida nas e pelas pesquisas em C&P, é formada por 15 pesquisas⁴⁴, a começar pela edição do ano de 2001, em que as **Eleições** e os **Governos** são acontecimentos organizados como objetos empíricos. Em 2001, Magalhães completava mais de duas décadas em cargos políticos brasileiros, tendo sido vitorioso em eleições e reeleições. Considerado uma figura carismática da política brasileira, o líder político, além de traços tradicionais, como retórica, carisma e práticas populistas, ganhou o traço específico de deter controle econômico sobre meios de comunicação. A concentração de poder político, econômico e midiático, por ter sido dono de emissoras de rádio e televisão e grupos editoriais, é problema referente à economia política da comunicação e da regulação de meios de comunicação, em associação com os problemas da democracia, porque tornam as concorrências política desiguais. A categoria de poder o conceituou como líder de retórica eficaz ao projetar-se como figura paterna do povo. Validada pela sigla ACM (Antônio Carlos Magalhães) e pela expressão *carlismo*, a simbólica dos acontecimentos demonstram-se desde o nome com que são identificados.

⁴³ Fonte: [Biografia do\(a\) Deputado\(a\) Federal ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES - Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://biografia.camara.leg.br).

⁴⁴ Ver **Apêndice A** – Em ordem cronológica: (ALDÉ, 2001); (AZEVEDO, 2001); (RUBIM, 2001); (CHAIA, 2001); (MIGUEL, 2001); (ABREU, 2002); (ALMEIDA, 2002); (GOMES, 2003); (NUNES, 2003); (AZEVEDO, 2005); (MENDONÇA, 2006); (MÁXIMO, 2007); (ALBUQUERQUE & MARTINS, 2010); (MIGUEL & BIROLI, 2010); (ALBUQUERQUE & PINTO, 2013).

A soma dos traços carismáticos aos da concentração de poder político-econômico-midiático marcam a inscrição das duas tipologias em encadeamento (**Eleições – Governos**) na edição de debate do GT de C&P da Compós, no ano de 2001, conforme mencionado. Contudo, logo na edição do ano seguinte, em 2002, diferentemente da manutenção do poder, o contrário foi analisado, ou seja, o declínio do poder e a fragilização da imagem pública devido ao caso de violação do painel eletrônico do Senado, durante a votação da cassação do então senador Luiz Estevão (Brasília, 2000), um acontecimento público da tipologia **Escândalos políticos**. O caso foi seguido pela pressão popular em protestos (Salvador, 2001), acontecimento público da tipologia **Manifestações sociais**, até a renúncia do agente político que, à época, era presidente do Senado.

As observações acima são compostas segundo o encadeamento de duas pesquisas apresentadas no GT de C&P da Compós, em 2001 e 2002, por autores diferentes, em que, no intervalo de um ano do evento, o mesmo agente político em situação de poder foi analisado por acontecimentos que interfeririam no curso do mandato.⁴⁵ Um dos autores afirma a mudança no rumo da imagem pública no breve intervalo citado:

Elogiado publicamente, até pouco tempo atrás, até por importantes políticos de oposição nacional, (incluindo os do PT e PC do B) vai ser pego no delito a partir de uma ação entre um representante do estado (o procurador da justiça Luiz Francisco) e a revista Isto é (ALMEIDA, 2002, s/p).

Separados temporalmente por um ano no âmbito das práticas científicas (2001 e 2002), as pesquisas respondem aos acontecimentos na temporalidade em que aconteceram na vida política, entre os 2000 e 2001, levando em consideração que o tempo do fazer científico não é o mesmo do tempo do acontecimento ou, ainda, do tempo de narrativas outras, como as do jornalismo, da retórica política, da propaganda, entre outras.

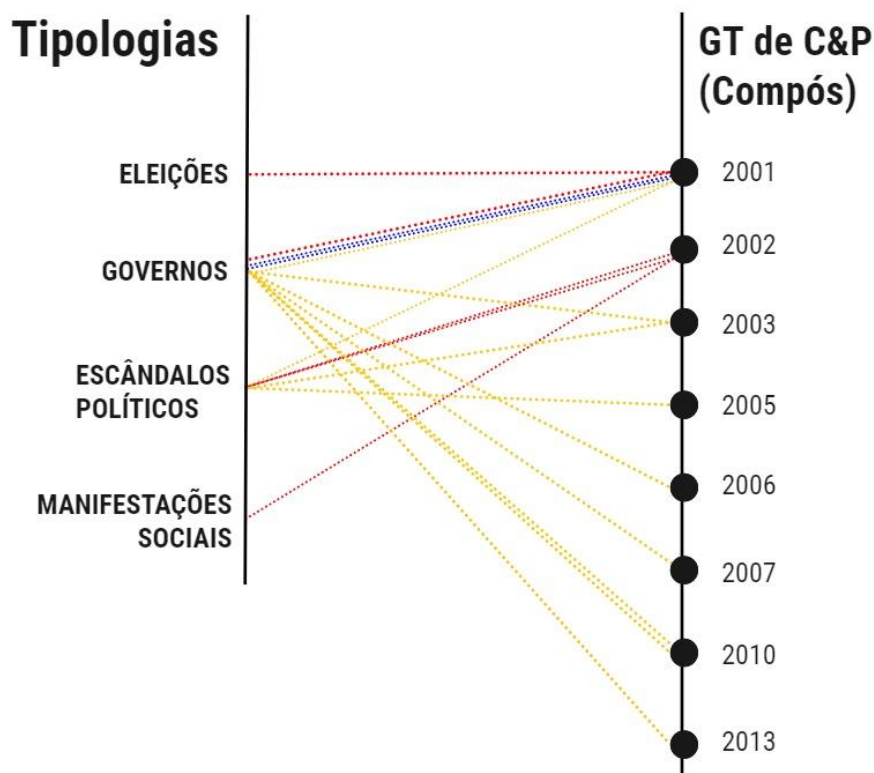
O encadeamento das quatro tipologias (**Eleições – Governos – Escândalos políticos – Manifestações sociais**) com as pesquisas em C&P é composto desde a ascensão por eleições, passando pela estabilização nos governos, até o declínio político de Antônio Carlos Magalhães, intensificado pelo escândalo político e por manifestações sociais.

⁴⁵ Ver **Apêndice A** – (RUBIM, 2001); (ALMEIDA, 2002).

Os acontecimentos citados, organizados como objetos empíricos nas e pelas pesquisas (**OT-1**), nos anos respectivos anos das práticas científicas (GT de C&P, Compós, 2001 e 2002) são ainda, sistemicamente, organizados por outras formas, como variáveis de argumentos teóricos (**OT-2**) e como contextos de outros temas (**OT-3**), em artigos apresentados no mesmo espaço de debate (GT de C&P, Compós, 2003; 2005; 2006; 2007; 2010; 2013). A Figura abaixo é construída para demonstrar o presente encadeamento:

Figura - 6 Encadeamentos de tipologias de acontecimentos públicos, organizações típicas e pesquisas em torno de Antônio Carlos Magalhães (GT de C&P, 2001-2013)

- + ● OT-1 = acontecimento como objeto teórico e empírico
- + - ● OT-2 = acontecimento como variável do argumento teórico
- ● OT-3 = acontecimento como contexto de outro tema da pesquisa



Fonte: Elaboração própria com base em **15** artigos científicos⁴⁶ publicados nos anais do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação & Política da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação.

⁴⁶ Idem à nota de rodapé anterior.

As organizações típicas permitem, assim, constatar a permanência em reinserções sucedentes para qualificar novas abordagens, aclarar contextos, exemplificar argumentos com os acontecimentos públicos que, anteriormente, em 2001 e 2002, foram organizados como objetos empíricos no âmbito das práticas científicas do GT de C&P da Compós.

O encadeamento de acontecimentos públicos que envolvem o Antônio Carlos Magalhães das tipologias **Eleições – Governos – Escândalos políticos – Manifestações sociais**, em três organizações típicas nas e pelas pesquisas, é considerado simples. Com o total de 15 pesquisas, apresentadas e publicadas em 2001, 2002, 2003, 2005, 2006, 2007, 2010 e 2013, a história política do agente se desenvolve da ascensão ao declínio, mas cessa de ser reinscrita nas e pelas pesquisas em C&P depois de 2013. O encadeamento simples torna-se mais evidente quando comparado com as demonstrações **B** e **C**, que serão realizadas nos dois próximos subcapítulos.

7.2.2 *Demonstração B*

O segundo encadeamento de tipologias de acontecimentos públicos, organizações típicas e pesquisas em C&P (Compós, 2000-2021) é composto em torno de Dilma Vana Rousseff (1947-)⁴⁷. A vida política de Rousseff iniciou em organizações políticas de esquerda de oposição ao regime militar brasileiro, tendo sido detida (1970) e torturada na prisão. Com formação universitária em Economia, Rousseff atuou como presidente na Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, como secretária de Energia, Minas e Comunicação, durante os governos estaduais Alceu Collares e Olívio Dutra, e foi ministra de Minas e Energia durante os primeiros anos de governo Lula, no qual, em 2005, passou a atuar como chefe da Casa Civil. Concorreu ao cargo de Presidente da República e foi vitoriosa em duas eleições (2010 e 2014). A vitória em 2010 a tornou a primeira presidenta mulher do Brasil. No entanto, seis anos depois, foi deposta do mesmo cargo em que se consagrou pioneira quando se consolidou o acontecimento simbólico *Impeachment de Dilma Rousseff/Golpe de 2016*.

⁴⁷ Fonte: Biografia – Biblioteca (presidencia.gov.br).

A vida científica de acontecimentos que envolvem Dilma Rousseff tem início no ano 2008, quando ainda exercia o cargo de ministra da Casa Civil. Na pesquisa em questão, o acontecimento não é organizado como objeto empírico, já que o artigo analisa “a representação da mulher na política brasileira” em noticiários de revistas e telejornais (MIGUEL & BIROLI, 2008). A primeira inscrição de Rousseff nas e pelas pesquisas, portanto, figura nos resultados de análise, tornando-se uma variável do argumento teórico (OT-2).

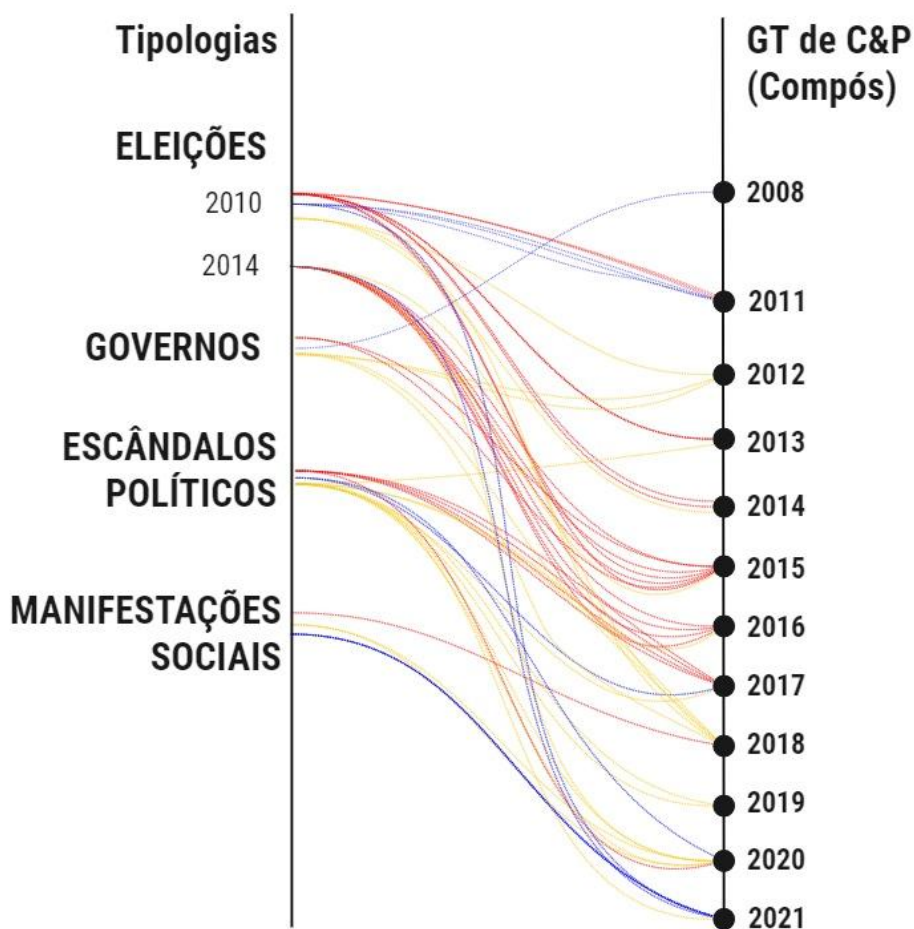
Em 2011, um ano após a primeira eleição vitoriosa para o cargo de presidente da República, foi iniciado um conjunto de encadeamentos, cuja composição totaliza 46 pesquisas científicas⁴⁸. A organização dos acontecimentos como objetos empíricos (OT-1) é composta pelas tipologias **Eleições** (2010 e 2014) – **Governos** (Discursos de posse, 2011 e 2015) – **Manifestações sociais** (contra e favor o Impeachment de Dilma Rousseff/Golpe de 2016) – **Escândalo político** (Impeachment de Dilma Rousseff/Golpe de 2016). Além da OT-1, em que os acontecimentos públicos são organizados como objetos empíricos, esses são permanentemente reinscritos por outras organizações até o último ano desta análise (2021). Desde a edição de 2011, ano imediatamente posterior ao da vitória no primeiro pleito, em todos os anos seguintes até 2021, os acontecimentos públicos são organizados como variáveis de argumentos teóricos ou contextos de outros temas.

⁴⁸ Ver **Apêndice A** – Em ordem cronológica: (MIGUEL & BIROLI, 2008); (ALBUQUERQUE, 2011); (MIGUEL & BIROLI, 2011); (ITUASSU, 2011); (LATTMAN-WELTMAN, 2011); (MARQUES & SAMPAIO, 2011); (ALDÉ & SANTOS, 2012); (PAULA, 2012); (BIROLI & MANTOVANI, 2013); (FERES JÚNIOR, MIGUEL, BARBABELA, MAFRA, PEREGRINI & SILVA, 2013); (GOMES, 2013); (NASCIMENTO, 2013); (VILLELA, 2013); (BARRERAS & WEBER, 2014); (MAGALHÃES & ALBUQUERQUE, 2014); (MOTA & BIROLI, 2014); (CERVI & GANDIN, 2015); (GUAZINA & PAULINO, 2015); (ITUASSU & LIFSCHITZ, 2015); (MANTOVANI, 2015); (WEBER, LUZ & BARRERAS, 2015); (CERVI, MASSUCHIN & CAMPOS, 2016); (FONTENELLE & GUAZINA, 2016); (CHAGAS, 2016) (ROSSINI & OLIVEIRA, 2016); (SANTOS JUNIOR, 2016); (GARCÊZ, 2017); (CHAGAS & SANTOS, 2017); (MARQUES, MONT'ALVERNE & MITOZO, 2017); (MATOS NETO, 2017); (SAMPALIO, RIZZOTTO & PRUDENCIO, 2017); (ALMADA, CARREIRO, BARROS & GOMES, 2018); (FERNANDES, CHAGAS & OLIVERIA, 2018); (ITUASSU, CAPONE & MANHEIMEIR, 2018); (SANTOS & CHAGAS, 2018); (CESAR & WEBER, 2019); (RIZZOTO, SARAIVA & NASCIMENTO, 2019); (VITORINO & RENAULT, 2019); (GOMES, OLIVEIRA & CAMPOS, 2020); (BARROS, PINHO & DOURADO, 2020); (SANTOS JUNIOR, 2020); (SILVEIRA E MAIA, 2020); (RATIER, 2020); (ALBUQUERQUE & QUINAN, 2021) (LATTMAN-WELTMAN, 2021); (SANGLARD, OLIVEIRA & ORLANDINI, 2021); (SCHIAFFARINO & GUAZINA, 2021).

A permanência dos acontecimentos públicos que envolvem Dilma Rousseff até o ano de 2021, o último desta análise, produz encadeamentos mais ou menos complexos entre pesquisas ao longo dos anos das práticas científicas do GT de C&P, conforme a Figura abaixo:

Figura - 7 Encadeamentos de tipologias de acontecimentos públicos, organizações típicas e pesquisas em torno de Dilma Rousseff (GT de C&P, Compós, 2008-2021)

- + ● OT-1 = acontecimento como objeto teórico e empírico
- + - ● OT-2 = acontecimento como variável do argumento teórico
- ● OT-3 = acontecimento como contexto de outro tema da pesquisa



Fonte: Elaboração própria com base em **46** artigos científicos⁴⁹ publicados nos anais do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação & Política da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação.

⁴⁹ Idem à nota de rodapé anterior.

Assim, no âmbito das atividades científicas do GT de C&P (Compós, 2000-2021), a primeira organização é identificada em 2008, quando ainda ministra do governo Lula e a última, em 2021, cinco anos depois de ser destituída oficialmente do governo (2016). Os acontecimentos, assim, permanecem, sendo organizados com propósitos diferentes, como variável de argumentos teóricos (OT-2) e como contextos de outros temas de pesquisa (OT-3).

Com o total de 46 artigos científicos apresentados e publicados no âmbito do GT de C&P da Compós, a vida científica de acontecimentos que envolvem Dilma Rousseff é de nível médio. Supera, em termos quantitativos, os acontecimentos que envolvem Antônio Carlos Magalhães, anteriormente apresentados, mas é inferior aos acontecimentos em torno do terceiro e último agente político desta demonstração, que é Luiz Inácio Lula da Silva (1945-).

7.2.3 *Demonstração C*

O terceiro encadeamento de tipologias de acontecimentos públicos, organizações típicas e pesquisas em C&P, é composto em torno de Luiz Inácio Lula da Silva (1945-), agente político cuja trajetória de vida pública se iniciou no movimento sindical, em São Bernardo do Campo, no ABC Paulista, onde foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos (1975; 1978). A partir de 1979, foi líder de greves operárias durante a ditadura militar no Brasil, entre elas, uma em que foi preso com base na Lei de Segurança Nacional, em 1980. Também em 1980, fundou o Partido dos Trabalhadores (PT) com o objetivo de pleitear representação política da classe no Congresso Nacional; sob essa legenda concorreu à Presidência do país nos anos 1989, 1994, 1998, 2002 e 2006, tendo vencido as duas últimas. O PT esteve à frente do cargo do Executivo por 13 anos: os oito primeiros anos com o governo Lula e os cinco anos seguintes com o governo Dilma Rousseff (2011-2016), interrompido em 2016 devido ao golpe parlamentar.

A vida científica dos acontecimentos públicos que envolvem Lula inicia-se na edição do ano 2000 e permanece até o ano 2021, último desta análise. Nos moldes da OT-1, as tipologias **Eleições** (1989, 1994, 1998, 2002 e 2006) – **Governos** (2002 e 2006) – **Escândalos políticos** (Mensalão; Operação Lava-Jato; Prisão de Lula) – **Manifestações sociais** (Ações coletivas e conectivas do Movimento Brasil Livre, MBL)

são encadeamentos em que os acontecimentos públicos são organizados como objetos empíricos (OT-1). Entre o agir e o padecer, Lula é posto em interação também com as práticas da propaganda nas diversas faces assumidas por um agente político reconhecido pela retórica política que, ao longo das campanhas dos pleitos citados, transformou-se significativamente. Em 2002, venceu pela primeira vez as eleições presidenciais, mas não parece ser esse um elemento do inesperado, pois a estratégia de construção da imagem visou torná-lo associado menos com a figura do líder sindical, mais com a de líder político moderado. Nas e pelas pesquisas, a estratégia concretizada pelo líder político é avaliada sem grandes surpresas.

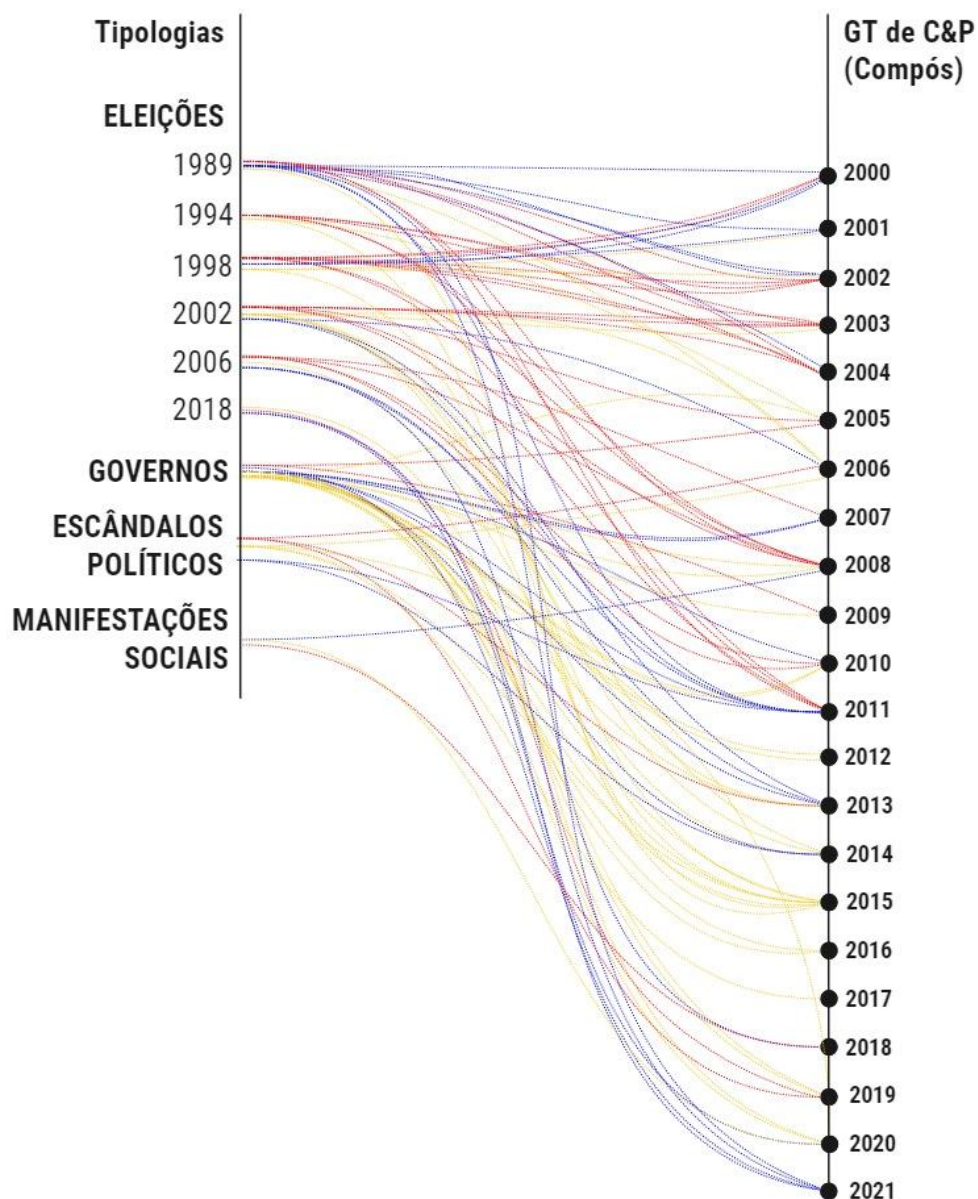
Foi, contudo, nas eleições seguintes, em 2006, que o inesperado seria concretizado pela reeleição de Lula, pois um ano antes, em 2005, foi dado início ao que se desenvolveu como escândalo do Mensalão. No lugar da relação de causalidade entre a consolidação da imagem pública e a vitória nas eleições, há uma relação adversativa de que, *apesar* da fragilização da imagem pública do partido por denúncias de corrupção, a estratégia eleitoral teria funcionado. O caso é julgado apenas em 2012, quando vigorava o governo de Dilma Rousseff. Nos moldes da OT-1, além do caso do Mensalão, a prisão de Lula, motivada pela Operação Lava-Jato, também é um encadeamento da mesma tipologia e se tornou a bandeira de ativismos políticos a favor do julgamento, como o do Movimento Brasil Livre (MBL), em 2018. O ano 2018 também foi eleitoral e, nos moldes da OT-1, o agente político é ainda ligado ao objetivo da pesquisa, apesar de não ter concorrido formalmente.

A vida científica dos acontecimentos públicos, por diferentes organizações típicas (OT-1; OT-2; OT-3) é composta por 76 artigos científicos⁵⁰.

⁵⁰ Ver **Apêndice A** – Em ordem cronológica: (ALMEIDA, 2000); (AZEVEDO, 2000); (RUBIM, 2000); (SOARES, 2000); (ALDÉ, 2001); (ALMEIDA, 2001); (AZEVEDO, 2001); (CARVALHO, 2001); (ALMEIDA, 2002); (GOMES, 2002); (MIGUEL, 2002); (SOARES, 2002); (VEIGA, 2002); (GOMES, 2003); (ALMEIDA, 2003); (MIGUEL, 2003); (RUBIM, 2003); (ALBUQUERQUE & GOMES, 2004); (WEBER, PEREIRA & COELHO, 2004); (ALMEIDA, 2005); (AZEVEDO, 2005); (MIGUEL, 2005); (STEIBEL, 2005); (MACHADO, 2006); (ALDÉ, ESCOBAR & CHAGAS, 2006); (MIGUEL, 2006); (MENDONÇA, 2006); (STEIBEL, 2006); (ALDÉ, MENDES & FIGUEIREDO, 2007); (COLLING, 2007); (LIEDTKE, 2007); (MIGUEL, 2007); (AZEVEDO, 2008); (GOMES, 2008); (MIGUEL & BIROLI, 2008); (NUNES & GURJÃO, 2008); (MENDONÇA & MAIA, 2009); (WEBER & ALMEIDA, 2009); (ALBUQUERQUE & MARTINS, 2010); (ITUASSU, 2010); (MIGUEL & BIROLI, 2010); (MUNDIM, 2010); (ALBUQUERQUE & MARTINS, 2011); (MIGUEL & BIROLI, 2011); (LATTMAN-WELTMANN, 2011); (PAULA, 2012); (STEIBEL, 2012); (ALBUQUERQUE & PINTO, 2013); (BIROLI & MANTOVANI, 2013); (FERES JÚNIOR, MIGUEL, BARBABELA, MAFRA, PEREGRINI & SILVA, 2013); (LATTMAN-WELTMANN & CHAGAS, 2013); (VILELA, 2013); (GUAZINA, 2014); (GOMES & ALMADA, 2014); (MAGALHÃES & ALBUQUERQUE, 2014); (MOTA & BIROLI, 2014); (BRAGA, 2015); (CAMPOS, 2015); (CERVI & GANDIN, 2015); (ITUASSU, 2015); (GUAZINA, 2015); (MANTOVANI, 2015); (CERVI, 2016); (FONTENELLE & GUAZINA, 2016); (SAMPAIO, RIZZOTTO & PRUDENCIO, 2017); (FERNANDES

Figura - 8 Encadeamentos de tipologias de acontecimentos públicos, organizações típicas e pesquisas em torno de Luiz Inácio Lula da Silva (GT de C&P, Compós, 2000-2021)

- + ● OT-1 = acontecimento como objeto teórico e empírico
- + - ● OT-2 = acontecimento como variável do argumento teórico
- ● OT-3 = acontecimento como contexto de outro tema da pesquisa



Fonte: Fonte: Elaboração própria com base em 76 artigos científicos, publicados nos anais do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação & Política da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação.

& CHAGAS, 2018); (CHAGAS & SOARES, 2018); (CESAR & WEBER, 2019); (HAUBRICH, 2019); (RIZZOTO, SARAIVA & NASCIMENTO, 2019); (VITORINO & RENAULT, 2019); (GARCÊZ, LAUDARES, LOPES, GERMAN & SILVA, 2020); (GOMES & OLIVEIRA, 2020); (WEBER & BRENOL, 2020); (LATTMAN-WELTMANN, 2021); (SCHIAFFARINO & GUAZINA, 2021).

De 2000 a 2021, anos em que os acontecimentos públicos em torno de Lula se iniciam e permanecem, o agente político é reinscrito por diferentes contornos: concorrente eleitoral, candidato derrotado, candidato vitorioso, governante, governo reeleito, réu, condenado e preso político. Com 76 artigos, os encadeamentos entre tipologias (**Eleições – Governos – Escândalos políticos – Manifestações sociais**) são beneficiados não apenas pela importância da biografia política, mas também pela longevidade com que participa da política nacional e, por isso, os acontecimentos vinculados ao agente político são permanentemente retomados para outros fins de pesquisa, como variável do argumento teórico (OT-2) e contexto de outros temas da pesquisa (OT-3), sendo o encadeamento mais complexo das três demonstrações realizadas até este ponto da análise.

7.3 Parte II: Emergências e permanências dos acontecimentos públicos

O termo *vida científica*, utilizado ao longo da apresentação dos resultados da análise, vai ao encontro da distinção de Quéré (2012) sobre a dupla vida do acontecimento, que se faz pelo discurso. Com o foco nos resultados apresentados, os encadeamentos sugeridos entre as quatro tipologias, entre ascensões e declínios, remontam à ideia do caráter inesperado dos acontecimentos esperados (QUÉRÉ, 2005; 2012).

Nas e pelas pesquisas, as **Eleições** marcam o término de uma gestão e o início de outra, e a vitória de determinado candidato inicia um novo ciclo da política, que aparece nas pesquisas pela tipologia **Governos**, em que os agentes políticos que haviam sido candidatos passam a ser representantes. As tipologias de **Escândalos políticos** e **Manifestações sociais** são inflexões contrárias ao desejo de linearidade dos fatos, pois nos poderes já instituídos se atravessam as interferências mais ou menos fortes, assim como tensões mais ou menos desiguais. Nos encadeamentos, agentes políticos convivem com as entidades sociais, agindo e padecendo entre acontecimentos públicos que se configuram em outros. Para serem compreendidos, os últimos demandam o conhecimento dos primeiros.

Os acontecimentos de uma vida política ou jornalística, por exemplo, terão outros contornos em comparação com as delimitações de um acontecimento-objeto das práticas científicas e, por isso, possuem uma vitalidade bastante específica. Os encadeamentos entre artigos de autores diferentes, apresentados e publicados ao

longo de 21 anos de práticas do GT de C&P da Compós, foram possíveis porque, entre edições do evento, acontecimentos organizados nos limites de dado artigo reingressam em outros textos e por outros vieses, logo por outras organizações típicas.

Neste ponto, a explicação de Ricoeur sobre a progressão de uma história fechada e aberta contribui para a leitura das práticas científicas analisadas pelos encadeamentos entre pesquisas de autores e anos diferentes. Conforme o autor, uma obra “pode ser fechada quanto à configuração e aberta quanto ao impacto que pode exercer no mundo do leitor” (RICOEUR, 2010b, p. 34). A leitura, explica o autor, é sempre uma nova abertura de sentido. Pensá-la segunda as práticas científicas é uma consideração de que um mesmo artigo, ainda que nele se cumpram os objetivos propostos, pode ser reaberto pela leitura dos pares.

7.4 Leitor imaginado: recomeço do círculo hermenêutico

Aplicada ao conhecimento científico, cuja produção é predominantemente escrita, a refiguração pela leitura será abordada pela noção de leitor imaginado de artigos científicos da interface entre C&P. Parte-se do pressuposto de que esse leitor não será outro, senão integrante da comunidade científica. Apesar da disponibilidade de acesso universal, gratuito e *online*, a estrutura do texto científico não é exatamente convidativa, como são os textos literários ou, até mesmo, as obras derivadas do trabalho científico e escritas de modo a instigarem o interesse geral.

Produzido entre as dinâmicas da comunidade científica, para ser considerado científico, o conhecimento deve ser tornado público aos pares. A determinação de quem propõe e de quem avalia segue os desníveis entre capitais científicos. Segundo Bourdieu (2004b), o fato só será científico quando reconhecido publicamente pela comunidade científica. Sob o quesito, requer-se ponderar os diferentes graus de publicidade que uma pesquisa científica atinge dentro e fora do campo do qual faz parte.

Sobre a ponderação quanto ao conhecimento considerado público, no estudo de L. M. Martino & Marques (2019) apresentam-se condições limitadoras da atividade de leitura, que depende do encontro dessas referências em livrarias físicas ou digitais. Condições comerciais de livrarias universitárias, incluindo as de capitais brasileiras, assim como incontáveis retornos às buscas pela palavra-chave *comunicação* em livrarias virtuais, são limitadores apontados no estudo.

A circulação do conhecimento e o desejo de torná-lo disponível para os próprios pares é vista de maneira paradoxal quando critérios quantitativos são diretrizes para se publicar mais, considerando o número já significativo de publicações. O ponto paradoxal para o qual chamam a atenção L. M. Martino & Marques (2019) é evocado por Morin como uma “tragédia bibliográfica” em que “a lista do ‘ver’ cresce mais rápido ainda que a lista do ‘visto’” (MORIN, [1986] 2015, p. 38). A atividade de leitura exercida pelo leitor de textos científicos, logo, um autor de textos científicos, está imersa entre demandas de mais produção, ao mesmo tempo, mais leitura dessas produções, prejudicada, por sua vez, pelo próprio aumento exponencial da divulgação.

De acordo com Ricoeur, o texto científico é direcionado a um “leitor desconfiado” (2010a, p. 292). Para o autor, esse leitor espera não apenas uma narrativa, mas uma narrativa autenticada, justificada, comprovada e redobrada em criticidade. A situação à qual o texto é submetido é de “potencial contestação” (RICOEUR, 2010a, p. 291) e a configuração textual, desde a produção, deve compor-se por explicação, conceituação e é marcada pela intenção de cumprir as expectativas de uma leitura especializada e avaliativa. Por ser o texto científico marcado pela argumentação, Habermas auxilia na tarefa de compreendê-la mediante a sociabilidade do processo enquanto comunicação – aspecto também valorizado por Ricoeur.

Para Habermas ([1983] 1989; [1985] 2000), a comunicação é uma força produtiva e o argumento racional é o meio pelo qual se deve extrair o entendimento mútuo. Não é uma ação definida simplesmente pela fala ou pelo enunciado de quem diz. É, por outro lado, definida quando há participação no processo de compreensão daquilo que é dito, isto é, pressupõe, necessariamente, o *agir* comunicativo com outrem.

Na leitura do conhecimento científico, o papel de participante do agir comunicativo é assumido por intérpretes que devem fazer da leitura do outro um processo de interpretação:

Os intérpretes parecem inicialmente compreender as frases de seu autor, mas, em seguida, fazem a experiência desconcertante de que não compreendem adequadamente o texto, isto é, não a ponto de poderem responder, se fosse o caso, a questões do autor. Os intérpretes tomam isso como indício do fato de que continuam a referir o texto a um contexto diferente daquele que em que o texto estava de fato inserido. Eles têm de rever sua compreensão. Essa espécie de transtorno da comunicação marca a situação inicial (HABERMAS, 1989, p. 46).

A situação inicial é resolvida pela participação do intérprete inconformado com o não-entendimento na missão de compreender “por que o autor se sentia com direito de avançar determinadas asserções (como verdadeiras) [...]” (HABERMAS, 1989, p. 46). Esse entendimento significa adentrar nas razões que permitem responder a determinada questão. De partida, intérpretes já devem compreender a racionalidade do argumento, sendo esse um padrão a ser compartilhado por todos, independentemente da plena concordância. O entendimento mútuo, portanto, diz respeito à racionalidade do argumento, que pode ser debatido e dialogado, a partir de responsividade igualmente racional do intérprete, colocado no mesmo nível do observador cujas ideias se quer compreender. Segundo Habermas, “todas as interpretações são interpretações racionais. Ao compreender – e isso implica justamente: ao avaliar razões –, os intérpretes não podem deixar de recorrer a padrões de racionalidade [...]” (HABERMAS, 1989, p. 47).

A teoria habermasiana entende que a razão comunicativa entre sujeitos se difere da razão do sujeito em si e disposto consigo mesmo porque pressupõe uma troca argumentativa entre pessoas. São perceptíveis diferentes níveis conceituais, representados, primeiro, pelo conceito de racionalidade (“disposição dos sujeitos capazes de falar e agir para adquirir e aplicar um saber falível”) e, posteriormente, pela razão comunicativa que passa a evidenciar o êxito do argumento (“é a explicitação do potencial de razão ancorado na base de validade do discurso”) (HABERMAS, 2000, p. 438).

A teoria do agir comunicativo corresponde ao entendimento recíproco entre participantes e sujeitos, não apenas do campo científico, mas de todos aqueles que constroem formas públicas de debate. A capacidade de ouvir a crítica e responder a ela com convicção é evidência do aspecto argumentativo, coletivo e civilizado das

práticas, mesmo que sejam tangenciadas por relações de poder. O fato científico não é um dado solto no mundo; pelo contrário, é produto das relações da comunidade científica, não do sujeito isolado (BOURDIEU, 2004a; 2004b).

Lembra-se a máxima de Bachelard sobre “o caráter sempre inacabado do conhecimento [...]” (2004, p. 17). Segundo o autor, o conhecimento “é um modo de criação contínua; o antigo explica o novo e o assimila; e, vice-versa, o novo reforça o antigo e o organiza” (2004, p. 19). O estatuto do conhecimento em diálogo com a atividade mimética denota plausibilidade ao círculo hermenêutico a ele aplicado por conta dos fluxos de retificação, superação do erro, inovação, inspiração de uma perspectiva científica com a outra – seja para retificar, seja para corroborar.

Apesar de incontornável, a precondição do conhecimento calcada no conhecimento anteriormente proposto pelos pares não é isenta de problemáticas. É válida a crítica de L. M. Martino & Marques (2014), especialmente formulada tendo em vista a pesquisa em Comunicação, em que a repetição de métodos e conceitos produz reiteraões de afirmações já feitas. Delineiam-se práticas de pesquisa corretas e seguras, mas que sucumbem nos mesmos resultados quando não se assumem os riscos de uma proposição. A autora e o autor estão em diálogo principal com Ferrara, para quem a indecisão “abre nova dimensão para a ciência da comunicação que surge disposta a enfrentar outros desafios investigativos” (FERRARA, 2016, p. 144).

O acontecimento público, na qualidade de algo que se impõe, poderia constituir-se em uma categoria para bem explorar a indecisão superando o contrário, a asserção (FERRARA, 2016). Contudo, a qualidade fenomenal não se garante contemplada no tratamento da incerteza por parte da pesquisa. Na afirmativa com a qual se desenvolve esta tese, de que o acontecimento público é organizado na e pela pesquisa, portanto, é transformado, assume-se também a degradação da incerteza devido aos mesmos procedimentos de análise do que é singular.

Por esse viés, uma leitura ativa em que ao leitor seja creditada a completude do círculo hermenêutico, conforme sugere Ricoeur, possibilita notar tanto as lacunas quanto as repetições para que essas motivem a abertura de novas interpretações sobre si mesmo e sobre o campo do qual se faz parte. Ler o texto dos pares gera aprendizados, ocasiona novos textos, motiva respostas, por concordância ou discordância, firma relações. O leitor de textos científicos é também um autor, pois a

leitura de pesquisas prévias permite a escrita de novas abordagens sobre determinado tema. Por isso, no próximo subcapítulo, insere-se a ideia de agir científico, em que interessa compreender mais a ação da pesquisa em organizar acontecimentos públicos do que os resultados dessa organização, o que, até então, foi o foco dos subcapítulos anteriores. Transaciona-se, portanto, da ação pesquisada para a ação de pesquisa.

7.4.1 Ação de pesquisa e ação pesquisada

Uma vez que o agir científico é também uma ação, sendo essa organizadora, primeiro, será trabalhada a estrutura geral de artigos científicos em que a ação é expressa pelo objetivo de cada pesquisa. Toda pesquisa possui um tema, objetivos a serem cumpridos, problemas a serem respondidos, encadeados no início de cada publicação. Na Introdução de textos científicos, as fórmulas gerais de enunciados expressam-se objetivos da pesquisa por verbos de ação, como *analisar, apresentar, construir, defender, desenvolver, discutir, elucidar, enfocar, estudar, examinar, explicitar, fornecer, identificar, introduzir, interpretar, investigar, objetivar, perceber, refletir, reforçar, sistematizar, sustentar, tratar, visar*. Todas essas ações de pesquisa, como dito, estão em virtude da ação pesquisada, que é extracientífica, é um fazer autônomo e independente. No material analisado, constatam-se enunciados em que o agente da ação é o texto, a pesquisa, o trabalho – remetendo às condições materiais e práticas do fazer científico (Este texto/Este artigo/Este estudo/Este trabalho/Esta pesquisa), incluindo as variações da mesma fórmula (O texto/O estudo/O trabalho/A pesquisa). Há também a conjugação do verbo em terceira pessoa do plural em que o agente da escrita projeta as práticas exercidas em coletivo ou a impessoalidade segundo o verbo conjugado com a partícula “se”.

Ao ser organizada na e pela pesquisa, sobretudo como objeto teórico e empírico (OT-1), a ação pesquisada em interação com acontecimentos públicos tende a ser factualmente narrada nas partes iniciais de artigos científico, como a **Introdução**, e tende a ser composta como uma ação pesquisada pela análise propriamente dita, localizada no espaço intermediário do texto científico. Seções de análise em artigos científicos são, portanto, a ligação entre um agir científico pretendido (o objetivo da pesquisa) e a parte final, a **Conclusão**, que depende da parte intermediária para que seja entendida.

Encontram-se emissões e reemissões temporais particulares a partir da análise de organizações típicas dos artigos científicos. Os fluxos temporais da escrita introdutória e conclusiva são representativos da dinâmica do texto científico, em que se tem uma estrutura organizativa cujo início é uma espécie de mapa ou chave de leitura para localizar as diferentes etapas do processo e para objetivar a exposição. O final, integrante da conclusão, retoma a objetivação a fim de responder se, enfim, os objetivos foram atingidos.

No caso de pesquisas em que organizam acontecimentos públicos como objetos teóricos e empíricos (OT-1), a análise é a parte intermediária em que se toma conjuntamente o nível de objeto empírico e o nível conceitual, ao mesmo tempo, é a que exige inteligência narrativa para oportunizar o que Dewey ([1925] 1980, p. 23) chama de “reconstituição do curso da experiência”. Ao abordar questões de método, Dewey entende que confessar as escolhas de pesquisa é conceder aos leitores a possibilidade de reconstituir o curso da experiência. O autor, ao pensar o método empírico, defende a conexão com as experiências comuns, de modo a manter uma profunda ligação com a experiência primária. Levando em consideração que o leitor do texto científico não acompanhou o “durante” da pesquisa, a reconstituição encontra a possibilidade efetiva nas heranças da narrativa.

No meio desses textos se enredam interações entre agentes, motivações, circunstâncias, entre outros componentes, sobre os quais as pesquisas da C&P dissertam. As condições prévias para a formação do conjunto devem-se à identificação e à seleção de parte das dinâmicas das ações particulares, que serão transformadas e fixadas pela linguagem. Sendo o acontecimento público acionador de práticas, a exemplo das rotinas produtivas dos campos jornalístico, político, publicitário, entre outros, a pesquisa em C&P, antes do próprio ato configurante, confronta-se com narrativas prévias, já configuradas, devido ao poder de enunciação de outras lógicas de operação. Significa dizer que, em apenas uma unidade textual, são encontradas configurações prévias sobre acontecimentos postas em análise sob os pressupostos científicos que, ao fim da mesma unidade textual, produzem uma configuração outra. Neste círculo hermenêutico, o texto científico é resultado, mas também um novo ponto de partida do ciclo.

No caso das pesquisas em C&P, encontram-se emissões e remissões temporais particulares a partir da análise de organizações típicas dos artigos científicos. O resumo do texto científico é organizado com a utilização prioritária do presente do indicativo dos verbos para enunciar aquilo que se pretende realizar, ainda que já realizado, processo apenas desdobrado pela totalidade do texto. Contrapondo a introdução com a conclusão, constatamos a diferença de tempo verbal e permanente recuperação do enunciado com remissão no fim do texto para o início deste, assim como no início do texto para os capítulos teóricos e metodológicos.

Os fluxos temporais da escrita introdutória e conclusiva são representativos da dinâmica do texto científico, em que se tem uma estrutura organizativa cujo início é uma espécie de mapa ou chave de leitura para localizar as diferentes etapas do processo e para objetivar a exposição. O final, integrante da conclusão, retoma a objetivação a fim de responder se, enfim, os objetivos foram atingidos. O leitor do texto científico não acompanhou a ação prática que dá origem ao argumento defendido, por isso, a compreensão de que a introdução é o presente da ação e a conclusão é o passado da mesma ação é a maneira de reconstrução da experiência pela linguagem. Concebe também a leitura que começa pelo final, sem que isso signifique a perda da coerência.

Assim, a soma da ação pesquisada e da ação de pesquisa configura os textos científicos em plena relação de temporalidade do fazer científico que investiga outros fazeres, como os que são postos em interação com acontecimentos públicos. A ação de pesquisa que organiza acontecimentos públicos lida, desta forma, com outras ações, que possuem regras constitutivas diversas. A soma de ambas faz com que uma reorganize a outra nas superfícies discursivas do próprio texto, proporcionando uma experiência temporal na qual estejam organizados acontecimentos públicos para que os leitores o conheçam por outro viés, que não o mesmo da condição existencial (QUÉRÉ, 2012). A experiência de leitura reorganizadora do conhecimento de um acontecimento vivenciado ou indiretamente apreendido é, nos termos da **Parte II** desta análise, uma estratégia metodológica potencialmente válida para a obtenção de respostas aos problemas propostos. Respondê-los por uma leitura ativa, na qual se revela uma experiência temporal, inspirada por acontecimentos públicos, é o caminho projetado no próximo capítulo.

8 ACONTECIMENTOS PÚBLICOS E CONHECIMENTO CIENTÍFICO DA INTERFACE ENTRE COMUNICAÇÃO & POLÍTICA

Este capítulo tem o objetivo de responder aos dois problemas de pesquisa desta tese com base nos resultados das análises, realizadas em duas partes, cada qual com objetivos distintos, mas complementares. Em vias de conclusão, as respostas aos problemas serão igualmente realizadas em duas partes, tendo em vista as duas questões propostas:

- como a organização de acontecimentos públicos nas e pelas pesquisas em Comunicação & Política expressa contextos históricos, sociais, políticos e culturais em que esses emergem?
- enquanto prática científica, como a organização de acontecimentos públicos nas e pelas pesquisas manifesta um poder-agir científico em Comunicação & Política?

Para responder aos problemas, a análise foi iniciada com a simulação lógica, própria ao conceito de organização, somada ao modelo heurístico, proporcionado pelo conceito de sistema, ambos definidos por Morin. A **Parte I** foi, assim, orientada para atender a dois objetivos principais: **1.** Identificar elementos em interação com acontecimentos públicos nas e pelas pesquisas em C&P; **2.** Construir organizações típicas de acontecimentos organizados. A continuidade da análise, na **Parte II**, de acordo com a hermenêutica narrativa e reflexiva, foi focada no seguinte objetivo: **3.** Compor encadeamentos de acontecimentos de diferentes organizações típicas entre as pesquisas em C&P.

Neste capítulo, o objetivo é compreender as práticas científicas exercidas em comunidade de acordo com a organização de acontecimentos públicos nas e pelas pesquisas em C&P. Neste momento, o interesse é a compreensão sobre a significação da ação de organizar por parte das práticas científicas. Assim, não se trata mais do que é enunciado nos artigos científicos, mas das próprias práticas que tornam esses enunciados passíveis de análise. Assim como o restante da tese, este capítulo elabora diálogos entre a complexidade e a hermenêutica. Com a complexidade, é retomada a ideia de que uma organização viva reorganiza a si mesma (MORIN, 2016). Com a hermenêutica narrativa e reflexiva, são entendidas as práticas científicas nas ações

que possuem significações particulares ao fazer que lhes é próprio. Ao organizarem acontecimentos públicos nas e pelas pesquisas, as práticas científicas assim o fazem com significação de um agir. Assim, a organização de acontecimentos públicos, nos moldes típicos em que foram identificados e nas composições de encadeamentos, será questionada pela manifestação de um tipo de agir.

Além das duas viradas da tese, a complexidade e a hermenêutica, serão retomadas as teses de Quéré (2005; 2012), assim como a literatura de referência sobre a interface entre C&P (RUBIM & AZEVEDO, 1998; GOMES, 2016; ALBUQUERQUE, 2018). Em termos de novos diálogos, serão incluídas, principalmente, as perspectivas de Agamben (2021) e L. M. Martino & Marques (2014; 2021). Será, assim, um texto com teor retrospectivo e prospectivo. O teor retrospectivo conduz o argumento alicerçado nos resultados empíricos dos capítulos anteriores. Por sua vez, o teor prospectivo não mais se detém ao objeto organizado, mas inflexiona as próprias práticas que o organizam.

8.1 A parte científica do acontecimento público

O debate sobre os modelos de sociedade em que os acontecimentos públicos emergem lembra o impasse entre Nora (1995) e Quéré (2012) sobre a desrealização do acontecimento, trabalhado no início desta tese. Para Nora (1995), a forma incessante com a qual se produzem acontecimentos, especialmente, a produção midiática desses, é uma característica das sociedades modernas. Para Quéré (2012), no entanto, o acontecimento que se exala nas e pelas experiências apenas ganha outra vida pelo discurso, sem deixar de existir, como sempre foi, primeiro, existencialmente, depois, como objeto. Entre as perspectivas, não está apenas em questão o conceito de acontecimento, mas um tipo de vivência em sociedade. A pergunta para a qual é focado este subcapítulo (como a organização de acontecimentos públicos nas e pelas pesquisas em Comunicação & Política expressa contextos históricos, sociais, políticos e culturais em que esses emergem?) tem relação com o poder hermenêutico do acontecimento que desvela questões excedentes à singularidade da ruptura.

Com os resultados da análise, além da diversidade encontrada nas dez tipologias temáticas de acontecimentos públicos (1. Eleições; 2. Governos; 3. Recessões e planos econômicos; 4. Atividades legislativas; 5. Escândalos políticos; 6. Manifestações sociais; 7. Tragédias; 8. Polêmicas e ofensas públicas; 9. Reposicionamentos de imagem; 10. Exibições culturais), é relevante destacar as práticas sociodiscursivas em interação porque essas também possuem significações particulares. Antes da organização do acontecimento por parte das práticas científicas, o mesmo acontecimento que interessa aos problemas da interface entre C&P, são aqueles que também são organizados por outras práticas, como as do jornalismo, da propaganda, da publicidade comercial e não comercial, da política, da participação social, das celebridades, do entretenimento, das empresas privadas. Cada prática *toma parte* do acontecimento, participando das projeções de sentido sobre ele, com velocidade de enunciação incomparável com a das práticas científicas.

Sendo assim, a organização de acontecimentos nas e pelas pesquisas é marcada por uma (re)organização desse acontecimento que, antes, emergiu por outras práticas sociodiscursivas. Como visto nos resultados, algumas práticas são mais e outras são menos organizadas nas e pelas pesquisas, a exemplo do jornalismo e da política (mais trabalhadas) em comparação com as práticas do entretenimento (menos trabalhadas). No entanto, as diferenças entre elas, na perspectiva desta tese, são mais relevantes do que a primazia de uma sobre a outra. Pela diferença, são percebidos traços históricos, políticos, sociais e culturais em que emergem os acontecimentos públicos. Um traço significativo é justamente o da participação de diferentes práticas, sendo elas desiguais em termos de visibilidade, para a circulação de sentidos sobre o acontecimento. Práticas menos consolidadas estão em interação com outras mais consolidadas, incluindo, por disputas e concorrências (BRAGA, 2012; BALDISSERA, 2008; WEBER, 2017).

Também resultados da análise empreendida são as associações entre acontecimentos públicos e dispositivos sociotécnicos, dado que corrobora para a tese de Nora (1995). A relação é, no entanto, menos centralizadora, tanto em termos de dispositivos quanto de práticas sociodiscursivas. Diferente de uma configuração centrada em apenas uma prática ou um dispositivo, os acontecimentos públicos organizados desvelam um cenário de concorrência significativa entre práticas

interacionais junto aos dispositivos. Significa, conforme Braga (2012) trabalha o conceito de mediação, a distinção do que seria, de um lado a “ampliação ou predomínio da indústria cultural sobre a sociedade” (BRAGA, 2012, p. 35). De outro lado e, sobretudo, ao contrário do modelo da indústria cultural, a mediação é definida por dois processos abaixo explicados pelo autor:

Um deles, o processo tecnológico, corresponde à disponibilização de ações comunicativas mediadas para largas parcelas da população, dosando e redirecionando a comunicação massiva. O outro, processo social, diz respeito a uma entrada experimental de participantes sociais nas práticas e processos antes restritos à indústria cultural – por crítica social, por reivindicações de regulação pública da indústria, por ações sociais organizadas para ocupar espaços de produção e difusão; e certamente pela ativação crítica e intencionada das mediações culturais, por apropriações “em desvio” das interpretações preferenciais da produção (BRAGA, 2012, p. 34).

Característica de um modelo de sociedade em mediação (BRAGA, 2012), as práticas sociais reinventam as invenções tecnológicas e complexificam a concorrência de sentidos sobre acontecimentos públicos ou, conforme Ricoeur, a concorrência entre programas narrativos. Quando um mesmo acontecimento é organizado em interação com diversas práticas, cujos agentes estão social e culturalmente inscritos em certas realidades e com certas condições de tomar parte, condicionam-se ainda paradoxos da visibilidade, apesar de todas as possibilidades conjunturais para o compartilhamento de ideias e valores. A inclinação científica em organizar esses elementos com acontecimentos públicos, especialmente diante da necessária objetivação de ações concorrentes, interacionais e imersas entre paradoxos da visibilidade (BRAGA, 2012; WEBER, 2017), é igualmente marcada por condições específicas do conhecimento sobre as lógicas próprias dessas outras práticas.

A organização de acontecimentos, tendo em vista os elementos de interação, entre eles, as práticas em concorrência (do jornalismo, da propaganda, da publicidade, da publicidade comercial, da política, da participação, das celebridades, do consumo, das empresas), contextualiza, no curso do recorte estudado (2000-2021), diferentes estados da democracia brasileira em uma sociedade complexificada por essas mesmas práticas. Para saber se determinada prática, ao tomar parte do acontecimento público, assim o faz democraticamente, é preciso antes conhecer os preceitos que a regem e que regem a própria democracia. O mesmo está implicado

no debate público, no enquadramento, no agendamento, entre outros aportes, que demandam das práticas científicas a compreensão de que tomar parte do acontecimento público nas democracias pressupõe formas democráticas de assim fazer para que também se ateste o contrário, isto é, ações que ferem essas formas.

A leitura do *corpus*, realizada cronologicamente do primeiro ano do recorte desta tese ao último (2000-2021), em que foram percebidos os diferentes estados da democracia brasileira inscritos nos acontecimentos públicos, subverte a lógica de que, com o tempo e quanto mais distantes do passado, os sistemas se desenvolvem progressivamente em qualidade.

Na lógica de um progresso linear defendido enquanto uma lei inerente às sociedades, a preteridade guardaria tudo de retrogrado e o presente viveria a inovação. Segundo Ricoeur (2010c, p. 187), trata-se de uma visão equivocada dos ritmos da história, como se “a juventude fosse por definição progressista e a velhice conservadora, e como se a medida trintenária da substituição das gerações comandasse automaticamente o andamento do progresso num tempo linear”.

A pluralidade de práticas que, hoje, tomam parte de acontecimentos públicos por diferentes dispositivos, é um fenômeno permitido apenas nos últimos anos. Os artigos científicos do GT de C&P da Compós, apresentados em 2021, foram os últimos lidos e analisados nesta tese, tendo em vista o procedimento de leitura cronológica, desde os anos 2000. No último e mais recente ano do recorte temporal desta tese (2021), diferentemente de se constatar uma democracia em progresso linear, inscrita nos acontecimentos públicos, constatam-se acontecimentos que desvelam fragilidades.

Compõem-se, de 2000 a 2021, do ano mais distante ao mais próximo com a presente análise, partes singulares de intrigas democráticas que, no lugar da progressão qualitativa, desvelam um complexo devir. Nas organizações típicas de acontecimentos públicos, sejam organizados como objetos empíricos, sejam variáveis do argumento teórico ou contextos de outros temas da pesquisa, são desveladas as intrigas que dão ritmo à democracia brasileira, inclusive, expondo as fragilidades, as fraquezas e os deméritos, que não necessariamente progrediram com a passagem do tempo.

No lugar de expressar o aperfeiçoamento da democracia em progressão ao longo do recorte analisado, de 2000 a 2021, os acontecimentos públicos organizados expressam o devir democrático em que o inesperado é capaz de reverter a tendência que se formava até então. Por vezes, na história da produção de conhecimento científico, o inesperado era avaliado como um “acaso” que não seria capaz de alterar o curso das coisas, sequer considerado como fato científico. Segundo a análise, o acaso é, para o conhecimento da interface em C&P, incluído de tal maneira que a leitura dos artigos subverte o paradigma do progresso.

O encadeamento de acontecimentos públicos, como as eleições de 2010 e o golpe parlamentar de 2016, do qual faz parte o *impeachment* de Dilma Rousseff, ambos organizados nas e pelas pesquisas em C&P, é uma forma de observar o devir democrático em que o acontecimento temporalmente posterior degenera o primeiro. Entretanto, como necessidade de compreensão, reconhecer o golpe de 2016 é aceitar que sua concretização é encadeada com as eleições, acontecimentos simbólicos que reiniciam os ciclos das democracias.

A premissa da necessidade de que um acontecimento preceda outro é narrativa e é condição para que se tenha uma intriga, isto é, uma composição ordenada de elementos heterogêneos, por meio da qual é possível seguir uma história e conhecer o seu tema. No entanto, apesar da ordem implicada na composição inteligível entre elementos heterogêneos, os acontecimentos mais expressam o devir democrático nas sociedades complexas do que a ordenação dos processos sociais.

A longa tradição das práticas e das teorias democráticas, forjadas desde a Antiguidade, não a protegem de crises e deturpações. A tradição do conceito de democracia tampouco garante o fortalecimento desta, única e exclusivamente pelo acúmulo do conhecimento. Por isso, Bobbio alude à licitude em “falar de regimes mais ou menos democráticos” (BOBBIO, 1998, p. 327), sem negá-los ou vislumbrá-los por completo. Por ser clássica e por ser constantemente reinterpretada, por ter gerado avanços em direitos universais e por ter desamparado outros, a democracia está inscrita nos acontecimentos públicos, que desvelam diferentes estados ao longo dos anos.

8.2 Reorganização de si: acontecimentos e práticas científicas em comunidade

No subcapítulo anterior, foi retomado o procedimento metodológico de leitura cronológica dos artigos que formam o *corpus*, apresentados no GT de C&P da Compós, entre 2000 e 2021, no qual foi experienciada a subversão da progressão linear, colocando no lugar o devir democrático inscrito nos acontecimentos públicos, que desvelam os estados da democracia em uma sociedade complexa, marcada por diferentes práticas sociodiscursivas que tomam parte do acontecimento.

Resta, assim, neste subcapítulo, responder como a organização dos acontecimentos manifesta um agir científico. A noção do agir é associada com as práticas cujas ações possuem significação. Nesta tese, as práticas científicas são dotadas de significação e, por isso, distinguem-se de outras escritas e outras leituras, que podem ser exercidas por outras práticas. As práticas científicas exercidas nas instituições, além de qualificarem as pesquisas, qualificam as próprias instituições (MAIA & FRANÇA, 2003; RICOEUR, 2014).

As práticas desenvolvidas em comunidade e nas instituições se desdobram pela escrita e pela leitura, de maneira associativa. A organização de acontecimentos públicos em artigos antecedentes proporciona indícios para os artigos sucedentes. Acontecimentos que nascem como objetos empíricos perduram em outros textos científicos, de outros autores, apresentados em diferentes edições do GT de C&P da Compós (2000-2021). Na leitura que se faz dos textos em comunidade científica, através da qual novos textos são produzidos, para que novas leituras sejam feitas, o agir científico que organiza acontecimentos públicos é autocompreendido pelos pares.

Essa autocompreensão é, sobretudo, histórica. Em texto seminal sobre as agendas de pesquisa da interface entre C&P no Brasil, Rubim e Azevedo (1998) definem as condições do conhecimento em intrínseca relação com as eleições de 1989, quando “alguns textos quase que escritos **no calor da hora**” (RUBIM & AZEVEDO, 1998, p. 192) espelharam a relevância do acontecimento para a democracia reavivada após 21 anos de ditadura militar. O calor, metáfora escolhida pelos autores, é conceito físico usado para definir uma energia de transferência e só existe devido ao processo de encontro entre diferentes partículas. É um tipo de energia que transita, circula e se propaga através de movimentos e de afetações entre sistemas.

Na complexidade, sob o princípio dialógico, o calor está no âmago das agitações e das turbulências culturais, fazendo com que determinismos do conhecimento sejam superados. Nas palavras de Morin, “o ‘calor cultural’ pode significar intensidade/multiplicidade de trocas, confrontos, polêmicas entre opiniões, ideias concepções” (MORIN, [1991] 2011, p. 35). O calor cultural é justamente esta força de tensão, uma energia propícia para a superação de algo: “É nas condições de dialógica aberta (comportando trocas ‘muito quentes’ no comércio das ideias e dos conhecimentos) que os desvios podem enraizar-se e transformar-se, depois, em tendências” (MORIN, 2011, p. 38)

Além da relevância histórica, o acontecimento foi também o elemento comum da comunidade científica que, à época, criou vínculos epistêmicos segundo o interesse na interface entre C&P. A metáfora do “calor da hora” (RUBIM & AZEVEDO, 1998, p. 192), escolhida pelos autores, é enraizada na escrita, uma vez que os textos foram escritos no “calor da hora” do acontecimento, reorganizando o conhecimento em C&P.

Essa não é a única autopercepção de que a interface entre C&P é, desde o início, dialogicamente aberta ao que é da ordem mutável. Gomes (2014) percebe um perfil de pesquisador da interface que, por vezes, torna-se muito sensível ao que é descontínuo, sobrevalorizando as mudanças e, por fim, atestando que essas não se concretizam como relevantes. Em outro texto (2016), o autor retoma o argumento em relação ao que se apresenta nas agendas de pesquisa sobre democracia digital e a dificuldade do fazer científico diante de projetos que não vingam ou que vingam totalmente reconfigurados desde os propósitos iniciais. Para o pesquisador,

Isto tudo conspira para uma desorganização da pesquisa que, acompanhando uma experiência tão vertiginosa e tendo que produzir conhecimento sobre fatos sociais e tecnológicos que ainda estão se processando, frequentemente erra apostas, subestima ou superestima fenômenos e achados, e, sobretudo, se desarruma em um território onde tudo parece de alguma forma provisório (GOMES, 2016, p. 54).

O excerto acima é de direto interesse desta tese, principalmente por conter a afirmação de que ocorre uma *desorganização* da pesquisa ao investigar o que ainda está se *processando*. O ponto abordado instiga a inclusão da metáfora do calor da hora (RUBIM & AZEVEDO, 1998) ao debate, pois entre o argumento de Rubim & Azevedo (1998) e o de Gomes (2016) há uma diferença central. Os primeiros autores,

que operam a metáfora do conhecimento produzido no calor da hora, têm como pedra de toque o acontecimento público, no caso, as supracitadas eleições presidenciais de 1989 no Brasil. Já Gomes (2016) investiga o conhecimento produzido em fases de preparação, formação e consolidação sobre projetos e iniciativas de democracia digital. Isso inclui certa visada aos dispositivos, que por ventura deixam de existir antes do tempo da pesquisa ou sequer existem concretamente.

Em ambas as ideias, está subentendida a relação entre observador e observável, que é elevada em crítica por Albuquerque (2018, p. 173) ao questionar “por que a pesquisa em Comunicação Política brasileira se demonstrou tão pouco eficaz em refletir sobre o processo de deterioração da democracia brasileira, que levou ao golpe de 2016?”. O autor ainda complementa com o seguinte problema: “por que, uma vez concretizado o golpe, ela [*a pesquisa em Comunicação Política*] tem demonstrado tão pouco apetite para investigá-lo?” (ALBUQUERQUE, 2018, p. 173).

A relação entre observador e observável identificada por Albuquerque (2018) é elevada em crítica porque manifesta uma expectativa quanto à responsabilidade do agir científico a partir do acontecimento dentro das possibilidades desse agir: pela escrita que traduz as etapas de pesquisa e pela leitura que as interpela de acordo com as atividades coletivas em comunidade. Evoca, portanto, não apenas um interesse científico, mas uma responsabilidade e um comprometimento.

Segundo Ricoeur (2014), toda prática com regras constitutivas, ao fazer algo, é dotada de significação. Narrar, para o autor, é refletir com implicação ética, até mesmo nas narrativas que se pretendem neutras, como são as científicas. Com foco específico nas teorias da Comunicação, L. M. Martino & Marques (2014) questionam a ética implícita nos argumentos epistemológicos, pois, mesmo em textos cujo interesse não é uma visada ética, estão subjacentes nos modos de conceituar vertentes simétricas e assimétricas de análises das relações em sociedade. Conforme L. M. Martino & Marques (2014, p. 140), “um dos pontos de intersecção entre o ético e o epistemológico revela-se no fato de que a explicação sobre ‘o que acontece’ pode ser igualmente vista como uma proposição sobre ‘o que se deve fazer a partir disso’”.

O estudo da dimensão de uma ética subjacente, enraizada em um conjunto de teorias da Comunicação, é projetado de maneira “meta-reflexiva” (L. M. MARTINO & MARQUES, 2014, p. 149). Nas e pelas teorias, são definidos indivíduos, sociedades e

culturas, mais ou menos determinadas por dispositivos midiáticos, em interações travadas coletivamente. Em definições teóricas, a exemplo do indivíduo como massa ou dos receptores como potencialmente manipuláveis, estão contidas formas de ver o mundo. Em outros modos, como as teorias que leem o indivíduo pelos vínculos históricos, políticos e culturais, também estão contidas intrínsecas visões de mundo (L. M. MARTINO & MARQUES, 2014).

O eixo principal desta tese, o acontecimento público, é o conceito com o qual se trabalha para responder ao problema do poder-agir. Em acordo com a tese de Ricoeur e com o exercício analítico de L. M. Martino & Marques (2014), partindo do pressuposto de que acontecimentos organizados nas e pelas pesquisas são escolhas teóricas e metodológicas, o dever fazer manifestado no poder-agir científico em comunidade combina com a aspiração do contemporâneo, conforme definido por Agamben (2021) e repensado por L. M. Martino & Marques (2021) em alusão ao fazer epistemológico.

Conceituado por Agamben (2021), o contemporâneo não é determinado pela existência biológica de alguém que nasce em uma mesma época. Nessa perspectiva, não basta apenas viver em conjunto com os outros em dada geração, mas enfrentar a contemporaneidade. Esse enfrentamento consiste em “perceber e apreender o seu tempo” (AGAMBEN, 2021, p. 59). Com essa definição, o autor desvirtua o típico uso do adjetivo contemporâneo(a), comumente acompanhante e qualificador de outras categorias macrossociais (i.e. sociedade contemporânea), para subjetivá-lo: “o” contemporâneo como um agente que se posiciona criticamente no seu próprio tempo.

Inspirado pela obra de Friedrich Nietzsche (1874), o autor expõe o desafio da experiência de ser contemporâneo na qual o determinante é a ação de confrontar-se com o próprio tempo. A visão nietzschiana é recuperada pelo filósofo italiano quando versa sobre a adesão ao próprio tempo que, conjuntamente, evoca um distanciar-se dele. A oposição dos dois movimentos não é excludente, porque ser contemporâneo é um tipo de atitude, não um pano de fundo ou coincidência geracional. Esse distanciamento não é espaço-temporal, mas crítico. A perfeita coesão dos indivíduos com seu próprio tempo significa adequar-se a ponto de não conseguir ver a contemporaneidade pelo que há nela de obscuro: “o contemporâneo é, justamente, aquele que sabe ver essa obscuridade, que é capaz de escrever mergulhando a pena nas trevas do presente” (AGAMBEN, 2021, p. 9).

É, portanto, um movimento concomitante de enfrentamento e distanciamento crítico do próprio tempo que torna apta essa experiência. Além da percepção da obscuridade em detrimento das luzes, o presente em Agamben localiza-se entre um “não mais” (passado) e um “ainda não” (futuro), sendo o intermediário capaz de reatualizar tudo o que já não é mais (o passado), bem como questionar o arcaico em busca de uma melhor compreensão. A contemporaneidade é, assim, um exercício de colocar os tempos em relação e “ler de modo inédito a história” (AGAMBEN, 2021, p. 12).

Como mencionado, a teorização de Agamben encontra interlocutores, como Nietzsche, segundo a ideia de que o comprometimento assumido com o próprio tempo deriva da crítica ao então ascendente historicismo moderno e a celebração do passado dos vitoriosos. A tensão gerada pela primazia do passado dos vitoriosos reverbera em elucidações posteriores, a exemplo das teses sobre o conceito de história, de Walter Benjamin ([1940] 2020). Imerso na realidade particularmente alarmante do nazifascismo europeu, Benjamin (2020) vê a história a partir do tempo-agora (*Jetztzeit*) para romper com a continuidade das coisas e da história eterna, universal e homogênea. (BENJAMIN, 2020). Ambos os conceitos são construções sobre a temporalidade plenamente atravessadas pela política.

O passado dos vitoriosos encontra o seu outro lado, que é o presente absoluto, uma problemática das sociedades atuais. O presente absoluto, por si só, não destrincha a possibilidade ética do contemporâneo; pelo contrário, torna-o acrítico do próprio tempo em que tudo parece ser transformador. Barbosa & Rêgo (2017) conferem ao contexto uma ligação permanente com o texto, pois o primeiro é condição do segundo. Para as autoras, o contexto não é uma ilustração, mas um revelador de realidades empíricas. Por entenderem essa associação, o sentido de contexto, mais do que um conjunto de dados introdutórios, é o que confere inteligibilidade ao agir humano, portanto, necessário para as ciências que o estudam (BARBOSA & RÊGO, 2017).

Contextualizar, assim, torna-se uma “aptidão”, um “pensamento “ecologizante”, que “não só leva a situar um acontecimento em seu contexto, mas também incita a perceber como este o modifica ou explica de outra maneira” (MORIN, 2000, p. 24-25).

Pensar o lugar do contemporâneo em diálogo com a epistemologia, de acordo com L. M. Martino & Marques (2021, p. 103), mais do que a escolha do objeto, é compreender como essa escolha “se insere dentro de um espaço dinâmico de produção que, por sua vez, dialoga com a relativa autonomia com o todo da sociedade”. Para os autores, atentar-se ao desenvolvimento técnico e tecnológico submete a teoria a certo anacronismo figurado como obstáculo epistemológico, em diálogo com Bachelard. Conforme L. M. Martino & Marques (2021),

A primeira é a separação radical do objeto da pesquisa e sua temporalidade, o que torna a teoria presa de uma constante busca por atualização que se reflete em uma proporcional defasagem diante do empírico – e em seu decorrente questionamento epistemológico em termos de pertinência como elemento explicativo da realidade. Nesta posição, a historicidade do objeto – e da própria pesquisa – é deixada de lado em direção a um contemporâneo que não cessa de se afirmar como tal e, por isso mesmo, não deixa de ser constantemente ultrapassado. Destacado de qualquer história, apresenta-se como novidade constante (“o mundo começou ontem”) e deixa de lado a possibilidade de situar a teoria e o objeto na relação com o tempo (L. M. MARTINO & MARQUES, 2021, p. 104).

As reflexões, no excerto anterior, sobretudo segundo a crítica da pesquisa que se organiza em virtude das técnicas recém-lançadas, reproduzindo lógicas capitalistas, são igualmente válidas para os problemas que cercam os acontecimentos porque a criação de espetáculos os torna produtos. No entanto, ainda que espetaculares, os acontecimentos públicos resguardam, talvez, uma diferença em relação aos objetos técnicos. O aparecimento do acontecimento público não desaparece ainda que imerso em paradoxos da visibilidade (WEBER, 2017). A técnica pode acentuar a velocidade da substituição de acontecimentos por outros, de modo a dificultar a reflexão e a interpretação (SODRÉ, 2014) e denotar diferentes níveis de simbolização (QUÉRÉ, 2012), porém o acontecimento não deixa de existir para certa comunidade.

De acordo com a essência de vitalidade (WEBER, 2011), os acontecimentos públicos e o poder-agir científico são combinações entre ética e epistemologia porque determinada ruptura é coletivamente reconhecida como passível de observação e permanece viva em pesquisas sucedentes. Significa dizer que o modelo de ciência que organiza acontecimentos públicos não é um modelo do contemporâneo, conforme pensado por Agamben (2021), por conta da escolha do objeto (L. M. MARTINO & MARQUES, 2021). O conceito de contemporâneo e o lugar do contemporâneo na epistemologia da Comunicação (L. M. MARTINO & MARQUES, 2021), combina, sobretudo, uma possibilidade ética e epistemológica, um poder-agir científico do observador diante do observável. Assim, o horizonte do contemporâneo pode corroborar as práticas científicas que organizam acontecimentos públicos porque contempla uma atitude ante o mundo vivido. Essa atitude é caracterizada como uma aproximação distanciada: a observação é temporalmente próxima ao observável, mas distanciada em crítica.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese tem um ponto de partida relacional: o conceito de acontecimento público e o conhecimento científico da interface entre Comunicação & Política. Com o paradigma da complexidade, esse ponto de partida passa a ser visto como uma dialógica entre duas temporalidades aparentemente incompatíveis: o tempo do que é imprevisível em múltiplos desdobramentos e sentidos, o acontecimento; e o tempo do que é institucionalmente regrado, o tempo da pesquisa. Ao contrário de repelirem, os acontecimentos públicos parecem motivar a ação que os transforma em objeto do conhecimento. Essa ação, desde o início da elaboração do tema, situou-se em torno das práticas científicas em Comunicação e Política que, por ser uma interface (BRAGA, 2004), é resultado da percepção sobre alguma insuficiência teórica da área vizinha para compreender os processos os quais se deseja investigar empiricamente.

O interesse pela dialógica mencionada é o único eixo inalterado entre as muitas modificações que sofreu esta tese. Isso porque as viradas da complexidade e da hermenêutica foram responsáveis por destacar nuances não percebidas. Na **Introdução** desta tese, a hipótese foi apresentada segundo a aceitação dessas duas perspectivas e foi proposto o diálogo entre ambas. Se, no lugar do diálogo, fosse esta tese desenvolvida sob o viés de apenas uma dessas perspectivas, teria sido, ao final do estudo, insuficiente. A complexidade inspirou a forma inicial de indagar a relação entre acontecimentos públicos e práticas científicas. A hermenêutica colaborou para o desfecho compreensivo no qual essas práticas deixam marcas textuais que, apesar do ponto final contido em cada texto científico analisado, abrem outras possibilidades de interpretação do agir científico ante acontecimentos públicos.

Com a complexidade, o princípio dialógico traduziu a relação entre as temporalidades do acontecimento e da pesquisa, aparentemente incompatíveis, mas complementares. A questão foi amplificada com o princípio recursivo: antes desorganizadas por acontecimentos públicos que se impõem, as práticas científicas, ao organizarem acontecimentos públicos nas e pelas pesquisas, se auto-organizam e reorganizam o conhecimento em C&P. Ainda, o princípio hologramático chama a atenção para o acontecimento enquanto singularidade, a parte que se inscreve no todo e o todo que nela se inscreve, o que leva ao direcionamento do que é sobressalente e resultante dessa revelação conjunta. (MORIN, 2016)

No momento da inclinação desses princípios, outra virada pareceu necessária, sobretudo, por causa da especificação das práticas científicas investigadas, que são realizadas em comunidade científica, reunidas no evento de legitimidade e autoridade entre os pares, a Compós, em forma de artigo científico. A escrita e a leitura estão sempre explícitas e implícitas em pesquisas sobre outras pesquisas. Em todas as áreas, são essas as atividades que permitem o conhecimento institucionalmente reconhecido e legitimado nos espaços de debate em que está submetido (periódicos científicos; congressos especializados; teses ou dissertações).

A importância da escrita e da leitura entre as condições de produção do conhecimento são dimensionadas pela hermenêutica narrativa, mas também reflexiva porque compreender a si mesmo faz parte do confronto com o mundo do texto. O caráter narrativo chama a atenção para os encadeamentos de acontecimentos cuja costura em uma história inteligível é culturalmente herdada e onipresente até nas escritas mais codificadas. A narrativa deriva da observação do mundo prático em que, para que algo aconteça, há um estado anterior; ao mesmo tempo, ela concebe as bases para a leitura refiguradora. A leitura não é apenas complementar, mas determinante para o círculo hermenêutico e permite ao leitor a compreensão de si diante do texto, dos personagens, das ações ali narradas. (RICOEUR, 2010a; 2010c; 2014)

Ainda assim, tendo em vista a preocupação desta tese, a inflexão inserida pelas práticas científicas é que o leitor de textos especializados será, no geral, agente da escrita de outros textos científicos, um par aproximado, apesar das desigualdades entre capitais científicos (BOURDIEU, 1983). Isso faz com que a leitura, talvez, seja ainda mais significativa, porque se torna condição para a continuidade das práticas e, qualitativamente, para a superação dos problemas. Assim, a compreensão de si é compreender-se em interação com os pares em alusão ao próprio fazer científico do qual se faz parte.

Ambas as atividades, a escrita e a leitura, observadas pelo viés das práticas científicas, são inerentes aos problemas da organização de acontecimentos públicos. O termo organização, nesta tese, foi sempre acionado no sentido de Morin e, por isso, envolve as camadas do conceito: interações, transformações, retroações entre elementos antagônicos e complementares são ligadas pela organização. Organizar nas e pelas pesquisas implica a tradução do mundo observado e marcado pelo

atravessamento das temporalidades entre acontecimentos públicos e práticas científicas, que se auto-organizam ao organizarem a desordem, que por serem partes revelam a condição do conhecimento em C&P, reorganizado em virtude do acontecimento público temporalmente próximo.

Ao se afirmar que as práticas científicas, ao organizarem acontecimentos públicos nas e pelas pesquisas, se auto-organizam em comunidade científica e reorganizam o conhecimento da interface entre C&P, se tem o resultado de que a organização do que é descontínuo mantém a continuidade das práticas da comunidade científica. Ao organizarem acontecimentos públicos, as práticas científicas se auto-organizam em comunidade devido ao reconhecimento dessas emergências como referências empíricas aos problemas epistemológicos da interface entre C&P. Do conjunto incontável de acontecimentos que emergem e padecem entre paradoxos da visibilidade (WEBER, 2017) de uma sociedade em midiatização (BRAGA, 2012), na qual as mais diversas práticas sociais concorrem e disputam sentidos (BALDISSERA, 2008), o reconhecimento de que determinados acontecimentos públicos são questionáveis do ponto de vista dos conceitos e das teorias de interface entre C&P é, portanto, uma auto-organização de práticas científicas em comunidade e do próprio conhecimento então atualizado para atender novas questões, que superam os contextos em que conceitos e teorias foram forjados.

A auto-organização foi percebida no concomitante movimento de abertura e fechamento sistêmicos em que acontecimentos públicos concentram o debate científico no GT de C&P da Compós. De acordo com os resultados, as *Eleições de 2010* e o *Golpe de 2016*, são referentes empíricos desse movimento. São acontecimentos de fechamento porque foram capazes de, no mesmo e imediatamente ano seguinte de ambas as ocorrências factuais, concentrarem-se como objetos empíricos de metade ou mais da metade dos artigos científicos no intervalo indicado: *Eleições de 2010*: acontecimento do ano de 2010, concentração do debate científico em 2011; *Golpe de 2016*: acontecimento do ano de 2016, concentração do debate científico em 2017. Essa concentração seria um fechamento sistêmico, pois os eventos da Compós são espaços de debate com nível restrito de aceitabilidade de até dez artigos por edição. Assim, esse dado pode ser lido pela relevância de ambos os acontecimentos.

Ao mesmo tempo que o fechamento é identificado pela concentração de certos acontecimentos, a abertura ocorre quando essa concentração se diversifica pelos elementos postos em interação com os acontecimentos públicos, reflexo da organização projetada nas escolhas e nas operações teóricas e metodológicas de cada artigo, de forma autônoma.

A auto-organização também foi percebida pelos encadeamentos entre pesquisas de autoria e anos diferentes, a partir dos quais foi possível compor a vida científica de acontecimentos em torno de três agentes políticos, da ascensão ao declínio político, através da seleção de quatro tipologias (Eleições – Governos – Escândalos políticos - Manifestações sociais). As demonstrações elencaram três agentes políticos identificados e escolhidos por diferentes níveis de complexidade de encadeamentos, do mais simples ao mais complexo, segundo as três organizações típicas: acontecimento como objeto teórico e empírico (OT-1); acontecimentos como variável do argumento teórico (OT-2) e o acontecimento como contexto de outros temas (OT-3). O encadeamento simples foi elaborado com 15 pesquisas entre a ascensão e o declínio de Antônio Carlos Magalhães; o de nível médio foi elaborado com 46 artigos científicos entre a ascensão e o declínio de Dilma Rousseff; por fim, o de nível mais complexo, elaborado com 76 artigos científicos entre a ascensão e o declínio de Luiz Inácio Lula da Silva. As ascensões (**Eleições**) e as permanências (**Governos**) encadeiam-se com acontecimentos das tipologias **Escândalos políticos** e **Manifestações sociais**, que tornam inesperados até mesmo os acontecimentos mais esperados.

Assim, com os objetivos específicos, que orientaram a identificação dos elementos em interação, a criação de organizações típicas e os encadeamentos dessas organizações típicas, os vínculos entre acontecimentos públicos e práticas de pesquisa são avaliados como uma forma de agir em comunidade, uma vez que artigos científicos autônomos também se tornam complementares se lidos sistemicamente. Esses achados mostram um caminho metodológico para análise de práticas científicas, pois a abertura e o fechamento sistêmicos e os encadeamentos, marcados pela diferença, se mostraram complementares: pesquisas autônomas podem ser lidas individualmente e coletivamente quando há auto-organização.

Os encadeamentos entre pesquisas, realizados por meio da leitura cronológica e sistêmica, atestou, ano após ano, diferente da progressão democrática, um devir entre acontecimentos significativos para o fortalecimento das democracias e acontecimentos demonstrativos da fragilidade das democracias. Se, em 2011, foi possível – através da organização de acontecimentos públicos no âmbito do GT de C&P da Compós, ler a ascensão da primeira mulher presidenta do Brasil (2010), que fortaleceu a democracia brasileira; em 2017, o declínio por um golpe parlamentar (2016) é o desfecho que simboliza o enfraquecimento da mesma democracia então fortalecida. Neste caso, o passado não é sinônimo de retrocesso porque é o acontecimento temporalmente posterior que demonstra a fragilidade.

No caso da interface criada para compreender fenômenos de comunicação e de política, a leitura cronológica, ao contrário de asseverar a progressão democrática em que o ponto anterior, o mais antigo, é necessariamente retrógrado em comparação com os fenômenos que o sucedem, expressa mais um devir democrático. Como afirma Ricoeur, pela narrativa, é possível reverter a metáfora da flecha do tempo, do passado ao futuro em progressão linear. De acordo com a análise, o ano 2021, o último analisado, é empiricamente marcado por objetos que são estudados pelo conceito de censura, antipolítica, etc. O devir democrático, assim, é resultado da organização de acontecimentos e dos conceitos empregados nas e pelas pesquisas.

Entre as fortunas e os infortúnios, a organização de acontecimentos públicos, temporalmente partilhados, pode gerar contradição entre argumentos antecedentes e sucedentes, por vezes, com prazo de validade, mas também é a partir da mesma prática, segundo a inclusão do acaso, que está expresso um modelo de sociedade no qual se vive em devir democrático. O contrário, isto é, suprimir o acaso, revelaria outro tipo de contexto histórico, social, político e cultural, manifestado pelas estruturas que permanecem. De acordo com a análise, portanto, trata-se do contrário: diferentemente da constante progressão, é constatado o devir democrático inscrito nos acontecimentos públicos em anos diferentes ao longo do recorte. Sendo assim, o acontecimento público é a peça que, a cada edição do GT de C&P da Compós, de 2000 a 2021, inscreve e é inscrita no devir democrático, revelando-o.

O agir em comunidade científica, avaliado aqui pelas ações de pesquisa no âmbito do GT de C&P (Compós, 2000-2021), pode ser ainda expandido, tendo em vista

os padrões do desenvolvimento institucional do conhecimento. Artigos submetidos e aceitos são igualmente parte de outras pesquisas, como teses e dissertações ou projetos de pesquisa, desenvolvidos nos âmbitos dos Programas de Pós-Graduação e de grupos de pesquisa. Por isso, os artigos submetidos e aceitos em eventos são representativos do que está sendo produzido em outros espaços de debate.

Os vínculos do acontecimento em curso com as práticas científicas da interface em C&P são associações temporais aproximadas. No geral, não há uma maturação do acontecimento pelo tempo do calendário em distância de anos, décadas ou séculos. São distanciamentos de meses, o que resultou na necessidade de pensar o conceito de contemporâneo. Contudo, com esse conceito, outras oportunidades analíticas foram e permanecem abertas.

O conceito de contemporâneo, elaborado por Agamben (2021) e repensado por L. M. Martino & Marques (2021) para a epistemologia da Comunicação, excede e supera a definição temporal de contemporâneo. Cabe ressaltar que, apesar das dificuldades de tradução da realidade pela linguagem e da interpretação do acontecimento imerso na velocidade dos dispositivos técnicos, não apenas a vivência nesse mesmo tempo é genuinamente uma manifestação do contemporâneo se aceita a definição de Agamben (2021).

Para o autor, o contemporâneo exerce movimentos de aproximação e distanciamento: aproximação com o próprio tempo e distanciamento crítico com o próprio tempo. Por ser mais uma postura ante o mundo vivido, o conceito parece combinar não com as escolhas de acontecimentos públicos nas e pelas pesquisas, mas como uma atitude de pesquisa por parte da observação ao estudá-los. Pode-se dizer uma atitude ética, quando está em jogo – e, nesse ponto, é viável relacioná-lo com as escolhas de acontecimentos públicos – a compreensão de si mesmo como agente que produz conhecimento em comunidade cuja marca não é a observação da democracia em progresso, mas da democracia em devir. O conceito de contemporâneo é, assim, potencialmente interessante para uma permanente aspiração e para o exercício ético-epistemológico do fazer científico quando este é orientado para a própria realidade, demandando o afastamento pela crítica.

Por isso, um conhecimento do tempo passando, conforme qualifica Barbosa (2017), apenas por ser atual ou apenas por articular certas escolhas de pesquisa,

segundo alertam L. M. Martino & Marques (2021), especialmente se supervalorizam a técnica (SODRÉ, 2014), não necessariamente combinam com o conceito de Agamben (2021). Cabe às práticas científicas da interface entre C&P um agir científico marcado pelo duplo movimento, entre aproximar-se do próprio tempo e distanciar-se em crítica, servindo esse conceito como mobilizador permanente do fazer científico durante a pesquisa que, com base nos resultados desta tese, encontra o *durante* do objeto investigado.

Apesar de todas as tentativas e intenções de escrever esta tese com um início, meio e fim, o presente parágrafo é um fim formal, o fim da escrita. Cabe, neste momento, à leitura apreciar se essas intenções se completam. O fim da escrita é também uma reabertura de novas interpretações que excedem essas linhas. No início de 2022, ano eleitoral, no momento em que esta tese é finalizada, já estão abertos novos círculos hermenêuticos dos acontecimentos públicos que virão, sempre encadeados naqueles que já foram e que permanecem na longa história das democracias.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio (2008). **Che cos'è il contemporaneo?**. Milano: Nottetempo, 2021.
- ALBUQUERQUE, Afonso. A Comunicação Política depois do Golpe: notas para uma agenda de pesquisa. **Compolítica**, v. 8, n. 2, p. 171-206, 11 dez. 2018. Disponível em: <http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/193>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- ALDÉ, Alessandra; CHAGAS, Viktor; SANTOS, João Guilherme Bastos dos. Teses e dissertações defendidas no Brasil (1992-2012): um mapa da pesquisa em comunicação e política. **Compolítica**, v. 3, n. 2, p. 7-44, 10 set. 2013. Disponível em: <http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/43>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- ARENDT, Hannah (1971). **A vida do espírito: o pensar, o querer e o julgar**. Tradução de Cesar Augusto R. de Almeida, Antônio Abranches e Helena Franco Martins. 8. ed - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO [S. l: s.n.]. Disponível em: <https://compos.org.br/>. Acesso: 25 jun. 2022.
- BACHELARD, Gaston (1927). **Ensaio sobre o conhecimento aproximado**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BALDISSERA, Rudimar. Comunicação Organizacional na perspectiva da complexidade. **Organicom**, [S. l.], v. 6, n. 10-11, p. 115-120, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139013/134361>. Acesso: 17 mar. 2020.
- BALDISSERA, Rudimar. Estratégia, comunicação e relações públicas. In: XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação, Campo Grande, 2001. **Anais...[...]**. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2001.
- BALDISSERA, Rudimar. Significação e comunicação na construção da imagem-conceito. **Fronteiras - Estudos Midiáticos**, [S.L.], v. 10, n. 3, p. 193-200, 22 dez. 2008. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/5397>. Acesso: 15 mar. 2020.
- BARBOSA, Marialva Carlos. Comunicação: uma história do tempo passando. **Revista TransVersos**, [S.l.], n. 11, p. 98-118, dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/transversos.2017.30932>. Acesso em: 19 abr. 2020.
- BARBOSA, Marialva Carlos. **Percursos do olhar: comunicação, narrativa e memória**. Niterói: EdUFF, 2007.
- BARBOSA, Marialva Carlos; RÊGO, Ana Regina. Historicidade e Contexto em perspectiva Histórica e Comunicacional. **Revista FAMECOS**, v. 24, n. 3, ago. 2017. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/26989/15697>. Acesso: 30 abr. 2021.

BENETTI, Márcia. A apropriação discursiva da morte pelo leitor. *In*: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa; HENN, Ronaldo (orgs.). **Jornalismo e acontecimento: diante da morte** – volume 3. Florianópolis: Insular, 2012, p. 149-168.

BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. The Logic of Connective Action. **Information, Communication & Society**, 15:5, p.739-768, 2012.

BENJAMIN, Walter (1940). **Sobre o conceito de história**. Edição crítica. Organização e tradução de Adalberto Müller. 1.ed. São Paulo: Alameda, 2020.

BERGER, Christa. De São Paulo a Madrid. Das mediações à midiatização. **Mediaciones Sociales**, n. 2, I semestre de 2008, pp. 3-12.

BERGER, Christa. Do jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica. *In*: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (orgs.). **O jornal da forma ao sentido**. Tradução de Sérgio Grossi Porto. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 273-284.

BOBBIO, Norberto. Verbete Democracia. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). **Dicionário de política**. Tradução de Carmen C. Varriale et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1.ed. 1998.

BOURDIEU, Pierre (1997). **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004a.

BOURDIEU, Pierre (1999). O campo político. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** Brasília, n. 5, p. 193-216, 2011. Disponível em http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 out. 2021.

BOURDIEU, Pierre (2001). **Para uma sociologia da ciência**. Tradução de Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2004b.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. *In*: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. Tradução de Paula Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo: Atica, 1983.

BRAGA, José Luiz. Os estudos de interface como espaço de construção do Campo da Comunicação. **Revista Contracampo**, [S.L.], n. 10/11, p. 219-236, 15 dez. 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v0i10/11.542>.

BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. *In*: MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI JUNIOR, Jeder; JACKS, Nilda (orgs.). **Mediação & midiatização**. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 29-52.

CARVALHO, Carlos Alberto de. Entendendo as narrativas jornalísticas a partir da tríplice mimese proposta por Paul Ricoeur. **Matrizes**, São Paulo, ano 6, n. 1, jul/dez.

2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1430/143024819012.pdf>. Acesso: 30 abr. 2021.

CHAIA, Vera. Investigação sobre Comunicação Política no Brasil. **Ponto-e-Vírgula**, v.2, p.160-177, 2007.

CHAIA, Vera; TEIXEIRA, Marco Antonio. Democracia e escândalos políticos. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 62-75, 2001. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400008&lng=en&nrm=iso. Acesso: 17 jun. 2021.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução de Angela S. M. Corrêa. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2007.

CHINEM, Rivaldo. **Imprensa alternativa**: Jornalismo de oposição e inovação. Editora Ática S.A, 1995.

DALMONTE, Edson Fernando. Presente: o tempo do jornalismo e seus desdobramentos. **História (São Paulo)**, [S.L.], v. 29, n. 1, p. 328-344, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/6BV69rFdjHZpwsPHM4nHbjy/?lang=pt>. Acesso: 5 mar. 2021.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. Tradução Denise Bottman. – São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. 1.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

DEWEY, John (1925). **Experiência e natureza**. Tradução de Murilo Otávio Rodrigues Paes Leme. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

ENTMAN, Robert. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, 1993.

FAUSTO NETO, Antonio. Fragmentos de uma «analítica» da midiatização. **MATRIZES**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 89-105, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38194>. Acesso: 29 abr. 2022.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. Epistemologia da comunicação: asserção e indecisão. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org.). **Epistemologia da comunicação no Brasil**: trajetórias autorreflexivas. São Paulo: ECA-USP, 2016, p. 143-156.

FERREIRA, Giovandro Marcus; HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C; MORAIS, Osvando J. de (orgs.). **Teorias da comunicação**: trajetórias investigativas. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2010.

FIGUEIREDO, Marcus. A decisão do voto. **Compólitica**, v. 4, n. 1, p. 205-216, 10 abr. 2014. Disponível em: <http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/62>>. Acesso 10 mar. 2021.

FRANÇA, Vera Veiga. *et al.* Comunicação e Política: mapeando autores/as e teorias mobilizados no Brasil. **Compólitica**, v. 8, n. 2, p. 5-40, 11 dez. 2018. Disponível em <<http://www.compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/183>>. Acesso: 10 jan. 2020.

FRANÇA, Vera Veiga. O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística. *In*: FRANÇA, Vera Veiga; OLIVEIRA, Luciana de (orgs.). **Acontecimento**: reverberações. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, p. 38-51.

FRANÇA, Vera Veiga. O objeto da comunicação/A comunicação como objeto. *In*: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (orgs.). **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 39-60.

FRANÇA, Vera Veiga; LOPES, Suzana Cunha. Análise do acontecimento: possibilidades metodológicas. **MATRIZES**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 71-87, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/138820>. Acesso em: 24 abr. 2021.

GOFFMAN, Erving (1974). **Frame analysis**. An essay on the organization of experience. Boston: Northeastern University Press, 1986.

GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Revista Fronteiras** - estudos midiáticos. vol. VII, nº 3 - set/dez, 2005, p. 214-222. Disponível em: <http://www.revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6394>. Acesso: 5 out. 2021.

GOMES, Wilson. 90 anos de comunicação e política. **Contemporânea**: comunicação e cultura, vol.09, n.03, setembro-dezembro, 2011, p. 337 -343. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/5736>. Acesso: 2 out. 2021.

GOMES, Wilson. 20 anos de política, Estado e democracia digitais: uma “cartografia” do campo. *In*: SILVA, Sivaldo Pereira da; BRAGATTO, Rachel Callai; SAMPAIO, Rafael Cardoso (orgs.). **Democracia digital, comunicação política e redes**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016, p. 39-76.

GOMES, Wilson. Da discussão à visibilidade. *In*: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. **Comunicação e Democracia**: problemas e perspectivas. Paulus: São Paulo, 2008.

GOMES, Wilson. Propaganda política, ética e democracia. *In*: MATOS, Heloíza (org.). **Mídia, eleições e democracia**. São Paulo: Editora página aberta LTDA, 1994, p. 53-90.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. Porto Alegre: Paulus, 2014.

GUAZINA, Liziane. O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: desafios interdisciplinares. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 49-64, jul.-dez. 2007. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/csoc/v33/v33a04.pdf>. Acesso: 10 jan. 2020.

HABERMAS, Jürgen (1962). **Storia e critica dell'opinione pubblica**. Roma: Editori Laterza, 1974.

HABERMAS, Jürgen (1983). **Consciência moral e agir comunicativo**. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, Jürgen (1985). **O discurso filosófico da modernidade**: doze lições. Tradução de Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HALLIDAY, Tereza L. Retórica e Política. In: MATOS, Heloiza (org.). **Mídia, eleições e democracia**. São Paulo: Editora página aberta LTDA, 1994. p. 91- 109.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C; FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da Comunicação**: conceitos, escolas e abordagens. 11.ed. Petrópolis: RJ, Vozes, 2011.

HONNETH, Axel (1992). **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora, 2003.

LAGE, Leandro Rodrigues. **Testemunho do sofrimento nas narrativas telejornalísticas**. Florianópolis: Insular, 2018.

LAGE, Leandro Rodrigues. Contribuições da hermenêutica de Paul Ricoeur para uma teoria da narratividade jornalística. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, [S.L.], v. 15, n. 2, p. 09-19, 16 jan. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2018v15n2p09/38291>. Acesso: 30 abr. 2021.

LAZARFELD, Paul F., BERELSON, Bernard; GAUDET, Hazel. **The people's choice**. How the voter makes up his mind in a presidential campaign. Columbia University Press, 1948.

LIMA, Venício A. de. Os mídia e o cenário de representação da política. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política. 1996, n. 38, p.239-271. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451996000200012>. Acesso: 12 ago. 2021.

LIPPMANN, Walter (1922). **Opinião Pública**. Tradução de Jacques Wainberg. Petrópolis: Vozes, 2008.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Narrativas Televisivas e Identidade Nacional: O Caso da Telenovela Brasileira. XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais**: ...[...]. Salvador/BA. **INTERCOM** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2002.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. O Campo da Comunicação: sua constituição, desafios e dilemas. **FAMECOS**: mídia, cultura e tecnologia, n. 30, 2006, p. 16-30. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4955/495550186002.pdf>. Acesso: 2 fev. 2022.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Reflexividade epistêmica na pesquisa empírica em Comunicação. **Conexão pós**: diálogos e intersecções na pesquisa discente [S.l.: s.n.], 2018. Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/textos/002916969.pdf>. Acesso: 28 ago. 2021.

MAIA, Rousiley C. M. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. **LOGOS 27**: Mídia e democracia. Ano 14, 2º semestre 2007.

MAIA, Rousiley C. M. A deliberação nos media: apontamentos conceituais. **Comunicação & Sociedade**, [S.L.], v. 30, n. 50, p. 81-101, 31 dez. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v30n50p81-101>. Acesso 5 jun. 2021.

MAIA, Rousiley C. M. *et al.* Conversação e deliberação sobre questões sensíveis: um estudo sobre o uso das razões que circulam nos media. **Galáxia**, n. 34, p. 55-72, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/3J9TY4Yk4jWNhJ79x4yq9ys/?lang=pt>. Acesso em: 3 jan. 2022.

MAIA, Rousiley C. M; FRANÇA, Vera. A comunidade e a conformação de uma abordagem comunicacional dos fenômenos. *In*: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org.). **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MARQUES DE MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Acontecimento e criação de comunidades de partilha: o papel das ações comunicativas, estéticas e políticas. *In*: FRANÇA, Vera Regina Veiga; OLIVEIRA, Luciana de (orgs.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, p. 143-169.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil; MIOLA, Edna. 1989, o ano que não terminou: epistemologia e metodologia da pesquisa em Comunicação e Política no Brasil. **Comunicação e Sociedade**, [S. l.], v. 33, p. 107-128, 2018. Disponível em: <https://revistacomsoc.pt/index.php/revistacomsoc/article/view/1057>. Acesso em: 18 out. 2020.

MARTINO, Luís Mauro Sá; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Aproximações e ambivalências epistemológicas da pesquisa que se constitui entre a comunicação e o comunicar. **Lumina**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21105>. Acesso em: 21 jun. 2020.

MARTINO, Luís Mauro Sá; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. A afetividade do conhecimento na epistemologia: a subjetividade das escolhas na pesquisa em Comunicação. **MATRIZES**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 217-234, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizas/article/view/140592>. Acesso em: 14 set. 2020.

MARTINO, Luís Mauro Sá; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. A teoria nas livrarias: o circuito de publicação e distribuição como problema epistemológico na Comunicação. **PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM**. São Paulo, v. 3, n. 5, jan./jul. 2019. Disponível em: <https://fapcom.edu.br/revista/index.php/revista-paulus/article/view/94>. Acesso em: 27 out. 2021.

MARTINO, Luís Mauro Sá; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Pensar o lugar do contemporâneo na epistemologia da Comunicação. *In*: BOMFIM, Ivan; SARTOR, Basilio; VIEIRA, Karine Moura; SILVA, Marcia Veiga da (orgs.). **Mídia e zeitgeist**. 1. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2021, p. 99-112.

MARTINO, Luís Mauro Sá; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Ética e teorias da comunicação: poder, interações e cultura participativa. **Comunicação e Sociedade**, [S. l.], v. 25, p. 138-153, 2014. Disponível em: <https://revistacomsoc.pt/index.php/revistacomsoc/article/view/875>. Acesso em: 19 abr. 2022.

MARTINO, Luiz Cláudio. As epistemologias contemporâneas e o lugar da comunicação. **Epistemologia da Comunicação**. *In*: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de Lopes (org.). Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2003.

MARTINO, Luiz Cláudio. De qual comunicação estamos falando? *In*: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (orgs.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 11-25.

MATOS, Heloiza (org.). **Mídia, eleições e democracia**. São Paulo: Editora página aberta LTDA, 1994.

McCOMBS, Maxwell; SHAW, David L. The Agenda-Setting Function of Mass Media. **The Public Opinion Quarterly**. Vol. 36, No. 2 (Summer, 1972), pp. 176-187, 1972.

McDONALD, Kevin. From Solidarity to Fluidarity: Social movements beyond 'collective identity' the case of globalization conflicts. **Social Movement Studies: Journal of Social, Cultural and Political Protest**, 1:2, pp. 109-128, 2002.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Movimentos sociais como acontecimentos: linguagem e espaço público. **Lua Nova**, São Paulo, 72: 115-142, 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ln/n72/a05n72.pdf>. Acesso em: 28 Set. 2020.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Singularidade e identidade nas manifestações de 2013. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S.L.], n. 66, p. 130, 1 abr. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/133110>. Acesso em: 10 abr. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova**, nº 55-56, 2002.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2005.

- MORIN, Edgar (1999). **A cabeça bem feita**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- MORIN, Edgar (1977). **O Método 1: a natureza da natureza**. Tradução de Ilana Heineberg. Porto Alegre: Sulina, 2016.
- MORIN, Edgar (1980). **O Método 2: a vida da vida**. Tradução de Marina Lobo, Simone Ceré e Tânia do Valle Tschiedel. 5.ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- MORIN, Edgar (1986). **O Método 3: o conhecimento do conhecimento**. 5.ed. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- MORIN, Edgar (1991). **O Método 4: As ideias – habitat, vida, costumes, organização**. Tradução de Juremir Machado da Silva. 5.ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- MORIN, Edgar (2001). **O Método 5: a humanidade da humanidade**. 5.ed. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2012.
- MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. *In*: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (orgs.). **O jornal da forma ao sentido**. Tradução de Sérgio Grossi Porto. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. The Spiral of Silence a Theory of Public Opinion. **Journal of Communication**, Volume 24, Issue 2, 1974, p. 43–51.
- NORA, Pierre (1974). **O retorno do fato**. *In*: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: novos problemas. Tradução de Theo Santiago. 4ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- PANKE, Luciana; CERVI, Emerson. Análise da comunicação eleitoral uma proposta metodológica para os estudos do HGPE. **Contemporanea: Revista de comunicação e cultura**, v.09, n.03, setembro-dezembro, 2011, p. 390-404.
- PINTO, Céli Regina. Multidão-povo: a propósito da tomada das praças ao redor do mundo em 2011. **Compólitica**, v. 5, n. 2, p. 7-50, 26 jan. 2016.
- PRADO, José Luiz Aidar. A. Capitais de midiatização: da circulação à propagação interativa. **Questões Transversais**, São Leopoldo, Brasil, v. 8, n. 16, 2020. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/21714>. Acesso em: 27 abr. 2022.
- PRADO, José Luiz Aidar. O campo da comunicação e a comunicação entre os campos na era da globalização. *In*: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org.). **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2003, p. 135-153.
- PRUDENCIO, Kelly Cristina de Souza; SANTOS, Jocelaine Josmeri dos. Mídia e movimentos sociais: um esboço metodológico a partir da *frame analysis* de Erving Goffman. **Anais [...]** IV Encontro da Compólitica, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011.

QUÉRÉ, Louis. Construction des problèmes publics et action collective. **Discursos - Língua, Cultura e Sociedade**. Lisboa: Univ. Aberta, 2001, p. 97-113.

QUÉRÉ, Louis. Entre o facto e o sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos**, Lisboa, n. 6, 2005, p. 59-75.

QUÉRÉ, Louis. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. *In*: FRANÇA, Vera Regina & OLIVEIRA, Luciana de (orgs.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

QUÉRÉ, Louis. A individualização do acontecimento no quadro da experiência pública. **Caleidoscópio** (Lisboa), v. 10, 2011, p. 13-37.

RÊGO, Ana Regina. Articulação temporal e essência narrativa: o jornalismo para além do tempo presente. **Contracampo**, Niterói, v. 37, n. 03, p. 149-168, dez/2018-mar/2019, p. 149-168, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/19453/pdf>. Acesso: 5 ago. 2021.

RÊGO, Ana Regina; LEAL, Ranielle. Os caminhos da tradição em Ricoeur: pistas para a compreensão da historicidade da Comunicação. *In*: RÊGO, Ana Regina et al. (orgs.). **Os desafios da pesquisa em história da comunicação: entre a historicidade e as lacunas da historiografia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019.

RESENDE, Fernando. O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. **Galáxia**, São Paulo, n. 18, p.31-43, dez. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3996/399641244005.pdf>. Acesso: 3 abr. 2021.

RICOEUR, Paul (1983). **Tempo e narrativa**. Tomo 1 – A intriga e a narrativa histórica. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010a.

RICOEUR, Paul (1984). **Tempo e narrativa**. Tomo 2 – A configuração do tempo na narrativa de ficção. Tradução de Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010b.

RICOEUR, Paul (1990). **O si-mesmo como outro**. Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

RICOEUR, Paul (1991). **Tempo e narrativa**. Tomo 3 – o tempo narrado. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010c.

RICOEUR, Paul. **Teoria da interpretação**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1976.

RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; AZEVEDO, Fernando Antonio. Mídia e política no Brasil: textos e agenda de pesquisa. **Lua Nova**. 1998, n. 43, p.189-216. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-64451998000100011>. Acesso: 15 jan. 2020.

RÜDIGER, Francisco. O pensamento propagandístico japonês, das origens até 1945. **Compólitica**, v. 6, n. 1, p. 115-139, 14 out. 2016. Disponível em <http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/97>. Acesso: 2 jun. 2021.

SAMPAIO, Rafael; SARMENTO, Rayza; CHAGAS, Viktor (orgs.). **Comunicação e política no contexto da pandemia**: breves reflexões. Curitiba: Compólitica, Carvalho Comunicação, 2021.

SARMENTO, Rayza; MASSUCHIN, Michele Goulart; MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Comunicação e Política no Brasil: um panorama recente. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S. l.], n. 95, 2021. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/118>. Acesso em: 2 abr. 2021.

SCROFERNEKER, Cleusa Maria Andrade; AMORIM, Lidianie Ramirez de (orgs.). **(Re) leituras contemporâneas sobre comunicação organizacional e relações públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

SILVA JUNIOR, José Afonso da.; PROCÓPIO, Pedro Paulo.; SANTOS, Mônica Melo dos. Um Panorama da Teoria do Agendamento, 35 anos depois de sua formulação. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. v.31, n.2, jul./dez. 2008, p. 205-221.

SIMÕES, Paula Guimarães. Celebridade e contexto contemporâneo. **Galaxia**, n. 28, p. 45-57, dez. 2014a. Disponível: <https://www.scielo.br/j/gal/a/JTHK6j5vdqYtyvb888sB8mQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 16 set. 2021.

SIMÕES, Paula Guimarães. O acontecimento e o campo da Comunicação. *In*: FRANÇA, Vera Veiga *et al.* **Teorias da Comunicação no Brasil**: reflexões contemporâneas. Salvador: Edufba, 2014b.

SOARES, Murilo C. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

TARROW, Sidney. **Poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

THOMPSON, John B. A nova visibilidade. **MATRIZES**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 15-38, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38190>. Acesso em: 29 abr. 2022.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Volume I: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005a.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Volume II: A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005b.

VERÓN, Eliseo. Teoria da midiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. **MATRIZES**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 13-19, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/82928>. Acesso em: 28 abr. 2022.

WEBER, Maria Helena. Na comunicação pública, a captura do voto. **LOGOS 27**: Mídia e democracia. Ano 14, 2º semestre 2007.

WEBER, Maria Helena. O estatuto da Imagem Pública na disputa política. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 12, n. 3, 2009.

WEBER, Maria Helena. Do acontecimento público ao espetáculo político-midiático. **Caleidoscópio**: Revista de Comunicação e Cultura, 2011, p. 189-203. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10437/6068>. Acesso em: 15 out. 2021.

WEBER, Maria Helena. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. In: WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja Pfeifer; LOCATELLI, Carlos (orgs.). **Comunicação Pública e Política**: pesquisas e práticas. Florianópolis: Insular, 2017.

WEBER, Maria Helena. Balizas do campo comunicação e política. **Tríade: Comunicação, Cultura e Mídia**, [S. l.], v. 8, n. 18, p. 6-48, 2020. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/triade/article/view/4046>. Acesso em: 28 abr. 2022.

WEBER, Maria Helena; LUZ, Ana Javes; BARRERAS, Sandra Bitencourt de. Equação da política provisória: a comunicação na disputa de afetos e votos. **Compólitica**, v. 8, n. 2, p. 41-68, 11 dez. 2018. Disponível em: <http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/187>. Acesso: 10 mar. 2021.

ZIZEK, Slavoj. **Acontecimento**: uma viagem filosófica através de um conceito. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

APÊNDICE A – Artigos científicos apresentados no GT de C&P da Compós e publicados nos anais do evento (listados por ano, de 2000 a 2021)⁵¹

GT DE C&P (Compós, 2000)

AZEVEDO, Fernando Antônio. A agenda da mídia na campanha presidencial de 1998. *In: IX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2000, Porto Alegre. **Anais...**[...]. Porto Alegre, 2000. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1417.pdf. Acesso: 11 fev. 2021.

SÁ, Simone Pereira de; ALBUQUERQUE, Afonso de. A tragédia dos ursos e outras mensagens: observações sobre a e-política e a globalização. *In: IX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2000, Porto Alegre. **Anais...**[...]. Porto Alegre, 2000. Disponível em http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1423.pdf. Acesso: 11 fev. 2021.

WEBER, Maria Helena. Híbridos de verdades políticas e midiáticas. *In: IX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2000, Porto Alegre. **Anais...**[...]. Porto Alegre, 2000. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1421.pdf. Acesso: 11 fev. 2021.

SOARES, Murilo Cesar. Jornalismo, crise e eleições presidenciais no Brasil. *In: IX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2000, Porto Alegre. **Anais...**[...]. Porto Alegre, 2000. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1422.pdf. Acesso: 11 fev. 2021.

MATOS, Heloiza. Meia volta, rever: discursos e imagens das instituições militares em tempos de mudança. *In: IX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2000, Porto Alegre. **Anais...**[...]. Porto Alegre, 2000. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1418.pdf. Acesso: 12 fev. 2021.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Novas configurações das eleições no Brasil contemporâneo. *In: IX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2000, Porto Alegre. **Anais...**[...]. Porto Alegre, 2000. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1416.pdf. Acesso: 12 fev. 2021.

ALDÉ, Alessandra; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. O MST na TV: sublimação do político, moralismo e crônica cotidiana do nosso de “estado de natureza”. *In: IX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2000, Porto Alegre. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1415.pdf. Acesso: 12 fev. 2021.

GOMES, Wilson. Opinião pública política hoje uma investigação preliminar. *In: IX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2000, Porto Alegre. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1424.pdf. Acesso: 12 fev. 2021.

ESTEVES, João Pissarra. Poder, linguagem e comunicação: a funcionalidade sistêmica e a questão moral da política. *In: IX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2000, Porto Alegre. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1419.pdf. Acesso: 12 fev. 2021.

ALMEIDA, Jorge. Sistematizando os pressupostos sobre a hipótese do marketing de contra-hegemonia. *In: IX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2000, Porto Alegre. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1420.pdf. Acesso: 12 fev. 2021.

⁵¹ A atual reformulação do site da Compós pode afetar a abertura dos *links*.

GT DE C&P (Compós, 2001)

ALDÉ, Alessandra. A televisão como repertório de exemplos. Mecanismos de incorporação de explicações políticas. *In: X ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2001, Brasília. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1246.pdf. Acesso: 17 fev. 2021.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. ACM: poder, mídia e política. *In: X ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2001, Brasília. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1245.pdf. Acesso: 17 fev. 2021.

MAIA, Rousiley C. M. Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação. *In: X ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2001, Brasília. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1252.pdf. Acesso: 17 fev. 2021.

CHAIA, Vera. Escândalos políticos e mídia: casos na vida política brasileira. *In: X ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2001, Brasília. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1253.pdf. Acesso: 17 fev. 2021.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. Imagem marca e continuismo político: a Era Tasso no Ceará. *In: X ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2001, Brasília. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1251.pdf. Acesso: 17 fev. 2021.

AZEVEDO, Fernando. Imprensa e cobertura eleitoral (jornais paulistas e a eleição municipal de 2000). *In: X ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2001, Brasília. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1247.pdf. Acesso: 17 fev. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. Influência e resistência. Em busca de um modelo complexo da relação mídia/política. *In: X ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2001, Brasília. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1250.pdf. Acesso: 17 fev. 2021.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Mídia e accountability: dimensões e condições da poliarquia midiática. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2001, Brasília. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1248.pdf. Acesso: 17 fev. 2021.

GOMES, Wilson. Opinião Política na Internet. Uma abordagem ética das questões relativas a censura e liberdade de expressão na comunicação em rede. *In: X ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2001, Brasília. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1254.pdf. Acesso: 17 fev. 2021.

ALMEIDA, Jorge. Pesquisas de opinião e cenário de representação da política. *In: X ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2001, Brasília. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1249.pdf. Acesso: 17 fev. 2021.

GT DE C&P (Compós, 2002)

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Espetáculo, política e mídia. *In: XI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2002. Rio de Janeiro. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_757.pdf. Acesso: 29 mar. 2021.

ABREU, Alzira Alves de. Imprensa e responsabilidade política. *In: XI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2002. Rio de Janeiro. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_751.pdf. Acesso: 29 mar. 2021.

SOARES, Murilo C. Lula na TV: aspectos e limitações da retórica eleitoral do PT. *In: XI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2002. Rio de Janeiro. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_758.pdf. Acesso: 29 mar. 2021.

VEIGA, Luciana Fernandes. Marketing político e decisão do voto: como agem os eleitores diante das propagandas eleitorais. *In: XI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2002. Rio de Janeiro. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_759.pdf. Acesso: 29 mar. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. Mídia e carreira política: alguma teoria e o caso do Brasil. *In: XI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2002. Rio de Janeiro. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_755.pdf. Acesso: 29 mar. 2021.

MAIA, Rousiley C. M. Mídia e deliberação pública: mediações possíveis. *In: XI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2002. Rio de Janeiro. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_754.pdf. Acesso: 29 mar. 2021.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Mídia e poliarquia: denunciamento e oligarquia, ou, como tornar a mídia (também) "accountable"? *In: XI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2002. Rio de Janeiro. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_760.pdf. Acesso: 29 mar. 2021.

ALMEIDA, Jorge. Mídia, estado e sociedade civil na renúncia de ACM. *In: XI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2002. Rio de Janeiro. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_752.pdf. Acesso: 29 mar. 2021.

GOMES, Wilson. O sistema da política mediática. *In: XI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2002. Rio de Janeiro. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_753.pdf. Acesso: 29 mar. 2021.

PORTO, Mauro. Telenovelas e controvérsias políticas: interpretações da audiência sobre Terra Nostra. *In: XI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2002. Rio de Janeiro. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_756.pdf. Acesso: 29 mar. 2021.

GT DE C&P (Compós, 2003)

NUNES, Márcia Vidal. As rádios comunitárias nas campanhas eleitorais: exercício da cidadania ou instrumentalização (1998-2000). *In: XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2003. Recife. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_935.pdf. Acesso: 29 mar. 2021.

CORREIA, João Carlos Ferreira. Comunicação e deliberação democrática: algumas reflexões. *In: XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2003. Recife. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_932.pdf. Acesso: 29 mar. 2021.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Cultura e política na eleição de 2002: as estratégias de Lula presidente. *In: XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2003. Recife. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_930.pdf. Acesso: 29 mar. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. Discursos cruzados: telenoticiários, HPEG e a construção da agenda eleitoral. *In: XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2003. Recife. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_934.pdf. Acesso: 29 mar. 2021.

MAIA, Rousiley Celi M. Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública. *In: XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2003. Recife. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_937.pdf. Acesso: 29 mar. 2021.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Institucionalização política da mídia no Brasil (ou, como foi possível a globo "lular" depois de 13 anos?). *In: XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2003. Recife. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_931.pdf. Acesso: 29 mar. 2021.

FIGUEIREDO, Marcus; ALDÉ, Alessandra. Intenção de voto e propaganda política: efeitos e gramáticas da propaganda eleitoral. Notas para um debate. *In: XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2003. Recife. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_936.pdf. Acesso: 29 mar. 2021.

ALMEIDA, Jorge. Lula, Serra e a disputa pelo discurso da "Mudança" em 2002. *In: XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2003. Recife. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_933.pdf. Acesso: 29 mar. 2021.

GOMES, Wilson. Negociação política e comunicação de massa. *In: XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2003. Recife. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_938.pdf. Acesso: 29 mar. 2021.

ALBUQUERQUE, Afonso de. O anfitrião ausente: a televisão nos estudos sobre a propaganda política na televisão. *In: XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2003. Recife. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_929.pdf. Acesso: 29 mar. 2021.

GT DE C&P (Compós, 2004)

ALBUQUERQUE, Afonso de. Advertising ou propaganda? O audiovisual político brasileiro numa perspectiva comparada. *In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2004. São Bernardo do Campo. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_566.pdf. Acesso: 29 mar. 2021.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Instituições e transições políticas: o lugar da mídia. *In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2004. São Bernardo do Campo. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_597.pdf. Acesso: 29 mar. 2021.

ALDÉ, Alessandra. Mídia e guerra: enquadramentos do Iraque. *In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2004. São Bernardo do Campo. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_567.pdf. Acesso: 29 mar. 2021.

STROHSCHOEN, Ana Maria. Mídia e memórias coletivas. *In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2004. São Bernardo do Campo. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_600.pdf. Acesso: 29 mar. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. Modelos utópicos de comunicação de massa para a democracia. *In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2004. São Bernardo do Campo. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_568.pdf. Acesso: 29 mar. 2021.

ALBUQUERQUE, Andréa Moreira; GOMES, Isaltina Maria de Azevedo Mello. O discurso do medo versus o discurso da esperança: a disputa de sentidos decisiva das Eleições 2002. *In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2004. São Bernardo do Campo. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_569.pdf. Acesso: 29 mar. 2021.

WEBER; Maria Helena; PEREIRA, Marcos V.; COELHO, Marja P. *In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2004. São Bernardo do Campo. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_598.pdf. Acesso: 29 mar. 2021.

JARDIM, Márcia. Palanque eletrônico em eleições locais. *In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2004. São Bernardo do Campo. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_599.pdf. Acesso: 29 mar. 2021.

GOMES, Wilson. Sobre a transformação da política na era da comunicação de massa. *In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2004. São Bernardo do Campo. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_601.pdf. Acesso: 29 mar. 2021.

MAIA, Rousiley C. M. Visibilidade e accountability: o evento do ônibus 174. *In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2004. São Bernardo do Campo. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_602.pdf. Acesso: 29 mar. 2021.

GT DE C&P (Compós, 2005)

MIGUEL, Luis Felipe. "A palavra aperfeiçoada": o discurso do Partido dos Trabalhadores nas eleições de 2002. *In: XIV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2005. Niterói, Rio de Janeiro. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_696.pdf. Acesso: 29 mar. 2021.

GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. *In: XIV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2005. Niterói, Rio de Janeiro. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_695.pdf. Acesso: 30 mar. 2021.

STEIBEL, Fabro. Campanha negativa: construindo o objeto de estudo. *In: XIV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2005. Niterói, Rio de Janeiro. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_697.pdf. Acesso: 30 mar. 2021.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. *In: XIV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2005. Niterói, Rio de Janeiro. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_698.pdf. Acesso: 30 mar. 2021.

MAIA, Rousiley C. M.; SANTIAGO, Daniela. Entre o mercado e o fórum: o debate anti-tabagismo na cena midiática. *In: XIV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2005. Niterói, Rio de Janeiro. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_699.pdf. Acesso: 30 mar. 2021.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Imprensa e legislativo os editoriais da Folha de S. Paulo sobre o Senado (2003-2004). *In: XIV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2005. Niterói, Rio de Janeiro. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_793.pdf. Acesso: 30 mar. 2021.

COELHO, Marja Pfeifer. Mídia e segurança: os escândalos do leite e da segurança, entre a notícia e o espetáculo. *In: XIV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2005. Niterói, Rio de Janeiro. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_794.pdf. Acesso: 30 mar. 2021.

FORTES, Rafael. O Brasil que gosta de autoridade: a política na cobertura do Plano Cruzado. *In: XIV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2005. Niterói, Rio de Janeiro. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_795.pdf. Acesso: 30 mar. 2021.

ALMEIDA, Jorge. O PT-GOVERNO NA TV - 2004. *In: XIV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2005. Niterói, Rio de Janeiro. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_796.pdf. Acesso: 30 mar. 2021.

ALBUQUERQUE, Afonso de. Política partidária e política midiática: substituição ou coexistência?. *In: XIV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2005. Niterói, Rio de Janeiro. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_797.pdf. Acesso: 30 mar. 2021.

GT DE C&P (Compós, 2006)

WEBER, Maria Helena. A cidade traída (os recortes da mídia e do governo). *In: XV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2006. Bauru, São Paulo. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_445.pdf. Acesso: 30 mar. 2021.

ALDÉ, Alessandra; ESCOBAR, Juliana; CHAGAS, Viktor. A febre dos blogs de política. *In: XV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2006. Bauru, São Paulo. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_444.pdf. Acesso: 30 mar. 2021.

STEIBEL, Fabro. Direito de resposta e judicialização da política na propaganda política brasileira. *In: XV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2006. Bauru, São Paulo. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_443.pdf. Acesso: 30 mar. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. Falar bonito: o Kitsch como estratégia discursiva. *In: XV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2006. Bauru, São Paulo. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_440.pdf. Acesso: 30 mar. 2021.

MACHADO, Maria Berenice da Costa. Híbridos discursivos: estratégias políticas e mercadológicas dos veículos de comunicação de massa. *In: XV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2006. Bauru, São Paulo. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_439.pdf. Acesso: 30 mar. 2021.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Institucionalização midiática e "representação" política: a construção do cidadão-consumidor nos telejornais. *In: XV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2006. Bauru, São Paulo. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_438.pdf. Acesso: 30 mar. 2021.

SANTOS, Suzy dos; SILVEIRA, Érico da. O conceito de interesse público nas comunicações. *In: XV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2006. Bauru, São Paulo, **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_437.pdf. Acesso: 30 mar. 2021.

MAIA, Rousiley C. M. Política deliberativa e tipologia de esfera pública. *In: XV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2006. Bauru, São Paulo, **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_442.pdf. Acesso: 30 mar. 2021.

GOMES, Wilson. Tocqueville não via TV: capital social, democracia e televisão em Robert Putnam. *In: XV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2006. Bauru, São Paulo. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_512.pdf. Acesso: 30 mar. 2021.

MENDONÇA, Kleber. Polifonia e poder: a interpretação política de um massacre de sem-terras. *In: XV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2006. Bauru, São Paulo, **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_441.pdf. Acesso: 30 mar. 2021.

GT DE C&P (Compós, 2007)

MIGUEL, Luis Felipe. A mídia e o declínio da confiança na política. *In: XVI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2007. Curitiba, Paraná. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_39.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

MÁXIMO, Helena Cristina. A mídia no discurso parlamentar. *In: XVI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2007. Curitiba, Paraná. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_36.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

SOUZA, Nelson Rosário de; PAULA, Carolina Almeida de. Evento novo, velha mídia: os jornais e o referendo no Paraná. *In: XVI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2007. Curitiba, Paraná. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_34.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

LIEDTKE, Paulo Fernando. Governando com a mídia: o agendamento mútuo entre o Estado e os mass media na política nacional. *In: XVI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2007. Curitiba, Paraná. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_40.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

ROCHA, Simone Maria. Mídia e politização de identidades: dilemas na construção de um "nós" entre os moradores de favelas. *In: XVI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2007. Curitiba, Paraná. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_35.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil. Níveis de participação dos cidadãos na internet: Um exame dos websites de senadores brasileiros e norte-americanos. *In: XVI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2007. Curitiba, Paraná. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_37.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

MARQUES, Ângela C. S.; MENDONÇA, Ricardo F.; MAIA, Rousiley C. M. O sistema deliberativo e seus espaços discursivos: a articulação entre diferentes modos de comunicação. *In: XVI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2007. Curitiba, Paraná. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_135.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

COLLING, Leandro. O "estado da arte" dos estudos sobre mídia e eleições presidenciais de 1989 a 2002. *In: XVI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2007. Curitiba, Paraná. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_42.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

GOMES, Wilson. Publicidade, visibilidade, discutibilidade para uma revisão do conceito de esfera pública política. *In: XVI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2007. Curitiba, Paraná. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_41.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

ALDÉ, Alessandra; MENDES, Gabriel Mendes; FIGUEIREDO, Marcus. Tomando partido: imprensa e eleições presidenciais em 2006. *In: XVI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2007. Curitiba, Paraná. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_43.pdf. Acesso: 02 abr. 2021

GT DE C&P (Compós, 2008)

ALBUQUERQUE, Afonso de. A mídia como "Poder Moderador": uma perspectiva comparada. *In: XVII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2008. São Paulo, SP. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_305.pdf. Acesso: 02 abr. 2021

GOMES, Neusa Demartini. Comunicação política: olhares convergentes e divergentes. *In: XVII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2008. São Paulo, SP. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_313.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando Democracia e regulação midiática: um enfoque histórico. *In: XVII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2008. São Paulo, SP. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_308.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Gênero e política no jornalismo brasileiro. *In: XVII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2008. São Paulo, SP. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_418.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Imprensa, Partido dos Trabalhadores e eleições presidenciais (1989-2006). *In: XVII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2008. São Paulo, SP. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_307.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

GOMES, Wilson. Mapeando a audioesfera política brasileira: os soundbites políticos no Jornal Nacional. *In: XVII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2008. São Paulo, SP. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_314.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

HENRIQUES, Márcio Simeone. Polícia que conversa: reciprocidade, publicidade e accountability na implantação da filosofia de polícia comunitária. *In: XVII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2008. São Paulo, SP. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_312.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

SILVA, Daniel de Lemos Germano da. Política de imagem e visibilidade: o projeto Pacto pelo Rio Grande. *In: XVII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2008. São Paulo, SP. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_306.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

NUNES, Márcia Vidal; GURJÃO, André. Práticas políticas e cidadania no site de relacionamento Orkut: individualismo e auto-afirmação nas comunidades virtuais. *In: XVII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2008. São Paulo, SP. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_311.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

MALERBA, João Paulo Carrera. Rádios comunitárias brasileiras e a questão espacial. *In: XVII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2008. São Paulo, SP. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_309.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

GT DE C&P (Compós, 2009)

PEREIRA, Mônica Mourão. A esquerda bem informada. *In: XVIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2009. Belo Horizonte, Minas Gerais. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1066.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. *In: XVIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2009. Belo Horizonte, Minas Gerais. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1067.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

ALBUQUERQUE, Afonso de. As três faces do Quarto Poder. *In: XVIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2009. Belo Horizonte, Minas Gerais. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1068.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

PRUDENCIO, Kelly Cristina de Souza. Mobilizar a opinião pública: sobre a comunicação dos ativistas políticos. *In: XVIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2009. Belo Horizonte, Minas Gerais. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1069.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

CHIMENTO, Marcelo Rutowitsch. O palanque virtual: relações entre os blogs de política e a imprensa na eleição de 2008. *In: XVIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2009. Belo Horizonte, Minas Gerais. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1070.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

PINHO, Andrea Azevedo. Os debates sobre o aborto na mídia brasileira: enquadramentos midiáticos e conseqüências políticas. *In: XVIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2009. Belo Horizonte, Minas Gerais. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1071.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

SILVA, Sivaldo Pereira da. Papéis democráticos e dimensões analíticas da comunicação política do estado: um estudo de caso sobre portal da Presidência da República. *In: XVIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2009. Belo Horizonte, Minas Gerais. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1072.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; MAIA, Rousiley C. M. Poderia a deliberação enriquecer o reconhecimento?. *In: XVIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2009. Belo Horizonte, Minas Gerais. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1073.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

GOMES, Wilson; FERNANDES, Breno; REIS, Lucas; SILVA, Tarcízio Silva. Politics 2.0: a campanha online de Barack Obama em 2008. *In: XVIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2009. Belo Horizonte, Minas Gerais. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1074.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

WEBER, Maria Helena; ALMEIDA, Tania. Testemunha de acusação: capas de Veja sobre o Governo Lula. *In: XVIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2009. Belo Horizonte, Minas Gerais. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1075.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

GT DE C&P (Compós, 2010)

ITUASSU, Arthur. 1989: o significado da internacionalização brasileira e o fim da guerra fria no Brasil. *In: XIX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2010. Rio de Janeiro, RJ. *Anais...*[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1459.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

ALBUQUERQUE, Afonso de; MARTINS, Adriane Figueirola. Apontamentos para um modelo de análise dos partidos na Web. Apontamentos para um modelo de análise dos partidos na Web. *In: XIX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2010. Rio de Janeiro, RJ. *Anais...*[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1460.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

TEDESCO, Marina Cavalcanti. Depois do disparo: uma análise da apropriação das últimas imagens de Brad Will por audiovisuais brasileiros e mexicanos. *In: XIX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2010. Rio de Janeiro, RJ. *Anais...*[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1461.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

LARANJEIRA, Marcela Dantas; SAMPAIO, Rafael Cardoso. Fóruns online e deliberação: conversações restritas ou participação democrática?. *In: XIX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2010. Rio de Janeiro, RJ. *Anais...*[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1462.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

QUEVEDO, Josemari Poerschke de; WEBER, Maria Helena. Limites da Accountability e da comunicação pública (Câmara e Prefeitura Municipal de Porto Alegre no debate público sobre o Pontal do Estaleiro). *In: XIX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2010. Rio de Janeiro, RJ. *Anais...*[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1463.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. O caleidoscópio convexo. *In: XIX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2010. Rio de Janeiro, RJ. *Anais...*[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1560.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

MUNDIM, Pedro Santos. O papel da cobertura da imprensa no realinhamento eleitoral de 2006: notas sobre a variável "Esquecida". *In: XIX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2010. Rio de Janeiro, RJ. *Anais...*[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1465.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Reconhecimento e (qual?) deliberação. *In: XIX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2010. Rio de Janeiro, RJ. *Anais...*[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1466.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

BARRERAS, Sandra Eliane Olivera Bitencourt de. Ubiquidade na rede - os blogs pessoais para a intervenção de sujeitos políticos no espaço público. *In: XIX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2010. Rio de Janeiro, RJ. *Anais...*[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1467.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

GT DE C&P (Compós, 2011)

CUNHA, Glória Cristina; QUEIROZ, Adolpho Carlos Françoso; LAGAZZI, Suzy. A cidadania desgastada pelos exageros de sua utilização no Governo Collor. *In: XX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2011. Porto Alegre, RS. *Anais...*[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1612.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

VAZ, Paulo; CARDOSO, Janine. A epidemia da dengue como questão política: risco e sofrimento no Jornal Nacional em 2008. *In: XX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2011. Porto Alegre, RS. *Anais...*[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1613.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. A mídia nas eleições presidenciais brasileiras: uma variável em mutação?. *In: XX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2011. Porto Alegre, RS. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1614.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

AGGIO, Camilo de Oliveira. Campanhas online e participação: um esforço preliminar de análise da atuação dos eleitores e dos agentes de campanha no projeto Proposta Serra. *In: XX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2011. Porto Alegre, RS. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1615.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

LOCATELLI, Carlos Augusto; WEBER, Maria Helena. Comunicação e constrangimentos ao acesso a informações na construção de barragens no Brasil. *In: XX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2011. Porto Alegre, RS. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1616.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael Cardoso. Election after election: rupturas e continuidades nos padrões midiáticos das campanhas políticas online. *In: XX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2011. Porto Alegre, RS. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1617.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

ALBUQUERQUE, Afonso de. Em nome do público: jornalismo e política nas entrevistas dos presidentes ao Jornal Nacional. *In: XX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2011. Porto Alegre, RS. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1618.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

ITUASSU, Arthur. O enquadramento (ou o preconceito) da descrença: uma análise das seções de opinião de O Globo e da Folha de S. Paulo durante a campanha eleitoral de 2010. *In: XX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2011. Porto Alegre, RS. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1619.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Razão e sentimento: a comunicação política e a decisão do voto. *In: XX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2011. Porto Alegre, RS. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1620.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Teoria crítica e deliberação: diálogos instáveis. *In: XX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2011. Porto Alegre, RS. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1621.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

GT DE C&P (Compós, 2012)

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; CAL, Danila. A quem concerne o plebiscito sobre a divisão do estado do Pará? Legitimação e contestação do direito à fala em uma comunidade do Facebook. *In: XXI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2012. Juiz de Fora, MG. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1832.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

PAULA, Carolina Almeida de. As múltiplas faces da representação política senatorial durante o HGPE 2010 do Rio de Janeiro. *In: XXI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2012. Juiz de Fora, MG. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1833.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Democracia online e o problema da exclusão digital. *In: XXI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2012. Juiz de Fora, MG. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1834.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

STEIBEL, Fabro Boaz. Ferramentas web 2.0 e o design de consultas públicas online: o caso do Marco Civil Regulatório. *In: XXI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2012. Juiz de Fora, MG. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1835.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

BRAGATTO, Rachel Callaj; NICOLÁS, Maria Alejandra; SAMPAIO, Rafael Cardoso. Internet e política em análise: levantamento sobre o perfil dos estudos brasileiros apresentados entre 2000 e 2011. *In: XXI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2012. Juiz de Fora, MG. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1836.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

BIROLI, Flávia. O jornalismo como gestor de consensos: limites do conflito na política e na mídia. *In: XXI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2012. Juiz de Fora, MG. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1837.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

MAIA, Rousiley Celi Moreira; GARCÊZ, Regiane Lucas de Oliveira. O papel do sentimento e da justificação nas lutas por reconhecimento dos surdos na internet. *In: XXI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2012. Juiz de Fora, MG. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1838.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

ALDÉ, Alessandra; SANTOS, João Guilherme Bastos dos. Petições públicas e batalhas digitais. *In: XXI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2012. Juiz de Fora, MG. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1944.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. Rafinha e a calcinha: a expressão pública, seus limites e os limites dos limites. *In: XXI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2012. Juiz de Fora, MG. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1840.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

LEAL, Paulo Roberto Figueira; ROSSINI, Patrícia Gonçalves da Conceição. Relações entre representantes e representados no Twitter: os perfis de presidentes latino-americanos e a construção de uma agenda de pesquisa. *In: XXI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2012. Juiz de Fora, MG. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1841.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

GT DE C&P (Compós, 2013)

BIROLI, Flávia; MANTOVANI, Denise. A parte que me cabe nesse julgamento: a Folha de S. Paulo na cobertura ao processo do "mensalão". *In: XXII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2013. Salvador, BA. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_2012.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

FERES JÚNIOR, João; MIGUEL, Lorena Marina dos Santos; BARBABELA, Eduardo de Figueiredo; MAFRA, Anaily; PEREGRINI, Ingrid; SILVA, Renata do Nascimento. As vozes gritadas na eleição 2010: o discurso direto na disputa presidencial. *In: XXII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2013. Salvador, BA. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_2015.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

GARCÊZ, Regiane Lucas de Oliveira; CAL, Danila Gentil Rodriguez. Deslizes morais na cena midiática: reprodução da intolerância ou oportunidade para novas gramáticas morais?. *In: XXII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2013. Salvador, BA. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_2016.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando; CHAGAS, Viktor. Insegurança, (re)partidarização e "fogo amigo": a economia política dos meios na Era Lula. *In: XXII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2013. Salvador, BA. **Anais...**[...]. Salvador, BA. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_2011.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

MIOLA, Edna; MAIA, Rousiley Celi Moreira. Jornalismo e política em pauta: tensões entre interesses públicos e privados no debate sobre a criação da Empresa Brasil de Comunicação. *In: XXII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2013. Salvador, BA. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_2010.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

ALBUQUERQUE, Afonso de; PINTO, Pamela Araujo. O inferno são os outros: mídia, clientelismo e corrupção. *In: XXII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2013. Salvador, BA. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_2009.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

VILLELA, Isabel Cristina F. Os discursos articulados da democracia (entre o econômico, o político e o social). *In: XXII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2013. Salvador, BA. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_2014.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

GOMES, Wilson; PEREIRA, Fernanda Soares. Quem está no controle? um estudo sobre as entrevistas com os candidatos à Presidência da República transmitidas nos telejornais da Rede Globo durante as eleições de 2010. *In: XXII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2013. Salvador, BA. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_2018.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

NASCIMENTO, Solano dos Santos. Reportagens com denúncias na imprensa brasileira: análise de duas décadas da predileção por mostrar problemas. *In: XXII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2013. Salvador, BA. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_2017.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; AQUINO, Jakson Alves de. Representação parlamentar no Twitter: uma abordagem quantitativa. *In: XXII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2013. Salvador, BA. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_2013.pdf. Acesso: 02 abr. 2021.

GT DE C&P (Compós, 2014)

PRUDENCIO, Kelly; SILVA JUNIOR, José Geraldo da. A comunicação política das micromobilizações na internet: uma proposta metodológica a partir da observação em hip hop em Curitiba. *In: XXIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2014. Belém, PA. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/prudencio.silvajr_2174.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

BARRERAS, Sandra Bitencourt de; WEBER, Maria Helena. A neutralização do debate sobre o aborto o ativismo político-religioso e o silenciamento do governo. *In: XXIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2014. Belém, PA. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/compos_2176.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

ALDÉ, Alessandra; SANTOS, João Guilherme Bastos dos. As manifestações de junho: estratégia em rede para resistência civil. *In: XXIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2014. Belém, PA. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/aldeasantos2014formatado_2169.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

ITUASSU, Arthur. E-representação como teoria política: comunicação social, internet e democracia representativa. *In: XXIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2014. Belém, PA. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/ituassu_compos_2014b_2170.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Internet e transparência política. *In: XXIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2014. Belém, PA. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/artigoformatadocompos2014-gtcomunicacaoepolitica_2173.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

MAGALHÃES, Eleonora de; ALBUQUERQUE, Afonso de. Jornalistas sem jornal: a "blogosfera progressista" no Brasil. *In: XXIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2014. Belém, PA. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/comp%C3%B3s2014_jornalistassemjornal_eleonoraefonso_2171.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando; CHAGAS, Viktor. Mercado futuro: um modelo analítico para a economia política dos meios impressos. *In: XXIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2014. Belém, PA. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/compos2014-v5_2177.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

MOTA, Fernanda Ferreira; BIROLI, Flávia. Mídia, gênero e eleições: peças na produção da política como ela é. *In: XXIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2014. Belém, PA. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/m%C3%ADdia,g%C3%AAneroeelei%C3%A7%C3%B5es-fernandamotaefl%C3%A1viabiroli_2172.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

GOMES, Wilson; ALMADA, Maria Paula. Ondas de notícias políticas: as dinâmicas da atenção pública no noticiário político de TV. *In: XXIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2014. Belém, PA. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/gomes_almada_vers%C3%A3o_enviada_comp%C3%B3s_2014_2178.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

GUAZINA, Liziane Soares. Quando cultura política e subcultura jornalística andam de mãos dadas: a desconfiança na política em tempos de escândalos. *In: XXIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2014. Belém, PA. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/guazinaxxiicompos_2175.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

GT DE C&P (Compós, 2015)

BRAGA, Sérgio; CARLOMAGNO, Márcio Cunha. As pessoas interagem com os políticos nas mídias sociais? Padrões de interação no Facebook e seus determinantes nas eleições estaduais brasileiras de 2014. *In: XXIV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2015. Brasília/DF. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/bragacarlomagno-2014-composgerado_2791.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

GUAZINA, Liziane; PAULINO, Fernando Oliveira. Comunicação e política: a cobertura das eleições de 2014 em três emissoras públicas de Rádio. *In: XXIV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2015. Brasília/DF. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-b52f761c-abb2-44bb-be36-8e27cd16e447_2787.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

MAIA, Rousiley C. M; CAL, Danila; HAUBER, Gabriella; OLIVEIRA, Vanessa Veiga de; ROSSINI, Patrícia G. C; SAMPAIO, Rafael C. Conversação e deliberação sobre questões sensíveis: um estudo sobre o uso das razões que circulam nos media. *In: XXIV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2015. Brasília/DF. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-9446f7ef-3d71-478e-8873-d4077ab9db92_arquivocompleto_2790.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

CERVI, Emerson Urizzi; GANDIN, Lucas. Da continuidade de Lula em 2011 ao 'novo governo' reeleito em 2015: as principais características dos discursos de posse de Dilma Rousseff ao Congresso Nacional. *In: XXIV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2015. Brasília/DF. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-7e1930dc-fca2-40ac-8445-3d711647baf2_completo_2786.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

WEBER, Maria Helena; LUZ, Ana Javes Andrade da; BARRERAS, Sandra Bitencourt. Equação da política provisória: a propaganda eleitoral para governador do RS em 2014. *In: XXIV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2015. Brasília/DF. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-d06d266e-21fa-4c29-b92b-fa52cd01c716_2781.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

CAMPOS, Luiz Augusto. Imprensa e esfera pública: retomando o debate Lippmann-Dewey sobre o papel público da imprensa. *In: XXIV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2015. Brasília/DF. **Anais...**[...]. Disponível em: [http://www.compos.org.br/biblioteca/compos\(autor\)_2788.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/compos(autor)_2788.pdf). Acesso: 03 abr. 2021.

RIZZOTTO, Carla Candida; PRUDENCIO, Kelly; SILVA, Michele Santos da. Muita cena e pouca comunicação política? A Marcha das vadias nos portais de notícias e a questão do reconhecimento. *In: XXIV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2015. Brasília/DF. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-5d3a9803-a2e8-4721-adac-8168b7435a6f_2783.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

MANTOVANI, Denise Maria. O aborto nas eleições de 2010: apontamentos sobre mídia, política e religião. *In: XXIV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*,

2015. Brasília/DF. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/compos_com_autoria_2785.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

ITUASSU, Arthur; LIFSCHITZ, Sergio. Opinião pública e comunicação política em #eleições2014: uma análise preliminar. *In: XXIV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2015. Brasília/DF. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/final_comautoria_2782.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

RUDNICKI, Carlise Schneider. "Lá e aqui": percepções sobre os discursos antitabagistas no Vale do Rio Pardo/RS. *In: XXIV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2015. Brasília/DF. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-15c99237-f572-48c0-a6f1-776e148bf393_2784.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

GT DE C&P (Compós, 2016)

WEBER, Maria Helena; CARNIELLI, Fiorenza. A comunicação de instituições públicas e o paradoxo da visibilidade estratégica. *In: XXV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2016, GOIÂNIA/GO. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/compos16-acomunica%C3%A7%C3%A3odeinstitui%C3%A7%C3%B5esp%C3%BAblicaseoparadoxodavisibilidadeestrat%C3%A9gica-comautoria_3314.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

MATOS, Heloiza Helena; PEREIRA FILHO, Jorge. A participação na comunicação pública: para além do consenso. *In: XXV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2016, GOIÂNIA/GO. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/templatexxvcompos_participa_aut_3316.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

GARCÊZ, Regiane Lucas de Oliveira; MAIA, Rousiley C. M. A representação política como processo discursivo: o debate sobre a educação de surdos compreendido a partir de uma perspectiva processual. *In: XXV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2016, GOIÂNIA/GO. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/garc%C3%AAzemaiacomp%C3%B3s2016-vers%C3%A3odefinitiva_3324.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

SANTOS JUNIOR, Marcelo Alves dos. Agentes de campanha não-oficial: A Rede Antipetista na eleição de 2014. *In: XXV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2016, GOIÂNIA/GO. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/artigo-comp%C3%B3sidentificado_3318.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

ROSSINI, Patrícia Gonçalves da Conceição; OLIVEIRA, Vanessa Veiga de. E-Democracia e Legislação Colaborativa: A Discussão da Reforma Política no Brasil. *In: XXV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2016, GOIÂNIA/GO. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/rossini_oliveira2016compos-final_3320.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

PAES, Paula de Souza. Estratégias políticas e comunicação pública sobre a questão da imigração na França. *In: XXV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2016, GOIÂNIA/GO. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/artigo-compostemplateautoria_3322.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

FONTENELLE, André; GUAZINA, Liziane Soares. O uso de pesquisas eleitorais no colonismo político: uma comparação entre O Globo e La Nación nas eleições presidenciais de Brasil (2014) e Argentina (2015). *In: XXV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2016, GOIÂNIA/GO. **Anais...**[...]. Disponível em: [http://www.compos.org.br/biblioteca/compos2016fontenelleguazinafinal\(1\)_3308.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/compos2016fontenelleguazinafinal(1)_3308.pdf). Acesso: 03 abr. 2021.

CERVI, Emerson Urizzi; MASSUCHIN, Michele Goulart; CAMPOS, Eva. Personalismo e partidarismo em perspectiva comparada nas postagens do Facebook: uma análise da cobertura eleitoral nas fanpages dos principais jornais durante as eleições de 2014 no Brasil e de 2015 na Espanha. *In: XXV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2016, GOIÂNIA/GO. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/2016_compos_comnom_3312.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

CAPONE, Leticia; ITUASSU, Arthur; LIFSCHITZ, Sérgio; MANNHEIMER, Vivian. Superposters, especialização e serviço: a Primeira Consulta Pública do Marco Civil da Internet no Twitter. *In: XXV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO*

NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 2016, GOIÂNIA/GO. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/comatoria_3310.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

CHAGAS, Viktor. "Não tenho nada a ver com isso": cultura política, humor e intertextualidade nos memes das Eleições 2014. *In: XXV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 2016, GOIÂNIA/GO. Anais...*[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/artigo-compos-2016-fullpaper2_3326.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

GT DE C&P (Compós, 2017)

MATOS NETO, Eurico Oliveira; DOURADO, Tatiana Maria Silva Galvão; ROCHA, Pedro Mesquita Duarte da. @DILMABR no impeachment: Uma análise das estratégias de comunicação política de Dilma Rousseff no Twitter. *In: XXVI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 2017, SÃO PAULO/SP. Anais...*[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/arquivos_2017/trabalhos_arquivo_LRP0JNRLUMH413HS2IX9_26_5791_21_02_2017_14_54_35.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

GARCÊZ, Regiane Lucas de Oliveira. A representação política em uma perspectiva comunicacional. *In: XXVI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 2017, SÃO PAULO/SP. Anais...*[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/arquivos_2017/trabalhos_arquivo_W1IFHC3UH09LD2TQBNYQ_26_5822_21_02_2017_14_20_15.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

ROTHBERG, Danilo. Acesso à informação, política digital e sustentabilidade ambiental no Brasil. *In: XXVI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 2017, SÃO PAULO/SP. Anais...*[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/arquivos_2017/trabalhos_arquivo_WYEQTIAWXJY53TPQBUOY_26_5436_14_02_2017_19_55_53.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

BARROS, Samuel Anderson Rocha. As oportunidades que valem a pena: um estudo da participação em consultas online. *In: XXVI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 2017, SÃO PAULO/SP. Anais...*[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/arquivos_2017/trabalhos_arquivo_I3ZYDCICHGABTAPGWT7T_26_5871_21_02_2017_14_32_32.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

SANGLARD, Fernanda Nalon. Comissão Nacional da Verdade: uma política de memória e (também) de comunicação. *In: XXVI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 2017, SÃO PAULO/SP. Anais...*[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/arquivos_2017/trabalhos_arquivo_RW90WWD585U8V3LOUGKS_26_5524_15_02_2017_13_09_13.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

LUZ, Ana Javes Andrade da; WEBER, Maria Helena. Comunicação governamental e memória política: preservação e apagamento de informações oficiais nos sites das capitais. *In: XXVI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 2017, SÃO PAULO/SP. Anais...*[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/arquivos_2017/trabalhos_arquivo_ZZSV2TEKL34CDFBF3UQ0_26_5751_21_02_2017_14_37_15.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; MONT'ALVERNE, Camila; MITOZO, Isabele Batista. O impeachment de Dilma Rousseff nos editoriais de Folha e Estadão: Um estudo quanti-qualitativo sobre o posicionamento político dos jornais. *In: XXVI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 2017, SÃO PAULO/SP. Anais...*[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/arquivos_2017/trabalhos_arquivo_AT3DNMAN7NR2053DZH3F_26_5377_15_02_2017_14_26_35.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

MAIA, Rousiley C. M.; ARANTES; Larissa Moreira de Oliveira. Troca de Razões e Mobilização Política: explorando múltiplos espaços comunicativos da Esfera Pública. *In: XXVI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 2017, SÃO PAULO/SP. Anais...*[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/arquivos_2017/trabalhos_arquivo_TFYSB6EKPLGG23LBDLF_26_5184_03_02_2017_10_22_29.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; RIZZOTTO, Carla Candida; PRUDENCIO, Kelly Cristina de Souza. Tudo normal: a pauta antipolítica no enquadramento multimodal da cobertura do impeachment de Dilma Rousseff. *In: XXVI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 2017, SÃO*

PAULO/SP. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/arquivos_2017/trabalhos_arquivo_SQOWNCX0PFBFBTTM5ZZH_26_5511_20_02_2017_19_56_00.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

SANTOS, João Guilherme Bastos dos; CHAGAS, Viktor. VENI, VIDI, VOMITI: ocupações virtuais, desobediência civil e o ativismo escatológico do Vomitação. *In: XXVI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2017, SÃO PAULO/SP. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/arquivos_2017/trabalhos_arquivo_NK9YAKLN0W10OR56AGU0_26_5664_19_02_2017_16_00_56.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

GT DE C&P (Compós, 2018)

WEBER, Maria Helena; PARKER, Marcelo Xavier. As ocupações na Universidade: modos de reivindicar, resistir e fazer comunicação política. *In: XXVII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2018. Belo Horizonte/MG. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/arquivos_2018/trabalhos_arquivo_8Q0G0SSN1VTSMWE5AWO3_27_6997_27_02_2018_12_10_51.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

ROTHBERG, Danilo; BERTI, Pedro. Cultura cívica e esfera pública: estudo comparado de conversação política em ambientes digitais. *In: XXVII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2018. Belo Horizonte/MG. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/arquivos_2018/trabalhos_arquivo_A6EFB75NZKMXE02YSVSR_27_6149_16_02_2018_09_40_12.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

FERNANDES, Carla Montuori; OLIVEIRA, Luiz Ademir de; CORREIA, Genira Chagas. Diálogos Inconvenientes no Palácio do Jaburu: a midiaticização do escândalo político no Jornal Nacional. *In: XXVII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2018. Belo Horizonte/MG. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/arquivos_2018/trabalhos_arquivo_WIU3WJ2S33XT4VUCVG2M_27_6448_20_02_2018_11_29_01.pdf. Acesso: 20 mar. 2021.

SANTOS, João Guilherme Bastos dos; CHAGAS, Viktor. Direita Transante: enquadramentos pessoais e agenda ultraliberal no MBL. *In: XXVII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2018. Belo Horizonte/MG. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/arquivos_2018/trabalhos_arquivo_QEF093XBRQMX9EVXUZ0P_27_6967_26_02_2018_14_57_41.pdf. Acesso: 20 mar. 2021.

OLIVEIRA, Vanessa Veiga de; MAIA, Rousiley C. M. Dois demônios e uma sociedade profundamente dividida: Uma análise da semântica da Comissão da Verdade no Brasil. *In: XXVII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2018. Belo Horizonte/MG. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/arquivos_2018/trabalhos_arquivo_JYXXANE5FOURAI3O5QPQ_27_6962_26_02_2018_14_44_01.pdf. Acesso: 20 mar. 2021.

FREITAS, Viviane Gonçalves. Imprensa feminista brasileira e interseccionalidade. *In: XXVII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2018. Belo Horizonte/MG. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/arquivos_2018/trabalhos_arquivo_90812FP9M533BSDEZ2K7_27_6644_24_02_2018_20_06_55.pdf. Acesso: 20 mar. 2021.

ITUASSU, Arthur; LIFSCHITZ, Sérgio; CAPONE, Letícia; MANNHEIMER, Vivian. POLITICS 3.0? De @realDonaldTrump para as eleições de 2018 no Brasil. *In: XXVII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2018. Belo Horizonte/MG. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/arquivos_2018/trabalhos_arquivo_D9BAPE7YMXNAOCT2GIOB_27_6246_22_02_2018_09_34_27.pdf. Acesso: 20 mar. 2021.

MIOLA, Edna; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Razão e emoção nas estratégias eleitorais: A campanha à Prefeitura de Curitiba em 2016 no Facebook. *In: XXVII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2018. Belo Horizonte/MG. **Anais...**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/arquivos_2018/trabalhos_arquivo_J3FYDVS8GJ9D13WD0BF9_27_6304_18_02_2018_18_38_19.pdf. Acesso: 20 mar. 2021.

SILVA, Daniel Reis. Think tanks ideológicos e a formação da opinião pública: Reflexões sobre grupos conservadores, suas redes e os estudos de comunicação. *In: XXVII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2018. Belo Horizonte/MG. **Anais...** Disponível em: http://www.compos.org.br/data/arquivos_2018/trabalhos_arquivo_5PU8S9C48YPNX0KE7HDL_27_6292_26_02_2018_13_40_45.pdf. Acesso: 20 mar. 2021.

ALMADA, Maria Paula; CARREIRO, Rodrigo; BARROS, Samuel; GOMES, Wilson. Democracia digital no Brasil: ênfases, estilos e preferências do Poder Executivo Federal. *In: XXVII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2018. Belo Horizonte/MG. **Anais...** Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2018/papers/democracia-digital-no-brasil--enfases--estilos-e-preferencias-do-poder-executivo-federal>. Acesso: 20 mar. 2021.

GT DE C&P (Compós, 2019)

RIZZOTTO, Carla Candida; SARAIVA, Aléxia; NASCIMENTO, Louize. #ELENÃO: conversação política em rede e trama discursiva do movimento contra Bolsonaro no Twitter. *In: XXVIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2019. Porto Alegre/RS. **Anais...** Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_DTSRR9FX2S.JOGO19BFV5_28_7209_24_01_2019_08_01_36.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus; ZANETTI, Lucas Arantes. A influência de notícias nos ambientes informais de deliberação: o contexto em Portugal. *In: XXVIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2019. Porto Alegre/RS. **Anais...** Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_NEC29KL9FG5NCGOS1XL4_28_7421_16_02_2019_06_16_51.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

CESAR, Camila Moreira; WEBER, Maria Helena. A justiça, o réu e candidato lula em capas de revistas brasileiras: 12/07/2017 a 31/01/2018. *In: XXVIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2019. Porto Alegre/RS. **Anais...** Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_YKHE5EKY4T7LTKXWPU11_28_7924_22_02_2019_14_57_06.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

CHAGAS, Viktor; MITOZO, Isabele; SANTOS, João Guilherme Bastos dos; BARROS, Samuel; AZEVEDO, Dilvan. A 'NOVA ERA' da participação política? WhatsApp e call to action nas consultas do e-Cidadania (Senado Federal). *In: XXVIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*. Porto Alegre/RS, 2019. **Anais...** Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_JT1EOMKMML66U7OZDT8P_28_7653_20_02_2019_20_48_38.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

KEGLER, Bruno; POZOBON, Rejane de Oliveira. Análise argumentativa e rede de comunicação pública: uma proposta metodológica para o estudo da dinâmica comunicacional de acontecimentos públicos. *In: XXVIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*. Porto Alegre/RS, 2019. **Anais...** Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_4A21ZWTJJCAJKIDFE888_28_7655_20_02_2019_11_31_35.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

PECORARO, Caroline; ITUASSU, Arthur; CAPONE, Letícia; MANNHEIMER, Vivian. Comunicação, Internet e Transparência: o Facebook das prefeituras de Rio de Janeiro e São Paulo. *In: XXVIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2019. Porto Alegre/RS. **Anais...** Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_V5YUR7TCHFL0IDNQA81T_28_7690_21_02_2019_08_26_16.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

VITORINO, Maíra Moraes; RENAULT, David. De crime eleitoral à segurança nacional: fake news no poder legislativo brasileiro. *In: XXVIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2019. Porto Alegre/RS, **Anais...** Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_W2QX9KBOH0MBLD6ZXNC3_28_7289_11_02_2019_14_31_35.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

HAUBER, Gabriella; MAIA, Rousiley C. M. Discussão política online: emoção e deliberação sobre a redução da maioria penal em duas plataformas distintas. *In: XXVIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS*

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 2019. Porto Alegre/RS. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_5GTBDMSDTEHBP8TW8TFX_28_7708_21_02_2019_09_33_52.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

HAUBRICH, Alexandre. O espectro Lula na eleição presidencial de 2018 – Imagem pública e imagem negada. *In: XXVIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2019. Porto Alegre/RS. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_DLBNZBNWKO1GUSSQHFJ_28_7657_20_02_2019_10_16_23.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

SANTANA, Rosane Soares. Participação online e offline nas eleições presidenciais brasileiras de 2018: relação entre repertórios digitais de baixo impacto e engajamento em campanha. *In: XXVIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2019. Porto Alegre/RS. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_NRE1OD8YSNQLT8FJVXX6_28_7201_20_02_2019_17_47_24.pdf. Acesso: 03 abr. 2021.

GT DE C&P (Compós, 2020)

BARROS, Samuel Anderson Rocha; PINHO, Maria Dominguez Costa; DOURADO, Tatiana Maria Silva Galvão. A esquerda brasileira e a percepção dos efeitos das fake news: experiência e conhecimento como moderadores do efeito de terceira pessoa. *In: XXIX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2020, Campo Grande. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_9XEW77LQQG24PPYCDDBR_30_8698_26_02_2020_16_12_25.pdf. Acesso: 20 mar. 2021.

RATIER, Rodrigo Pelegrini. Broadcast e radicalização para as massas: produção e difusão de conteúdo no WhatsApp bolsonarista. *In: XXIX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2020, Campo Grande. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_3GYVRDQ2BD62R5HFIDAD_30_8488_26_02_2020_09_28_24.pdf. Acesso: 20 mar. 2021.

CHAGAS, Viktor. Dolce farmeme: a retórica da brincadeira política. *In: XXIX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2020, Campo Grande. **Anais...**[...]. Campo Grande. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_W6LWGOXZ0ZNPY9GN7DTJ_30_8524_23_02_2020_22_15_11.pdf. Acesso: 20 mar. 2021.

WEBER, Maria Helena; BRENOL, Marlise. Interesse público e política na prática do jornalismo de dados no Brasil. *In: XXIX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2020, Campo Grande. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_HKPUPPRY9R0WGGRIH2GX_30_8260_18_02_2020_00_32_42.pdf. Acesso: 20 mar. 2021.

SILVEIRA, Bruna; MAIA, Rousiley Celi Moreira. Negação e reconhecimento das diferenças: As reações ao politicamente correto entre apoiadores de Bolsonaro e Haddad no período eleitoral de 2018. *In: XXIX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2020, Campo Grande. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_UM8OPW6R321RK20WRBND_30_8581_02_03_2020_12_16_18.pdf. Acesso: 20 mar. 2021.

SANTOS JUNIOR, Marcelo Alves dos. Plataformização da Comunicação Política: governança algorítmica da visibilidade entre 2013 e 2018. *In: XXIX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2020, Campo Grande. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_QKHABY9CC75UWX3AHA7S_30_8232_18_02_2020_00_05_57.pdf. Acesso: 20 mar. 2021.

GOMES, Vinícius Borges; OLIVEIRA, Luiz Ademir de; CAMPOS, Mariane Motta de. Polarização nas redes: as campanhas de Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL) no Instagram. *In: XXIX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2020, Campo Grande. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_LY1FXRC86IGH7B0X52SQ_30_8434_21_02_2020_15_14_17.pdf. Acesso: 20 mar. 2021.

GARCÉZ, Regiane Lucas de Oliveira; LAUDARES, Livia Gomes; LOPES, Deize Ferreira Paiva; GERMAN, Tomás Soares; SILVA, Tayrine Vaz. Primavera latina: corpo e performance de mulheres latinas nos protestos de 2019. *In: XXIX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2020, Campo Grande. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_3ZA6ZF0IDMV6W3OXDUTX_30_8392_26_02_2020_17_52_28.pdf. Acesso: 20 mar. 2021.

CAL, Danila Gentil Rodriguez; KAHWAGE, Nathalia. Representação política discursiva no Facebook: análise da atuação de mulheres vereadoras. *In: XXIX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2020, Campo Grande. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_XIRRF022PIHKYMX42SSJ_30_8507_25_02_2020_17_45_11.pdf. Acesso: 20 mar. 2021.

PRUDENCIO, Kelly Cristina de Souza; RIZZOTTO, Carla Candida; BELIN, Luciane Leopoldo; SARAIVA, Alécia Silva. ¡Aquí estamos las mujeres!: a figura feminina nos protestos políticos sul-americanos de 2019 a partir de uma análise de imagens do Instagram. *In: XXIX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2020, Campo Grande. **Anais...**[...]. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_4UCR6BQXKAMZ9PL6HUFPP_30_8563_25_02_2020_22_16_57.pdf. Acesso: 20 mar. 2021.

GT DE C&P (Compós, 2021)

SCHIAFFARINO, Julia; GUAZINA, Liziane. A política do anti: Uma análise sobre a campanha de João Dória à Prefeitura de S. Paulo no Facebook. *In: XXX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2021, São Paulo. **Anais...**[...]. Disponível em: <https://proceedings.science/compos-2021/trabalhos/a-politica-do-anti-uma-analise-sobre-a-campanha-de-joao-doria-a-prefeitura-de-s-paulo-no-facebook>>. Acesso em: 05 fev. 2022.

MIGUEL, Luis Felipe. A cruzada contra o capital cultural. *In: XXX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2021, São Paulo. **Anais...**[...]. Disponível em: <https://proceedings.science/compos-2021/trabalhos/a-cruzada-contra-o-capital-cultural>. Acesso em: 05 fev. 2022.

ITUASSU, Arthur; LEO, Luiz; CAPONE, Letícia; MANNHEIMER, Vivian; PECORARO, Caroline. A segmentação e seus problemas: uma discussão a partir de percepções de profissionais de campanha. *In: XXX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2021, São Paulo. **Anais...**[...]. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2021/papers/a-segmentacao-e-seus-problemas-uma-discussao-a-partir-de-percepcoes-de-profissionais-de-campanha>. Acesso em: 05 fev. 2022.

SANGLARD, Fernanda Nalon; OLIVEIRA, Bruna Silveira de. ORLANDINI, Maiara Garcia. Arte que critica, política que censura: episódios de patrulhamento da crítica política. *In: XXX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2021, São Paulo. **Anais...**[...]. Disponível em: <https://proceedings.science/compos-2021/trabalhos/arte-que-critica-politica-que-censura-episodios-de-patrulhamento-da-critica-politica>. Acesso em: 05 fev. 2022.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; AGGIO, Camilo. As metamorfoses da esfera pública ou a nova mudança estrutural. *In: XXX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2021, São Paulo. **Anais...**[...]. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2021/papers/as-metamorfoses-da-esfera-publica-ou-a-nova-mudanca-estrutural>. Acesso em: 05 fev. 2022.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Comunicação e polarização política: o papel das mídias na crise da democracia. *In: XXX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2021, São Paulo. **Anais...**[...]. Disponível em: <https://proceedings.science/compos-2021/trabalhos/comunicacao-e-polarizacao-politica-o-papel-das-midias-na-crise-da-democracia>. Acesso em: 05 fev. 2022.

HAUBER, Gabriella; MAIA Rousiley C. M. Emoções e julgamento moral em conversação política online: definição de culpa e demandas de punição para casos de feminicídios e atos infracionais. *In: XXX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2021, São Paulo. **Anais...**. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2021/papers/emocoes-e-julgamento-moral-em-conversacao-politica-online-definicao-de-culpa-e-demandas-de-punicao-para-casos-de-femini>. Acesso em: 05 fev. 2022.

ALBUQUERQUE, Afonso de; QUINAN, Rodrigo. Extrema-direita, mídias digitais e estetização da política: o que deixamos de ver?. *In: XXX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2021, São Paulo. **Anais...**. Disponível em: <https://proceedings.science/compos-2021/trabalhos/extrema-direita-midias-digitais-e-estetizacao-da-politica-o-que-deixamos-de-ver>. Acesso em: 06 fev. 2022.

RIZZOTTO, Carla Candida; BELIN, Luciane Leopoldo; SARAIVA, Alécia Silva. Minha foto não te autoriza a nada: dimensões públicas e privadas na ação narrativa no Instagram em publicações com a hashtag #naoexisteestuproculposo. *In: XXX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2021, São Paulo. **Anais...**. Disponível em: <https://proceedings.science/compos-2021/papers/minha-foto-nao-te-autoriza-a-nada-dimensoes-publicas-e-privadas-na-acao-narrativa-no-instagram-em-publicacoes-com-a-has>. Acesso em: 06 fev. 2022.

FERREIRA, Ronaldo Ribeiro. Para além do negacionismo: uma proposta de análise do discurso de Jair Bolsonaro sobre a pandemia de Covid-19. *In: XXX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 2021, São Paulo. **Anais...**. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2021/papers/para-alem-do-negacionismo-uma-proposta-de-analise-do-discurso-de-jair-bolsonaro-sobre-a-pandemia-de-covid-19>. Acesso em: 06 fev. 2022.